Paulo Henrique Duque Santos

LÉGUA TIRANA

sociedade e economia no alto sertão da Bahia
Caetité, 1890-1930

EDUNEB
Editora da Universidade do Estado da Bahia

Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia / Caetité, 1890-1930

Paulo Henrique Duque Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, P. H. D. *Légua tirana*: sociedade e economia no alto sertão da Bahia / Caetité, 1890-1930 [online]. Salvador: EDUNEB, 2023, 328 p. ISBN: 978-65-8821-196-0. https://doi.org/10.7476/9786588211960.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

LÉGUA TIRANA

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Adriana Marmori Lima
Reitora

Dayse Lago de Miranda
Vice-Reitora

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Diretora
Sandra Regina Soares

Conselho Editorial

Titulares	**Suplentes**
Adelino Pereira dos Santos	Marielson de Carvalho B. da Silva
Alan da Silva Sampaio	Nivaldo Osvaldo Dutra
Ana Lúcia Gomes da Silva	Cláudia Paranhos de J. Portela
Astria Dias Ferrão Gonzales	Hilda Ferreira da Silva
Lázaro N. V. Andrade	Marcos Antonio V. Silva
Maria das Graças de A. Leal	Neivalda Freitas de Oliveira
Marilde Queiroz Guedes	Elzicleia Tavares dos Santos
Marineuza Matos dos Anjos	Nilza da Silva Martins de Lima
Marluce Alves dos Santos	Angelita de Souza Leite
Monalisa dos Reis A. Pereira	Luciete de Cássia S. L. Bastos
Nadja Santos Vitória	Josilda B. L. M. Xavier
Nilson Roberto da S. Gimenes	Monica Matos Ribeiro
Paulo César Souza García	Carla Severiano de Carvalho
Valério Hillesheim	Virgínia Queiroz Barreto

Paulo Henrique Duque Santos

LÉGUA TIRANA

sociedade e economia no alto sertão da Bahia / Caetité, 1890-1930.

Salvador
EDUNEB
2023

© 2023 Autor
Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
Depósito Legal na Biblioteca Nacional
Impresso no Brasil em 2023.

Coordenação Editorial
Elisângela Santana dos Santos

Coordenação de Design
Sidney Silva

Revisão Textual e Normalização
Tikinet Edições Ltda

Diagramação e Capa
George Luís Cruz Silva

Revisão textual de prova
Denise Dias de Carvalho Sousa

Revisão de diagramação de prova
Henrique Rehem Eça

Imagem da capa
Loja Popular Antonio Vieira. A Penna, 5 mar. 1922.
Imagem restaurada por Eudes Guimarães (2012, p. 81).

Ficha Catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Catalogação elaborada por Regina Simão Paulino – CRB 6/1154

Santos, Paulo Henrique Duque
Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia / Caetité, 1890-1930 / Paulo Henrique Duque Santos. – Salvador: EDUNEB, 2023.

328 p.; il.

ISBN 978-65-88211-83-0

1. Alto Sertão da Bahia. 2. Caetité, BA. 3. História. 4. História do Brasil. 5. Economia. 6. História Econômica de Caetité, BA. 7. Economia de Exportação. 8. Economia de Abastecimento. 9. História Social. 10. História Cultural. I. Título.

CDD 981.42

Esta Editora é filiada à ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB
Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula
41150-000 – Salvador – BA
editora@listas.uneb.br
portal.uneb.br

Aos meus pais
Cremilda e Firmino
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Este livro tem viva história. Contou com a colaboração de professores, funcionários de arquivos e universidades, amigos e familiares.

À professora Maria Odila Leite da Silva Dias, minha orientadora, por seu interesse pelos estudos do sertão baiano. Historiadora do pormenor, sensível às vivências de sujeitos sociais, instiga-nos, com sua viva inteligência e sabedoria, a percorrer trajetórias de homens e mulheres e suas sociabilidades cotidianas.

À professora Maria de Fátima Novaes Pires, minha coorientadora, pela indicação de leitura, sugestão de escrita, análise da fonte... historiadora que tem, com a pesquisa que realiza do alto sertão baiano, semelhante sentimento que Diadorim tinha com os gerais de Guimarães Rosa: "Mas eu gostava de Diadorim para poder saber que estes gerais são formosos". Muitas pesquisas no sertão baiano inspiram-se no sentimento que ela esculpe nos seus textos.

Aos professores Estefania Knotz Canguçú Fraga, Paulo César Garcez Marins e Walter Fraga Filho pela leitura crítica do texto.

Ao professor Ruy Hermann de Araújo Medeiros, estudioso do sertão, por fornecer materiais e informações valiosas.

À professora Maria Belma Gumes Fernandes, leitora atenta, por sua colaboração com a revisão ortográfica do texto.

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), pelo atendimento a demandas de pesquisas nos acervos, em especial, Rosália Junqueira Aguiar e Maria Neri Públio.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudo.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 11

INTRODUÇÃO 21

"INDA HOJE EU VIA ANA": NEGOCIANTES E NEGÓCIOS NO ALTO SERTÃO BAIANO 49

MEANDROS DA VIDA SOCIAL E ECONÔMICA NO ALTO SERTÃO 65

Negócios no balcão: vendas, lojas e armazéns 79

Comércio de exportação e importação 89

ENTRE FAZENDAS, SÍTIOS E A CIDADE: DIVERSIDADE DAS ATIVIDADES AGROPASTORIS 96

Lavradores pobres em suas terras e roças: alternativas de sobrevivência em meio à acentuada concentração de renda 105

Sobreviver nas roças, arraiais, vilas e cidades 114

Negócios no alto sertão: tropas e tropeiros 121

TRILHOS DA RIQUEZA: DIVERSIDADE ECONÔMICA E NEGÓCIOS DE EXPORTAÇÃO 135

Negócios financeiros: inversão do capital fundiário em valores mobiliários 145

A EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO: ARTICULAÇÕES COM A INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL E COM O COMÉRCIO INTERNACIONAL 176

CRIAÇÃO E COMÉRCIO DE GADO: DINÂMICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS **211**

Exportação de gados: redes sociais e econômicas 245

CONSIDERAÇÕES FINAIS **281**

NOTAS FINAIS **287**

REFERÊNCIAS **309**

PREFÁCIO

Deve-se à dedicação e à consciência profissional dos professores de História que criaram o Arquivo de Caetité, no alto sertão da Bahia, a existência desse acervo importante, em torno do qual criou-se uma verdadeira escola historiográfica, que tem produzido trabalhos valiosos de pesquisa sobre a economia, a sociedade e a cultura dessa região. Destaque-se o viés de interpretação das peculiaridades locais que se insere em uma vanguarda da historiografia contemporânea, que busca uma visão do passado a partir de dentro das conjunturas regionais. É uma perspectiva vista por meio das experiências de vida dos moradores em contraposição aos olhares de fora, geralmente moldados a partir de conceitos abstratos, presos à ideologia centralizadora de construção da nação brasileira, de propostas teóricas e hegemônicas do desenvolvimento econômico, que no século passado definiram a economia regional como subsidiária ou periférica da grande lavoura.

Paulo Duque parte do pressuposto de que o crescimento econômico do alto sertão se deve a fatores locais, climáticos, sociais, de povoamento, que criaram processos independentes de produção, mas se integraram à economia do litoral, pois se inseriu no comércio internacional do algodão e nos meandros do capitalismo industrial e financeiro. Durante o século XIX, a pecuária e a exportação de carne incentivaram a diversificação das lavouras, consolidando um mercado de abastecimento local e nacional. Este livro é um marco da nossa historiografia de vanguarda e de leitura rica e cativante.

O autor assinala a importância que tiveram as obras historiográficas,as quais abriram caminho para estudos de abastecimento interno vinculados à mão de obra escravizada e, no entanto, independentes da grande lavoura do açúcar e do café. É o caso dos livros de Fragoso e Florentino, que documentaram formas endógenas de formação de fortunas e de classes sociais da Corte do Rio de Janeiro, assim como, dentre outros, do trabalho de B. J. Barickman sobre o mercado fornecedor de alimentos para Salvador, a partir da produção de mandioca ao sul do Recôncavo. O livro de Mônica D. Dantas, *Fronteiras movediças* traz dados sobre o processo de concentração de terras na região de Itapicuru e do Soure, no sertão de Canudos. O livro de Lucília Santos Siqueira sobre *Bens e costumes da Mantiqueira* focaliza uma região que contrasta com as obras citadas acima. Entre 1820 e 1890, essa região paulista distante das lavouras de café, que cultivou em pequenas propriedades, também forneceu diferentes gêneros alimentícios para o abastecimento interno. O estudo primoroso que faz dos inventários e dos diferentes grupos de renda nos mostra uma população de moradores pobres, caipiras, que permaneceram em suas habitações rústicas por mais de cinco gerações, sobrevivendo do negócio das tropas e vendas de pequenos excedentes enquanto a terra ainda estava disponível para os mais pobres.

O título deste livro – *Légua Tirana* – intriga e envolve o/a leitor/a nas grandes distâncias percorridas pelos tropeiros do alto sertão, que levavam seus produtos em longos percursos até o rio São Francisco e deste para o vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, pelos caminhos até Goiás, abertos na época da mineração do ouro, assim como para Carinhanha, de onde abasteciam os currais da Bahia. Ainda pelos caminhos de tropa para o Recôncavo, Salvador, Cachoeira, e desta de volta para Rio de Contas e a Chapada Diamantina, assim como de Juazeiro para os mercados de gado no Piauí e para comerciantes e lavradores do Maranhão.

Caetité ocupava lugar estratégico como via de confluência e partida de tropas que agitavam os contatos sociais e familiares entre localidades distantes, que desde o século XVIII, mas sobretudo na segunda metade do século XIX, enriqueceram com a criação de gado vacum e com pequenos e médios plantéis de escravos. A historiadora Fátima Pires escreveu dois livros primorosos sobre senhores, escravos e forros do alto sertão, a formação de grandes fortunas, os estreitos contatos dos proprietários mais ricos com a política do Rio de Janeiro, com traficantes de escravos, grandes firmas comerciais, bancos estrangeiros que abriam caminho para que pudessem sobreviver à crise de encarecimento do preço dos escravos provocada pelo comércio interprovincial. Fátima Pires também documentou as vicissitudes provocadas por grandes secas e pelo advento (formal) da abolição da escravidão, quando os proprietários transferiram seus investimentos em escravos para a compra de terras e apólices financeiras. A historiadora concentrou-se em documentar as condições de vida dos escravos em meio às secas e às crises de abastecimento, a ameaça de serem vendidos para as fazendas de café do Oeste paulista, suas práticas e estratégias de sobrevivência, fugas, quilombos, solidariedade dos grupos familiares, pequenas roças e posses de terras. Enfatizou sobretudo a continuidade dos laços de trabalho escravo após a Abolição, momento no qual os fazendeiros facilitaram a permanência deles e de suas roças de subsistência em suas terras, interessados em mantê-los como mão de obra *alugada*, agregados, vaqueiros, moradores, meeiros.

Tive o prazer de orientar as pesquisas dessa historiadora sensível e exploradora arguta dos vestígios escondidos em pequenos pormenores dispersos nos mais variados documentos. Ela, por sua vez, orientou juntamente comigo a elaboração deste livro, que agora vem a público, e faz jus à obra de sua orientadora. Paulo Duque, pesquisador dedicado e incansável, arquitetou uma vasta e

minuciosa interpretação da sociedade e da economia do alto Sertão entre 1890 e 1930.

O/A leitor/a ficará impressionado/a com a profusão de fontes que consultou, impossível de enumerar com detalhes no curto espaço desta apresentação. Reuniu cerca de 493 inventários *post mortem* e pesquisou documentos oficiais, locais, das grandes praças comerciais de Salvador, correspondências dos fazendeiros com seus comissários em Salvador, seus livros de razão, documentos referentes a seus investimentos bancários, ao seu papel de financiadores de produtores locais de Caetité e localidades próximas. A partir da Abolição, os principais fazendeiros de Caetité foram aumentando suas fortunas por meio de investimentos no capital financeiro.

O objetivo deste livro, abrangente do crescimento da economia regional de Caetité entre 1890 e 1930, foi documentar investimentos, negócios e as experiências de vida dos grandes fazendeiros, sua presença no mercado financeiro e no processo de industrialização do algodão:

> Para chegar aos estados do Centro-Sul do país, os mercados compradores do algodão em pluma exportado pela Empresa Industrial Sertaneja, os fardos eram transportados em lombos de burros cargueiros até Carinhanha. Dessa cidade, seguiam a Pirapora (MG), nos vapores que realizavam viagens semanais pelo sistema de navegação fluvial do rio São Francisco. Nesse ancoradouro, os fardos eram finalmente carregados nos vagões da Estrada de Ferro Central do Brasil, com destino final a portos de exportação e fábricas têxteis dos estados do Centro-Sul do país (p. 190).

Lembremos-nos da predominância na política do Império de ministros baianos, que souberam cuidar dos interesses das elites dirigentes de sua terra. As estradas de ferro foram construídas na segunda metade do século XIX, quando ficou pronto, em 1875, o ramal da linha principal da Estrada de Ferro Central da Bahia que

uniu Cachoeira a Feira de Santana; essa linha principal da Central da Bahia, que ligava São Félix a Machado Portela, foi construída entre 1881 e 1888; a Estrada de Ferro Bahia ao rio São Francisco ligava o bairro da Calçada, em Salvador, a Juazeiro, no norte da Bahia, linha aberta em 1896.

Paulo Duque pesquisou a formação das grandes fortunas do alto sertão e destacou a sua presença na política nacional, ocupando cargos públicos, cultivando contatos estratégicos e garantindo informações de ponta para investimentos em apólices da dívida pública, letras de crédito e demais operações financeiras. Era recurso vital e importante, escrevia um irmão do negociante e político Deocleciano Pires Teixeira, para remediar os prejuízos inerentes ao clima e aos riscos de empréstimos mal remunerados, feitos a pequenos fazendeiros, pecuaristas e negociantes da sua região.

Paulo Duque construiu seu livro em torno de dois eixos abrangentes do crescimento econômico do alto sertão da Bahia, ao focalizar, de início, um implacável processo de concentração de terras e de renda, e, posteriormente, a tendência avassaladora de empobrecimento dos pequenos empresários locais e a presença de remanescentes da escravidão nas relações de trabalho com agregadas, fiandeiras, costureiras, camaradas, vaqueiros, o que determinou, por sua vez, a presença relevante de uma economia informal através de todo o período estudado.

A fim de aprofundar a pesquisa desses dois eixos de tensões da sociedade do alto sertão, o historiador escolheu duas vertentes complementares de pesquisa. O primeiro consistiu em investigação minuciosa dos inventários a partir de sua subdivisão em quatro grupos de renda distribuídos nas quatro décadas entre 1890 e 1930:

> [...] nas páginas seguintes […] Informações quantificadas em tabelas auxiliarão a análise da acumulação interna, distribuição dos bens que compuseram os patrimônios pessoais, evolução do monte-mor e especificidades na distribuição de renda (p. 65).

A outra vertente que completa a pesquisa de história quantitativa, arduamente trabalhada pelo historiador, acompanha nos textos dos inventários, as experiências de vida tanto dos falecidos quanto de seus familiares; seus bens, do que viveram, seus endividamentos e, finalmente, a partilha das terras e das benfeitorias entre os herdeiros, que frequentemente levavam a família dos remediados e mais pobres à ruína e à falência, com perda de gado, pequenas lavouras, de casas de farinha, alambiques, pequenas oficinas, quintais e terrenos alugados para pastagem de animais. Ficavam relegados a pequenas posses de terras indivisas, em comum com irmãos, cunhados, parentes e destinados a ingressar nos grupos anônimos que não aparecem nos inventários por não terem bens a declarar.

A faixa dos dois grupos mais ricos, demonstra o historiador, prosperou sobretudo no correr das décadas de 1920 e 1930. Para compensar os prejuízos com secas, crises de abastecimento, preços de transporte a grandes distâncias, esses segmentos recorriam ao recurso de diversificação de seus investimentos.

No período entre 1890 e 1920, os grupos de maior fortuna nas fazendas de pecuária (faixas de monte-mores 4 e 5, acima de Rs. 10:000$) possuíam cerca de 70,9% do total de animais. Na década de 1920, essa concentração foi ainda maior, e esses criadores passaram a ser proprietários de 82,6% dos animais. Houve um salto no processo de concentração de renda, de terras e de gado, e concomitantemente, deu-se um processo de pauperização de pequenos criadores e produtores rurais que foram perdendo suas terras, lavouras e oficinas de artesanato. "Ao potencial aumento dos rebanhos dos maiores criadores, seguiu-se sensível redução das criações dos pequenos criadores". No período de 1890 a 1920, eram possuidores de 29,1% dos animais inventariados, quando se deu uma redução do índice de posse de gado nas três faixas menores de monte-mores para 17,4%: "Entre os fatores que levaram ao declínio da criação de animais nos grupos sociais com menor patrimônio [esclarece o historiador]

> [...] as longas estiagens e as constantes secas foram as maiores vilãs. Em região majoritariamente rural e com acentuada concentração fundiária, e de renda, em que as opções de sobrevivência muito se restringiram aos serviços diretos ou indiretos na lavoura, as intempéries contribuíram para lançar no empobrecimento segmentos sociais que viviam em condições mínimas de subsistência (p. 250).

O modo como Paulo Duque procede, intercalando dados e gráficos estatísticos, com narrativas de vida dos moradores, que extraiu com sutileza das entrelinhas dos inventários, denota o grau de sofisticação de sua pesquisa. O historiador, no seu vai e vem entre sofisticados gráficos referentes à diversidade de investimentos dos mais afortunados e à farta documentação dos sujeitos atropelados pela economia do alto sertão, impressiona o/a leitor/a pelo vulto de minúcias e de informações que oferece e o/a convida a decifrar, por ele/ela mesmo/a, a recorrência na narrativa dos inventários de aspectos da vida de homens de posse e de suas relações pessoais com gente mais pobre, como agregados, posseiros, vaqueiros. Ressalte-se a intenção expressa pelo autor de analisar as interrelações entre as diferentes classes sociais da região.

É o caso do inventário do Coronel João Antero Ladeia Lima, fazendeiro rico, com um monte-mor de Rs. 63:000$000 contos de réis, no qual vêm enumeradas suas fazendas. Na maior delas, chamada Formoso, localizada na vila de Carinhanha, surge a referência aos vários sítios "regadios, ocupados por meeiros". A relação dos bens móveis e benfeitorias de suas terras sugere ao/à leitor/a avisado/a noções de ofícios e ocupações de trabalhadores, subentendidos, pois não vêm citados, mas está implícito na lista das diversas produções:

> [...] oficinas de farinha de mandioca, engenhos de moer canas, moinhos, casa para fornalhas, tachos e alambiques de cobre. Tinha sua própria tropa para o transporte dos produtos que abasteciam os mercados

> regionais e/ou do litoral, com quase trinta animais e formada por burros mansos encangalhados, éguas e jumentos pastores de éguas (p. 116).

Ficam na sombra arrieiros, carregadores, camaradas, cuja presença o historiador persegue.

O inventário mais modesto de um dono de armazém em Caetité, chamado Britto Barros, sugere seu relacionamento com pequenos produtores de roças, sítios e quintais, dos quais comprava pequenas quantidades de

> [...] sal fabricado em pequenas salinas cercadas ou abertas; farinha de mandioca e cachaça produzidas por centenas de engenhocas e alambiques; peles, couros e demais derivados da pecuária e 'indústria de cortume'; sabão fabricado em pequenas oficinas domésticas; brincos, foices, facas, candeeiros e artesanato diverso fabricados em pequenas olarias, ferrarias e funilarias dinamizavam o comércio local e sustentavam família (p. 94).

A leitura sensível e atenta do historiador das listas de contribuintes sujeitos aos impostos municipais de 1928-29 nos abre outras possibilidades de diálogo com personagens mais modestos, como o capitão Francisco Pinto, cujos bens somavam Rs. 2:335$000, o qual pagou impostos sobre

> [...] um engenho (para a produção de rapadura, Rs. 6$000), uma oficina de seleiro (Rs. 5$000), além dos impostos sobre as suas mangas de aluguel (Rs. 10$000). O capitão viveu, ainda, da confecção de selas e, talvez, do conserto de artefatos e vestimentas de couro para seus hóspedes e moradores da região: possuía máquina de pedal para coser couro (p.232).

Muitos moradores urbanos se ocupavam do aluguel de pastos e de quintais para a passagem das boiadas, assim como do

fornecimento de forragem e da *matalotagem*, que consistia em gastos com a alimentação dos condutores das boiadas, incluindo dois ou três animais sacrificados para alimentar os camaradas. Um outro morador da vila de Caetité, cujo inventário sugere que também vivia da renda do aluguel de pastos, foi o Capitão Sabino Vieira da Costa. Os seus rendimentos advinham do cargo de escrivão dos feitos cíveis e criminais, da produção de aguardente, rapadura, açúcar, farinha e do aluguel das mangas. A produção realizava-se no perímetro urbano de Caetité. Sabino Vieira era proprietário de cinco casas contíguas, todas situadas na Rua Sete de Setembro. Entretanto, a partilha de seus bens entre os seis filhos foi desastrosa, deixando-os sem meios de subsistência, sendo que um deles emigrou para fazendas de café do Oeste paulista.

No alto sertão, havia muita disputa pelo aproveitamento da água de riachos, açudes, regos, lagoas, poços, aguadas, barreiros, tapagens, tanques, olhos d'água, expressões usadas por avaliadores de terra, sendo motivo de rixas entre fazendeiros e, principalmente, entre donos de grandes fazendas de gado e criadores pobres de animais de pequeno porte como cabras, porcos... O uso da água era cobrado por hora, quando havia expectativa de seca.

O autor chama atenção para a relação entre contínuas e sucessivas perdas, provocadas por secas, perdas de bens, violências e aspectos da cultura dos sertanejos, que documenta nas entrelinhas como sujeitos fragmentados em vias de expressar formas de consciência possível de suas experiências e perdas. É a maneira como o historiador partilha com o público leitor sua interpretação do relacionamento entre as classes sociais, por meio das experiências de vida das personagens, que resgata do esquecimento. Laços intrincados que envolviam trocas, negociações, exploração, subordinação, ocasionalmente, violência.

Este livro nos brinda com informações inovadoras sobre a vida de grandes fazendeiros e sobre a economia informal do alto sertão da

Bahia. Trata-se de uma importante contribuição para a historiografia do Brasil, rica em informações dispersas e de difícil acesso. Seus gráficos e dados quantitativos abrem a possibilidade para futuras pesquisas comparativas de vital importância para a nossa historiografia local e regional, cuja vanguarda busca atualmente o conhecimento aprofundado de nossas diferenças, singularidades e diversidades, prometendo nuançar o que entendemos por economia informal e graus de pobreza.

Maria Odila Leite da Silva Dias
Profa. Titular de História do Brasil (aposentada)
Professora emérita da FFLCH-USP

INTRODUÇÃO

> Quando hoje se fala em "interior",
> pensa-se, como no século XVI, em região
> escassamente povoada e apenas atingida pela
> cultura urbana.
>
> Sérgio Buarque de Holanda.
> Raízes do Brasil, 1936.

Este livro analisa as atividades econômicas de exportação e de abastecimento de mercados internos que se desenvolveram no alto sertão da Bahia e a sua estreita articulação com demais regiões do país e o comércio internacional.[1] Situa-se entre o período de 1890 e 1930, momento em que a política econômica do novo regime republicano acelerou a penetração do capitalismo industrial e financeiro no país e estimulou o processo de industrialização em curso, em especial o da indústria têxtil nacional. Nesse sentido, reconstitui a vida social e econômica de fazendeiros, negociantes e comissários de companhias mercantis, que amealharam uma boa fortuna com a produção e o comércio de gêneros para a exportação, para o consumo interno e em atividades integradas às novas oportunidades de investimentos financeiros. Reconstitui, ainda, trajetórias de médios e pequenos lavradores, pequenos comerciantes e trabalhadores urbanos, integrados à economia da região, caracteristicamente de produção para exportação e alimentos.

O escritor João Gumes, em matéria editorial do seu jornal caetiteense *A Penna,* apontou o caminho para a prosperidade da agricultura no alto sertão da Bahia:[2] "Si fossem fundados largos estabelecimentos agricolas, e ahi empregados os capitaes pecuniarios que existem entre nós, quanto não melhorariam as nossas condições!"[3]. João Gumes foi coletor estadual e federal e por certo não desconhecia que ricos proprietários de fazendas investiam altas somas de suas fortunas em sociedades anônimas, proprietárias de grandes lavouras que produziam gêneros até mesmo para o mercado europeu. Terras férteis disponíveis, mão de obra barata e facilitado meio de transporte ferroviário atraíram para o pequeno lugarejo de Machado Portela[4] a *The Lafayette Rubber Estates, Limited*.[5]

Em Caetité,[6] o Coronel Authymio dos Santos Guimarães era membro societário da *The Lafayette Rubber Estates, Limited.* A sua viúva, Bemvinda Zeferina de Brito Guimarães, recebeu do espólio a quantia de Rs. 49:240$950, proveniente da venda, em 1910, de sua parte na fazenda Lafayette, e possuía mais Rs. 12:500$000 em ações investidas naquela sociedade anônima. A alta da cotação da borracha no mercado internacional e uma preferência de venda a comprador estrangeiro foram as alegações apresentadas por Bemvinda Guimarães na petição dirigida ao Juiz de Direito da Comarca para expedição do alvará de autorização da venda de sua parte na fazenda Lafayette:

> […] dentre os bens por este deixados, se comprehende a parte que elle tinha na firma commercial Ferreira, Guimarães & Cia. de Machado Portela, a qual é proprietaria de uma fazenda de maniçoba, denominada Lafayette e situada nesta localidade de Machado Portella. Acontece, entretanto, que **os mesmos Ferreira, Guimarães & Compa. concederam uma opção de preferencia, no exterior, para venda deste maniçobal por um preço bastante compensador, attendendo-se a circunstancia da procura actual da maniçoba.** Sendo o casal da Suppe. co-proprietario

> da fazenda Lafayette, não ha vantagem, nem convem retalhar a fazenda, por isso que o preço por partes será certamente mais baixo do que vendida em sua totalidade; pelo que a Suppe. vem requerer a V.E x. digne-se conceder-lhe alvará para que possa na qualidade de inventariante do casal do seu fallecido marido [proceder] a venda da parte que o casal tem na mesma fazenda ou maniçobal denominado Lafayette.[7]

Essa sociedade anônima inglesa, sediada em Londres, possuía naquele lugarejo a fazenda Lafayette, com quase 874 hectares de terras para o cultivo extensivo da maniçoba, uma matéria-prima para a fabricação da borracha. Nos dois primeiros decênios do século XX, a borracha tornou-se o segundo maior produto de exportação do país, perdendo somente para o café. Demanda estimulada pela aplicação de novos processos químico-industriais à matéria-prima básica e pela popularização do automóvel: em 1880, o país exportou cerca de 7 mil toneladas; entre 1901 e 1910, a média anual de exportação foi de 34.500 toneladas e, neste último ano, o valor exportado foi praticamente dividido com o café (do total de exportação do país, a borracha representou quase 40% e o café pouco mais de 40%); em 1912, a exportação atingiu 42 mil toneladas. Daí em diante passou a declinar por força da concorrência da produção no Oriente asiático (Prado Júnior, 2008).

A viúva desfez, em boa hora, o seu investimento na produção de maniçoba, pois o preço da borracha brasileira no mercado internacional sofreria, três anos depois, baixas substanciais com a concorrência das colônias asiáticas da Inglaterra, França e Holanda. Técnicas mais modernas de produção, somadas ao controle da manipulação, do comércio e do consumo do produto industrializado por aqueles países imperialistas, desbancaram a produção brasileira (Prado Júnior, 2008).

Negócios que envolviam fartos produtos da pecuária e da lavoura e grandes somas em dinheiro tanto foram realizados entre

vilas, termos e cidades do sertão, como estabeleceram volumoso comércio com o litoral portuário da Bahia e Estados do Centro-Sul do país. Circunstâncias regionais, como as longas distâncias dos centros de exportação, o convívio constante com longas estiagens, o acesso limitado a terras férteis e mão de obra a baixo custo medraram uma economia agropastoril e um comércio no alto sertão com acentuada concentração de renda. A economia da região desenvolveu-se com a articulação entre setores locais de exportação e de abastecimento de mercados para o consumo interno e setores da economia agroexportadora de Salvador, de Estados do Centro-Sul e da indústria têxtil nacional e internacional.

Formas particulares de relações sociais e de trabalho, caracterizadas por atividades ocupacionais diversas, caminharam pari passu com as especificidades da economia local. Perscrutar as relações entre os grupos sociais de diversos setores da economia implica compreender as experiências de vida de homens e mulheres no exercício cotidiano de profissões variadas e suas sociabilidades: grandes fazendeiros e criadores, negociantes, lavradores, fiandeiras, lavadeiras, seleiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, costureiras, fogueteiros, funcionários públicos, empregados no trabalho doméstico, dentre outras profissões. Não é raro localizar nas fontes um empregado do telégrafo possuidor de pequenos sítios com mangas de pasto que ele mantivera possivelmente para aluguel; ou um alfaiate que abandonara provisoriamente o seu ofício para trabalhar como enfermeiro de um rico negociante moribundo; e, ainda, uma fiandeira que cuidava, com numerosa família, de uma pequena criação de gado vacum e cavalar no quintal de sua casa de morada; situação ocupacional comum à população pobre e remediada para sobreviver às dificuldades de uma sociedade excludente e de uma economia marcada por acentuada concentração de riqueza.

Algumas questões suscitadas neste livro contestam antigos modelos de interpretação da sociedade e da economia do Brasil.

Estudos voltados para o conjunto da realidade brasileira e suas perspectivas generalizantes ocultaram, por décadas, possibilidades de interpretação de outras temporalidades sociais, econômicas e culturais que se desenvolveram em regiões do interior do vasto território brasileiro. Sublinhando o predomínio da grande lavoura, da monocultura de gêneros tropicais e do trabalho coletivo (escravo e, posteriormente, imigrante), tais estudos construíram uma visão da formação social e econômica brasileira, que relegou a um papel subsidiário a agricultura do interior do país. Mais do que isso, ao afirmarem a exclusividade de uma riqueza gerada no circuito mercantil internacional, aqueles estudos subestimaram a possibilidade de uma acumulação interna de riqueza e da existência de uma rede complexa de relações sociais e de trabalho para além da oposição dual entre senhores e escravos. Reservaram a uma vasta região interiorana sua condição periférica, tanto geográfica quanto socioeconômica, de baixa rentabilidade, portanto subordinada à agroexportação. Ao atribuírem a economias do interior o papel de fornecedoras de alimentos para o mercado de consumo interno, estudos sobre as regiões agroexportadoras imputaram àquelas economias a preeminência de sua atividade de subsistência, ocultando, nesse sentido, atividades de exportação que ali também se desenvolveram.[8]

Conjunturas sociais de exclusão e políticas autoritárias, aliadas ao surto industrial vivenciado na primeira metade do século XX, parecem ter contribuído para uma visão que se ateve, preferencialmente, às conjunturas socioeconômicas de regiões mais densamente povoadas e sob formas organizacionais de trabalho gestadas pelo capitalismo industrial e financeiro em plena expansão; acentuaram sobremodo a interpretação da condição subsidiária da vida material que escapava à estrutura da grande lavoura para exportação. A dificuldade de penetração do ensino superior pelo interior do país, a pesquisa acadêmica restrita aos centros culturais mais dinâmicos, a inexistência de uma estrutura organizada de arquivos regionais ou

municipais e impossibilidades de acesso a fontes documentais inéditas, obstaram outras interpretações que permitissem evidenciar outros horizontes de especificidades da realidade brasileira. Maria Yedda Linhares (1999), em artigo que trata da pesquisa no Rio de Janeiro sobre a história da agricultura brasileira, sublinha as circunstâncias socioculturais que influenciaram a historiografia que repensou o Brasil nas décadas de 1930 e 1940:

> […] referimo-nos inicialmente à moderna historiografia que emerge com a Revolução de 30 em meio ao advento de novos segmentos sociais, econômicos e ideológicos, porta-vozes da mudança, durante a crise do capitalismo em plano mundial num momento em que era necessário repensar o país, a sua história, os seus elementos fundadores. É daí que datam os famosos livros que reinventaram o país a partir da reflexão sobre seu passado: *Casa Grande e Senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1936), *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo – a Colônia* (1942); incluídos *Coronelismo, Enxada e Voto e Geografia da Fome*, respectivamente de Victor Nunes Leal e Josué de Castro, ambos de 1947 (Linhares, 1999, p. 104, grifo da autora).

Lembramos outro livro, de Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil* (1945), que representa contribuições valiosas para uma interpretação da realidade brasileira e sua herança.

Ao tratar da formação socioeconômica do Brasil, Prado Júnior (2004, p. 9, acréscimo nosso) esboçou os liames entre o passado colonial e as novas estruturas da realidade brasileira na década de 1940: "Nele [no Brasil de hoje] se contém o passado que nos fez; alcança-se aí o instante em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade […] organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam". Evolução inacabada, a passagem para uma economia e sociedade nacionais mantivera, em seu conjunto, os traços da formação colonial. Distingue o autor dois setores agrícolas:

a grande lavoura – em que se inclui a pecuária extensiva – e a agricultura de subsistência, e estabelece os fundamentos da organização da produção entre ambos:

> A grande lavoura representa o nervo da agricultura colonial; a produção dos gêneros de consumo interno – a mandioca, o milho, o feijão, que são os principais – foi um apêndice dela, de expressão puramente subsidiária. Este papel subsidiário se verifica aliás, quase sempre, na própria estrutura da produção agrícola. Aqueles gêneros de consumo são produzidos, na maior parte dos casos, nos mesmos estabelecimentos rurais organizados e estabelecidos para cuidar da grande lavoura. Destinam-se a abastecer o pessoal empregado nesta última e existem, portanto, unicamente em função dela (Prado Júnior, 2004, p. 141).

Distinção nítida entre os dois setores da agricultura no período colonial também se observa em Novais (2006). Segundo o autor, a relação de dependência da agricultura de alimentos ao "exclusivo" colonial – uma produção em larga escala de gêneros tropicais para o comércio metropolitano – reforça a sua condição subsidiária, necessária, mas não essencial, ao funcionamento da economia colonial em seu conjunto:

> […] no plano da *produção*, distinguem-se imediatamente dois setores básicos: um, de exportação organizado em grandes unidades funcionando à base do trabalho escravo, centrado na produção de mercadorias para o consumo europeu, é o setor primordial, que responde à razão mesma da colonização capitalista; outro, subordinado e dependente do primeiro, de subsistência, para atender ao consumo local naquilo que se não importa da metrópole, no qual cabe a pequena propriedade e o trabalho independente, que se organiza para permitir o funcionamento do primeiro. A dinâmica do conjunto da economia colonial

> é definida pelo setor exportador […] (Novais, 2006, p. 106, grifo do autor).

Para Celso Furtado (2007), o desenvolvimento de outras regiões do país deveu-se à grande dimensão do mercado açucareiro. Com base nesse pressuposto, insere o povoamento dos sertões do Nordeste e a pecuária que o seguiu à dependência da agricultura de exportação:

> Sendo a criação nordestina uma atividade dependente da economia açucareira, em princípio era a expansão desta que comandava o desenvolvimento daquela. A etapa de rápida expansão da produção de açúcar, que vai até a metade do século XVII, teve como contrapartida a grande penetração nos sertões […] Ao contrário do que ocorria com a economia açucareira, a criatória […] representava um mercado de ínfimas dimensões […] Observada a economia criatória em seu conjunto, sua principal atividade deveria ser aquela ligada à própria subsistência de sua população. Para compreender esse fato, é necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo (Furtado, 2007, p. 99-100).

Muito embora Prado Júnior (2004) considere a existência de uma agricultura de abastecimento interno, de subsistência, para além dos domínios da grande lavoura e da pecuária, a exemplo das lavouras especializadas na produção de alimentos para os centros urbanos ou para áreas de mineração densamente povoadas, a sua condição subsidiária mantém-se por força do conjunto da estrutura econômica brasileira:

> […] constituem-se a par das grandes explorações, culturas próprias e especializadas que se destinam à

> produção de gêneros alimentares de consumo interno da colônia. É um setor subsidiário da economia colonial, depende exclusivamente do outro, que lhe infunde vida e forças. Daí aliás o seu baixo nível econômico, quase sempre vegetativo e de existência precária. De produtividade escassa e sem vitalidade apreciável. Raramente encontramos lavouras desta natureza que se elevem acima de tal nível (Prado Júnior, 2004, p. 157-158).

Novais partilha análise idêntica sobre a agricultura de alimentos em pequenas unidades de produção:

> Nas épocas de expansão da procura, mobilizam-se todos os fatores dentro das unidades produtivas de exportação para produzir para o mercado externo; abria-se, então, uma faixa para a produção colonial de subsistência autônoma (quer dizer, fora dos domínios da lavoura de exportação) vender ao setor exportador os seus excedentes. Em condições, porém de estabilidade, ou depressão, nas grandes unidades produtivas exportadoras se deslocavam fatores da produção mercantil para a de subsistência; assim se preservava a estrutura, num nível baixíssimo de produtividade (Novais, 2006, p. 109- 110).

Tal situação somente se alteraria, grosso modo, após o terceiro decênio do século XX. O desenvolvimento da pequena propriedade foi estimulado, afirma Prado Júnior (2008), por circunstâncias que se apresentaram no Império e primeiros decênios da República: o crescimento da população e sua aglomeração, a partilha sucessória de terras, a Abolição, as crises da grande lavoura para exportação. Com isso, a agricultura de alimentos assumiria novo papel:

> […] a pequena propriedade já representa na economia brasileira um grande papel. A maior parte dos gêneros de subsistência consumidos no país (em particular nos centros urbanos) produz-se nela. Enquanto a grande

> propriedade continuou e continua, indefinidamente, a se dedicar às grandes e extensivas culturas tropicais de que não pode senão excepcionalmente se livrar, a pequena tomou a seu cargo a mais substancial parte do abastecimento alimentar da população brasileira (Prado Júnior, 2008, p. 253-254).

Para Furtado (2007), a expansão da agricultura de subsistência pouco alteraria a transferência de renda entre os distintos setores da economia brasileira, em particular, nas conjunturas de desvalorização cambial:

> […] havia transferências entre o setor de subsistência e o exportador, em benefício deste último, pois os preços que pagava o setor de subsistência pelo que importava cresciam relativamente aos preços que pagava o setor exportador pelos produtos de subsistência (Furtado, 2007, p. 242).

As fontes deste livro indicam outra realidade para o alto sertão da Bahia. Propriedades de dimensões distintas, que se formaram com o regime secular de distribuição de terras da região, não se limitaram a comercializar o excedente da lavoura, mas produziram para a exportação e para o abastecimento de mercados internos.[9] A sua localização geograficamente periférica, quando comparada aos centros de exportação do país, não impediu que a sua economia mantivesse prósperas atividades ligadas ao mercado mundial. As lavouras para exportação, incluindo a pecuária, e a agricultura de alimentos desenvolveram-se em propriedades de dimensões distintas e mantiveram entre si uma relação dinâmica e estreita. Isso também nos leva a considerar o estreitamento das relações entre os segmentos sociais de diversos setores e atividades econômicas. Essas relações socioeconômicas da produção e do comércio regional estenderam-se ao litoral portuário da Bahia, Estados do Centro-Sul e ao mercado mundial. Integrada, portanto, ao comércio nacional

e internacional, a economia do alto sertão da Bahia não se desenvolveu subsidiariamente, nem tampouco foi autônoma. Dessa forma, este estudo distancia-se de interpretações que reafirmaram a condição de economia periférica e de isolamento atribuída ao interior do país, em especial, ao alto sertão da Bahia:

> O povoamento do interior compeliu à produção do autoabastecimento, capaz de gerar excedente para o mercado regional e interprovincial. Essa nova dinâmica integrou várias regiões interioranas, promovendo acumulação interna e formação da pequena propriedade fundiária, antítese da planificação do colonizador […] as dificuldades do abastecimento sertanejo, e inversamente a impossibilidade de se transportar vultosas safras de eventual monocultura que nos sertões desenvolvesse, induziram seus habitantes para a diversidade agropecuária. Autonomizando o suprimento sertanejo e mercantilizando os excedentes das policulturas, desenvolveram uma economia auto-suficiente, que se dinamizou do restrito mercado regional para outras capitanias […]. As pequenas policulturas sertanejas não se subordinavam à grande lavoura de unicidade de cultivo, nem dependiam dela, embora lhe vendessem seus excedentes. Também não se caracterizaram como produção de subsistência, pois não se limitaram ao consumo dos próprios produtores (Neves, 1998, p. 172).

Considerar a produção do alto sertão da Bahia autossuficiente e/ou autoabastecedora reserva-lhe um estado de autonomia que a acomoda no nicho do isolamento. Wilson Cano demonstrou, em estudo sobre a industrialização de São Paulo, que oscilações conjunturais tornavam impraticável a autossuficiência econômica paulista:

> É evidente que a produção paulista não era, e não é, autosuficiente. Por questões de limitação de recursos naturais, de clima ou de solo, sempre ocorrem importações dos mais variados produtos agrícolas. Essas

> importações podem crescer repentinamente, sempre que ocorra um problema mais grave com a agricultura, como por exemplo, as fortes secas de 1915 e de 1924/25 ou as fortes geadas de 1902 e de 1918, ou ainda a ocorrência de pragas, como a do "mosaico", que atinge violentamente os canaviais paulistas por volta de 1923 a 1926 (Cano, 1975, p. 65).

Essa análise da economia paulista esclarece algumas das vicissitudes de economias integradas aos mercados nacional e internacional. No alto sertão da Bahia, contingências da natureza, como as longas estiagens e secas periódicas, ou chuvas intermitentes, comprometeram a produção e aumentaram o estado precário das estradas de rodagem por onde circularam as mercadorias de consumo, exportação e importação. Oscilações conjunturais na produção e no comércio nacional e internacional também se refletiram na produtividade econômica local.

A historiografia regional distancia a economia do alto sertão baiano dos mercados nacional e internacional; quanto à sua produção, é-lhe destinado o papel primário de provimento necessário ao consumo, portanto para a subsistência, e, no segundo plano, o de comercialização do excedente. A historiografia brasileira considerou por subsistência o setor da economia destinado à produção de alimentos, assim caracterizado por sua produção para o consumo interno. Encontra-se em Prado Júnior (2004) uma das definições mais acolhedoras sobre a agricultura de subsistência: "[…] produtora de gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno".[10] O setor de subsistência da economia do alto sertão, destinado a abastecer o mercado interno de bens de consumo, integrou-se ao setor de exportação, em atividades da agricultura, pecuária e mineração. Propriedades de dimensões distintas mantiveram uma produção diversificada destinada ao mercado mundial e a mercados nacionais (local, regional e interestadual). Dessa forma, fazendeiros, lavradores (médios e pequenos) e negociantes de algodão, a exemplo,

transitaram entre atividades econômicas ligadas tanto à exportação quanto ao mercado de abastecimento interno.

No final da década de 1970, estudos sobre a agricultura brasileira suscitaram novas questões sobre a economia que se desenvolveu nos primeiros séculos da colonização. Tais estudos atribuíram à reprodução da agricultura extensiva a oferta elástica de terras, homens e alimentos:

> À existência em algumas regiões da fronteira agrícola aberta, apesar da persistente resistência das populações indígenas, combinavam-se o tráfico atlântico, inesgotável supridor de escravos africanos, e a produção de alimentos em escala crescente. De tal combinação de fatores resultava que 'a economia colonial se reiterasse mediante um baixo custo monetário' e se recriassem seus sistemas agrário-escravistas na fronteira em expansão (Linhares, 1996, p.134).

Esboçava-se um enfoque distinto às noções consagradas na historiografia brasileira sobre a organização do trabalho no interior do país, em economias de pecuária e agricultura de alimentos, a relação socioeconômica do sertão com o litoral agroexportador e contingências do mercado de abastecimento interno:

> Há uma tradição na historiografia brasileira que enfatiza o caráter monocultor da colônia como um *destino* ou uma imposição da classe dominante metropolitana, desde o início da colonização. A partir daí, tem-se omitido o estudo sistemático da agricultura de alimentos, atribuindo-lhe papel extremamente limitado no conjunto de uma economia que seria dominantemente voltada para a lavoura comercial de exportação […] Ora, nada mais defasado do que a manutenção dessa visão plantacionista, marca persistente e conservadora da historiografia brasileira […] É errôneo pensar que o Brasil viveu de açúcar, nada

> mais do que açúcar, nos primeiros séculos, e, depois, no século XIX, até a ruptura de 1930, de um segundo 'produto-rei', o café (Linhares, 1996, p. 134-135, grifo do autor).

Pesquisas recentes apontam para semelhante trato. Novas abordagens e interpretações revelam perspectivas distintas sobre a economia brasileira, amparadas por fontes localizadas em arquivos regionais. Assim, estudos sobre os sertões do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, para citar alguns exemplos, sugerem singularidades sobre o avanço da pecuária na chamada fronteira aberta, a constituição de uma agricultura de alimentos integrada ao comércio internacional, redes complexas de organização do trabalho nessas regiões, especificidades do seu comércio e do mercado de abastecimento interno, relações com a economia de exportação e províncias do Sul; pesquisas sobre o Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul acenam para uma acumulação de riqueza interna, constituição de uma elite mercantil e conexões mercantis com o império ultramarino português.

Em importante artigo sobre o avanço da pecuária nos sertões do país, Silva (1997) destaca a formação de um mercado interno diversificado. Leandro (2007) aborda a onipresença da cultura material da farinha de mandioca na comarca de Paranaguá (Paraná) por meio de inventários *post mortem*. Assunção (2000) traz excelente análise sobre a produção e o comércio de algodão na província do Maranhão, a sua conexão atlântica e a formação de um mercado interno. Versiani e Vergolino (2003) analisam a estrutura produtiva e as formas de organização da produção e do trabalho no agreste e no sertão de Pernambuco e apontam para o uso do trabalho escravo nas lavouras de algodão e na criação de gado. Fragoso (1998) trata, em sua tese de doutorado, da acumulação endógena e dos mecanismos de enriquecimento de fazendeiros e negociantes do Sudeste/Sul brasileiro, em especial da praça do Rio de Janeiro. Florentino e

Fragoso (2001), em estudo sobre o Rio de Janeiro no final do século XVIII e nas quatro primeiras décadas do XIX, apontam para uma acumulação de riqueza interna capitaneada por uma elite mercantil de cunho aristocrático. Fragoso, Bicalho e Gouvêa (2001) reúnem vários autores e artigos em torno de temas e abordagens distintas sobre o império ultramarino português e suas conexões para além do Atlântico. Fragoso, Almeida e Sampaio (2007) organizaram coletânea cujos artigos tratam dos mecanismos de acumulação e do poder político de elites coloniais. Muitas dessas pesquisas são associadas a estudos comparados, possibilitando visualizar outras dinâmicas da realidade brasileira e sua formação.

Em *Fios da vida*, Maria de Fátima N. Pires (2009) ocupa-se em examinar as experiências de escravos, forros e ex-escravos no alto sertão baiano, em meio às vicissitudes econômicas regionais e tensões da vida social agravadas com o tráfico interprovincial, as lutas pelas alforrias e a Abolição; o tratamento que a autora dispensa a circunstâncias relacionadas à composição de fortunas, acumulação de riqueza, concentração de renda, dinâmica mercantil e organização do trabalho nas lavouras e pecuária permite um diálogo profícuo com as questões sugeridas neste livro. Bert J. Barickman (2003), em *Um contraponto baiano,* aborda a relação entre a agricultura para o abastecimento local e a economia de exportação, no Recôncavo baiano; ao se debruçar sobre a complexidade socioeconômica daquela região, a sua pesquisa revela os limites da historiografia sobre a *plantation*. Mônica D. Dantas (2007), em Fronteiras movediças, traz importante contribuição para a interpretação das relações sociais e transformações econômicas nas vilas de Itapicuru e Soure, no alvorecer do arraial de Canudos; a pesquisa de Dantas possibilita realizar um estudo comparativo entre as comarcas de Itapicuru e Caetité, por circunstâncias conjunturais próximas.

Documentar as experiências de vida dos moradores do município de Caetité, a coexistência de valores e necessidades distintas

entre grupos sociais alocados nos diversos setores da economia permite ampliar o conhecimento do contexto histórico da década final do século XIX e das três primeiras décadas do século XX. Contexto fortemente marcado por mudanças na política, na economia, na cultura e na sociedade brasileira, bem como internacional.

Recentes abordagens do social apontam para o estudo do cotidiano das experiências dos sujeitos históricos. Para Maria Odila L. Dias (1998), a hermenêutica contemporânea do cotidiano introduz uma nova maneira de conceber e produzir o conhecimento, voltada para as diversidades históricas, para temporalidades culturais e singularidades das experiências vivenciadas pelos sujeitos sociais:

> O advento da modernidade assinalou ruptura nos costumes e nos valores vivenciados pelos sujeitos históricos. O conceito do cotidiano, sob esse prisma específico, parece implicar contradição, como o próprio termo que indica, de imediato, para muitos, uma idéia de rotina, de lazer, de fatos encadeados num plano de continuidade, campo da necessidade e da repetição, área reservada ao consumo, à cultura dominante. Entretanto, para alguns pensadores de nossa contemporaneidade, o conceito sugere, antes, mudança, rupturas, dissolução de culturas, possibilidades de novos modos de ser (Dias, 1998, p. 226).

Trata-se, segundo a autora, de substituir as análises universalistas, abstratas e homogêneas do mundo sociocultural para esmiuçar as especificidades culturais, o fazer cotidiano dos sujeitos sociais, quase sempre obstaculizadas pelas abordagens que priorizam tempos absolutos e lineares. Fazer ressoar vozes, gestos e imagens obscurecidos e silenciados, evidências sutis e nem sempre perceptíveis:

> A história que se efetua através do tempo deve considerar os percursos, as trajetórias, as dinâmicas, as continuidades e descontinuidades em que a pesquisa histórica se inscreve (Pires, 2003, p. 21).

Pensar assim a vida social e cultural sugere perceber a rede complexa de relações tecidas na vivência concreta e cotidiana dos sujeitos históricos. São comportamentos, atitudes e condutas construídos nas múltiplas estratégias de sobrevivência. Para Certeau (1998, p. 41, acréscimo nosso), essas táticas de apropriação são constituídas em um espaço de liberdade e de inventividade, "[…]'maneiras de fazer' [que] constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural". Torna-se necessário compreender e interpretar as relações que homens e mulheres vivenciaram e cujas experiências formaram os seus valores sociais:

> O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: 'experiência humana' […] Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras […] e em seguida […] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p. 182, grifo do autor).

Notam-se, para o período pesquisado, redes de alianças, solidariedades e confrontos provisoriamente montados, que se justapunham de acordo com as circunstâncias do cotidiano. Situação que possivelmente se deveu ao quadro econômico e social de instabilidade que atravessou o período, marcado pela emergência de novos grupos sociais e valores estranhos aos costumes locais.

A reconstituição do contexto socioeconômico da região impõe a consulta a fontes diversas para tratar experiências de vida dos moradores de Caetité. Quanto às fontes, uma questão metodológica se

coloca. Produzidas para atender a uma funcionalidade imediata, institucional ou não, a exemplo dos documentos privados, as fontes jamais encerram uma objetividade que dê conta da verdade inquestionável dos fatos. As fontes escritas, bem como as iconográficas e as orais, são mediadas por aqueles que as produziram:

> […] um vestígio do passado raramente é o resultado de uma operação consciente, capaz de se pensar enquanto vestígio, e não enquanto ação inscrita no seu tempo, e portanto capaz de antecipar o olhar que lançarão sobre ele as gerações futuras (Rousso, 1996, p. 87).

Acrescentam-se a essa mediação presente nas fontes, a essa subjetividade inerente ao seu objetivo imediato, as particularidades das conjunturas históricas que marcaram o momento da sua produção. Nesse sentido, os materiais com os quais o pesquisador trabalha estão imbuídos de uma rede de filtros culturais. Thompson (1987, p. 47, acréscimo nosso) assinala que "[…] o historiador se depara com dificuldades na interpretação das fontes [elas] estão tingidas de um partidarismo incomum".[11]

As fontes arroladas neste livro trazem evidências das trajetórias de sujeitos sociais em sua vida material, na lida diária nas roças, sítios, quintais, tropas, vendas e armazéns; permitem perceber as complexas redes que moviam a sociedade e a economia local, e sociabilidades construídas no dia a dia das atividades ocupacionais de homens afortunados, pobres e remediados.

Para os propósitos deste livro, a recorrência aos inventários *post mortem* foi essencial à compreensão da vida social e material dos diversos grupos sociais de Caetité, mas documentar a condição social e a situação econômica de grupos sociais do alto sertão por meio dos inventários *post mortem* exige breves considerações sobre essa fonte. Esses inventários, por sua finalidade, regulamentação e efeito prático, permitem alcançar níveis de bens patrimoniais sucessórios que se distanciavam das parcas provisões dos segmentos

pobres. Francisco Silva (1987) adverte para a limitação inicial dessa fonte cartorária, que registra, em particular, os bens dos que possuíam prestígio econômico e social:

> Infelizmente, a prática cartorária não foi tão generalizada como imaginamos ou como gostariam os historiadores […] Temos sérias dúvidas quanto à necessidade de o registro ter alcançado a massa da população, em especial os pobres [que] dificilmente poderiam pagar os emolumentos do notário ou tabelião […] No Brasil, foi entre os detentores de prestígio e de bens que a instituição notarial floresceu plenamente […] a pobreza de certos segmentos sociais, em particular a dos camponeses, sempre afastou a presença do notário, vista com temor por sua voracidade revestida de leguleio incompreensível (Silva, 1987, p. 6, 15, acréscimo nosso).

No estudo de Kátia Mattoso (1992) sobre a província da Bahia no século XIX vê-se semelhante crítica a essa fonte: "Como os testamentos, os inventários nos falam em especial da 'elite afortunada' da Bahia, estrato em que classificamos todos os que tinham bens, adquiridos por seu trabalho pessoal ou herdados" (Mattoso, 1992, p. 604).

No entanto, é possível flagrar, nos inventários, trabalhadores pobres e remediados cujo pequeno patrimônio fora arrolado por exigências legais, a exemplo dos autos abertos para a proteção de herdeiros menores, outros por denúncia. Apesar de suas limitações aparentes, os inventários são fonte valiosa de informação sobre o patrimônio pessoal e fornecem preciosos indícios da vida social e material de sujeitos sociais; permitem reconstituir, proximamente as atividades produtivas e ganhos materiais de grupos sociais diversos, os seus níveis de renda, a distribuição de seus investimentos, a concentração de riqueza; possibilitam o estudo de conjunturas econômicas, suas dinâmicas específicas e articulações com as conjunturas

nacional e internacional; informam sobre as práticas de comércio e os estabelecimentos comerciais.[12]

Alcântara Machado (1980) já havia percebido, no final da década de 1920, a importância dos inventários como fonte para a compreensão da vida social de homens e mulheres:

> Não é frívola curiosidade que nos leva a inquirir onde moravam os nossos maiores, a maneira porque se alimentavam e vestiam, o de que tiravam os meios de subsistência, a concepção que tinham do destino humano. Tudo isso facilita o entendimento do que fizeram ou deixaram de fazer. Só depois de freqüentá-los na intimidade e situá-los no cenário em que se moveram, estaremos habilitados a compreender-lhes as atitudes […] os inventários constituem depoimentos incomparáveis do teor da vida e da feição das almas na sociedade colonial (Machado, 1980, p. 29-34).

Os inventários trazem referências da atividade ocupacional do inventariado, meios de sobrevivência, negociações realizadas, composição das famílias, intrigas e desavenças pela partilha do espólio, arranjos familiares, condições de moradia. É possível, nesse sentido, recompor particularidades da vida social de parcela significativa de moradores da região.

Indícios da normatização da agricultura e do comércio pelo poder público estão presentes nas posturas municipais. O Código de Posturas do município de Caetité foi reformulado no ano de 1892, a exemplo do que ocorreu em outros municípios brasileiros que revisaram seus Códigos de Posturas após a Proclamação da República. As posturas municipais evidenciam tentativas de controle sobre as atividades produtivas e comerciais, mais que isso, revelam o interesse em controlar condutas sociais costumeiras que passaram a ser tratadas como desviantes, astuciosas e teimosas. Todavia, como sugere Thompson:

> […] a lei não cria irmandades pias nas cidades nem extrai confissões dos pecadores, seus súditos não precisam desfiar rosários nem fazer peregrinação a santuários. Em vez disso, eles lêem volantes e tagarelam nas tavernas […] A lei pode estabelecer os limites tolerados pelos governantes; porém, na Inglaterra do século XVIII, ela não penetra nos lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma à perspectiva de vida de cada um (Thompson, 1998, p. 19).

Quanto à análise das posturas, "[…] o fato da *lei* existir não é condição para a sua aplicação, o seu uso está à mercê da utilidade que possa representar em determinadas circunstâncias" (Pires, 2003, p. 29, grifo nosso). Adotadas genericamente em todo o Império e mantidas durante os anos iniciais da República, as posturas não indicam ao historiador os seus efeitos na vida do dia a dia. Como ressalta Michelle Perrot (1988, p. 55):

> […] nossas principais fontes provêm das classes dominantes; discurso de cima, às vezes elas exprimem mais um projeto ou um programa do que propriamente uma operação. Ora, é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra. O regulamento sempre é mais ou menos contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina.[13]

O confronto das posturas com outras fontes demonstra as suas limitações para a reconstituição da multiplicidade das vivências cotidianas de grupos sociais. Como vestígios de ações de grupos no poder, evidenciam, no entanto, as suas pretensas intenções em impor ordenamentos à vida em sociedade. Sua ineficiência para largas parcelas da população manifesta-se em condições sociais concretas:

> Em verdade o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico (Holanda, 2002, p. 179).

Também as atas do Conselho Municipal[14], correspondências entre políticos locais e a presidência da província, pesquisadas para este livro, evidenciam interesses das elites dirigentes em impor padrões de condutas socioeconômicas, além de revelar, em maior grau, os arranjos políticos e as alianças provisoriamente montadas sob uma realidade adversa.

Quanto ao controle do comportamento social e à manutenção de um olhar vigilante sobre condutas desviantes, Foucault (1996) considera que a noção de periculosidade – vista como "virtualidade" e não ato de infração – estendeu o controle dos indivíduos da esfera unicamente judiciária para outros poderes laterais:

> […] desenvolve-se, em torno da instituição judiciária e para lhe permitir assumir a função de controle dos indivíduos ao nível de sua periculosidade, uma gigantesca série de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência […] Trata-se de uma forma de poder, de um tipo de sociedade que classifico de sociedade disciplinar por oposição às sociedades propriamente penais que conhecíamos anteriormente. É a idade de controle social (Foucault, 1996, p. 85-86).

Anúncios e matérias de jornais, em especial os do *A Penna,* que se definia como um "orgam dos interesses commerciaes, agricolas e civilizadores do alto sertão", permitiram localizar profissões, serviços oferecidos aos moradores, rendas do município, atividades comerciais, preços de alimentos e demais mercadorias.[15] Outras fontes impressas, como as obras de memorialistas, viajantes, sertanistas e demais estudiosos que percorreram a região, contribuíram

para documentar conjunturas históricas do alto sertão baiano, situação da lavoura, pecuária e comércio, localizar caminhos de tropas e meios de transporte de uso corrente.

Outra fonte consultada na pesquisa foram os processos criminais.[16] A sua importância reside em fazer perceber nuances das relações sociais entre grupos diversos. Os processos possibilitam recompor as experiências de vida dos moradores do município e perceber limites das tentativas de controle de condutas sociais. O estudo de Pires (2003) sobre as experiências de escravos e forros no alto sertão do século XIX fornece-nos inúmeras possibilidades de referência social que essa fonte oferece ao pesquisador:

> O auto criminal é um material singular por captar e registrar as nuanças e tensões sociais que envolveram variadas regiões subordinadas ao regime de trabalho escravo. Mostram-se valiosos para a análise dos crimes, dos seus mecanismos impulsionadores e possibilitam reconstituições da vida social. Apontam ainda para possíveis significados que dela fizeram os sujeitos envolvidos em situações tidas como *infratoras* […] A leitura dos processos criminais permite verificar os fatores que motivaram os delitos, as pessoas envolvidas, os lugares dos conflitos, as "falas" das testemunhas e informantes, e isto proporciona, em certo sentido, um descortinamento das experiências escravas ao tempo em que nuança singularidades da vida social no alto sertão (Pires, 2003, p. 22-23, grifo do autor).

Evidências em processos criminais contribuem para reconstituir a conjuntura local, revelando solidariedades e alianças provisórias, tensões sociais, estratégias de sobrevivência às agruras da vida no sertão, sociabilidades e modos de ser:

> O interesse em ler e analisar processos criminais estava exatamente na expectativa de que tais documentos flagrassem trabalhadores – homens e mulheres – agindo

> e descrevendo os sentidos de suas relações cotidianas fora do espaço do movimento operário, do lugar da fala política articulada (Chalhoub, 2001, p. 6).

Fonte que deve ser interrogada com um olhar de desconfiança:

> [os] autos policiais […] muitas vezes são apenas o resultado de transcrições escritas e conservadas de depoimentos orais que foram objeto de uma mediação, de uma narrativa, a qual não pode senão alterar a declaração original feita pelo ator ou a testemunha interrogada (Rousso, 1996, p. 89, acréscimo nosso).

No entanto, como sublinha Dias (2002, p. 204), "[…] aqui e ali, o historiador apreende vislumbres do que é aquela sociabilidade, aquele modo de ser, de sobreviver, de se organizar e de se defender".

As correspondências familiares da Casa Anísio Teixeira são fontes que revelam comportamentos da vida privada de grupos sociais afortunados, guardam inúmeros segredos e lançam desafios ao leitor/pesquisador mais atento:

> […] as correspondências familiares e a literatura pessoal seguem preceitos de comportamento e de apresentação das imagens pessoais, o que contribui para que não haja "nada menos espontâneo do que uma carta; nada menos transparente do que uma autobiografia, feita para ocultar tanto quanto para revelar. Mas essas sutis manipulações do esconder/mostrar nos levam, pelo menos, à entrada da fortaleza" (Perrot, 1991, p. 11, *apud* Maluf, 1995, p. 40).

Os acervos de documentos da Casa Anísio Teixeira foram doados pela Fundação Anísio Teixeira ao Arquivo Público Municipal de Caetité e compõem um fundo com quase dez mil documentos, que pertenceram aos familiares do coronel Deocleciano Pires Teixeira, fazendeiro, negociante e influente político do alto sertão no período aqui pesquisado.[17]

A consulta a documentos diversos e o cruzamento com outras fontes visam reunir informações dispersas que auxiliem na interpretação da vida social na região. Livros de registros contábeis da Intendência Municipal, balancetes e balanços, termos de arrematações, que se encontram no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) fornecem indícios da economia da região, das transações comerciais, dos programas e projetos públicos propostos e executados, bem como das demandas solicitadas aos gestores públicos pelos diversos grupos sociais;[18] atas eleitorais da Junta de Qualificação auxiliam para qualificar profissões e rendimentos anuais.[19] Gravuras de jornais e fotografias contribuem para visualizar lugares e pessoas; trazem valiosos indícios de modos de ser; informam sobre serviços e uma cultura urbana animada com a modernização em curso no país. Livros de casamento e batismo[20] documentam possíveis arranjos familiares para a manutenção de padrões de riqueza e ampliação de negócios entre grupos sociais de maior fortuna. Espera-se que a articulação entre esses fragmentos dispersos e a interlocução com a historiografia sobre o tema permitam uma interpretação da experiência de vida de homens e mulheres do alto sertão baiano durante as primeiras quatro décadas da República.

Este livro está dividido em três capítulos. Inda hoje eu via Ana: negociantes e negócios no alto sertão baiano é o título do primeiro capítulo, que documenta proprietários de lojas, armazéns e tropas realizando os seus negócios no alto sertão. Inventários, jornais e relatos de viajantes, consultados para esse capítulo, flagram negociantes nas estradas dos sertões baianos, tocando as suas tropas com produtos da lavoura e pecuária para os mercados da região, do Recôncavo baiano e de Salvador.

Com a agricultura para a exportação, para o abastecimento de mercados internos e o comércio, os proprietários mais ricos mantiveram um padrão econômico elevado, situação possibilitada

pela articulação da economia do alto sertão com a do litoral baiano agroexportador, Estados do Centro-Sul do país e o mercado mundial.

O Capítulo 2, de título Trilhos da riqueza: diversidade econômica e negócios de exportação, aborda a vida material de moradores no alto sertão. Fazendeiros e negociantes que atuavam em atividades econômicas diversas são localizados em suas terras e negócios. Busca-se, no capítulo, uma compreensão da economia do alto sertão articulada ao comércio nacional e internacional de exportação e à industrialização têxtil nacional em curso.

Aponta-se uma frágil divisão social do trabalho que se caracteriza pelo exercício de distintas atividades ocupacionais. Nota-se, no primeiro capítulo, que mais de 60% dos inventariados eram proprietários de pouco mais de 11% dos bens pessoais arrolados. A esses grupos sociais, com montes-mores inferiores a cinco contos de réis, pertenciam lavradores (em ampla maioria), pequenos comerciantes de fazendas nacionais e outras mercadorias, fiandeira, carpinteiro, meeiro, costureira, vigário, professor, seleiro, alfaiate, militar, funcionário público, ferreiro, dentre outros. Nos arranjos para sobreviver às dificuldades cotidianas, esses homens e mulheres exerciam ofícios distintos e simultâneos, muitos dos quais provisórios.

Atividades sociais e econômicas na criação e no comércio de gado são tratadas no terceiro capítulo,intitulado Criação e comércio de gado: dinâmicas sociais e econômicas. Propõe-se um estudo das relações sociais entre os membros de grupos mais afortunados, no interesse dos seus negócios, e destes com os demais grupos sociais da região. Negócios cotidianos formaram uma rede complexa de trocas de favores em benefício pessoal e do grupo social. Formas de organização do trabalho nas fazendas de criação são analisadas nesse capítulo.

Destaco, por fim, que este livro visa contribuir para a reconstituição histórica de uma região que esteve na periferia do conhecimento produzido pela historiografia baiana, em que abordagens

macrossociais da cidade de Salvador e do Recôncavo pretenderam referenciar uma "identidade" baiana ligada à economia de exportação e aos processos sociais hegemônicos. Situação que pouco se altera até mesmo em estudos mais atuais que tratam de realidades microssociais. Recentes estudos, no entanto, redimensionam o contexto histórico do alto sertão baiano, mais preocupados em apontar aspectos localistas e especificidades do social.[21] Este estudo, realizado com fontes inéditas, em sua grande parte, poderá sugerir outros trabalhos sobre o tema.

“INDA HOJE EU VIA ANA”: NEGOCIANTES E NEGÓCIOS NO ALTO SERTÃO BAIANO

Anna

Desejo a continuação de sua saude.

Hontem fiz meu testamento para legalisar Escriptura de perfiliação de Octacilla, geralmente todos supoem que, quem faz testamento está para morrer mas testamento não mata ninguem.

Tenho pedido a Herminio, pa. olhár para V; já fiz ver a elle que lhe devo uma letra de um conto de reis = 1000$000rs que elle irá lhe pagando de conformidade suas precisões. Todos sabem que V. tem seu dinheirinho de sua capanga e alluguel da casa. Se Herminio resolver levár a familia para ahi procurará um comodo para V; como sabe as minhas sercunstancias não lhe posso offerecer nada, nem a [Silvina], e nem a Alcira; mas tenho pedido a Herminio, olhar sempre para ellas; a minha grande molestia que muito me tem maltratado é a inflamação da guella; mas estou tomando um remedio que espero ficár perfeitamente bam; estou muito fraco a ponto de andar pelos braços dos outros não esmoreça; Deus é grande; inda posso apparecer ahi são e salvo d’esta doença.

Adeus...

Do amigo velho.[22]

Joaquim Gondim, velho negociante de fazendas, ferragens e molhados, tinha a esperança de surpreender a sua companheira de longos anos, Anna Ritta da Conceição, no pequeno arraial dos Brejinhos das "Ametystas".[23] Como de costume, bastava arrear um dos seus cavalos e embruacar[24] as suas bestas para vencer as quase quatro léguas (25 km) que separavam Caetité daquele arraial. Para isso, dispunha de um cavalo ruço de sela, que oferecia boa andadura, e dois cavalos passeiros – um de cor melado e outro alazão. Uma mula e um burro serviam para o transporte de suas cargas.[25]

Mas não poderia imaginar o conhecido negociante do termo das Umburanas que a "inflamação da guella" lhe tiraria a vida alguns dias depois de ter remetido à Anna Ritta carta em que a inteirava da recomendação feita ao seu sobrinho, Herminio de Britto Gondim, para protegê-la e honrar o compromisso de crédito que mantivera com ela: um empréstimo de um conto de réis, concedido em 25 de março de 1896, a juros de "6pr% ao anno".

Anna Ritta da Conceição era capangueira e vivia do seu negócio de compra de ametistas aos garimpeiros para o comércio com possíveis negociantes de Salvador e da província de Minas Gerais, além do aluguel de uma casa: "Todos sabem que V. tem seu dinheirinho de sua capanga e alluguel da casa". Com a renda da casa e a capanga é possível que tenha amealhado certo patrimônio que permitisse um empréstimo de bom grado ao seu companheiro.[26]

A capanga é o montante das compras de diamantes, ou sua partida, realizadas por negociantes (capangueiros) diretamente aos garimpeiros. Anna Ritta da Conceição era negociante de ametistas ou diamantes comprados aos garimpeiros dos Brejinhos e adjacências. A carta de Joaquim Gondim instrui o processo de inventário como prova da dívida e requerimento de direitos na partilha do espólio. O inventário de Anna Ritta não foi localizado, mas é possível que se encontre na comarca de Urandi ou de Pindaí, uma vez que o arraial dos Brejinhos pertenceu a esses municípios antes da sua

anexação a Caetité. Durval Vieira de Aguiar descreveu em pormenor a lida do capangueiro nos Lençóis:

> Em todos os comércios das *lavras* existem *capangueiros* que compram os diamantes aos *garimpeiros*, às vezes pedra por pedra, que ajuntam num pequeno canudo de taboca, com rolha de madeira, chamado *piquá*, com que sempre andam munidos a mostrarem aos outros *capangueiros*, que os despejam na mão esquerda e com o dedo índex da direita catam os que mais lhe agradam e sobre eles fazem preço ou permutam-nos com outras pedras. Nesse giro de transações vivem eternamente; havendo pedras que passam por muitos deles em diversas alternativas de preços até que chegue o dia das grandes remessas, feitas pelos principais negociantes, que arrecadam pelo preço de suas encomendas, todos os diamantes dos capangueiros; formando volumes de pesarem quilos, como outrora presenciamos. Essa grande riqueza, bem acondicionada, era metida num alforje de um simples *positivo* de confiança, uma espécie de capanga caminhador, que em três dias vinha a Cachoeira, quase sem descanso, nem mesmo para comer, pois que essa gente come andando (Aguiar, 1979, p. 142-143, grifo nosso).

O escritor Marcelino Neves (1967, p. 8), que viveu nos Lençóis quando nomeado para professor, presenciou algumas transações de compra e venda de diamantes entre capangueiros e garimpeiros e as relatou no romance escrito em época em que a mineração nas Lavras Diamantinas atraía "aventureiros" de vários lugares da província da Bahia:

> […] então crescia a frequência às duas ou três tavernas, onde bebiam-se quantidades prodigiosas de espíritos fortes e faziam-se as pequenas operações de compra e venda de diamantes entre garimpeiros e capangueiros, vindos dos Lençóes, com a sua peculiar

> fraseologia que muito maravilharia a um sertanejo ou baiano não iniciado na prática daquela vida originalíssima (Neves, 1967, p. 8).

O autor morou em Lençóis, onde trabalhou como professor. O romance foi escrito em 1870, após o seu retorno a Caetité. Atuou como assíduo colaborador no jornal *A Penna*, periódico que publicou muito dos seus trabalhos. A trama do romance se desenrola em meio à lida de homens nos garimpos e disputas pela propriedade dos "serviços" – lugares com jazidas para exploração. Uma história de amor completa o enredo, que informa sobre a infixidez no sertão e suas moradias improvisadas, os ajuntamentos provisórios dos que buscavam por trabalho e as inúmeras dificuldades de sobrevivência da ampla maioria da população: "[…] diga o que quer [perguntou o taverneiro] Pouca cousa […] algumas libras de carne e um pouco de farinha [respondeu um velho garimpeiro]" (Neves, 1967, p. 69, acréscimo nosso).

No balanço das poucas mercadorias que restaram do armazém de Joaquim Gondim, na Villa Bella de Umburanas, havia duas capangas enceradas a preço de Rs. 4$000 cada uma, que informam sobre um comércio para atendimento ao garimpo. Outros itens da mercadoria arrolada deveriam prover os serviços nas minas, como frigideira, tigela, caneco, chaleira. O Quadro 1 apresenta uma lista das mercadorias arroladas.

Quadro 1 - Balanço do armazém de Joaquim Gondim na Villa Bella de Umburanas

(Continua)

Balanço	Preços líquidos
4 fregideiras est[anho] a 3$900	15$600
4 tijelas n.º 10 a $900	3$600
1 dita "12"	1$000
22 K.os pregos francezes sort.dos a 1$	22$000

(Conclusão)

Balanço	Preços líquidos
1 duz.ª pares bisagras $598	6$500
1 " " " 2¼	2$500
2 " " " grandes n.º 598 a 10$	20$000
2 " " " " " a 10$	20$000
4 " " " pequenas a 6$	24$000
7 canecos est. a 1$300	9$100
1 [mansugun] est.	4$000
12 fechaduras broca n.º 2 a 1$350	16$200
12 " " " 1 " 1$150	13$800
5 chaleiras ferro a 10$000	50$000
3 Frascos ameixas a 5$000	15$000
2 latas azeitona a 1$200	2$400
8 K.os manteiga " 2$000	56$000
6 facões marca jacare a 5$500	33$000
1 " " " " "	5$500
11 " " n.os 14 a 14P. a 3$000	33$000
9 espelhos muldura a 2$500	22$500
2 capangas oliado " 4$000	**8$000**
2 escovas para cabello " 2$400	4$800
2 bridas ferro " 3$000	6$000
	400$000

Villa Bella de Umburanas
17 de Fevereiro de 1898.
Herminio de Brito Gondim

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Major Joaquim Gondim. Est. 1, cx. 313, mç. 598, doc. 8. 1898-1901, 141 f., f. 53, grifo nosso.

Solteiro e sem herdeiros diretos e legítimos, tratou o comerciante Joaquim Gondim de amparar em testamento aqueles com

quem partilhara a vida. Duas situações o obrigaram a fazer o seu testamento: por ser solteiro e o reconhecimento de Octacilia Gondim como filha natural. Mas é possível imaginar que sua maior motivação residisse em declarar como uma de suas últimas vontades a proteção da sua companheira dos Brejinhos:

> Declaro que sou cidadão brazileiro nato, natural d'esta freguezia de Senhora Santa Anna de Caeteté, filho legítimo do Capitão Manoel Francisco de Brito Gondim e Dona Rita Esmeria de Carvalho Cotrim, ambos já fallecidos. **Sempre fui e sou solteiro, e por não ter filhos adoptei e arroguei por minha filha a Octacilia Gondim, filha de Anna Seraphina de Jesus, adopção e arrogação que fiz em attenção ao amor que sempre lhe consagrei desde que nasceu, por ter sido criada e educada por mim** […] Declaro que a referida menina se acha casada legalmente com meu sobrinho Herminio de Britto Gondim, e a ella competem todos os direitos de successão dos poucos bens que possuo; e lhe peço que não abandone a minha irmã Anna Maria de Britto Gondim, devendo dispensar-lhe todos os desvellos de que é merecedora; pedido este que faço pelo amor de Deus. Peço egualmente a meu sobrinho dito Herminio, que **não abandone a Anna Rita da Conceição, mulher que vive em minha companhia, e que muito me tem servido e ajudado**.[27]

O testamento era um costume voluntário de declaração dos direitos sucessórios. Mattoso indica as circunstâncias nas quais o testamento era utilizado como instrumento legítimo para dispor sobre o patrimônio pessoal (total ou parcialmente):

> […] testava quem era solteiro, sem herdeiros automáticos; testavam também os que previam a ocorrência de litígios entre os herdeiros, ou queriam reconhecer a paternidade de filhos naturais; testavam, por fim,

> os que queriam proclamar a própria fé cristã ou instruir sobre o funeral desejado (Mattoso, 1992, p. 602).

A casa que Joaquim Gondim possuía no arraial dos Brejinhos, aos cuidados de Anna Ritta, seguiu o padrão de arquitetura comum às moradias de negociantes da região, com cinco portas e duas janelas de frente, que permitiam a residência e a realização dos seus negócios. As habitações térreas de uso misto, que serviam como "vivenda e loja", eram comuns na Chapada Diamantina e na Serra Geral. Um modelo de arquitetura que, segundo Azevedo (1980, p. 21), se difundiu com o ciclo diamantífero:

> Sua origem parece ligada à forma de exploração dos metais e pedras preciosas, ou seja, a 'meia praça'. Capangueiros e fornecedores necessitavam ter junto à casa uma loja, onde faziam seus negócios e onde estocavam víveres para os 'sacos", que eram fornecidos aos garimpeiros. Tão generalizadas são estas casas, na vertente oriental da Chapada, que é possível que outros comerciantes tenham também assimilado este hábito de viver e trabalhar no mesmo local.

Pequenos comerciantes e negociantes exportadores possuíam habitações com mesmo padrão arquitetônico para uso múltiplo. O seleiro José Marques Alves, morador no arraial do Bonito (atual município de Igaporã), residia em uma casa com armação para loja, pátio murado, quatro portas e duas janelas de frente. Era proprietário de uma tenda de seleiro e tinha quatro selas bastos novas que havia confeccionado recentemente. Na sua loja, vendia as selas que fabricava para a montaria da sua freguesia no arraial.[28]

A casa de morada do Capitão Hermelino Gomes de Azevedo também foi construída para uso duplo: bem localizada, na Praça Rodrigues Lima, onde se situava o mercado da feira livre de Caetité, a casa possuía três portas e três janelas de frente, com armação para negócio. Um dos seus filhos, Virgílio Gomes de Azevedo, com 29

anos de idade, tornou-se "[..] caixeiro do escripta da casa omercial dos senhores Machado e Silva" e passou a morar em Salvador. Com o pai, adquiriu habilidade para negociar.[29]

O Capitão Hermelino Gomes morreu praticamente falido e o seu inventário indica que não vivia mais do seu pequeno comércio. No entanto, Joaquim Gondim, o negociante dos Brejinhos, mantivera, antes da sua morte, ativo negócio de importação com firmas de Salvador. Por procuração passada ao Coronel Cincinato Araújo, rico negociante de Caetité, a firma João Correia e Companhia requereu, em 10 de dezembro de 1897, o pagamento de compras realizadas por Joaquim Gondim na casa comercial instalada no Caes do Pedroso, sob n. 17, em Salvador.[30] Esse cais era localizado em área litorânea de grande comércio de Salvador:

> No final do século XIX, o litoral do bairro do Comércio de Salvador, área do porto da cidade, era composto por um mosaico de cais e pontos de atracação – os cais do Pedroso, do Ramos, do Gaspar, de Santa Bárbara, do São João, do Ouro e do Bulcão, entre outros – além de uma infinidade de trapiches e armazéns. Neste cenário, se misturavam o embarque e desembarque de produtos de importação e exportação com o comércio de abastecimento da cidade através dos mercados municipais de São João e Santa Barbara e o comércio informal das feiras livres e dos cantos tradicionais, mantidos por vendedores ambulantes (Mercado Modelo, 2011).

A firma João Correia e Companhia era um armazém especializado no comércio de secos e molhados, com grande sortimento de vinhos de todas as qualidades e marcas, doces "inglezes e francezes", caldas, cervejas, "cognac", "vermouth", chá verde e preto em latas, café velho da Chapada, queijo, requeijões, chocolate.[31] Exigiu do espólio do Major Joaquim Gondim direito na partilha de bens para saldar as dívidas de suas transações.

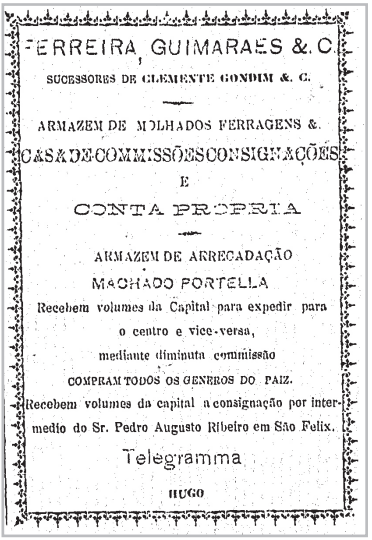
Verifica-se, nas contas dessa firma de Salvador, o envio de duas remessas de dinheiro, no montante de Rs. 886$660, por intermédio de outras firmas que atuavam como comissárias, em Salvador, dos negócios de Joaquim Gondim. Diversos registros nos inventários de negociantes em Caetité indicam prática comum de consignação de compra de mercadorias a comissários de outras praças.[32]

Operações semelhantes foram realizadas por firmas de Salvador para o comitente Joaquim Gondim. Instalados nas Ruas Conselheiro Saraiva e Santa Barbara, Fernandes, Motta e Companhia receberam de Rodo & Filho a importância em dinheiro de Rs. 1:000$000 para liquidação de uma fatura de Rs. 1:724$800, por compra de mercadorias. Os proprietários da firma, uma casa com "manufactura moderna" e depósito permanente de novidades para homens, especializaram-se no comércio de brins, "chapeos", camisas e gravatas, roupas finas e grossas, "tudo sob medida", importadas das "principaes praças da Europa e America". As dívidas contraídas pelo comerciante de Caetité com firmas de Salvador, todas por compra de mercadorias, somavam Rs. 12:615$222.[33]

Anúncios no jornal *A Penna* registram os serviços de firmas que atuavam como casas comissárias no sertão, a exemplo do armazém Ferreira, Guimarães e C., firma de exportação instalada em Machado Portela, especializada em molhados e ferragens, e associada à *The Lafayette Rubber Estates, Limited*.[34] Os anúncios dessa firma foram publicados nas edições quinzenais do jornal e circularam por meses. As propagandas destacavam a segurança dos serviços oferecidos, sua agilidade e comodidade, sugeriam a existência de uma clientela e mercado a serem conquistados. Toda essa facilidade prestada, e era importante destacar, com "diminuta commissão". Não há como acompanhar a influência da propaganda sobre os consumidores em Caetité e região, mas a insistência do anúncio e o espaço que ocupava nas folhas do jornal não passariam despercebidos aos olhos dos leitores do *A Penna*. É certo que o jornal atingia uma parcela diminuta

da população, mas o anúncio deveria chegar àquela alfabetizada e em condições de pagar pelos serviços de remessa e entrega de encomendas pessoais e cargas para o comércio:

Figura 1 - Anúncio do armazém, casa de comissão e consignação Ferreira, Guimaraes & C.


FERREIRA, GUIMARAES & C.

SUCESSORES DE CLEMENTE GONDIM & C.

ARMAZEM DE MOLHADOS FERRAGENS &.

CASA DE COMMISSÕES CONSIGNAÇÕES

E

CONTA PROPRIA

ARMAZEM DE ARRECADAÇÃO

MACHADO PORTELLA

Recebem volumes da Capital para expedir para o centro e vice-versa, mediante diminuta commissão

COMPRAM TODOS OS GENEROS DO PAIZ.

Recebem volumes da capital a consignação por intermedio do Sr. Pedro Augusto Ribeiro em São Felix.

Telegramma

HUGO

Fonte: *A Penna*, Caetité, Anno VI, n. 119, p. 4, 26 fev. 1902.

Situada em Maracás, e a partir de 1962 no município de Marcionílio Souza (mais conhecido por seus moradores como Tamburi), a estação de Machado Portela integrou conforto e redução de tempo às viagens das populações do alto sertão à capital da província. Centro de remessa e distribuição de mercadorias, para lá eram remetidos por tropas os produtos da lavoura e pecuária que, despachados por comissários ou em consignação, abasteciam os mercados de São Félix e Salvador. Da estação chegavam produtos manufaturados, fazendas, ferragens, secos e molhados, que abasteciam Caetité, vilas e povoados adjacentes. Essa movimentação de pessoas e mercadorias nos trilhos da Central da Bahia permaneceria por

longos anos.[35] A fotografia a seguir mostra a estação de Queimadas/ Machado Portela no ano de 1944, ao fundo visualizam-se trapiches e o casario do pequeno povoado:

Figura 2 - Caixa d'água na estação de Queimadas/Machado Portela – Maracás (BA), em 1944

Fonte: Centro-Oeste, 2011.

Relatório publicado pela *Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., com a participação do historiador inglês Arnold Wright, descreve a construção da linha férrea e extensão de seus ramais:*

> A concessão para esta linha [Estrada de Ferro Central da Bahia] foi dada por decreto de 14 de janeiro de 1866, e organizada para explorar uma companhia com a denominação de Caminhos de Ferro do Paraguaçu, em 1867, na cidade de Londres, tomando a Província da Bahia 5.000 ações no valor de Rs.1.000:000$000. Mas esta companhia fracassou, liquidando-se dois anos mais tarde. Foi então organizada uma nova

> companhia em 26 de setembro de 1872, com o título de Estrada de Ferro Central da Bahia, com garantia de juro de 7% dada pelo decreto de 28 de outubro de 1874. As dificuldades para a formação desta segunda companhia não permitiram logo a princípio um grande impulso aos trabalhos de construção, de modo que foi só a 7 de abril de 1875 que os primeiros 45 quilômetros foram abertos ao tráfego, entre as cidades de Cachoeira e Feira de Santana. Os trabalhos de construção da linha principal, que parte da cidade de São Felix, em direção à Chapada Diamantina, começaram somente em 17 de maio de 1879; e os primeiros 84 quilômetros de São Felix da Tapera foram abertos ao tráfego em 23 de dezembro de 1881. A segunda seção da linha, com 96 quilômetros, foi aberta em 15 de outubro de 1883, e a terceira, com 63 quilômetros, em 11 de janeiro de 1885. Finalmente, em 1888, ficou a linha completa até Machado Portella. A linha principal parte da cidade de São Felix e termina em Bandeira de Mello; o seu comprimento total é de 271,6 km. O ramal parte da Cachoeira e termina na Feira de Santana, tendo um comprimento total de 45 quilômetros. Com o fim de ligar o ramal à linha principal, foi construída uma ponte metálica sobre o rio Paraguaçu, a qual foi inaugurada a 7 de julho de 1888, constituindo esta ponte uma das mais importantes construções em seu gênero no país[36] (Wright, 1913, p. 255-268).

Muitos tropeiros levavam dias, ou mais de um mês nos trapiches da estação de Machado Portela, como o da exportadora Ferreira e Guimarães, à espera de cargas armazenadas em São Félix. O custo com a pastagem dos animais e alimentação dos arrieiros onerava ainda mais os serviços de tropas. Então, apelava João Gumes nas páginas do seu jornal e decerto a sua pena atendia ao desassossego de muitos dos seus leitores: "[…] vemo-nos privados,

por mezes e mezes, das mercadorias de importação de mais urgente e instante necessidade […] Falta-nos tudo e tudo temos encalhado pelos caminhos".[37]

Outros tantos negociantes, a exemplo de Joaquim Gondim, cruzaram as estradas do sertão para tocar os seus negócios. Embruacavam as bestas com mercadorias importadas e gêneros da terra para abastecer pequenas vendinhas e armazéns dos povoados e arraiais; realizar entregas de encomendas aguardadas há meses. Alguns criaram fortunas através dos caminhos do sertão da Bahia; outros, ainda, mantiveram tropas de burros, próprias ou arrendadas, como principal atividade econômica ou investimento alternativo para aumentar os seus ganhos em uma economia de fluxo diversificado. Bert Barickman comenta esse ativo comércio entre os sertões da Bahia, o Recôncavo baiano, Salvador e as províncias do Sul:

> […] Cachoeira, sede da maior vila do Recôncavo, já era um importante entreposto de comércio inter-regional em meados do século XVIII. Boiadas vindas dos sertões passavam por seus arredores a caminho de Salvador. Navio e barcos atracados no rio Paraguaçu recebiam ali cargas pesadas de fumo e açúcar das freguesias rurais da vila e de algodão, couros e ouro provenientes de áreas mais remotas do interior. Descarregavam tecidos, ferramentas e outras manufaturas européias que os comerciantes da vila, por sua vez, enviavam em lombos de mulas e cavalos para povoados de todo o vasto interior da Bahia (Barickman, 2003, p. 102).

A capital da província da Bahia foi, no século XIX, a principal praça de abastecimento das mercadorias importadas e nacionais, dessa praça vieram molhados, fazendas, miudezas e ferragens. Esses produtos importados da Europa e dos Estados Unidos vestiam a freguesia com certo dinheiro, cobriam catres e camas, adicionavam outros sabores à mesa, muniam artesãos com peças e acessórios para fabricação de calçados, móveis e engenhocas para o serviço nas

lavouras. A Grã-Bretanha, outrora o principal fornecedor de produtos importados para o mercado brasileiro, perdeu a sua preeminência entre 1902-1920. Paul Singer (2006, p. 403-405) considera que a redução dos produtos ingleses na pauta de importação brasileira atribuiu-se, em parte, ao declínio, no plano mundial, da hegemonia britânica no capitalismo industrial:

> […] o lugar da Grã-Bretanha foi em parte ocupado pelos seus principais rivais, os Estados Unidos e a Alemanha, que em conjunto forneciam apenas 12 a 13% das importações ao Brasil no século passado [XIX], porcentagem que sobe para cerca de 24% em 1902/04 e para quase 30% em 1908/12, alcançando 45% em 1920 e quase 39% em 1928. Como fornecedor de produtos, a maior parte manufaturados, os Estados Unidos superam a Grã-Bretanha a partir do período entreguerras, que marca o declínio definitivo da influência britânica no Brasil (Singer, 2006, p. 403-405).

Ainda no século XIX, fazendeiros e negociantes do alto sertão exportavam, para Salvador e demais mercados da Bahia e Minas Gerais, produtos da pecuária e da lavoura que abasteciam esses mercados internos. Resultado de uma agricultura de grande lavoura para exportação, mas a falta de alimentos na capital da província da Bahia era um problema recorrente. O estudo de Barickman sobre a agricultura para o abastecimento local e sua relação com a economia de exportação, no Recôncavo baiano, revela essa demanda incessante de alimentos na capital da província:

> Salvador, como outras cidades pré-industriais, sofria numerosas crises de abastecimento, momentos de escassez que se alternavam com épocas de fartura […] Embora toda a vida econômica da cidade dependesse, em última instância, de um comércio constante e crescente de açúcar, fumo e café, a população de Salvador freqüentemente constatava que o aumento da produção para exportação a deixava sem

> condições de comprar farinha para suas refeições diárias. A prosperidade na economia de exportação só agravava o problema dos preços altos num mercado em que **condições precárias de cultivo resultavam na escassez periódica de mantimentos** (Barickman, 2003, p. 133, grifo nosso).

Para o autor, a agricultura diversificada do Recôncavo baiano, que se constituía em grandes propriedades de produção do açúcar e do fumo, com o largo uso do trabalho escravo e de pequenas propriedades que produziam farinha de mandioca para o abastecimento local, criou uma economia e sociedade complexas. Essas distintas atividades agrícolas, longe de se excluírem, se articulavam. Ainda segundo Barickman (2003, p. 30-31), a agricultura para a produção de alimentos e abastecimento para o mercado local não era subsidiária à *plantation:*

> Não se pode, portanto, classificar a agricultura e o comércio de abastecimento como atividades meramente subsidiárias, simples acessórios da economia de exportação […] eram atividades indispensáveis ao crescimento e à expansão de uma economia regional mais ampla, dominada pela agricultura escravista de exportação (Barickman, 2003, p. 30-31).

Para a economia do alto sertão, as fontes indicam que o comércio com o mercado regional, com o Recôncavo baiano, a capital da província e províncias do Sul criou uma extensa rede de transações de mercadorias de importação e exportação de produtos da agricultura e pecuária local. De um lado, a comercialização de produtos agropastoris, a exemplo do gado, peles, borracha, algodão, farinha de mandioca, rapadura e cachaça, possibilitou o incremento de uma agricultura de exportação e abastecimento de mercados. Por outro,

a expansão dessa economia de exportação e abastecimento de bens de consumo estimulou o comércio interno de produtos importados.

Uma articulação dos negócios entre os ricos proprietários do alto sertão com a capital da província também é apontada por Pires no seu estudo sobre o tráfico interprovincial de escravos. Para a autora, esses negócios continuaram a dinamizar a economia interna após a Abolição:

> Entre os mais afortunados, as articulações do sertão com a capital continuaram vigorosas após a abolição. De todo modo, não se deve esquecer que esses 'negócios' e outros mais modestos movimentaram a economia interna e empregaram mão-de-obra regionalmente (Pires, 2009, p. 176).

Valores de transações no comércio em Caetité para o ano de 1925, segundo os registros de impostos cobrados de indústrias e profissões, informam uma expressiva dinâmica dos negócios no município, como se nota nos dados do Quadro 2.

Quadro 2 - Gyro commercial do municipio de Caetité, em 1925 (por ramo de atividade)

Tecidos e miudezas	**39 negociantes**	**641:000$000**
Seccos e molhados	63 "	229:650$000
Espiritos fortes	60 "	95:000$000
Commercio de gado	16 "	156:000$000
Pharmacia	3 "	28:000$000
Destillarias	22 "	990:000$000
Diversos produtos	6 "	258:000$000
Total		**2.397:650$000**

Fonte: Annuario Estatistico da Bahia *apud* Silva (1932, p. 172).

Os volumes comercializados sugerem uma demanda acentuada de mercadorias produzidas na região, a existência de um mercado

consumidor de produtos importados e um comércio bastante ativo. Era, portanto, uma economia que produziu para o abastecimento de mercados internos e para exportação.

Os inventários indicam para a economia diversificada e articulada ao mercado regional, ao comércio com a capital da Bahia e aos demais mercados do país. Permitem uma compreensão dos mecanismos de enriquecimento de fazendeiros e negociantes, suas formas de acumulação, a composição de suas fortunas e acenam para uma acentuada concentração de renda. Apontam a constituição de um mercado interno de abastecimento e de exportação cujos ritmos e as flutuações articulam-se aos demais mercados nacionais. Documentam papel fundamental das atividades produtivas e de negócios do alto sertão nas conjunturas econômicas do país pós-Abolição.

Discuto nas páginas seguintes a situação econômica do município a partir da pesquisa em inventários *post mortem*. Informações quantificadas em tabelas auxiliarão a análise da acumulação interna, distribuição dos bens que compuseram os patrimônios pessoais, evolução do monte-mor e especificidades na distribuição de renda.

MEANDROS DA VIDA SOCIAL E ECONÔMICA NO ALTO SERTÃO

Figura 3 - Anúncio da Loja Caprichosa, em Caetité

Fonte: *A Penna*, Caetité, Anno XIV, n. 343, p. 5, 7 maio 1925.

O arguto proprietário da Loja Caprichosa, Durval Públio de Castro, valeu-se da insatisfação dos herdeiros de espólios com a transferência compulsória de dinheiro ao Estado, por custas e emolumentos judiciais exorbitantes, para atrair seus fregueses mais afortunados. A sonegação de bens em inventários, ou suas tentativas, não era uma prática incomum. Os herdeiros de espólios de maior patrimônio sonegavam para se beneficiar com a partilha.

A população mais pobre buscou evitar a redução do patrimônio por taxas e emolumentos cobrados pela Justiça, quase sempre onerosos para quem possuía bem pouco. Lavradores e trabalhadores urbanos pobres do alto sertão, ao furtarem-se do controle do fisco, omitindo bens declarados nos arrolamentos, ou mesmo omitindo o óbito, buscavam vencer as dificuldades sociais e econômicas de uma região cuja concentração de renda impusera à ampla maioria da população condições mínimas de sobrevivência.

Acusado de sonegação, o meeiro Antonio do Couto Fróes foi intimado a depor, em auto reaberto para sobrepartilha, quase dois anos após o arrolamento e a partilha dos bens contraídos com a sua mulher, Maria da Gloria Faria Couto. Respondeu a uma denúncia feita pelo seu cunhado, Constantino José de Faria, irmão da inventariada, em petição que alegava: "[…] seu dito cunhado […] occultou muitos destes bens fazendo-se apenas um pequeno arrolamento [e] Como este procedimento do seu cunhado muito vem prejudicar a seus sobrinhos menores […]".[38] O auto de declaração do inventariante foi instalado em 4 de março de 1921 e revela a solidariedade familiar em meio a um cotidiano vivido com simplicidade:

> Auto de declarações feitas pessoalmente pelo inventariante.
>
> […] interrogado pelo Juiz, declarou o seguinte: Que mora no sitio dos 'Angicos', onde nasceu e se criou, há cerca de cincoenta e tantos annos, sitio que lhe coube por herança de seu pae, sendo que este sitio

> pertence tambem aos seus diversos irmãos […] que n'esse sitio elle trabalha e tem lavoura; que, alem d'esse sitio, elle possue ainda o sitio Lameirão, **onde tem um aggregado, que alli trabalha**; em cujo sitio elle respondente tem um engenho velho e parado; que esse engenho elle vendeu ao Senhor Joaquim Feliciano de Carvalho, depois do inventario de sua mulher, com o intuito de fazer outro; que n'esse sitio elle tem uma pequena chacara de café e umas larangeiras salteadas.
>
> Perguntado porque motivo não deu a descrever no inventario dos bens de seu casal o sitio dos "Angicos"?
>
> R. **Que o fez por ignorancia**, pois sendo este annexo ao do Lameirão, suppoz que podesse englobar os dous em um só […]
>
> P. se deu esse gado a descrever no inventario de sua mulher?
>
> R. **Que não, por conselho de sua sogra, allegando que, tendo elle dividas, seria melhor que as pagasse com esse gado e depois se sobrasse, desse uma rezinha a cada filho.**[39]

Após a morte de Maria da Gloria, Antônio do Couto passou a morar na sua parte de terras recebida por herança do pai, situada nos Angicos; deixou o sítio do Lameirão, com roça de cana e engenho para produção de rapadura, aos cuidados de um agregado. Tinha cinco filhos menores, com idades entre dez e dois anos, que passaram a morar na casa da avó materna. Com os bens da sobrepartilha, o seu monte-mor foi avaliado em Rs. 4:492$000, um valor bem superior ao declarado no inventário aberto à época da morte da sua companheira.

O minucioso depoimento de uma das testemunhas intimadas no processo de sonegação de bens, o lavrador José de Souza Zezé, com 37 anos de idade, casado, natural e residente no distrito da Santa Luzia, revela que a vida nas roças e sítios dos pequenos lugarejos e

povoados era costumeiramente partilhada. O trabalho e o lazer cotidianos não passavam despercebidos aos olhos da vizinhança:

> […] o inventariante deixou de incluir no arrolamento que fez o sitio dos Angicos, que adquirira por herança de seu pae, e que a parte pertencente ao inventariante vale perfeitamente dous contos de reis porque os terrenos são muito bons, regadios e d'elle nascem alguns riachos, que n'esse sitio existem duas casas, das quaes o inventariante tem parte, pertencendo as outras partes a seus irmãos; que n'esse sitio dos "Angicos" mora o inventariante […] **no sitio do Lameirão o inventariante lavrava cannas, fazendo cerca de trinta cargas de rapaduras**, sendo que esse engenho, que ainda se acha no mesmo sitio, lhe consta que o inventariante vendeu ao visinho Joaquim Feliciano de Carvalho, por cento e cincoenta mil reis; […] conhece do inventariante vinte e quatro cabeças de gado de toda sorte, que não foi dado o inventario, por occasião da morte da mulher, sendo que, alem d'esses o inventariante ja vendeu mais cinco rezes, depois do inventario para cá, e que não foram inventariadas […] **depois da morte da inventariada vendeu uma machina de costura a Senhora do Senhor Aprigio Silveira, não sabendo por quanto** […] das cinco rezes vendidas pelo inventariante, a que se referiu acima, uma foi vendida a Dona Florentina por cem mil reis, sendo esta parida […] dessas rezes foram vendidos dous garrotes de anno a dous, por setenta mil reis, ao Senhor João Ferreira, e duas vaccas solteiras a Rozendo Tolentino Roque, não podendo porem precisar o preço […] sabe que no sitio Lameirão existe tambem um carro novo, que não foi inventariado e que foi comprado pelo inventariante a um irmão d'ella testemunha e que foi comprado por sessenta mil reis […] **Dona Florentina, sogra do inventariante, está de posse de um par de brincos e de um annel de ouro, que pertenceram a sua filha e não foram inventariados**.

> Perguntado pelo procurador do inventariante […] se a testemunha sabia com que ferro o inventariante marcava suas rezes, respondendo a testemunha que o inventariante marcava o gado com o ferro da sogra, e que porem depois do inventario, fez um ferro para si, com o qual esta ferrando o gado […] sabe que no sitio do Lameirão existem dous tachos de cobre, um maior e outro menor, calculando que um possa valer cem mil reis e outro cento e quarenta mil reis.[40]

Jovino Rodrigues Xavier (com 37 anos de idade), Joaquim Gomes da Rocha (33) e Antonio Gomes da Rocha (38), todos lavradores, casados e moradores no mesmo distrito de Santa Luzia, também depuseram no processo e sabiam muito "por ouvir dizer"; não acrescentaram informações e confirmaram sobre os bens não declarados pelo inventariante.

Visitas frequentes aos sítios vizinhos, em dias de finais de semanas, feriados, quermesses e demais festas, informavam sobre os utensílios de trabalho, as criações, as vendagens, a produção nas roças, os engenhos e alambiques e, até, sobre os adereços do vestuário feminino. É possível que Antonio do Couto tenha tentado agradar a sua sogra, Dona Florentina, com o par de brincos e o anel de ouro que pertenceram à sua mulher, para que aquela cuidasse dos seus filhos menores.

Um aparelho de uso moderno e pouco comum na pequena localidade de Santa Luzia não escaparia às notícias que circulavam sobre os bens que o casal possuía. As compras de metros de zefir e brim no armazém do negociante José Arlindo de Andrade indicam que Maria da Gloria empregava a sua "machina de costura" manual, de marca Singer, para costurar as roupas que vestiam a família e, desse modo, reduzir as despesas do casal. Quem sabe atendesse a encomendas de costuras dos seus vizinhos, para ganhar seu próprio dinheiro e ajudar no sustento da casa e da roça. As compras de

tecidos no armazém de José Arlindo de Andrade sugerem que Maria da Gloria era costureira.

Arrolada por Rs. 30$000 a máquina de costura foi vendida a preço de Rs. 100$000 à mulher de Aprigio Silveira. Nota-se que esse valor era superior à maioria das avaliações de casas de moradas e terras da região. O alto preço de sua venda, apesar de servida, talvez se explique pela valorização do seu uso entre os moradores dessa localidade e arrabaldes. Deveria a máquina Singer ter causado admiração e desejo às mulheres que frequentavam o sítio de Maria da Gloria, suas possíveis freguesas, e assim se popularizado no distrito da Santa Luzia, sítios e roças adjacentes. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, apesar de modos de vida adversos ao do alto sertão, a introdução da máquina de costura e demais inovações tecnológicas no dia a dia das pessoas alteraria, em ritmo acelerado, hábitos e costumes cotidianos (Sevcenko, 1992, 1998). Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1998, p. 418) comentam a economia nas despesas domésticas com a introdução da máquina de costura:

> A costura não só vestia a família. Através da cerzidura e do remendo preservava-se toda a roupa, fosse a usada para vestir, fosse a do cotidiano doméstico, como os lençóis, toalhas, guardanapos. Através da conservação, da reforma da roupa velha e da feitura de roupa nova, evitavam-se despesas com a compra de novas (Maluf; Mott, 1998, p. 418).

Provada a queixa de sonegação, em pronunciamento do juiz de direito da comarca, Polybio Mendes da Silva, os bens não declarados por Antonio do Couto foram todos arrolados e compuseram a sobrepartilha.

Quando o assunto era com a Justiça, evitar o seu trato e salvaguardar o parco patrimônio herdado foram estratégias de que a população mais pobre se valia para manter os bens que lhe asseguravam condições mínimas de subsistência. Sobre as práticas furtivas

dos herdeiros com parcas rendas para escapar do fisco judiciário, Dantas considera:

> No caso da população mais pobre, a abertura de processos de inventário implicava gastos para a família do falecido, tanto para pagamento das custas do processo quanto para a regularização da situação com a Fazenda. Não era raro que a população mais pobre buscasse evadir-se de tal obrigação ou, na impossibilidade de passar despercebido o óbito aos olhos das autoridades, tentasse subornar os responsáveis (entregando-lhes um bem cujo valor era supostamente inferior ao que seria gasto com as custas e impostos) (Dantas, 2007, p. 80).

Na documentação pesquisada, não localizamos indícios de suborno de autoridades por herdeiros precavidos quanto aos altos custos dos impostos e demais emolumentos cobrados pela Justiça. Essa prática, no entanto, não deveria fugir às estratégias de sobrevivência da população pobre. Mas as tentativas para "passar despercebido o óbito aos olhos das autoridades" são facilmente localizadas nas fontes. Em tais situações, como constatou Maria de Fátima N. Pires (2009, p. 19) nos inventários de Caetité e Rio de Contas, coube à própria Justiça intimar os herdeiros para comparecimento em juízo:

> Diante das dificuldades financeiras de diversas famílias, não era incomum herdeiros se furtarem a declarar bens, procurando escapar à declaração em inventários a fim de se livrarem da partilha e do conseqüente pagamento de impostos. Nesses casos, a Justiça geralmente procedia às intimações para comparecimento em Juízo, onde se procederia ao arrolamento, avaliação e partilha (Pires, 2009, p. 19).

Em 9 de fevereiro de 1916, por denúncia e petição de Emilio Plynio da Silva, adjunto do promotor público, Estevam da Silva Lopes foi intimado a comparecer em juízo para prestar juramento

no processo de inventário e partilha dos bens da família. Estevam Lopes, que vivia do seu emprego na "linha telegraphica", ficou viúvo em 2 de novembro de 1914. Apesar de ter cinco filhos menores, com idades entre onze e dois anos, não havia prestado as devidas contas com a Justiça. Obrigado a arrolar o pequeno patrimônio que havia construído com a esposa, Faustina Amelia Lopes, o funcionário dos telégrafos, não "acodiu" à intimação do escrivão de justiça, como se vê na certidão passada no processo de inventário dos seus bens:

> […] o viuvo Estevam da Silva Lopes não acodiu á citação que lhe foi feita, deixando de comparecer no dia, logar e horas designados, sem dar satisfação alguma ou allegar em Juizo o motivo que o impediu de cumprir a ordem que recebera; pelo que, constando-me que elle estava de viagem, fiz-lhe ver a sua falta e o intimei para não viajar sem comparecer primeiramente em Juizo […] Ainda d'esta vez porem o viuvo inventariante não attendeu a intimação, viajando no dia seguinte, sem nada comunicar em Juizo.[41]

Sob a ameaça da "pena de desobediencia e sequestro nos bens da herança", conforme despacho do Major Clemente Ladeia Tanajura, juiz de direito em exercício pleno, o viúvo compareceu em juízo para prestar os juramentos e justificar a sua ausência. Obrigou-se a recolher aos cofres públicos custas e emolumentos sobre o pequeno patrimônio construído pelo casal e montado em Rs. 1:685$000:

> […] o inventariante veio em cartorio declarar-me, para fazer sciente ao Juiz, que, sendo empregado na linha telegraphica, d'esta cidade para a Lagoa do Timotheo, teve ordem de seu superior para seguir com urgencia, em inspecção da linha até aquella localidade, pelo que não poderia achar-se aqui no dia vinte e cinco para cumprir a notificação retro [descrição, avaliação e partilha dos bens].[42]

Em meio às inúmeras dificuldades para o sustento da família, os impostos sobre a partilha de bens significavam uma chicana contra o pequeno quinhão constituído com o trabalho por anos a fio. Adensou os arranjos para sobreviver às agruras socioeconômicas do alto sertão a fuga dos impostos cobrados pela Justiça sobre os bens patrimoniais. Por esses arranjos de sobrevivência registrados em inventários *post mortem,* é possível recompor a dinâmica social e econômica do alto sertão da Bahia. Diversas informações são alcançadas nessa fonte: valor e composição do patrimônio pessoal; atividades produtivas; ganhos materiais de grupos sociais diversos; níveis de renda; distribuição de investimentos; concentração de riqueza. Os inventários permitem, portanto, o estudo de conjunturas econômicas e da vida material na região.

Os inventários pesquisados foram distribuídos em cinco faixas de concentração dos bens inventariados que correspondem a grupos sociais cujos rendimentos provinham de atividades econômicas ligadas às atividades agropastoris, ao comércio, aos serviços urbanos, aos dividendos de apólices e ações e aos juros de empréstimos.[43]

É preciso ressaltar, no entanto, que o período aqui estudado resulta de uma conjuntura marcada pela extinção do trabalho escravo e que provocou perda significativa nas fortunas de proprietários. Maria de Fátima Pires nota sobre a evolução média de monte-mor em Caetité, no período de 1860 a 1924, uma maior queda nos anos de 1880-1894:

> O decréscimo econômico assinalado entre o período pré e pós-abolicionista resulta da incapacidade dessas economias em driblar os problemas advindos das secas e do fim da escravidão. A evolução do monte-mor dessas regiões revela que, relativamente à década de 1860, houve retração da economia nas décadas subseqüentes. Se considerarmos que os escravos representavam o grosso dos valores dos inventários, é possível compreender esse decréscimo diante de

> uma conjuntura de intensificação do tráfico intra e interprovincial, e também das lutas de escravos pelas alforrias. Todavia, alternativas foram tentadas para enfrentar aquele momento mais crítico […] Atividades como a pecuária, o tropeirismo, a produção agrícola de gêneros alimentícios para o comércio interno não foram abandonadas, embora tenham sido arrefecidas (Pires, 2009, p. 130).[44]

A análise dos dados apresentados adianta parte da noção de uma conjuntura econômica ainda sob os efeitos da Abolição. Juntam-se a isso as secas de 1860 e 1889-1890, que causaram sérios prejuízos à pecuária e lavoura:

> […] as longas estiagens complicaram ainda mais as condições de sobrevivência [de pequenos lavradores] em suas roças, sítios e terrenos. Dentre elas, a seca de 1860, mais calamitosa pela sua extensão e conseqüências nas condições sócio-econômicas regionais.[45]

Dantas (2007, p. 118) também comenta, com base na documentação pesquisada e, em especial, nas correspondências de Cícero Dantas Martins (Barão de Jeremoabo), a seca em Itapicuru e Soure:

> Pelo que se vê da documentação, a região de Itapicuru e do Soure sofreu os horrores das secas em pelo menos três diferentes momentos ao longo da segunda metade do século XIX (1858, 1878 e 1889-1890). A falta de águas era quase sempre antecedida ou sucedida por fases de chuvas abundantes. As secas da segunda metade do século XIX não foram, portanto, nem tão longas e sucessivas, como tampouco constituíam novidade na região (Dantas, 2007, p. 118).

A Tabela 1, composta por cinco faixas de monte-mores em contos de réis e distribuídas por período, mostra o montante dos bens pessoais arrolados no município de Caetité pelos grupos sociais alcançados nos inventários, assim como o montante dos endividamentos. Os inventários *post mortem* arrolados e pesquisados possibilitam um acompanhamento da dinâmica das condições socioeconômicas para o período.

Tabela 1 - Distribuição do monte-mor por faixa e período, 1890-1930

Faixa de monte-mor em contos de réis	Período 1890-1899				1900-1909				1910-1919				1920-1930				Total para o período 1890-1930			
	Monte-mor	%	n.	%	Monte-mor	%	n.	%	Monte-mor	%	n.	%	Monte-mor	%	n.	%	Monte-mor	%	n.	%
até 1:000$ (1)	6:240$016	0,8	10	14,1	9:004$000	1,1	15	13,5	8:019$200	1,1	16	15,2	8:772$750	0,2	17	9,4	32:035$966	0,5	58	12,4
de 1:001$ a 5:000$ (2)	82:092$252	11,3	31	43,7	135:833$667	16,5	55	49,6	183:111$080	25,8	64	60,9	224:812$289	6,3	76	42,2	625:849$288	10,7	226	48,4
de 5:001$ a 10:000$ (3)	118:022$379	16,2	16	22,5	153:458$970	18,7	22	19,8	98:314$602	13,8	15	14,3	266:571$346	7,4	36	20,0	636:367$297	10,9	89	19,1
de 10:001$ a 20:000$ (4)	115:037$820	15,8	8	11,3	227:573$565	27,7	15	13,5	78:941$201	11,1	5	4,8	326:512$517	9,1	23	12,8	748:065$103	12,8	51	10,9
acima de 20:000$ (5)	407:416$918	55,9	6	8,4	296:360$730	36,0	4	3,6	341:993$556	48,2	5	4,8	2.764:804$574	77,0	28	15,6	3.810:575$778	65,1	43	9,2
Total	**728:809$385**		**71**		**822:230$932**		**111**		**710:379$639**		**105**		**3.591:473$476**		**180**		**5.852:893$432**		**467**	

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

Nota: dos inventários localizados e pesquisados no APEB, em um total de 483, quatro foram arquivados pela Justiça porque os parcos bens "não davam para inventario e partilha"; outros quatro estão fora de uso devido ao avançado estado de deterioração; um pertencia a morador na "Canabravinha do Jatobá", do termo da cidade de Minas de Rio de Contas, e foi transferido para este termo; um arquivado por se tratar de partilha amigável com despacho em processo anterior; dois para efeito de requerimento de certidão para habilitação de casamento, sendo dispensadas as avaliações; um com dispensa de avaliação por nulidade de partilha; outro por desistência de disputa do procurador do requerente; um incompleto, sem os termos de declaração de bens, avaliação e partilha; um último, para habilitação de herdeiros por sucessão, cuja avaliação foi dispensada.

O montante dos bens inventariados indica para uma recuperação da economia de Caetité após a década de 1890. Em quatro décadas esse crescimento linear acumulado correspondeu a 504,8% e se concentrou no grupo social da faixa 5 (com monte-mor acima de Rs. 20:000$), que registrou uma evolução linear patrimonial de 696,6%, também acumulada nas quatro décadas. Os grupos 3 (de Rs. 5:001$ a 10:000$) e 4 (de Rs. 10$001 a 20$000) tiveram um crescimento linear do patrimônio de 165,2% e 346,1%, respectivamente. Os grupos 1 (até Rs. 1:000$) e 2 (de Rs. 1:001$ a 5:000$) aumentaram os parcos ganhos em 42,7% e 123%, respectivamente. Esse crescimento do patrimônio, no entanto, foi acompanhado do aumento no número de inventários. Exceção, como assinalado acima, para o grupo com patrimônio acima de vinte contos de réis. Apesar do aumento significativo no número de inventários, para a década de 1920-1930, observa-se que esse grupo ampliou sobremaneira a sua fortuna. Os inventários revelam que se tratava de uma geração remanescente do Império que enriqueceu com a criação de gado vacum e exploração da mão de obra escrava. Após a Abolição, esse grupo de proprietários investiu em valores mobiliários o rico patrimônio acumulado, acompanhando as novas oportunidades de inversão econômica que o capitalismo industrial e financeiro proporcionava. Essas alternativas de inversão econômica, que se expandiram com a política econômica da República, serão tratadas no próximo capítulo.

A participação dos grupos com menor faixa de renda no montante do patrimônio arrolado sofreu redução no período de quatro décadas. Os grupos com renda superior a dez contos de réis aumentaram a sua participação no montante dos bens inventariados. Em especial, destacam-se o aumento do número de inventários para o grupo com renda superior a vinte contos de réis e o consequente distanciamento patrimonial entre os mais ricos e os grupos de menor renda.

Verifica-se, portanto, um aumento acentuado da concentração de riqueza: 8,4% dos inventariados na década de 1890-1899

concentravam 55,9% dos bens; entre 1900-1909, esse mesmo grupo social, com patrimônio acima de Rs. 20:000$, correspondia a 3,6% dos inventariados e seus bens a 36% do total de montes-mores; para a década seguinte, 1910-1919, apenas 4,8% dos inventariados possuíam 48,2% do montante de bens arrolados; entre 1920-1930, nota-se que 15,6% dos inventariados possuíam 77% dos bens arrolados. A média para todo o período confirma a concentração de riqueza para 9,2% dos inventariados, que detinham a propriedade de 65,1% das fortunas, o que equivalia ao montante de Rs. 3.810:575$778 do total geral de Rs. 5.852:893$432.

Pode-se inferir, a partir dos dados apontados nos inventários, que os grandes proprietários da região encontraram alternativas econômicas para sobreviver ao impacto provocado em suas rendas com a extinção do trabalho escravo. Os inventários permitem perscrutar as atividades produtivas que mantiveram a economia local e acumulação de riqueza. Ao tratar dos grupos sociais distribuídos por faixa de monte-mor, interessa-nos compreender a produção nas lavouras e o comércio de exportação e de abastecimento do mercado interno, o que ainda possibilitará a localização de lavradores, trabalhadores urbanos, fazendeiros e negociantes, estes últimos em suas vendas, lojas e armazéns.

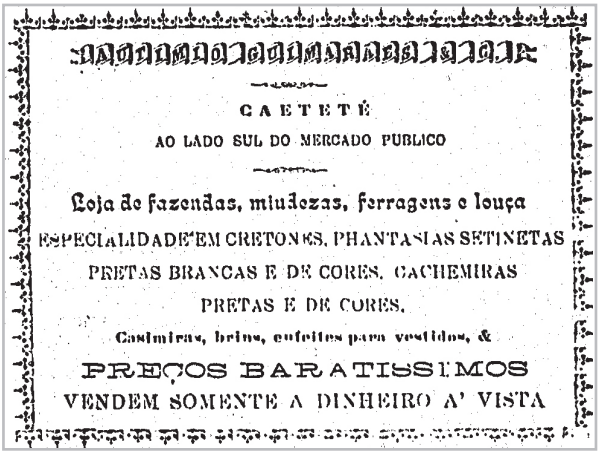
Distantes do litoral, e vulneráveis às habituais estiagens do tempo no sertão, negociantes de Caetité diversificaram as suas atividades de investimento para amealhar fortunas. Para muitos, o grosso do dinheiro provinha da comercialização de produtos para exportação e o abastecimento do mercado interno, mas estavam, em quase sua totalidade, vinculados à terra, seja no cultivo de alimentos e seus derivados, na criação de gado ou na extração de minérios. Como investimento financeiro e, ainda, símbolo de prestígio social, a terra e os imóveis urbanos absorviam boa parcela do montante da riqueza acumulada: "[…] consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados" (Florentino; Fragoso, 2001,

p. 21).[46] Em quatro décadas, os investimentos em valores mobiliários superariam o patrimônio em terras e semoventes.

Negócios no balcão: vendas, lojas e armazéns

Lojas de fazendas secas e ferragens são localizadas nos inventários, como a do comerciante Lautimio Guimarães, um dos inúmeros anunciantes no jornal *A Penna*. A variedade dos tecidos comercializados na sua loja é ilustrada na propaganda da Figura 4. Os estoques dessas lojas, geralmente variados, ofereciam fazendas, miudezas, ferragens, louças, artesanato local, papelaria, armarinho, dentre outras mercadorias. Esses estabelecimentos contavam com farta freguesia da cidade, distritos e comarcas vizinhas. Como assinalado anteriormente, o comércio da cidade atendia fregueses das vilas, termos e comarcas adjacentes.[47]

Figura 4 - Anúncio da Loja Lautimio Guimarães & C.



Fonte: *A Penna*, Caetité, Anno VIII, n. 168, p. 4, 19 ago. 1904.

Segundo Carrara (2010), os termos para identificação dos estabelecimentos comerciais na região das minas definem-se muito pela prática social do comércio. O comerciante Lautimio Guimarães identificou como loja o seu estabelecimento comercial de fazendas secas e ferragens, outros comerciantes tratavam os seus negócios como armazéns. Os termos não diferem os estabelecimentos. O termo venda era mais comumente empregado em estabelecimentos de pouca monta, muitos com pequeno comércio de bebidas, aguardentes e cigarros.

A ampla maioria desses comerciantes de balcão possuía monte-mor entre Rs. 1:001$000 e Rs. 10:000$000 (grupos 2 e 3 da tabela 1). Abasteciam o mercado interno com mercadorias compradas a negociantes importadores. As fronteiras da mobilidade eram, para muitos, bastante tênues e instáveis. Uma estiagem prolongada, acompanhada de dificuldades no abastecimento, queda da demanda e alta dos preços poderiam arruinar os negócios.

Algo semelhante é visto no inventário de Custódia Maria de Sousa Oliveira, moradora no arraial do Caculé, casada e sem filhos. O inventário foi aberto em 1906 com monte-mor avaliado em Rs. 3:266$205. O casal possuía Rs. 592$205 em mercadorias, Rs. 430$000 em bens móveis, Rs. 44$000 de um burro e Rs. 2:200$000 em imóveis – entre estes, uma ampla casa com loja, sobreloja e armação para negócio avaliada por Rs. 1:600$000.[48]

Bebidas destiladas, vinhos, iguarias, produtos de higiene pessoal e lenços, que compunham o estoque da pequena loja, informam o consumo de importados no distante arraial do Caculé. Francisco José faleceu em 1907, durante o inventário da esposa, e seu monte-mor foi reduzido para Rs. 1:143$640, com uma dívida ativa de Rs. 144$140 e uma passiva de Rs. 1:208$750. Em pouco mais de um ano, o seu patrimônio foi substancialmente reduzido. A única herdeira do espólio era Dona Carolina Maria de Jesus, sogra de Francisco José, e moradora em Condeúba. Os bens foram arrematados em leilão pelo Capitão José Ivo a preço de Rs. 955$000 e o valor rateado entre os credores.

Incomum nesse processo de inventário foi a depreciação da casa com loja e armação para negócio em tão curto período: reavaliada por Rs. 500$000 e justificada por sua localiza**ção** "[…] n'uma das entradas do arraial [e] retirada do centro de atividade commercial". Difícil imaginar que o comércio no arraial do Caculé tenha se expandido em breve tempo a ponto de se deslocar espacialmente. A ocupação urbana nessas pequenas sedes de distritos ocorreu em ritmos menos acelerados.

Esse grupo 2, com monte-mor entre Rs. 1:001$ e 5:000$, era o de maior população inventariada, que representava, na década de 1910, mais de 60% dos inventariados, contudo, o grupo mantinha a propriedade de apenas 25,8% do patrimônio arrolado para o mesmo período. A média do grupo para as quatro décadas foi de 10,7% de participação nos bens arrolados e de 48,4% no total de inventariados, como se observa na Tabela 1. A esse grupo pertenciam indivíduos que sobreviviam do seu trabalho em diversas atividades: lavradores, em sua ampla maioria, mas havia pequenos comerciantes de fazendas nacionais e outras mercadorias, fiandeira, carpinteiro, meeiro, vigário, professor, seleiro, militar, funcionário público, ferreiro. Nos arranjos para sobreviver às dificuldades cotidianas, encontramos muitos desses trabalhadores exercendo distintos ofícios. A Tabela 2 revela a distribuição dos bens inventariados desse grupo social.

Tabela 2 - Distribuição dos bens inventariados por faixa e período,1890-1930

Grupo 2: de Rs. 1:001$ a 5:000$

Bens em réis	Período												Total para o período 1890-1930		
	1890-1899			1900-1909			1910-1919			1920-1930					
	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.
Imóvel	36:230$979	44,1	31	60:851$161	44,8	55	109:475$125	59,8	63	162:536$626	72,3	75	369:093$891	**59,0**	224
Móvel	3:799$060	4,6	24	9:018$900	6,6	50	10:051$633	5,5	43	10:875$500	4,8	54	33:745$093	**5,4**	171
Semovente	35:192$900	42,9	29	56:029$660	41,2	47	52:023$000	28,4	50	39:942$000	17,8	51	183:187$560	**29,3**	177
Mercadoria	573$250	0,7	1	1:208$270	0,9	1	2:736$176	1,5	2				4:517$696	**0,7**	4
Ouro, prata e joias	625$500	0,8	5	481$750	0,4	8	630$500	0,3	8	416$000	0,2	3	2:153$750	**0,34**	24
Dinheiro	645$000	0,8	2	170$000	0,1	2	3:556$133	1,9	4	5:656$800	2,5	4	10:027$933	**1,6**	12
Ações										471$840	0,2	1	471$840	**0,07**	1
Dote	397$500	0,5	2	3:624$500	2,7	7	1:795$013	1,0	4				5:817$013	**0,9**	13
Doação				265$000	0,2	1							265$000	**0,04**	1
Dívida ativa	4:628$063	5,6	8	4:184$426	3,1	15	2:843$500	1,6	5	4:913$523	2,2	8	16:569$512	**2,65**	36
(Dívida passiva)	(3:163$070)	(3,8)	(5)	(11:386$665)	(8,4)	(12)	(5:391$177)	(2,9)	(8)	(23:592$274)	(10,5)	(17)	(43:533$186)	**(6,9)**	(42)
Total	**82:092$252 (78:929$182)**		**31**	**135:833$667 (124:447$002)**		**55**	**183:111$080 (177:719$903)**		**64**	**224:812$289 (201:220$015)**		**76**	**625:849$288 (582:316$102)**		**226**

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

A maior parte do patrimônio fora constituído por imóveis (59%), seguida por semoventes (29,3%) e por móveis (5,4%). As dívidas passivas representavam 6,9% do comprometimento dos bens circulados, possivelmente contraídas para minimizar dificuldades vividas em tempos mais difíceis. A esperança era a de honrar o compromisso em época de boa colheita, que dependia de chuvas regulares.

Era o caso de Joana Maria do Espírito Santo, fiandeira e com treze filhos maiores, morava na Freguezia de Nossa Senhora do Rozario da Cannabrava, quando ficou viúva de João Caldeira da Silva. O casal possuía de bens semoventes uma vaca parida, um "boieco", um "dito peior", vinte e oito cabeças de gado vacum e sete cavalos, todos avaliados por Rs. 523$000. Com o marido, cuidava da criação no quintal de sua pequena casa situada na povoação da Canabrava. Proprietários de seis rodas de fiar, avaliadas por Rs. 18$000, Joana Maria e João Caldeira deviam envolver a numerosa família no ofício diário da fiação para prover o sustento de todos. No inventário do casal não há registro do cultivo de algodão, mas é possível que a matéria-prima para a fiação fosse adquirida a pequenos lavradores da região ou fornecida por negociante de algodão com pagamento por meação.[49]

Outro exemplo é o de Antônio Joaquim da Rocha, morador no Bebedouro e com sete filhos (um que migrou para São Paulo), que vivia de seus serviços como carpinteiro e de uma tosca produção de farinha de mandioca. Possuía dois bancos para carpinteiro, uma bigorna, engenho e roda para ralar mandioca em um sítio com água de rega, tudo avaliado por Rs. 1:486$000.[50]

Os inventariados situados na faixa de monte-mor entre Rs. 5:001$ e Rs. 10:000$ concentraram os investimentos de suas economias em bens mais conservadores e em empréstimos. Nessa faixa de monte-mor, há uma maior presença de negociantes. A Tabela 3 revela um investimento em imóveis urbanos e terras (50,2% do montante) e a posse de animais (23,7%) para a maioria dos negociantes dessa faixa de riqueza. Esse grupo de proprietários representava 19,1%

dos inventariados, que possuíam 10,9% da riqueza para o período, como evidenciado na Tabela 1. As dívidas passivas comprometeram 7,2% do patrimônio, em geral contraídas a firmas de Salvador para compra de mercadorias nacionais e estrangeiras. As dívidas ativas situavam-se entre os investimentos prediletos e sua liquidez dependia da confiança, quase sempre pessoal e de vizinhança, que movia as relações interpessoais entre comerciantes e seus fregueses de costume.

Tabela 3 - Distribuição dos bens inventariados por faixa e período, 1890-1930

Grupo 3: de Rs. 5:001$ a 10:000$

Bens em réis	Período												Total para o período 1890-1930		
	1890-1899			1900-1909			1910-1919			1920-1930					
	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.
Imóvel	39:773$842	33,7	16	61:841$874	40,3	22	39:357$850	40,0	13	178:863$700	67,1	36	319:837$266	**50,2**	87
Móvel	4:086$015	3,5	13	7:242$800	4,7	21	3:935$000	4,0	12	14:100$960	5,3	29	29:364$775	**4,6**	75
Semovente	32:673$000	27,7	14	32:773$000	21,4	20	32:978$000	33,5	14	52:309$000	19,6	29	150:733$000	**23,7**	77
Mercadoria	12:756$508	10,8	4	21:807$724	14,2	5	3:037$245	3,1	2	4:409$580	1,7	1	42:011$057	**6,6**	12
Ouro e prata	982$240	0,8	4	769$320	0,5	5	296$500	0,3	2	1:009$000	0,4	4	3:057$060	**0,5**	15
Dinheiro	5:496$873	4,6	7	4:013$249	2,6	7	1:998$500	2,0	2	1:680$000	0,6	3	13:188$622	**2,1**	19
Ações	5:650$000	4,8	1										5:650$000	**0,9**	1
Poupança	450$000	0,4	1										450$000	**0,1**	1
Dote	2:810$805	2,4	5	4:616$000	3,0	5	1:515$000	1,5	2				8:941$805	**1,4**	12
Dívida ativa	13:343$096	11,3	10	20:395$003	13,3	16	15:196$507	15,6	8	14:199$106	5,3	8	63:133$712	**9,9**	42
Dívida passiva	(21:512$889)	(18,2)	7	(7:034$584)	(4,6)	6	(3:566$130)	(3,6)	3	(13:589$781)	(5,1)	9	(45:703$384)	**(7,2)**	25
Total	**118:022$379 (96:509$490)**		**16**	**153:458$970 (146:424$386)**		**22**	**98:314$602 (94:748$472)**		**15**	**266:571$346**		**36**	**636:367$297 (590:663$913)**		**89**

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

O Tenente Alvino Pinheiro de Azevedo, por exemplo, possuía uma boa casa com pequena armação para loja, localizada na "praça da feira" (Praça Rodrigues Lima), com quatro portas e duas janelas de frente, avaliada por Rs. 1:500$000. Optou por investir em outros imóveis urbanos: uma casa na Praça da Camara, com janelas envidraçadas e pátio murado; uma casa com quintal grande e chácara murada, localizada na mesma praça; e, uma casinha, também na Praça da Câmara com "quina da Rua Riachuelo". Os imóveis urbanos foram avaliados por Rs. 4:700$000. Investiu em terras, o equivalente a Rs. 1:583$332: uma manga no Sambambaia, partes de terras no Colônia e Quessengue, no sítio Bacopary e nas fazendas das Antas e Taquari. Tinha seis éguas, um potro de ano e meio e dois garrotes de quatro anos, tudo por Rs. 435$000.[51]

Situação não muito distante vê-se nos proprietários com monte-mor entre Rs. 10:001$ e Rs. 20:000$. A Tabela 4 indica que a esse grupo pertenciam 10,9% dos inventariados, que concentravam 12,8% da riqueza acumulada para o período pesquisado. Investiram 41,5% em imóveis, preferencialmente urbanos, 28,4% em semoventes, 14,1% em empréstimos a juros que variavam entre seis e doze por cento ao ano. Grupo que preferiu não arriscar o seu patrimônio e optou por investir a fortuna amealhada em atividades mais estáveis da economia. Não há registro de aplicação dos bens em apólices e ações para os 51 inventariados desse grupo social. Os empréstimos, no entanto, foram o terceiro maior investimento econômico: mercadorias vendidas por comerciantes a seus fregueses e registradas em letra ou rol; créditos concedidos por lavradores a negociantes

e comissários provenientes de transações da produção agropastoril; dinheiro cedido a juros mensais a conhecidos ou amigos de confiança para cobrir emergências pessoais. Também significativo foi o comprometimento do patrimônio com casas de importação e exportação e comerciantes locais, com despesas rotineiras e casuais e com o financiamento de lavouras: as dívidas passivas montaram em 13,2% e, proporcionalmente, representaram o maior endividamento entre as cinco faixas de renda.

Tabela 4 - Distribuição dos bens inventariados por faixa e período, 1890-1930
Grupo 4: de Rs. 10:001$ a 20:000$

Bens em réis	Período												Total para o período		
	1890-1899			1900-1909			1910-1919			1920-1930			1890-1930		
	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.
Imóvel	39:915$000	34,7	8	76:774$343	33,7	15	28:462$500	36,0	5	164:990$000	50,5	23	310:141$843	41,5	51
Móvel	4:809$120	4,2	8	4:676$500	2,1	13	3:137$580	4,0	5	18:736$500	5,7	20	31:359$700	4,2	46
Semovente	30:226$000	26,3	8	95:128$000	41,8	15	33:858$000	42,9	3	53:221$000	16,3	20	212:433$000	28,4	46
Mercadoria				4:592$300	2,0	1	7:557$871	9,6	2	33:617$095	10,3	7	45:767$266	6,1	10
Ouro, prata e joias	1:245$700	1,1	3	955$000	0,4	5	300$000	0,4	1	1:916$000	0,6	3	4:416$700	0,6	12
Dinheiro	1:422$010	1,2	3	20:499$440	9,0	4	1:622$750	2,0	1	3:820$900	1,2	3	27:365$100	3,6	11
Dote				1:260$000	0,6	2	3:080$000	3,9	1	6:658$000	2,1	4	10:998$000	1,5	7
Dívida ativa	37:419$990	32,5	6	23:687$982	10,4	8	922$500	1,2	1	43:553$022	13,3	11	105:583$494	14,1	26
Dívida passiva	(30:349$083)	(26,4)	4	(15:970$206)	(7,0)	6				(52:542$748)	(16,1)	6	(98:862$037)	13,2	16
Total	**115:037$820 (84:688$737)**		**8**	**227:573$565 (211:603$359)**		**15**	**78:941$201**		**5**	**326:512$517 (273:969$769)**		**23**	**748:065$103 (649:203$066)**		**51**

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

Investimento diverso percebe-se, em especial, entre os que exportavam produtos da lavoura e pecuária e importavam mercadorias nacionais e estrangeiras. Os dados revelam que os proprietários de maiores patrimônios aplicavam somas consideráveis das suas fortunas em atividades rentistas. As páginas que seguem buscam analisar as suas trajetórias.

Comércio de exportação e importação

Negociante de monta, João de Britto Barros conservava, em seu sobranceiro sobrado com armação para loja, situado na Praça da Matriz e avaliado em Rs. 2:600$000, mercadorias de toda sorte. Era proprietário de outras duas casas com armação para loja, na Rua Sete de Setembro e na Praça Rodrigues Lima, esta conhecida como Largo da Feira. Negociava também em outro arraial do termo de Caetité: "Importancia de dividas diversas constante dos livros da casa commercial que teve o inventariado no Caculé" Rs. 1:215$820. Essa casa não consta dos bens de raiz arrolados, possivelmente por tê-la vendido antes da sua morte ou por se tratar de imóvel alugado. Não é possível afirmar que mantivesse todas as lojas em funcionamento. Mas o balanço do seu próspero negócio, feito por ocasião da abertura do auto de descrição dos seus bens, quando a sua viúva, Octavia de Brito Cotrim, deu a inventariar os bens do casal por circunstância da sua morte, somava em mercadorias a importância de Rs. 9:481$810.[52]

Para colher maior lucro dos seus negócios, tinha a sua própria tropa, avaliada em Rs. 10:050$000 e composta de trinta e dois burros de tropa, com cangalhas, couros e arrochos, vinte e duas éguas de dois anos, oito burros de um a três anos e um cavalo madrinha da tropa. Possuía mais onze burros de tropa. É possível que arrendasse parte da sua tropa ou tivesse camaradas a serviço, além de tropeiros.[53]

"Conhecidíssimo na praça da Bahia", também mantivera, às vésperas de sua morte, estreita ligação comercial com várias firmas da capital da província e ativos contratos de compra, a créditos ilimitados. As dívidas em mercadorias somaram Rs. 27:350$406.[54]

Com variado sortimento, o "stock" do seu grosso negócio oferecia quase de tudo aos seus fregueses, em fazendas nacionais e estrangeiras, ferragens, miudezas, calçados, louças, gêneros alimentícios, artigos de armarinho, papelaria, livros de literatura, "novellas", livros em branco, "machinas", material para veterinária, agricultura e pequenas indústrias.[55] Um livro de conta corrente de um comerciante anônimo e proprietário de loja em Vila Rica (1737-1738) foi pesquisado por Pereira. Com o levantamento dos produtos comercializados na loja do comerciante anônimo, a autora identifica as características do consumo de parte da sociedade de Vila Rica no Setecentos e percebe "[…] uma extensa articulação mercantil que ultrapassava em muito os limites do império português" (Pereira, 2010, p. 33). O consumo de parcela dos moradores do alto sertão também se revela nos balanços e nas faturas dos inventários pesquisados.

O negociante João de Britto Barros fornecia à freguesia do alto sertão "rico sortimento" e às costureiras e modistas, em especial às de outros termos, comarcas, freguesias e arraiais, aviamentos e artigos diversos de armarinho para as costuras e bordados sob encomenda. Não comerciava mais, quando Anísia, moradora no Monte Alto, ciosa por enfeites mais vistosos e a preços mais em conta, encomendou a Celsina Teixeira, em Caetité, "setim", "velludo" e bico para arrematar as suas costuras:

> Monte Alto 11 de Julho de 1906
> […] Vou lhe encomendar para V. comprar uns enfeites ahi, porque
> aqui não se encontra cousa que sirva e o que se acha é caro
> demais. No outro correio remetterei suas costuras. […]

> 2 c.s e ½ de setim branco.
> 2 metros e ½ de velludo preto de 3 dedos de largura.
> 2 peças de bico de bôa qualidade de 3 dedos tambem.
> V. mande a conta p.ª eu ver se é m.s barato do q. aqui.
> Desculpe. Lhe escrevo com pressa.[56]

O vestuário, com seus atavios, era especialmente usado nas ocasiões em que a boa aparência simbolizava "[…] situação econômica [e social] conhecida e reconhecida" (Maluf, 1995, p. 182, acréscimo nosso), a exemplo das comemorações de julho pela independência da Bahia e das festividades em homenagem a Nossa Senhora de Santana, padroeira do município. Atenta ao caimento elegante dos trajes em noites de divertimento, Marieta Lobão Gumes recorda a fina aparência das "senhoras e senhoritas da sociedade" nos espetáculos do Teatro Centenário:

> As senhoras e senhoritas da sociedade apresentavam-se na sua melhor forma; as damas ricas, ostentando as suas jóias caras e antigas que ressaltavam dos colos empoados ou dos vestidos de seda pura, ricamente confeccionados (Gumes, 1975, p. 78).

Afora os gêneros do "Paiz", o armazém de Britto Barros vendia também gêneros da terra. Produtos da lavoura e pecuária, provenientes de fazendas, roças, sítios e quintais, abasteciam o mercado da cidade e região: sal fabricado em pequenas salinas cercadas ou abertas; farinha de mandioca e cachaça produzidas por centenas de engenhocas e alambiques; peles, couros e demais derivados da pecuária e "industria de cortume"; sabão fabricado em pequenas oficinas domésticas; brincos, foices, facas, candeeiros e artesanato diverso fabricados em pequenas olarias, ferrarias e funilarias dinamizavam o comércio local e sustentavam famílias.

Essa notação de bens arrolados no inventário *post mortem* informa muito da produção local e de seu abastecimento e mercado. Indica a produção de artefatos e derivados da agricultura e pecuária,

em especial a existência de artesãos que sobreviviam do seu trabalho manual – alguns já citados ao longo deste capítulo.[57]

Investir em imóveis urbanos foi, para muitos negociantes do alto sertão, uma opção mais segura de consolidação do patrimônio acumulado. Além dos imóveis com loja, descritos anteriormente, Britto Barros era proprietário de uma casa situada na Rua Avahy, com uma posse ao lado, um portão e quintal amurado. Na Rua Ipiranga, possuía um quintal cercado e com pasto plantado. Por herança do Major Antonio Xavier Cotrim, tinha partes de terras nas fazendas Cerquinha e Barrocas, e posse no Breginho. Na fazenda localizada na Pedra Redonda, com muitas benfeitorias, por isso avaliada em Rs. 4:000$000, dispunha de duas casas e mangas para pasto. Mais duas partes de terras encerravam os seus bens de raiz, no montante de Rs. 10:585$000: uma no caminho de Santa Luzia e outra em comum, com posse e manga, no lugar denominado Lagôa" das Covas de Mandioca.[58]Não deixou muitos bens móveis, muito embora possuísse um montante superior à maioria dos bens móveis arrolados nos inventários pesquisados.[59]

Como quase todo astuto negociante do sertão, não empatava o seu dinheiro. Deixou para a sua viúva e quatro herdeiros menores o montante a receber de Rs. 27:742$038 dos seus devedores. Em dívidas ativas por "lettra", no montante de Rs. 19:200$070 e a prêmio de um a dois por cento ao mês, para fazer dinheiro, existiam 148 devedores em Caetité e 30 na freguesia do Caculé, em valores que variavam entre Rs. 9$350 a contos de réis: Attylio Fagundes de Azevedo Cotrim, a exemplo, devia por letra Rs. 4:187$770.[60]

"Por conta de rol", 352 dos seus fregueses que compravam amiúde, decerto os de costume, que careciam de mantimentos para consumo diário, deviam o montante de Rs. 8:541$968, como demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 - Mercadorias do armazém de João de Britto Barros vendidas por conta de rol

Gabriel (Camarada do Paulo)	Rs. 2$140
Joanna (filha de Isaac)	Rs. 5$530
Francisco (de Manuel Fagundes)	Rs. 3$840
Rodrigo (da "Ingaseira")	Rs. 22$300
Arthur (de José Bernardo)	Rs. 17$050
Maria da Conceição (filha de Umbelina)	Rs. 1$820
Ritta da Ladeira	Rs. 48$000
Martinha (mulher do Avelino)	Rs. 23$340
José (filho do Véllo)	Rs. 15$860
Theophila do Becco	Rs. 3$400
Alaydy (filha do Gustavo Mandinga)	Rs. 4$300
Clara da "Chacara"	Rs. 2$300
Biliano do "Escriptorio"	Rs. 18$400
Severo de tal	Rs. 4$500
Laurinda (mulher de Manuel dos Santos)	Rs. 27$340
Lidoria (da casa do Doutor Diocleciano)	**Rs. 2$500**

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: João de Britto Barros. Est. 2, cx. 860, mç. 1329, doc. 15. 1897-1904, 145 f., f. 29-34.

É possível que Lidoria trabalhasse nos serviços domésticos do sobrado de Deocleciano Pires Teixeira, rico proprietário de terras, criador de gado, negociante e influente político do alto sertão baiano.

Os livros e as cadernetas serviam à escrituração zelosa das compras cotidianas da freguesia. Nomes seguidos de topônimos, patronímicas, cognomes e alcunhas auxiliavam a identificação dos fregueses. Qualificar e caracterizar o freguês por seu lugar de moradia, local de trabalho, nome de família ou apelido era a maneira mais segura de cobrança do crédito concedido. Esses apontamentos nos livros e nas cadernetas revelam, para o historiador, um convívio

social muito próximo. Quando necessário ao requerimento de direitos em partilha de espólios, essas anotações de compras a crédito, sempre à mão, eram detalhadamente copiadas para informar sobre a movimentação de compras, recebimentos e saldos restantes.

Homem de posses, portanto, Britto Barros, a exemplo de seus correligionários mais abastados, foi membro do corpo de oficiais da Guarda Nacional com o posto de tenente. A prosperidade dos seus negócios contribuiu para que obtivesse a patente e lhe reservasse certo prestígio político-social. Há entre os inventariados um número significativo de postos de patente, situação que se aproxima dos inventários pesquisados por Dantas (2007, p. 152) para a comarca de Itapicuru (situada no Norte da Bahia), na primeira metade do século XIX:

> […] entre os grandes fazendeiros, o acesso a cargos, patentes e insígnias era comum aos inventariados. Com base nas descrições fornecidas nos autos posteriores a 1851, assim como no estabelecimento dos círculos de parentesco e convivência, várias foram as patentes e cargos que apareceram, número infinitamente maior se considerados seus filhos e genros[61] (Dantas, 2007, p. 152).

Muitos desses negociantes que viviam do comércio de exportação e importação possuíam patentes militares. Theotonio Alexandrino de Carvalho, Tenente Coronel e rico comerciante de Caetité, possuía uma "grande loja" na Praça da Matriz, com seis portas de frente, duas janelas envidraçadas e sobreloja. Mas não era esse o seu único imóvel na cidade, tampouco o mais valorizado: era proprietário de uma bela casa, situada na Rua do Ypiranga, com fachada composta por uma porta e cinco janelas envidraçadas, duas salas, sete quartos, despensa, cozinha, telheiro, pátio murado, bom quintal arborizado e todo cercado. Esse era o seu melhor imóvel, dentre outros menores. O prédio onde funcionava a Estação Telegraphica era de sua propriedade e se localizava na Praça da Matriz. Os imóveis

urbanos correspondiam a 41% do total dos seus bens e, somados às suas propriedades rurais (terras na fazenda Salinas, o sítio denominado Montes e uma posse de terras na fazenda Jardim), o Tenente Coronel havia investido 54% de sua fortuna em bens imóveis, totalizando Rs. 20:010$000. Do seu patrimônio, 9% eram constituídos por semoventes e 35% por dívidas ativas. Além do seu comércio, enriqueceu com o dinheiro dos aluguéis dos imóveis, da criação de gado vacum e caprino e dos juros de um por cento ao mês sobre os créditos concedidos às dezenas de velhos conhecidos e fregueses.[62]

Outro tenente coronel, o negociante Juvencio Teixeira Guimarães, distribuiu um pouco mais equitativamente o seu rico patrimônio amealhado. Com bens que montavam a Rs. 41:395$227, preferiu empregar 48% do seu patrimônio em créditos a juros de um por cento ao mês ou dez por cento ao ano, 34% em imóveis (dos quais 25% em fazendas e terras, 9% em casas na sede do distrito do Caculé) e 15% em gado vacum e cavalar. Os três imóveis que Juvêncio Teixeira possuía no arraial do Caculé seguiam o padrão de arquitetura de vivenda e loja comum aos negociantes do sertão e todos guarnecidos com as apropriadas armações para loja. Importante destacar que esse tenente coronel preferiu correr maior risco ao investir quase metade da sua fortuna em empréstimos a prazos curtos e longos.[63]

Inventários como o de Britto Barros e demais negociantes evidenciam uma prática comum aos ricos proprietários do alto sertão – o investimento de dinheiro em diversas atividades econômicas pareceu ser uma alternativa para reduzir os custos com os fretes. Era também um modo seguro de minimizar prejuízos com investimentos em atividades mais vulneráveis às estiagens prolongadas. Por fim, pode-se inferir que o investimento em vários ramos da economia servia como medida de precaução à instabilidade das conjunturas econômicas da Bahia, do Brasil e mundial.

Veremos nas páginas que seguem relatos de viajantes e exploradores que percorreram o sertão da Bahia. Esses relatos registram

aspectos da economia e modos de vida da população sertaneja. Contribuem singularmente para a compreensão das condições socioeconômicas que antecederam o final do século XIX e primeiras décadas do XX. Percorrer, com os viajantes, as veredas do sertão visa localizar unidades de produção, rotas de comércio e documentar intempéries de viagens das tropas. Revelam, no cruzamento com os inventários *post mortem,* a dinâmica da economia do alto sertão e a manutenção de padrões de riqueza elevados.

ENTRE FAZENDAS, SÍTIOS E A CIDADE: DIVERSIDADE DAS ATIVIDADES AGROPASTORIS

Nas primeiras décadas do século XIX, predominavam, na economia do alto sertão, a criação extensiva de gado vacum e o plantio em larga escala de algodão. Spix e Martius (1938) notam sobre Caetité a existência de uma economia ativa, com predomínio do cultivo extensivo do algodão para exportação e negócios realizados com a província de Minas Gerais:

> Cayteté (Caeteté ou Villa Nova do Principe), semelhante a Minas Novas, pelo clima e vegetação, vem, ha vinte annos, explorando, em grande escala, a cultura do algodão e se tornou, por isso, um dos mais ricos logares do sertão bahiano. Existem, ahi, **atravessadores que, annualmente, remettem para a Bahia mais de mil animaes com cargas.**
>
> No proprio logar, o preço da carga de 6 a 7 arrobas mantem-se entre 22$000 e 25$000 (66 até 69 1/3 florins), emquanto que na Bahia, durante a nossa estada, se offerecia 5$200 e até 5$800, por arroba.
>
> **O algodão dahi despachado, não é só producto dos arredores, tambem vem do districto de Minas-Geraes**, situado mais para oeste.

> **A parte norte e leste dessa provincia manda o algodão do logar de origem, arraial do Rio Pardo, para a Bahia, por duas estradas recentemente abertas, que atravessam Conquista e Gavião** (Spix; Martius, 1938, p. 42-43, grifo nosso).

A cultura do algodão avançou com o gado do Nordeste e estabeleceu os laços comerciais com os "[…] centros de consumo do litoral portuário" (Linhares, 1996, p. 140). Lycurgo dos Santos Filho destaca, ao tratar sobre a economia de Bom Jesus dos Meiras (atual município de Brumado) e região, alguns aspectos que estimularam o cultivo do algodão:

> O plantio da malvácea na zona em questão, como as demais culturas, não requereu grandes dispêndios. A terra pouco valia, o braço trabalhador era de fácil obtenção e de custo e manutenção relativamente pequenos. E escassos e de aquisição módica os implementos agrícolas. Foi, então, o algodão cultivado, embora em escala reduzida, pela maioria dos fazendeiros do sertão (Santos Filho, 1956, p. 279).

A Bahia se tornaria, no final do século XVIII e início do século XIX, um grande exportador de algodão. A maior parte do algodão exportado por Salvador foi produzido no alto sertão: "[…] os principais centros da lavoura algodoeira na Bahia situavam-se em Caetité, Rio de Contas, Jacobina e Bom Jesus dos Meiras, municípios do sertão, muito distantes de Salvador" (Barickman, 2003, p. 60).

Relatos de outros viajantes informam sobre o cultivo do algodão na primeira metade do século XIX e a manutenção da pecuária extensiva nas suas décadas finais. Para Pedro Celestino da Silva (1932, p. 163), o plantio da cana-de-açúcar e do algodão contribuiu sobremodo à prosperidade da agricultura no sertão: "[…] duas culturas de tempos remotos […] abasteceram os nossos campos, proporcionando aos proprietários lucros compensadores

e não pequenas vantagens aos cofres publicos". Lamenta esse autor, referindo-se à época de sua visita, "[…] que maior não seja o [seu] desenvolvimento […] nas terras do municipio".[64]

As secas, os gastos com os transportes e, em larga medida, o uso de modestas técnicas de plantio e beneficiamento foram fatores constantes, ao longo do século XIX, que influenciaram a redução do cultivo da cana-de-açúcar e o volume de exportação do algodão. Todavia, consideramos que, nos dois últimos decênios do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, outros fatores estimularam a produção do algodão: a construção de estradas de ferro reduziu os gastos com os transportes e abriu outros caminhos de escoamento da produção algodoeira; a industrialização do país, notadamente a manufatura têxtil, expandiu os mercados para exportação do algodão em pluma; no compasso da industrialização, novas tecnologias de beneficiamento do algodão em caroço aumentaram a produtividade da fibra. Tais aspectos serão documentados no capítulo seguinte.

De Malhada às proximidades da Serra Geral, Teodoro Sampaio (2002, p. 201, grifo nosso) nota: "Até aqui o aspecto do país não mudou. São as mesmas formas no relevo do solo, o mesmo aspecto de vegetação, **o mesmo ramo de indústria, isto é, a criação do gado bovino em larga escala com a sua rudimentar indústria dos laticínios".** Teodoro Sampaio estava a serviço da Comissão Hidráulica criada na província do Rio de Janeiro para estudos da navegação e caracteres geográficos do interior do país, sob a chefia de William Milnor Roberts, engenheiro americano. Chegou a Carinhanha em 22 de dezembro de 1879 com destino à Chapada Diamantina, em meio a uma disputa entre coronéis e suas facções políticas por terras e poder local. Tanto Carinhanha quanto o povoado de Malhada, situado na margem oposta do rio São Francisco, foram ocupados pelos bandos de jagunços do capitão Francisco de Magalhães e Manoel Tavares de Sá: "Quem tinha o que perder

entrincheirava-se em casa depois de retirar a família às ocultas para algum sítio distante [...] As autoridades sumiram-se, e os criminosos e assassinos dominavam" (Sampaio, 2002, p. 189-190). José Carlos B. de Santana, organizador da publicação do livro de Teodoro Sampaio, descreve o episódio:

> A luta havia sido desencadeada pela atuação de Manuel Caetano de Souza e Silva, chefe político pertencente ao Partido Liberal, que, insatisfeito com os desdobramentos de uma pendência jurídica contra adversários de partido, resolvera usar a força para garantir seus interesses e, entre outras medidas, interrompera uma festa de casamento em ataque que deixou feridos e destruição material; em seguida ele e seu grupo capturaram o advogado Paes Landim, contratado na Bahia para atuar na defesa dos liberais, 'amarraram-no de pé e mãos como a um porco, amordaçaram-no, deitaram-no no fundo de uma canoa e, conduzindo-o para o meio do rio, deixaram-na descer à mercê das águas'. Descontente com tais desmandos, Manoel Tavares de Sá, o Neco, reúne cerca de quatrocentos jagunços e, partindo da localidade de Jacaré (MG), atual município de Itacarambi, invade Januária, que é ocupada e pilhada [...]. Após a invasão de Januária, Neco e os seus seguidores descem o rio até a cidade de Carinhanha, o que gera uma agitação que de certa forma acompanha a viagem de Teodoro, que descreve esses sucessos em vários momentos do livro (Sampaio, 2002, p. 33-34).

No caminho de Malhada à vila de Monte Alto, o engenheiro foi insistentemente inquirido sobre os acontecimentos de Carinhanha. A população dos pequenos vilarejos da Passagem, Barra, Mija-Fogo, Bem-se-vê e Campinas, que vivia à margem dos caminhos que percorrera, aguardava temerosamente por notícias de "lá pela beira do rio". Boa parte dos moradores de Monte Alto, mais "receosos de um

assalto de jagunços", abandonou a vila para se refugiar nas fazendas (Sampaio, 2002, p. 201).

Na passagem de Rio de Contas a Caetité, também d'Orbigny (1976, p. 109) observou atividades voltadas tanto para a exploração de minas, com o "[…] comércio intermediário entre o litoral e o interior", como, em especial, "[…] fazendas em grande número [de] gado numeroso e de bom aspecto […]". Para esse viajante, a riqueza de Caetité atribuiu-se ao cultivo extensivo do algodão, nota transações comerciais entre o algodão plantado nas terras da região e a produção na província de Minas Gerais, que configura condição de entreposto a Caetité:

> É uma região que se enriqueceu com o plantio de algodão. Além de sua colheita local, Vila do Príncipe recebe as de alguns distritos de Minas Gerais que mandam, para ali, seus produtos, como para **um entreposto, de onde o escoamento é mais fácil**. Vila do Príncipe é quase fronteira à região das Minas […] observa-se alguma atividade no comércio de ametistas de cor carregada, encontradas a umas dez léguas de Vila Nova do Príncipe, no caminho de Rio Pardo. **Os compradores são negociantes de pedras finas de Minas Gerais que acrescentaram aquele novo artigo às suas mercadorias habituais** (D'orbigny, 1976, p. 109, grifo nosso).

Também Spix e Martius (1938, p. 46) localizaram uma grande fazenda entre Caetité e Rio de Contas, a da Lagôa de N. S. d'Ajud", "[…] uma das maiores fazendas de todo o sertão [com] grande população de mais de 160 escravos". Nessa fazenda, negociaram a compra de milho com os escravos, por falta de seu proprietário: "Affirmaram-nos que, elles mesmos [os escravos], tinham falta de milho e só conseguimos, com grande custo, compral-o aos negros, que tinham occupado os seus dias livres na propria cultura". A população escrava da fazenda da Lagôa não é comum à região;

a relação de trabalho, no entanto, não difere do usual, como observa Pires (2003, p. 44):

> A rica fazenda de N. S. da Ajuda não espelha, em termos de seu plantel, a realidade da posse escrava na região, comumente constituída por cinco a dez escravos, mas sabe-se que, modo geral, os escravos beneficiavam-se de 'roças'para cultivo próprio. Essa situação foi uma opção vantajosa para os senhores, porque os isentavam de mantê-los. Tanto para aqueles com maiores posses e escravaria, como para aqueles cujos recursos mal lhes bastavam.

Testemunham Spix e Martius (1938, p. 48) a ausência de proprietários em suas fazendas de criação e lavouras, prática vista como costumeira:

> Os proprietarios dessas grandes fazendas raramente moram no sertão. Gastam as rendas em districtos mais populosos, muitas vezes com luxo incrivel, deixando a fiscalização a um mulato; e, nem sempre pode o viajante contar com a hospitalidade deste. Outros, numa ociosidade lasciva de numeroso serralho são inacessiveis aos estranhos, por indolencia ou por ciume.[65]

Fontes pesquisadas por Pires (2009) indicam que o trânsito entre as fazendas, os sítios**,** as roças e a cidade era bem mais intenso. Os espaços entre o campo e a cidade mantiveram constante intercâmbio socioeconômico e cultural:

> Muitos dos negócios realizados nas fazendas se desdobravam nas cidades. A cidade era indispensável a expedientes mais burocráticos das transações comerciais, a exemplo de pagamento de impostos de exportação para a coletoria provincial ou estadual; articulação com outros fazendeiros para envio de tropas, boiadas e dinheiro – para o Recôncavo e a

> capital da província – e, ainda, pelas possibilidades de assistência médica (mesmo que precária), jurídica, de comunicação e sociabilidade. Esses expedientes aparecem muito freqüentemente nos *livros de razão* do Barão de Caetité (Pires, 2009, p. 169, grifo nosso).

Os serviços da lavoura e criação não pareciam ser tarefas tocadas a olhos distantes. Inventários *post mortem* informam sobre cuidados rotineiros de proprietários com suas roças de mandioca, seus engenhos, alambiques e fábricas de farinha, mangas para as suas criações. Não se apartavam, por muito tempo, do lugar de seu sustento e da família, quase sempre numerosa. Os inventários documentam esse costume diário do trabalho na agricultura e revelam aspectos de uma economia que se organizou em unidades de produção diversificada.

O inventário de Gregorio de Oliveira Ledo revela que esse fazendeiro manteve moradia fixa na casa com sobrado do Sitio do engenho, localizado no lugar denominado fasenda do Joaseiro, apesar de possuir na Praça do Alegre, em Caetité, uma ampla casa ocupada por seu genro tenente Alvino Pinheiro de Azevedo. Entre os bens constantes do seu inventário, foram declarados: um alambique usado, uma "pairoba" grande e outra pequena; um engenho e duas moendas avulsas; "uma forma de raspadura com duas gamelas e mesa competente"; dois carros e um carretão velho; treze cargas de cachaça; casa de engenho e de farinha; mangas e roças de mandioca. Na fazenda, tocava a criação de gado vacum (142 cabeças), a produção de farinha de mandioca, cachaça e rapadura para abastecimento de mercados regionais. A presença de uma mesa de "retalhar carne", entre os bens móveis, indica que também fornecia carne verde para abastecimento local. O seu monte-mor foi avaliado em Rs. 16:201$120, o que o inseria entre os bem-afortunados.[66]

Adolpho Conegundes de Souza abandonou a sua casa de negócio, situada no arraial do Caculé, "[…] com quatro portas e duas

janellas de frente […] pequena armação de loja, sem mobilia, velha e deteriorada", para morar na fazenda Bôa Vista, localizada no arraial do Rio do Antonio, em que possuía "officina de farinha, manga e corral". Preferiu dispor maior tempo de sua lida diária no serviço de sua criação de gado vacum e dezenove éguas, avaliadas em Rs. 8:775$000. A criação de éguas indica a sua participação no mercado de animais para tropas, como fornecedor para compra ou aluguel. Possuía uma "machina de descaroçar algodão", em sociedade com Francisco Fernandes, avaliada por Rs. 90$000. O estado de conservação da descaroçadora, "ja muito velha e estragada", sugere que produziu algodão quando essa atividade lhe auferiu bons lucros.[67]

O tenente Crescencio Antunes de Brito Teixeira e sua esposa, Antonia Bernarda de Oliveira Antunes, deixaram aos cuidados de dois dos seus filhos, Silencio Antonio da Silveira e Joaquim de Oliveira Ledo, as casas situadas nas Ruas Saldanha Marinho, Dois de Julho e na Praça da Matriz. Acomodaram-se no sítio denominado Santa Cruz, onde cuidavam da sua produção de "assucar" (sete arrobas [112k] declaradas entre os bens do espólio), cachaça e farinha, em casa "[…] com engenho, peroba e alambique, dous tachos, uma roda e forno para farinha e prensa". Os utensílios de cozinha declarados por seu filho, o major Agrario Antunes de Brito Teixeira, indicam a presença do casal na rotina diária do sítio da Santa Cruz: duas rodas de fiar, um almofariz sem mão, duas bandejas, um "assucareiro", uma dúzia de pratos usados, três pratos de travessa, meia dúzia de facas e de "chicaras", duas "soupeiras", bule de louça, dentre outros. Antonia Bernarda esteve em companhia do seu marido, cuidando dos afazeres da casa e demais serviços do sítio. A casa do sítio possuía móveis em maior quantidade e com valor superior ao mobiliário da casa da Rua Saldanha Marinho, o que revela uma ocupação mais constante dos cômodos. O casal provavelmente acolhia a numerosa família nos finais de semana.[68]

Symanski (1997, p. 82), em sua pesquisa sobre o Solar Lopo Gonçalves, atual sede do Museu Municipal Joaquim José Felizardo, em Porto Alegre (RS), localizou, no inventário de Lopo Gonçalves Bastos, "[…] um bem sucedido comerciante que atuou no ramo de secos e molhados, no comércio de escravos e em empreendimentos imobiliários", um mobiliário na sala de visitas do solar da chácara do comerciante, situada em área rural, "[…] mais novo ou de acabamento mais elaborado e de composição material mais nobre" que o mobiliário da sala do sobrado que o comerciante mantinha na cidade. Situação que se distanciava dos padrões normativos adotados por seu grupo social, mais preocupado com os ornamentos e confortos domésticos que a urbanização da cidade oferecia. Para o autor, esse "certo desleixo" do comerciante deveu-se a uma combinação com os móveis dos demais ambientes do sobrado na cidade, que possuíam maior valor. Talvez possamos inferir, no entanto, que o comerciante se sentisse mais acomodado no solar da chácara, onde oferecia boa acolhida aos seus visitantes mais próximos.

No alto sertão, viver entre o campo e a cidade significou manter os meios necessários para os negócios da família. Para os propósitos deste livro, no entanto, os inventários desses três proprietários demonstram que, diversamente da especialização agrícola que estruturou a *plantation*, a economia do alto sertão organizou-se em unidades agrícolas de produção diversificada. Nas fazendas, roças e sítios, proprietários que criavam gado vacum para a venda do boi em pé ou da carne verde também criavam gado cavalar com que abasteciam as tropas, plantavam mandioca para produção da farinha, cultivavam a cana-de-açúcar para fabricação da aguardente, do açúcar e da rapadura, ou descaroçavam algodão. Idas constantes às feiras, aos armazéns e negócios com tropeiros asseguravam o abastecimento dos mercados internos (local e regional) e meios para a exportação da produção, que davam à economia uma dinâmica própria.

Lavradores pobres em suas terras e roças: alternativas de sobrevivência em meio à acentuada concentração de renda

> Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. O senhor vê: o Zé-Zim, o melhor meeiro meu aqui, risonho e habilidoso. Pergunto: – 'Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas-d'angola, como todo mundo faz?' – 'Quero criar nada não...' – me deu resposta: – "Eu gosto muito de mudar..." Está aí, está com uma mocinha cabocla em casa, dois filhos dela já tem. Belo um dia, ele tora. É assim. Ninguém discrepa (Rosa, 1990, p. 33).

Não é difícil reconhecer na infixidez de lavradores pobres do alto sertão da Bahia semelhanças à do meeiro do protagonista da trama que se desenrola em Grande sertão: veredas

. O mais difícil, para o lavrador pobre do alto sertão era apegar-se à terra que de tempo em tempo sofria com a falta de chuva. Na presença de expectativas frustradas com as secas e agouros de que dali por diante a sobrevivência tornar-se-ia mais dura, a esperança das gentes pobres do sertão renovava-se no deslocamento para outras terras da região ou para áreas do país que oferecessem oportunidades de uma vida menos sofrida.

O trabalho na terra alheia, em condições estabelecidas pelos proprietários, que reservavam aos moradores pobres do alto sertão o acesso ao mínimo necessário à subsistência, contribuiu ainda para esse deslocamento: "Mobilidade provocada, sem dúvida, por um sistema que relegava aos homens livres um viver à margem e um aproveitamento residual […]" (Wissenbach, 1998, p. 57). Vivendo em uma estrutura socioeconômica tradicionalmente caracterizada pela concentração fundiária e pela desigualdade social, moradores pobres e remediados viram na mobilidade uma alternativa para

escapar do flagelo e da fome: "Sem vínculos, despojados, a nenhum lugar pertenceram e a toda parte se acomodaram" (Franco, 1974, p. 32).

Em pequenas partes de terras, sítios e roças de proprietários mais pobres, vê-se semelhante diversidade da economia local. Inventários de lavradores com pequenas criações e roçados trazem farta informação sobre as suas condições de moradia e as dificuldades diárias de sobrevivência. Na composição dos bens de lavradores pobres encontramos, como demonstra a Tabela 5, uma distribuição acentuadamente desigual do pequeno patrimônio: os imóveis representavam 64% do total de bens; os semoventes ocupavam 26,4% dos bens; alguns móveis, pouco mais de 5% do total de bens; as dívidas passivas montavam em 8,3% e chegaram a comprometer, na década de 1900, o equivalente a 20,9% do já parco patrimônio. É possível inferir que muitas dessas dívidas foram contraídas a negociantes, comissários e fazendeiros para o financiamento das lavouras – transações de risco que dependiam de boas colheitas. De imóveis, esse grupo social geralmente tinha uma casa de enchimento e coberta de palha, com uma rocinha de mandioca, pequena manga, engenho ou alambique em condição bem servida. Algumas cabeças de gado vacum e/ou cavalar, gado de pequeno porte e bois para um carro já velho, quando o possuía, constituíram os bens em semoventes. Uma velha roda de fiar, um ferro de engomar, tachos de cobre (às vezes furados), roda velha de mandioca, banco de pau, velhos catres, molduras com santos e alguns utensílios de cozinha ordinários eram, quando muito, os seus bens móveis. Os alambiques, engenhos e rodas de mandioca foram arrolados, nos inventários *post mortem*, tanto como móveis quanto como benfeitorias em imóveis rurais – partes de terras, sítios, roças e fazendas. Semelhante arrolamento de bens inventariados encontra-se em Dantas (2007), para as regiões de Itapicuru e Soure. Condições de subsistência mínima marcaram a vida cotidiana desse grupo social. As longas estiagens aumentavam o sofrimento e obstaculizavam as chances de uma vida menos precária.

Tabela 5 - Distribuição dos bens inventariados por faixa e período, 1890-1930
Grupo 1: até Rs. 1:000$

Bens em réis	Período												Total para o período 1890-1930		
	1890-1899			1900-1909			1910-1919			1920-1930					
	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.
Imóvel	2:709$866	43,4	9	5:986$000	66,5	14	5:147$300	64,2	16	6:674$250	76,1	16	20:517$416	**64,0**	55
Móvel	492$500	7,9	5	278$000	3,1	7	409$900	5,1	11	573$500	6,5	6	1:753$900	**5,5**	29
Semovente	2:726$000	43,7	7	1:965$000	21,8	8	2:240$000	27,9	10	1:525$000	17,4	6	8:456$000	**26,4**	31
Ouro							40$000	0,5	1				40$000	**0,1**	1
Dinheiro	247$000	4,0	1	240$000	2,7	1	182$000	2,3	1				669$000	**2,1**	3
Dívida ativa	64$650	1,0	2	535$000	5,9	3							599$650	**1,9**	5
(Dívida passiva)				(1:888$546)	(20,9)	6	(450$000)	(5,6)	1	(342$020)	(3,9)	2	(2:680$566)	**(8,3)**	9
Total	**6:240$016**		**10**	**9:004$000 (7:115$454)**		**15**	**8:019$200 (7:569$200)**		**16**	**8:772$750 (8:430$730)**		**17**	**32:035$966 (29:355$400)**		**58**

Fonte: APB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

Era o caso de Maria Angelica de Jezus, com dez filhos menores, que inventariou de semoventes pertencentes ao casal um boi manso de carro, um boi preto velho e uma égua castanha, avaliados por Rs. 80$000. Morava na Lagôa Grande, do distrito de Santa Luzia, onde possuía Rs. 1$000 de terras na fazda. S. João e Barrocão, com um engenho velho e um alambique grande.[69] Já Serapião de Vasconcellos Bittencourt, com seis filhos, dos quais dois eram menores, morador no Bernardino, possuía uma casa coberta de palha com uma pequena roça de mandioca e vinte cabeças de gado.[70] O lavrador José Joaquim de Lima, morador no distrito de São Sebastião, possuía, com sua falecida mulher, um sítio em terreno seco, com mato de capoeira; ocupava uma "casinha" deteriorada, feita de enchimento, onde cuidava da sua velha oficina de farinha de mandioca, com acessórios ordinários e muito usados.[71] A lavradora Maria Victoria de Jesus, viúva e com cinco filhos, dos quais quatro eram menores, moradora no São Bento, do distrito de Santa Luzia, declarou que o casal possuía um sítio em aberto, com uma casa de enchimento e engenho velho; criava uma vaca, um cavalo e alguns burros.[72] Outro lavrador, Rafael Ferreira das Neves, morava em uma casa de enchimento coberta de telha, situada em terreno alheio, no lugar denominado Cercado, do distrito da Canabrava dos Caldeiras. Além da humilde casa, tinha uma salina cercada e outra em aberto, uma oficina de farinha, com uma bolandeira e um forno, uma roça de mandioca. De semoventes, criava quatorze cabeças de gado vacum de toda sorte, trinta cabras e vinte ovelhas, também de toda sorte. Deveria negociar na feira do povoado de Caldeiras, aos sábados ou domingos, sal, farinha, raiz de mandioca, couro e certo gado de pequeno porte.[73] Em situação de penúria, viveu o lavrador Firmino Dias Moreira, morador do distrito da Canabrava, com sete filhos e dos quais quatro eram menores. A sua viúva, Constança Rosa de Jesus, declarou que:

> […] por morte do seu marido o casal nada ficou possuindo alem de uma pequena casa de enchimento,

> com poucos moveis e utensilios pobrissimos, e mais uma egua e um cavallo velho, bens estes que de todo não davam para inventario e partilha.[74]

Evidências de dificuldades semelhantes de sobrevivência encontram-se na declaração de Arestides Santos de Carvalho sobre o espólio do seu pai, José Máximo de Carvalho, morador no distrito do Caculé: "[possui] uma pequena casa que se acha alugada a treis mil reis mençais".[75] Também o agregado Theotonio Joaquim Pinheiro, morador das Antas, do distrito de São Sebastião, viúvo e com sete filhos (uma filha de 18 anos e os demais filhos menores), possuía parcos bens: do seu espólio, avaliado em Rs. 500$000, havia o "[…] sitio Mulungú, na fazenda Jacaré […] com algumas benfeitorias deterioradas e terras […] nada mais possue seu casal, porque morava em casa de um seu parente, como agregado"; gastou com o tratamento e funeral da sua esposa, Anna Joaquina de Azevedo, a quantia de Rs. 450$000.[76]

Esses inventários revelam condições precárias de moradia da ampla maioria da população do alto sertão. Spix e Martius (1938, p. 60-61, grifo nosso) trazem descrições das moradias de grupos sociais pobres e remediados da região, seus roçados, suas criações e seus costumes alimentares:

> Pequena cabana immunda, cercada de maltratada plantação de bananeiras, uma roça de feijão e mandioca, algumas cabeças de gado e alguns cavallos magros, que por si mesmo devem manter-se: **eis a mais alta aspiração dessa gente rustica**. Vivem de vegetaes, de carne do sol, de leite, de uma especie de queijo doce (requeijão) e, durante o tempo das fructas, principalmente de imbús […] de cujo succo agri-doce, preparam com leite a imbusada, prato refrigerante e saboroso (Spix; Martius, 1938, p. 60-61, grifo nosso).

Wissenbach (1998) nota, nos relatos de cronistas, impressões de viajantes e relatórios de expedições sanitárias, descrições similares para as habitações em áreas de cultura de sobrevivência no Brasil. Particularidades climáticas e vegetações características, afirma a autora, imprimiram variações entre as moradias:

> Construídas com os materiais dispostos à mão, estacas de bambu, troncos das árvores, os tetos recobertos de sapé; o barro que se retira num simples abaixar do corpo e com o qual se recobrem as paredes, de início lisas e depois 'estaladas em milhares de bocados' sob a ação do sol; poucos ou quase nenhum móvel; os leitos, simples esteiras postas no chão ou então redes; a cozinha que se limita a um fogareiro e a pouquíssimos utensílios; as portas, amarrados de treliças de bambu e cipó […] (Wissenbach, 1998, p. 63).

No povoado do Curralinho (atual município de Dom Basílio), cuja população vivia da lavoura, Sampaio (2002, p. 194-195) confundiu o costume dos moradores daquele pequeno lugarejo, que extraíam da mata nativa material para construção de suas moradias, com situação de extrema pobreza e estado de abandono: "As poucas casas […] todas cobertas de cascas de árvores, que me disseram ser de pau-d'arco, cobertura que sendo bem-feita nos afirmaram durar quinze anos e mais, não estavam todas habitadas". Custou a acreditar que se tratava de "sítio de certa importância", em que havia uma lavoura para subsistência e certo comércio Wissenbach (1998, p. 68-69) aborda esse peculiar estranhamento quanto às moradias pobres dos muitos viajantes acostumados a acomodações mais estáveis:

> Quatro séculos pouco serviram para alterar a aparência dos ranchos; conservaram-se tal como na época colonial como frágeis construções, assemelhadas entre si nas moradias de caipiras, sertanejos, ribeirinhos e caiçaras, africanos e crioulos, causando um certo estarrecimento entre os estrangeiros, acostumados a

> outros padrões de estabilidade. Sobretudo, provocava-lhes espanto a ausência de solidez das habitações […] (Wissenbach, 1998, p. 68-69).

A subsistência cotidiana da população pobre e remediada do alto sertão era garantida a muito custo e por formas provisórias e improvisadas de sobrevivência, experiências que partilhavam com seus pares e modos de vida com parcas provisões: "[…] um aprendizado social […] constituído muitas vezes a partir de noções de subsistência e padrões de organização social distintos dos que eram imaginados pelas classes dominantes" (Wissenbach, 1998, p. 52).

O precário modo de vida de lavradores pobres e remediados do sertão resulta de um ambiente acostumado à concentração de riqueza e acentuada exclusão social. Demonstrei anteriormente que apenas 9,2% dos inventariados concentravam 65,1% da riqueza entre o período de 1890 a 1930; para a década de 1920, 15,6% dos inventariados concentravam 77% de toda a riqueza inventariada. Comparando os dados de Caetité com os da região de Itapicuru e Soure, apontados por Dantas (2007), percebe-se que a concentração de riqueza naquela região assumiu índices mais elevados:

> A concentração da riqueza não se restringia, contudo, à mão-de-obra escrava. Três dos maiores espólios (que apresentavam grande número de cativos) respondiam por quase 82% do total de reses de criação arroladas […] Uma família ou algumas poucas famílias controlavam a maior parte da riqueza da região […] (Dantas, 2007, p. 72-73).[77]

Circunstâncias de exclusão socioeconômica e concentração de renda serão analisadas mais adiante. Convém, no entanto, documentar a vida material de ricos proprietários de Caetité por meio de inventários pesquisados.

Era o caso do fazendeiro Antonio Ferreira das Neves Junior, morador no "Rio abaixo", do distrito de São Sebastião, que investiu

mais de 66% da sua fortuna na criação de gado de toda sorte: possuía de semoventes Rs. 39:585$000 de um patrimônio que montava em Rs. 59:593$000. Na fazenda "Espirito Santo", criava 850 cabeças de gado vacum, 42 éguas, 28 cavalos, 14 burros, jumentos e mulas, 70 cabras, 100 ovelhas e seis porcos; possuía seis juntas de bois mansos para puxar os seus dois carros ou os criava para venda no mercado local. Além de currais, a fazenda tinha roças de milho e de mandioca. A composição de seus bens fugiu à média para a faixa de riqueza acima de vinte contos de réis, que se distribuiu entre imóveis, semoventes e dívidas ativas.[78]

O Coronel João Antero Ladeia Lima, no entanto, investiu quase todo o seu patrimônio em fazendas e terras – 93% do montante de Rs. 65:063$270. Morava na fazenda Escadinha, mas era proprietário também da fazenda Hospício e do Formoso; sítios do Cipoal, Hospício Velho, Botelho, Brejo das Pedras e várias partes de terras. Entre quintais murados e terras estremadas, as suas fazendas e sítios mediam aproximadamente 14 léguas (92 km) de extensão. A sua maior fazenda, a do Formoso, localizada no distrito de São João dos "Geraes", da Vila de Carinhanha, possuía "[…] diversos sitios regadios, dependentes da Fazenda, e occupados por meieiros". Os bens móveis e benfeitorias das fazendas registram que João Antero produziu farinha, açúcar e cachaça: oficinas de farinha de mandioca, engenhos de moer canas, moinhos, casa para fornalhas, tachos e alambiques de cobre. Tinha sua própria tropa para o transporte dos produtos que abasteciam os mercados regionais e/ou do litoral, com quase trinta animais e formada por burros mansos encangalhados, éguas e jumentos pastores de éguas. Um "troly de viagem, com seus pertences", avaliado por Rs. 200$000, possivelmente servia à sua viúva, Mariana Benedicta de Albuquerque Ladeia, que fora interditada judicialmente por "privação de enteligencia". As dívidas passivas somavam Rs. 30:472$335. O inventário registra uma dívida passiva paga com semoventes, no valor de Rs. 2:025$000. Como esses animais

não constavam entre os bens arrolados, infere-se que a dívida tenha sido paga por seu filho e inventariante, o Major Sebastião Ladeia Lima, com dispensa do arrolamento ou em momento que antecedeu a sua morte.[79] É Sampaio (2002, p. 209, grifo nosso) quem nos indica, a caminho de Caetité, a fazenda de morada de João Antero:

> Chegamos já noite à fazenda das *Escadinhas*, do sr. João Antero Ladeira [*sic*] Lima, onde nos hospedamos. Era o 1º de janeiro de 1880, dia de *ano-bom*, e havia alguns cavalheiros de visita ao nosso hóspede. Interessaram-se todos pela nossa viagem, inqueriram muito do que havíamos feito no rio São Francisco, onde reinava *Neco* com os seus jagunços e deram-nos muito boas informações sobre a geografia da região que acabamos de atravessar, completando as que nos dera, no dia antecedente, o major Francisco Pereira de Castro, grande conhecedor destes sertões, que ele nos descreveu, como ninguém (Sampaio, 2002, p. 209, grifo nosso).

O cultivo de culturas diversas caracterizou a agricultura local, formada por unidades que plantavam cana-de-açúcar, mandioca, milho, algodão e produziam açúcar, cachaça, rapadura e farinha. Com essa diversidade agropastoril, a pecuária desempenhou papel fundamental na dinâmica da economia, seja como produto para exportação e abastecimento do mercado interno, para o trabalho na lavoura e nos engenhos, seja como meio essencial para o transporte de mercadorias e pessoas. Propriedades de dimensões distintas e produção diversificada particularizam a economia do alto sertão da Bahia, resultado de circunstâncias que se desenvolveram localmente, como indicamos ao longo deste capítulo.

Lavradores, pequenos e médios, atuaram tanto no comércio de abastecimento de alimentos da região quanto no mercado de exportação de matérias-primas para as indústrias nacional e internacional. O setor agropastoril do alto sertão constituiu-se em unidades

de dimensões variadas (sítios, chácaras, terras, terrenos...), com produção mercantil diversificada.

Sobreviver nas roças, arraiais, vilas e cidades

> Diz Cassiano Couto, morador n'esta cidade, **com a profissão de alfaiate**, que, desde o mez de Fevereiro até o de julho d'este anno **tendo deixado o serviço da sua profissão, para, como enfermeiro, tratar do Tenente Emiliano Pereira de Araujo** na molestia de que veio a fallecer, e isso a convite do mesmo e em razão da promessa que fez-lhe de indemnisal-o do seu trabalho, quer o Supp.e justificar perante VS. Os seguintes itens: 1.º Que o justificante deixou de trabalhar no seu officio cento e vinte e três dias uteis nos ditos mezes em que esteve tratando do referido Tenente Emiliano; 2.º **Que o justificante ganha diariamente no seu officio quantia não inferior a 1$500; pelo que nos ditos 123 dias deixou de ganhar, pelo menos, 184$500**; 3.º Finalmente, que, em conta do seu trabalho, elle justificante só recebeu do referido finado a quantia de vinte e tres mil réis e que, portanto, deduzida esta quantia d'aquella, tem elle direito a haver do espolio do mesmo finado, inventariado por este Juizo, 161$500.[80]

Para além das informações sobre a vida material dos moradores de Caetité, os inventários trazem indícios de relações sociais e de trabalho, que se deslindam em circunstâncias de sobrevivência singulares.

O alto sertão era, nesse período, uma região predominantemente rural, e o exercício de distintas atividades ocupacionais insere-se na frágil divisão social do trabalho, tanto nas áreas rurais quanto nas sedes de distritos e municípios: "[…] características de uma sociedade rural que manteve em níveis baixos a divisão do trabalho e,

em contrapartida, uma gama variada de especialização ocupacional nas pequenas 'cidades'" (Pires, 2009, p. 151). A heterogeneidade do mercado de trabalho na região situava-se na diversidade da produção agropastoril e organização do setor de serviços.

O alfaiate Cassiano Couto, morador em Caetité, havia deixado o seu ofício para trabalhar como enfermeiro do tenente Emiliano Pereira de Araújo. Ao requerer do espólio o pagamento pelos 123 dias que havia trabalhado como enfermeiro, justificou o valor da sua jornada diária de trabalho por seu ganho no ofício de alfaiate.

Cassiano Couto parece que havia se dedicado, com afinco, ao ofício provisório de enfermeiro. Certa noite, em horas já avançadas, o funcionário público Cândido Fernandes da Cunha circulava nas ruas da cidade de Caetité e ficou surpreso ao se deparar com o alfaiate. Indagado sobre "[…] o que fazia aquellas horas", Cassiano esclareceu que corria apressado até a sua casa para lavar os pés e retornar à residência de Emiliano Pereira, para "[…] continuar com o seu serviço com o doente". Essas informações, colhidas do depoimento do funcionário público, que foi chamado a depor em defesa do alfaiate, foram acrescidas de outras. Conversando com o tenente Alvino Pinheiro de Azevedo, acerca do serviço que o alfaiate realizou para Emiliano Pereira, a testemunha declarou que o tenente costumava emprestar dinheiro ao alfaiate "[…] nos dias de feira", uma vez que "[…] pouco ou nada recebia" com o serviço de enfermeiro. João Antônio Pinheiro de Azevedo, jovem negociante em Caetité, depôs também a favor de Cassiano e declarou que viu no livro de assento do alfaiate os registros detalhados dos dias, horas e valores dos serviços prestados como enfermeiro.[81]

O paciente tratado pelo alfaiate e dedicado enfermeiro Cassiano Couto, o tenente Emiliano Pereira, era um negociante de fazendas secas, miudezas, ferragens e fumo. Interessado em diversificar o seu patrimônio, havia investido certa quantia de dinheiro em uma recente sociedade de extração e compra de pedras ametistas no

arraial dos Brejinhos das Ametistas. Astucioso negociante do sertão, havia amealhado um bom patrimônio, avaliado em Rs. 9:453$752. Possuía nove arrobas de fumo em seu armazém, além de outras mercadorias.[82] Devia à casa Brandão & Cia. (de Salvador), firma representada pelo coronel José Antônio Rodrigues Lima, importância em mercadorias estrangeiras. Vivia do seu negócio e, com exceção da casa e uma casinha situadas na Rua General Osório, não investiu em imóveis, tampouco possuía semoventes. Deveria alugar alguma montaria quando necessitado no serviço de extração de ametista no arraial dos Brejinhos.

O tenente Emiliano Pereira era uma das poucas exceções de negociantes situados na faixa de monte-mor entre Rs. 5:001$ e Rs. 10:000$ que haviam ocupado a maior parte dos seus patrimônios em mercadorias. A baixa liquidez de bens investidos em mercadorias era um risco que poucos queriam assumir. Em momentos menos promissores, o estoque em mercadorias poderia empacar os negócios e arruinar o patrimônio da família.

Um dos credores do tenente Emiliano Pereira, o coronel José Antônio Rodrigues Lima, sofria de moléstia urinária e também precisou contratar os serviços de enfermagem. Rico fazendeiro e negociante em Caetité, José Lima morreu aos 74 anos de idade. Como o coronel era viúvo e sem filhos, instituiu em testamento os legatários dos seus bens. Leolina Francisca dos Santos, a enfermeira que cuidava do coronel, receberia por sua dedicação a quantia de Rs. 1:600$000, mas na condição de prestar os serviços até o falecimento dele: "Se por occasião de meu fallecimento, a Snr.a Leolina [minha enfermeira] não estiver m.s a meu serviço fica sem effeito o legado que lhe faço". Ao menor Urbano Francisco dos Santos, filho natural de Leolina, o coronel deixou um legado de Rs. 2:000$000, mas, neste caso, foi incondicional. O auto de partilha dos bens confirma que a enfermeira prestou os serviços até o falecimento do coronel.[83]

Viver na cidade de Caetité, nas primeiras décadas da República, exigiu dos trabalhadores que recebiam algumas centenas de réis por dia de trabalho o recurso ao serviço de ocasião. Vivendo em uma sociedade com renda concentrada, cujas oportunidades se inscreviam para poucos indivíduos que estavam inseridos nas atividades agropastoris e mercantis de maior rentabilidade, os trabalhadores pobres contavam com o acaso para amealhar o necessário à subsistência. As ocupações temporárias se constituíram, dessa forma, em maneiras de improvisação de um cotidiano em que aos despossuídos era exigido vencer as difíceis contingências da sobrevivência.

Os registros de lançamentos dos impostos municipais cobrados sobre os serviços e as profissões permitem uma identificação aproximada das ocupações de trabalho de moradores no distrito de Caetité e dos serviços executados por lavradores, negociantes e fazendeiros[84]. Engenhos, alambiques, rodas para produção de farinha de mandioca, destilarias e descaroçadores de algodão constituíam os equipamentos usados para o aumento dos rendimentos na agricultura. Embora esses equipamentos sejam sintomáticos do emprego de métodos mais modernos de produção nas diversas culturas, ainda persistiu certa lentidão na utilização de novas tecnologias para aumento da produtividade nas lavouras. Criadores (principalmente médios e pequenos lavradores), fazendeiros e negociantes formavam o maior segmento de contribuintes por serviços e ocupações.

Entre os ofícios urbanos passíveis da cobrança de impostos, destacaram-se os sapateiros, pedreiros, carpinteiros e marceneiros. No entanto, costureiras, lavadeiras, policiais, eclesiásticos e funcionários públicos, dentre outros trabalhadores em ofícios que eram isentos da cobrança de impostos municipais sobre as profissões, são localizados nas fontes documentais sobrevivendo de suas ocupações. Ribeiro (2012) identificou, nas anotações dos cadernos em que Celsina Teixeira controlava os pagamentos dos empregados nos serviços domésticos, ocupações que se diferiam pela divisão

do trabalho doméstico prestado nos serviços da casa: cozinheira, aguadeiro, engomadeira e jardineira. Esses trabalhadores recebiam entre Rs. 8$000 e 9$000 réis mensais. Segundo esse autor, as anotações nos cadernos são reveladoras da mobilidade de trabalhadores domésticos, isto é, das acomodações provisórias que caracterizaram a sobrevivência de largas parcelas da população da região empobrecidas por uma sociedade excludente:

> As citações de trabalhadores/as das camadas baixas da população prestando serviços fixos e temporários em troca de parcos rendimentos demonstram a circulação constante e intensa de pessoas no meio urbano de Caetité, no início do século XX. Antes de representar um dinamismo econômico e social, o ir e vir desses segmentos também deve ser visto como táticas de sobrevivência diante de cenários econômicos críticos (Ribeiro, 2012, p. 155).

Nos livros de anotação das despesas da casa, Celsina Teixeira também registrou as compras que eram realizadas semanalmente na feira livre de Caetité: carne de gado, carne de porco, toucinho, feijão, arroz, milho, farinha, açúcar, tapioca, ovos, rapadura, chuchu, abóbora, banha, inhame, batata, café, azeite, aipim, peixe, manteiga, pernil, maxixe, cebola, vassoura, requeijão, galinha, capão, melancia, banana, manga, umbu, quiabo, prato de barro... A dieta das ricas famílias da região constituía-se de muita fartura e excelente alimentação. Produtos fornecidos por lavradores que os vendiam no mercado de Caetité.

Iria Maria Luzia, mulher de cor parda que foi qualificada como "empregada no trabalho domestico", talvez vivesse do ofício de engomadeira, prestando serviços nas residências de famílias mais abastadas. Em sua casa, havia entre os bens móveis, avaliados por Rs. 38$000, um ferro usado de engomar, uma velha roda de fiar, uma foice velha, duas molduras de madeira (com santos), um canapé em bom uso, um banco de pau, uma mesa de quatro a cinco palmos,

dois catres velhos e um pequeno baú de folha de flandres. Iria Luzia morreu de "tisyca", ainda jovem, aos 38 anos de idade, e deixou dois filhos menores: João, com dezessete anos de idade; e Generoza, com quatorze anos. A existência dos herdeiros menores explica a abertura do inventário. Os bens arrolados somaram todos Rs. 346$000.[85]

Situada na extremidade da Rua Barão de Caetité, à época o mais importante logradouro da cidade, a casa que Iria Luzia havia adquirido com o esforço do seu trabalho, para que os filhos pudessem usufruir no momento de sua morte, foi avaliada por Rs. 300$000. A descrição minudenciosa do imóvel, feita pelo inventariante José Pinto Monte-Negro, "[…] a quem a fallecida entregou em vida os seus bens para tomar conta", foge ao usual e se avizinha a uma exposição de razões que atenua certa culpa:

> […] uma casa sita n'esta Cidade, na extremidade da rua Barão de Caetité, sob numero sessenta e nove, coberta de telhas, construida de adobes e enchimentos, com uma porta e tres janellas de frente, com um quintal que comporta cerca de tres litros de planta, em parte plantado de pasto e em parte de algumas arvores fructiferas, com agua dentro, fechado na parte que limita com a casa e quintal d'elle inventariante por cercas, na parte que dá para a rua 'Barão de Caetité', por um muro, com dous portões, estando contiguo com uma posse, que pertence a menor Generoza, filha da inventariada, cuja posse pertence a dita menor por doação que lhe fez Clemente Dorotheo, que se presume ser pae da dita menor, cuja posse tem frente para a referida rua, com fundo correspondente, e não está separada do quintal da casa da inventariada, por se terem arruinado e desapparecido as cercas divisorias. Esta casa e quintal descriptos foram havidos pela inventariada por compra feita ao Senhor Manoel Fernandes da Cunha e sua mulher, cujo titulo exhibiu, e pelo Juiz foram avaliados casa e quintal pelo preço de trezentos mil reis, visto o máo estado da casa.[86]

Postos em leilão público, o imóvel e os bens móveis foram arrematados pelo negociante e intendente do município, o coronel Octacílio Rodrigues Lima, que ofereceu Rs. 268$000. Deduzidas as despesas de funeral e tratamento da inventariada, no valor de Rs. 68$700, mais as custas cartorárias, restaram pouco mais de cento e cinquenta mil réis para a partilha entre os menores João e Generoza.[87]

O coronel Octacílio Lima era negociante e tornou-se intendente municipal entre 1904 e 1907; irmão de Joaquim Manoel Rodrigues Lima, rico proprietário de terras em Caetité, intendente em 1872 a 1875 e 1890 a 1891, e governador da Bahia entre 1892 e 1896 (Santos, 1997). Em 1927, no auto de inventário da esposa, o coronel declarou a propriedade de quatro imóveis no perímetro urbano da cidade de Caetité. A compra de imóveis urbanos por arrematação era um ardiloso investimento e bastante rendoso: os imóveis eram, quase sempre, subvalorizados e leiloados com descontos não inferiores a vinte por cento. Nessas aquisições de imóveis, talvez também resida a atual concentração da propriedade urbana que gerou uma especulação imobiliária, referida anteriormente.

Trabalhadores da região associaram a ocupação profissional com outras atividades de renda. Diante dos espaços mínimos de mobilidade social, a sobrevivência impôs uma rotina diária de trabalho, que se distribuiu entre a realização dos serviços da profissão (carpinteiro, ferreiro, pedreiro, marceneiro, seleiro, professor, policial, fogueteiro, costureira e muitos outros) e os serviços na lavoura.

Servindo em Caetité, onde faleceu, o capitão de polícia Pedro Pereira da Silva Castro possuía diversas partes de terras na comarca de Palmas de Monte Alto, incluindo uma casa de morada com sítio e chácara beneficiados. Os imóveis foram herdados do sogro.[88] O vigário Manoel Bemvindo de Salles parece que amealhou uma renda adicional com o aluguel de imóveis em Caetité. Morreu em Salvador, mas adquiriu dois imóveis no centro da cidade de Caetité e outro imóvel na vila de São Felipe.[89] O capitão Francisco Pinto Montenegro

foi proprietário de uma rancharia para tropeiros e viajantes, produzia rapadura, alugava mangas de pastos e foi seleiro por ocupação.[90]

Gaudêncio Gonçalves de Aguiar cultivava milho e criava gado de grande e de pequeno porte (porcos) para completar a renda que obtinha com o ofício de professor. Em 1902, ano em que faleceu, exportou produtos alimentícios (milho), burros, cavalos e vacas. Como o professor tinha um patrimônio de Rs. 1:192$000 e uma dívida passiva de Rs. 2:297$399, os bens foram levados para arrematação em leilão público e o rateio foi realizado entre os seis credores.[91]

As fontes documentais indicam a presença de uma ampla maioria da população da região nas atividades fundiárias. Muitas vezes, particularmente quanto aos inventários, os indícios não permitem identificar a principal atividade de renda do inventariado. Outras vezes, os conteúdos nos inventários indiciam para a associação do ofício com diversas atividades de trabalho, revelando uma sociedade em que os limites entre cidade e campo eram singularmente frágeis. Até meados do século XX, a criação de animais, a cultura dos pomares, o cultivo de lavouras e pastagens foi possivelmente uma prática comum para muitos moradores de arraiais, vilas e da cidade de Caetité. De fato, uma ampla população rural e urbana buscou prover, nos meios de vida à sua disposição, as necessidades sociais de sobrevivência.

Negócios no alto sertão: tropas e tropeiros

Os inventários revelam uma economia que se manteve bastante ativa e articulada a comarcas, termos e vilas da Bahia e com as províncias do Sul. Proprietários de ricas fazendas abasteciam mercados de vasta região e realizavam negócios com altas somas em dinheiro. Alguns mantiveram suas próprias tropas como mecanismo para redução dos custos dos transportes de mercadorias ou

investimento mais rentável. Spix e Martius (1938) cruzaram com um desses fazendeiros/tropeiros no caminho da Vila de Rio de Contas a Maracás, no momento em que se achavam ameaçados "**à** entrada da caatinga" por falta de provisão de água e milho:

> De repente ouvimos o chocalhar da *madrinha* de uma tropa e logo a vimos, bem organizada, com cerca de 40 burros fortes, que sob a direcção de tropeiros robustos seguiam o mesmo caminho.
>
> O dono dessa tropa, o Snr. Agostinho Gomes, honesto fazendeiro do districto de CAETITÉ, compadeceu-se profundamente do nosso desamparo.
>
> Generosamente offereceu diversos animaes para transportar a nossa carga já tão leve; cedeu-nos um pouco de milho da sua provisão e, em summa, encarregou-se da nossa viagem até o litoral, onde nos deixou a todos, sãos e salvos (Spix; Martius, 1938, p. 62, grifo nosso).

Um desses arrieiros de maior confiança na tropa, ou talvez o próprio Agostinho Gomes, guardava com sabedoria os segredos para vencer os perigos das travessias nas caatingas. Há em Lycurgo Santos Filho (1956) descrição das funções de arrieiro e tropeiro nas tropas:

> Era o arrieiro um empregado do dono da tropa e a dirigia em seu lugar. Regra geral, o tropeiro era o proprietário dos animais e quando com êles viajava tinha no arrieiro o principal ajudante, o encarregado do arreamento e carregamento das bêstas, o encarregado da distribuição das rações, etc. Generalizou-se, entretanto, o costume de se dar ao condutor da tropa a designação de tropeiro, fôsse ou não o proprietário. (Santos Filho, 1956, p. 256).

Criados nas matas do sertão baiano, os tropeiros e seus arrieiros deveriam estar acostumados a enfrentar longas estiagens,

condição essencial à sua sobrevivência em solo árido e caminhos tiranos:

> Pela configuração, pela coloração do terreno, por algum sinal só perceptível a olhos experimentados, sabem […] muitos desses rudes topógrafos que são os sertanejos […] dizer com certeza a senda que há de levar a alguma remota aguada. Tanto mais digna de admiração é tal capacidade quanto, justamente nesses sítios, as nascentes se acham em geral bem abrigadas, parecendo desafiar a atenta argúcia do caminhante. (Holanda, 1994, p. 36).

Como "samaritanas do sertão", esses homens previdentes extraíam das suas observações da natureza os meios para mitigar a falta de água e forragem para os animais de carga. Santos Filho (1956, p. 255-256) comenta os maus tempos do ofício de tropeiro: "Duro e penoso era o ofício de tropeiro. Caminhos ruins e estreitos, pouca água, contratempos que acarretavam perda da carga e até dos animais... exigiam do condutor a maior atenção, o maior cuidado".

A tropa de burros foi, por longo tempo, o meio comumente utilizado no alto sertão para o transporte de mercadorias a longas distâncias. Pires (2003) destaca a sua importância para o comércio regional e a articulação com a feira de muares de Sorocaba, em São Paulo:

> As tropas de mulas desempenhavam um papel indispensável ao comércio regional e muitos escravos sertanejos participavam, ao lado de trabalhadores livres, dessa atividade […] Tais tropas foram constituídas por mulas e jumentos, alimentados com rapadura e milho quebrados, que os sustentavam, fazendo-os resistir às longas distâncias. A partir de fins do século XVIII, a feira de muares de Sorocaba-SP abasteceu a região, tornando-se um grande centro abastecedor para suas tropas (Pires, 2003, p. 38-39).

Em matéria editorial do jornal *A Penna*, João Gumes relata as contrariedades provocadas pelo uso corrente e primário do transporte de cargas e pessoas pelas longas estradas do sertão:

> O homem, para d'aqui remover-se, tem necessidade do ronceiro muar, da cangalha e de tantos apparelhos complicadissimos que ainda estão em uso geral n'estas alturas para o desespero do viajante. Por cada dia de viagem, maior somma de cangaço e de contrariedades, mais o nosso espirito se afflige e impacienta como que acenando-nos, do ponto de chegada, ao corpo moido, suarento, tomado de uma só dor physica que o invadiu e que vae rebocando a amaldiçoar os nossos pessimos meios de locomoção.[92]

As viagens a negócios no lombo de mulas e burros arreados, muito embora tenham provocado o "desespero" de muitos dos seus usuários, asseguraram o abastecimento interno dos mercados nos sertões baianos. No Brejo do Campo Sêco, Lycurgo Santos Filho (1956, p. 417) acompanhou a movimentação de tropas e mercadorias que seus proprietários, Pinheiro Pinto e descendentes, realizavam ordinariamente pelo caminho de Salvador a Bom Jesus dos Meiras. As cargas com mercadorias importadas eram substituídas por gêneros produzidos na fazenda, assim as contas se resolviam, costumeiramente:

> Pinheiro recebia a mercadoria e recambiava a tropa carregada de produtos da região, algodão e 'mantimentos'. Com o representante em São Félix (ou no Salvador), realizava-se o ajuste de contas, sendo certo que ao fazendeiro geralmente sobrava um haver, uma certa importância em dinheiro. Assim se comerciava no sertão, mesmo por todo o século XIX. Quando em 1862 o neto de Pinheiro Pinto adquiriu mercadorias de uma casa atacadista de São Félix, pagou-as com algodão e couro, restando-lhe ainda um saldo,

> em dinheiro, na importância de 458$360. Suas compras orçaram em 367$800 (Santos Filho, 1956, p. 417).

O conjunto viário do município de Caetité chamou a atenção de Sampaio (2002). Esse explorador atribuiu o desenvolvimento econômico do município ao seu excelente clima, à disponibilidade de terras, aos produtos naturais do seu solo e privilegiada posição viária, que descreveu como conhecedor dos caminhos que integravam pessoas e mercadorias:

> Como empório comercial que é destes sertões apartados, Caetité constituiu-se o centro irradiante de uma viação ordinária e bastante ativa.
>
> Daqui partem para leste e para nordeste as duas estradas que levam à Bahia: uma, mais direta pela via do *Bom Jesus dos Meiras* em direção a *Maracás*, e outra mais longa, através das montanhas, passando pela vila das *Minas do Rio de Contas* e pelo *Sincorá*. Para Minas Gerais partem, também, duas estradas principais: a que leva ao rio São Francisco, ao arraial dos *Morrinhos*, passando pela freguesia de *Umburanas* e *Duas Barras*, e outra na direção do sul pelos *furados* e freguesia das *Almas*, levando, de um lado, à vila do *Rio Pardo*, e de outro à vila de *Montes Claros*, nas cabeceiras do rio *Verde Grande*. Para o norte sai a estrada de *Canabrava*, que, por *Macaúbas* e pelo vale do *Paramirim*, leva à cidade da *Barra*. Na direção de noroeste vai a estrada do *Urubu* com trajeto pelo *Bonito*, *Riacho de Santana* e *Bom Jesus da Lapa*; enquanto que para o oeste em direção de *Monte Alto* e à *Carinhanha*, através do vale do rio das *Rãs*, se prolonga a estrada geral, a mais antiga que, da região do litoral, penetrou nestes sertões (Sampaio, 2002, p. 219-220).

Um mapa de rota do tropeirismo nessa região do sertão da Bahia foi traçado por Ruy Hermann de A. Medeiros e Maria de Fátima N. Pires. Publicado em livro de sua autoria, Pires (2003, p. 39, grifo nosso) acentua três principais vias de negócios:

> Durante os séculos XVIII e XIX havia *três principais rotas* do comércio do sertão baiano, que se articulavam com estradas locais. *A primeira – via rio São Francisco* – onde se realizava um comércio ativo de carne seca e sal extraído da terra. Por esta via, chegava-se a Januária- MG, região produtora de aguardentes e rapadura, a São Francisco das Chagas, atual Barra, produtora de sal (extraído da terra) e a Carinhanha. Por ali se realizava o abastecimento de aguardente e rapadura para os chamados 'currais da Bahia' e estes últimos abasteciam a região mineradora com gado e carne seca […] *A segunda via* se fazia pelo *rio Paraguassú*. Este circuito ligava o Recôncavo baiano (Nazaré, Cachoeira) à Chapada (Vila do Rio de Contas) e desta para o rio São Francisco. Por esta via comercializavam-se todos os gêneros […] *A terceira via* passava pela estrada de Juazeiro, um importante entroncamento que apresentava proximidade com o Piauí e Pernambuco. Por este circuito realizava-se o comércio de algodão e gado com o Piauí, de onde se trazia borracha de maniçoba, cera de carnaúba, importantes para o fabrico de sabão e vela. Contava-se ainda com a região do Paranaguá, no Piauí, que figurava como grande centro criatório de gado (Pires, 2003, p. 3940, grifo nosso).

A rota do rio Paraguassú era a usualmente percorrida por tropeiros do alto sertão. Por essa via o ir e vir cotidiano de animais cargueiros e de montaria ajuntou o comércio e viajantes do sertão aos do litoral.

As mercadorias produzidas na rica fazenda do Brejo do Campo Sêco, de propriedade de Antônio Pinheiro Pinto, eram remetidas para a capital da província através do caminho que ligava Bom Jesus dos Meiras a Maracás:

> O caminho seguido pelos produtos manufaturados, do Salvador para o Campo Sêco, era o mesmo e velho caminho seguido pelos que entraram pelo sertão

> acima: do pôrto do Salvador ao de São Félix, em embarcações que subiam o Paraguaçu; de São Félix ao Campo Sêco, por terra e em lombo de burro (Santos Filho, 1956, p. 417).

Interligada a importantes caminhos de comunicação com vilas e povoados do interior da Bahia, com o interior das províncias de Minas e Goiás, com a praça de Salvador e o Recôncavo baiano, a cidade de Caetité possuía um entroncamento viário que favorecia o escoamento dos gêneros da terra; por outro lado, essa integração viária estimulou a importação de gêneros do país provenientes daquelas regiões. Em minha dissertação de mestrado, apontei a intensificação do fluxo de pessoas e mercadorias como resultado do melhoramento das estradas nos sertões baianos, em meados do século XX (Santos, 2001, p. 77). Um anônimo, mas animado colaborador do jornal *O Dever*, divulgou a situação geograficamente privilegiada das vias de comunicação do município de Caetité quando comparadas às dos demais municípios dos sertões baianos:

> Os últimos movimentos administrativos do país apontaram Caiteté como um ponto de irradiação das estradas para o Sul e para o Norte, cruzadas com as que nos levarão *à* Brasília. Estas linhas, quer aereas como rodoviarias, acham em nossa cidade o seu entroncamento. E como tudo isto nos coloca num plano invejavel, é necessario que nos aprontemos para que correspondamos, na medida, à espectativa daqueles que nos olham do alto e nos querem beneficiar […].[93]

O estado desse conjunto viário, no entanto, não agradou ao então Capitão Durval Vieira de Aguiar, quando esteve no alto sertão em 1882 e 1883 com a função de inspecionar os destacamentos de polícia e levantar informações para orientação a imigrantes interessados em colonizar o interior da província da Bahia: "[…] acha-se exaurida a população [de Caetité] por falta de meios de exportação, obstada por 100 léguas de maus caminhos". Uma estrada de ferro

leste-oeste partindo de Valença ou Ilhéus com destino a Malhada, passando por Maracás, Vila da Vitória (atual município de Vitória da Conquista), Santo Antonio da Barra, Caetité e Monte Alto, proporcionaria ao sertão, comenta o Capitão, os meios necessários para o escoamento de suas mercadorias, e a Caetité, em especial, a possibilidade de "[…] reconquistar os seus merecidos foros de Corte do Sertão". Mas em "falta de coisa melhor", sugere mais uma vez o Capitão Durval, uma estrada de rodagem de Caetité à estação de ferro de Machado Portela, em Maracás, animaria tanto o seu comércio quanto o de outros termos. Aos políticos locais adverte: "[…] se assim também pensarem, e por tal se esforçarem, os representantes políticos do distrito, que mais precisa de pontes, açudes e estradas, do que de política" (Aguiar, 1979, p. 185-186). Não deve ter agradado a alguns homens ocupados com os afazeres da administração do município as prediletas sugestões de Durval Vieira, amplamente publicadas nas colunas do *Diário da Bahia.*

João Gumes concordaria, trinta anos depois, com as dificuldades de locomoção de pessoas e mercadorias pelas estradas do alto sertão. Comenta no *A Penna* sobre os precários meios de transporte que serviam ao município de Caetité, ineficientes para o século do "cosmopolitismo" e do "progresso", que exigia do homem contemporâneo "estar a toda parte ao mesmo tempo":

> Assediada por serias difficuldades, desanimada diante dos exiguos lucros que dá-lhe o seu pesado mourejar porque, se há relativa abundancia, a falta de meios de exportar os productos dá lugar a desvalorisação […]
>
> E a estrada de ferro, o pequeno trecho da Central, que tanto nos servia, torna-se hoje imprestavel. Sendo o unico escoadouro como é, por onde exportamos e importamos, lá permanece nas Columnas de Hercules de M[achado] Portella sem tomar a resolução de penetrar rapidamente o amago do sertão.[94]

As descrições de Durval Vieira sobre a economia de Caetité diferem das observações realizadas por Teodoro Sampaio, apesar da proximidade do período de suas visitas ao município. A região sofria com uma estiagem prolongada e a situação não era aprazível:

> […] é preciso confessar que apesar da boa educação e agrado d[o]s moradores, não há sociabilidade nem divertimentos relativos à civilização de um lugar que em algum tempo se chamou a *Corte do Sertão*. Por este motivo torna-se a cidade perfeitamente monótona, especialmente à noite; demonstrando uma incontestável decadência, ainda mais confirmada não só pelo decrescimento numérico dos moradores, como indica a grande quantidade de casas vazias ou em ruínas, que se nota em todas as ruas, mas também pelo enfraquecimento do comércio, hoje muito reduzido, por diversas lojas fechadas e seus donos mudados para outros pontos (Aguiar, 1979, p. 185, grifo nosso).

Dificuldades conjunturais estimularam a migração nos sertões da Bahia. As estiagens e secas constantes deslocaram sertanejos de suas regiões de origem. No entanto, é preciso considerar que a falta de chuva não era incomum à vida no alto sertão e os inventários e outros relatos de viajantes indicam que a economia se mantivera dinâmica e ativa. O tráfico interprovincial, a exemplo de outro fator de deslocamento populacional, provocou mudanças socioeconômicas, mas não sugere uma redução da população a ponto de estrangular a produção na lavoura e na pecuária. Evidências empíricas permitem inferir que a economia manteve fôlego suficiente para assegurar a permanência de padrões de riqueza elevados.[95]

A migração de sertanejos em busca de outras oportunidades de trabalho ou enriquecimento tornou-se assunto de discussão por autoridades públicas e membros da elite intelectual baiana. Os estados do Centro-Sul, em especial o de São Paulo por sua expansão industrial, constituíram-se em centros de atração com "promessas"

de acesso ao "trabalho fácil" e ao "ganho rápido de dinheiro". Mas, considera Pires (2009, p. 280, grifo nosso),

> […] o deslocamento para regiões mais distantes, a exemplo de São Paulo, nem sempre foi definitivo […] Diante das dificuldades de se adaptarem aos ritmos de vida e de trabalho, privados da companhia de parentes e amigos, muitos preferiram voltar para as suas regiões de origem, onde estavam acostumados à peleja cotidiana da sobrevivência acalentada pela camaradagem de animados encontros. Outros mais partiam para São Paulo apenas a fim de cumprirem contratos temporários; encerrado o compromisso, retornavam com as economias que conseguiam amealhar. O retorno, no entanto, nem sempre era definitivo; o *ir-e-vir* foi uma constante demanda da sobrevivência[96].

Das anotações de Durval Vieira (1979, p. 181), há mais relatos da economia do município. Nota sobre a feira, "um tanto acanhada", a abundância de cereais, mas "por preços ridículos". E sobre as lavouras e criações, exuberantes no período chuvoso, esse viajante destaca a criação de gado cavalar e vacum; as lavouras de milho, feijão, mandioca, fumo, algodão e o cultivo de frutas diversas; a existência de algumas engenhocas e alambiques que fabricavam cachaça, açúcar, rapadura, farinha e requeijões. No entanto, "[…] tudo ainda acanhadamente às necessidades do consumo", e o que se exportava por tropas, a exemplo do algodão, "[…] é feita mais como lastro, do que como negócio, visto que para uma remessa constante o frete absorveria os lucros". Menos de uma década depois, os registros em inventários *post mortem* documentam uma movimentação econômica mais acolhedora, como se verá mais adiante.

Sampaio (2002, p. 213-214, grifo nosso) chegou a Caetité por ocasião das festas de Reis. Nos quatro dias que permaneceu na "rica" cidade, "[…] cujo aspecto é deveras grato ao viajante que vem do

sertão", documentou uma economia que diferia da economia das vilas, povoados e lugarejos até então percorridos por sua expedição:

> Visitando pela manhã o mercado da cidade, que parecia **uma feira bastante freqüentada**, notei, além dos requeijões, couros e outros produtos da indústria pecuária, abundância de legumes, batatas-inglesas, batatas-doces, inhames, hortaliças, abóboras, melões excelentes, grandes e boas melancias, mendubis, muito milho, arroz, feijão, rapadura, açúcar, excelente farinha de mandioca que, segundo me informaram, é aqui a produção mais avultada, principalmente na freguesia de *Umburanas*, nos distritos dos *Furados* e de *Caculé*, no rio do *Antônio*, exportando-se dela em tão larga escala para outros municípios que com razão se considera Caetité o **celeiro próvido destes sertões**. (Sampaio, 2002, p. 213-214, grifo nosso).

Os relatos de outro observador do sertão, Pedro Celestino da Silva (1932, p. 163), revelam "a breves traços" aspectos da sua situação econômica: "Caetité com justo motivo, tornara-se o celeiro próvido desses sertões". Nota, quanto à pecuária, que a criação do gado vacum remonta a tradição antiga estimulada pelo comércio do corte, das peles, couros e laticínios. Sobre a agricultura, detalha outras culturas cultivadas nas fazendas, roças e sítios: mandioca, arroz, feijão, milho, café, fumo, ervilha, batata-doce, andu, fava, frutas, hortaliças, verduras – abóbora, quiabo, chuchu, maxixe, taioba, couve, alface, coentro, jiló, nabo, tomate, cebola, hortelã, alho, pimenta malagueta, pimenta-de-cheiro, pimentão. Nos quintais, e também nos sítios, "grande é o cultivo das plantas fructiferas e alimentares": laranja, lima, limão, tangerina, araçá, jenipapo, maracujá, jaca, jabuticaba, mamão, manga, fruta-do-conde, pêssego, marmelo, pitomba, abacate, caju, banana, fruta-pão. As flores "[…] são a fonte de gosos [e] merecem grande carinho dos amadores; revelado em bem cuidados canteiros; em quintaes, em jardins tratados com muito

esmero e gosto […]": rosa, cravo, dália, cravina, saudades, amor-perfeito, bogari, sempre-viva, murta, flor-de-cera, camélia, boas-noites, angélica, bonina, alecrim, manjericão, malva-cheirosa, malmequer, jasmim, madressilva.

Impressionado com o Mercado da cidade, Pedro Celestino relata uma exposição agropecuária realizada em 12 de maio de 1918, "por iniciativa da Sociedade Evolutiva de Caetité", que testemunhava sua "opulenta fonte de riquezas". Na praça do Mercado foram expostos touros de raça, animais de diferentes espécies, e em seu recinto produtos agrícolas e industriais. O artesanato e a culinária local foram exibidos no Paço Municipal: "[…] centenas de objectos artisticos, prendas, doces, bebidas, minerios, recebendo os expositores os mais francos louvores dos visitantes". Outros municípios marcaram as suas presenças, como os de Bom Jesus dos Meiras (atual município de Brumado) e "Jacaracy". Os expositores mais destacados receberam prêmios por seus ofícios exitosos. Sobre a feira no dia de sábado, Silva (1932, p. 173) comenta:

> O mercado é bem movimentado, encontrando-se os generos da grande e pequena lavoura: feijão, arroz, milho, carne do sol, toucinho, farinha de mandioca, e de milho, tapioca, assucar, rapadura, café, queijos, requeijões, couros, pelles, algodão em rama, utensilios de chifre, balaios, esteiras, chapeus, legumes e verduras, frutas diversas, tudo com fartura, nos annos em que ha abundancia de chuvas […] (Silva, 1932, p. 173).

Os relatos de viajantes evidenciam a existência de uma economia agropastoril diversificada e caracterizada por uma pecuária e lavoura que produziam para o abastecimento interno e para exportação; uma agricultura que alimentou a população do sertão e que, exportada em carros de boi e em bestas embruacadas, era comercializada nas pequenas e nas mais ativas feiras locais; um comércio de produtos para exportação e de importados que intensificava

o contato com o litoral e províncias do Sul. Atividades como a criação de gado e a lavoura; os pequenos engenhos, alambiques e casas de farinha; a "indústria" extrativa de sal, ametista e demais minérios; os empréstimos a juros e o tropeirismo dinamizaram a economia do alto sertão e mantiveram padrões de enriquecimento para parcela reduzida da sua população no final do século XIX e início do XX.

Relatos de viajantes e inventários flagram negociantes nas estradas dos sertões baianos tocando as suas tropas com produtos da lavoura e pecuária para os mercados da região, do Recôncavo baiano e de Salvador. Entre as veredas do sertão da Bahia, alguns criaram fortunas com o comércio de exportação e o de abastecimento de mercados internos. As fontes indicam um comércio bastante ativo de exportação da produção agrícola (a exemplo do gado, peles, borracha, algodão, farinha de mandioca, rapadura e aguardente) e importação de mercadorias manufaturadas (fazendas secas, bebidas, alimentos enlatados, medicamentos, ferragens e miudezas, dentre outras).

Inventários indicaram uma evolução acentuada do patrimônio de grandes fazendeiros e negociantes mais abastados, que foi acompanhada por um aumento gradativo da desigualdade social e forte concentração de renda. Com a agricultura para a exportação, para o abastecimento de mercados internos e o comércio, os proprietários mais ricos mantiveram um padrão econômico elevado, situação possibilitada pela articulação da economia do alto sertão com a do litoral agroexportador e com a indústria têxtil em expansão.

Notícias de viajantes que percorreram os sertões da Bahia evidenciam antecedentes conjunturais da sociedade e economia de Caetité, bem como a localização de unidades de produção (fazendas, sítios, roças, povoados) e rotas de comércio. Ao revelarem em seus percursos as intempéries de viagens das tropas, os viajantes fornecem outros indícios do comércio pelas veredas do sertão.

As viagens a negócios no lombo de mulas e burros arreados asseguraram o abastecimento interno de mercados nos sertões baianos. Esteio da sociedade e economia do alto sertão, as tropas criaram fortunas e estabeleceram fortes laços com o litoral portuário, províncias do Sul e demais regiões.

O capítulo seguinte pretende articular a economia do alto sertão ao comércio nacional e internacional de exportação e à industrialização têxtil nacional em curso. Inventários e demais fontes documentam o investimento em diversas atividades econômicas.

TRILHOS DA RIQUEZA: DIVERSIDADE ECONÔMICA E NEGÓCIOS DE EXPORTAÇÃO

> Fechei com os Srs. Moraes & C.ia esta m[inha] conta-corrente, passando-a aos Srs. Salles & Comp.ia. Vou mandar pagar o saldo de 30$000. Pg. Deocleciano Teixeira.[97]

A letra trêmula nos assentamentos dos livros de razão revelava o curso do tempo sobre o corpo acostumado a escriturar os negócios da família. Fazendeiro e homem de negócios em Caetité, Deocleciano Pires Teixeira ultrapassara os oitenta anos de idade debruçado sobre a sua banca de trabalho. Cartas a familiares e amigos políticos testemunham esse recolhimento habitual: "Passo os dias todos na banca escrevendo e animando os amigos […]";[98] "Não fosse o Anisio q. affim corren.te me tem auxiliado era impossível dar vazão ao trabalho […]".[99] Ocupação que se impusera pelas inúmeras transações de valores e bens, operações de compra e venda, que, registradas a tempo, evitavam a omissão e riscos de perdas. Papéis avulsos à mão, até mesmo pequenos envelopes de correspondências, que se perderam de vista entre as folhas dos livros de razão, também serviram de suporte para tomar nota das contas.

Pouco mais de duas décadas antes desse recolhimento, partiu a Salvador para assumir mais um mandato público no Senado

Estadual, em companhia de uma filha e do ex-governador do Estado da Bahia, Joaquim Manoel Rodrigues Lima.[100] Retornou quase dois meses após a sua saída de Caetité, ainda em companhia do ex-governador:

> Para a Capital do Estado, afim de tomar assento no Senado Estadual, sahiram desta Cidade a 21 do corrente os Ex.mos Srs. Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima e Deocleciano Pires Teixeira […]
>
> Como nós, vendo com saudade deslocarem-se do nosso meio, si bem que temporariamente, aquelles que, com o seu benefico influxo, tem-nos sempre garantido a tranquilidade, o progresso e a boa direcção no incerto peregrinar do desenvolvimento social, toda a população d'esta zona acompanha-os nos seus menores movimentos esperançada nos seus bons intuitos, principalmente n'esta quadra de angustias, cujos effeitos de perto presenciaram e para a debellação de cujos decorrentes males envidarão os seus esforços de homens publicos, que alheiam-se, entregam-se com dedicação inolvidavel ao bem commum.
>
> Segue com os respeitaveis representantes do povo a Ex.ma Sr.a D. Alice Spinola Teixeira dos Santos, digna e virtuosa esposa do Ex.mo Sr. Dr. Nicólau Tolentino dos Santos, Deputado Federal.
>
> Desejando-lhes feliscisima viagem, aqui ficamos a fazer votos por que breve voltem felizmente afim de continuarmos mais de perto a apreciar-lhes os salientes meritos.[101]

A viagem ao litoral, que durava entre oito e dez dias (Ribeiro, 2012, p. 53), iniciava-se no lombo de cavalo por caminhos alternativos. O primeiro, e mais desgastante, conduzia os viajantes à estação ferroviária de Machado Portela. Daquela ferrovia, os viajantes seguiam a Salvador pela Estrada de Ferro Central da Bahia, na linha principal que ligava o pequeno povoado de Machado Portela às

cidades de São Félix e Cachoeira. O tempo de viagem de Caetité a Salvador também é informado por Hermes Lima (1978, p. 15): "Oito dias de viagem a cavalo gastavam-se de Caetité a Machado Portela, a estação mais próxima de estrada de ferro. A duração da travessia entre Caetité e Bahia durava quase tanto como a travessia marítima entre Salvador e Lisboa". O segundo caminho, mais confortável, destinava-se ao vapor do rio São Francisco, na cidade de Bom Jesus da Lapa. Aquele trecho fluvial do rio São Francisco ligava Bom Jesus da Lapa a Juazeiro, cidade localizada no Norte da Bahia (Aguiar, 2011). Do ancoradouro de Juazeiro, os viajantes seguiam pela Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, no trecho que ligava a cidade de Juazeiro ao bairro da Calçada, em Salvador.

O relatório da *Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd.* (1913) apontou a navegação do rio São Francisco como a principal via de comunicação entre Salvador e o Oeste e Norte da Bahia:

> Além de comunicações regulares com o ultramar, possui a Bahia importante sistema de navegação fluvial interior, ao qual, atualmente, está subordinado o tráfego das estradas de ferro, que devem ser consideradas como elemento subsidiário. A linha tronco deste vasto sistema é o Rio S. Francisco que, correndo a Oeste e ao Norte do estado, **põe a Bahia em comunicação direta com o estado de Minas Gerais e com a Estrada de Ferro Central do Brasil**; e, por meio de seus afluentes, que se dirigem para Oeste, estabelece comunicações entre a Bahia e Goiás. Para vencer os obstáculos que a cachoeira de Paulo Afonso interpõe à navegação, **construiu-se uma linha férrea, da capital a Juazeiro**. **Daí até Pirapora, que é o ponto terminal da Estrada de Ferro Central do Brasil, em Minas Gerais, a navegação é feita, em um percurso de 660 milhas, por vapores que mantêm um regular serviço de viagens semanais**. Estes vapores arqueiam de 580 a 2.000 toneladas e são muito confortáveis. Entre a capital e Cachoeira, Santo Amaro e

> Nazareth, há um serviço diário de vapores; e o Lloyd Brasileiro mantém um serviço de viagens semanais entre os diferentes portos da costa, tanto para o Norte como para o Sul (Lloyd, 1913, p. 872, grifo nosso).

A estada de Deocleciano P. Teixeira na capital era possivelmente a oportunidade de visitar velhos amigos da Faculdade de Medicina da Bahia, rever aliados políticos e pôr em dia os inúmeros negócios que mantivera com firmas comissárias, consignatárias e casas de importação e exportação, a exemplo de Antonio de Seixas Salles & Filhos, Moraes & Companhia[102] e Souza Teixeira & Companhia.[103] As transações que agenciou com a Salles & Filhos, durante os anos de 1915 a 1923, montaram em Rs. 914:438$750, a juros de seis por cento ao ano;[104] na Moraes & Companhia os negócios somaram Rs. 1.985:202$942, entre os anos de 1906 e 1918, a juros menores, de três por cento ao ano.[105] Se tomarmos apenas essas duas firmas da Bahia, mesmo tendo agenciado contas correntes de outras firmas, de fazendeiros e demais proprietários da região, Deocleciano P. Teixeira movimentou em consignação, nos anos de 1906 a 1923, quase três mil contos de réis.

Antonio Salles, um dos proprietários da Salles & Filhos, mantivera uma relação pessoal com fazendeiros da região que ultrapassou os limites dos negócios econômicos. Muito das transações que esse comissário realizou com fazendeiros e negociantes do alto sertão serão tratadas nos capítulos deste livro, entre as quais a aquisição de imóveis dos espólios de clientes inadimplentes. Consolidada e bem-conceituada nas praças de Salvador e de outras cidades da Bahia, a Salles & Filhos foi citada nas páginas do relatório da *Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd.* (Lloyd, 1913, p. 885, grifo nosso):

> […] são estabelecidos, desde 1908, com escritório de fazendas, comissões e consignações; e neste ramo de comércio têm uma das mais conhecidas e conceituadas casas da cidade da Bahia […] A firma **importa**

> **fazendas, em larga escala, da Europa e América do Norte**; o seu principal movimento, porém, é constituído por tecidos nacionais, que compra às diferentes fábricas de tecidos estabelecidas em vários estados do Brasil; duas terças partes de seu movimento total são constituídas por artigos de manufatura nacional. […] **Os irmãos srs. Antonio de Seixas Salles e Geneses de Seixas Salles, ambos brasileiros, foram por muitos anos negociantes no interior do estado, onde têm ainda várias propriedades […].**

Essa atividade intermediária entre a produção e a comercialização de mercadorias, comum a regiões produtoras que se distanciavam dos centros de exportação, estabeleceu, ao longo do tempo, uma rede complexa de intermediação entre fazendeiros e exportadores finais que envolvia relações de âmbito pessoal e econômicas em proveito dos lucros nos negócios. Maria Sylvia C. Franco (1974) analisa as circunstâncias que delinearam essa atividade no contexto da produção cafeeira do Vale do Paraíba, no século XIX:

> A dispersão das propriedades e a distância que as separava dos centros de venda do café, conseqüências necessárias de seu próprio caráter de latifúndio, ao invés de darem ensejo a um isolamento crescente e ao enquistamento dessas unidades de produção, pressionaram no sentido do aparecimento de uma complicada rede de intermediários situados entre o fazendeiro e os exportadores. Indispensável à sua fazenda, que na maior parte das vezes geria diretamente, e também preso a ela pelas dificuldades de transporte que prolongavam desmesuradamente as ausências, o fazendeiro muitas vezes teve de delegar a outrem a tarefa de vender suas mercadorias. Cindiu-se assim a fase terminal da atividade do fazendeiro de colocação de seus produtos nos mercados, que passou a ser realizada por um comissário. Dentro da organização dos negócios do café, esse personagem não foi propriamente um comerciante independente,

> que por sua conta e risco comprasse o produto para revendê-lo. À primeira vista, parece ter sido, de modo bem característico, um representante do produtor que realizava por ele as transações, em seu impedimento. De início teve, de fato, essa função, mas progressivamente foi assumindo o seu conhecido papel de banqueiro (Franco, 1974, p. 160).

As fontes não indicam o financiamento dos negócios de Deocleciano P. Teixeira com a criação de gado vacum por firmas comissárias de Salvador. Há, no entanto, indícios que apontam a atuação desse negociante como financiador da produção de fazendeiros e lavradores da região. A sua fortuna, avaliada, logo após a sua morte, em Rs. 950:726$922, provinha de várias atividades que exerceu: criação extensiva e comércio de exportação de gado vacum, aluguéis de casas, dividendos de ações e apólices, juros de dívidas ativas, proventos de cargos públicos, pensão pelos serviços médicos prestados na Guerra do Paraguai, agenciamento de casas comissárias e de contas correntes de outros fazendeiros da região.[106] Apesar de formado em medicina, era contribuinte do imposto municipal pela profissão como agente de casa comercial.[107] Acumulou um patrimônio bem superior à média das fortunas dos seus conterrâneos mais abastados, estimada em cem contos de réis.

Remanescente do Império, Deocleciano P. Teixeira mantivera a sua tradição conservadora para oferecer estabilidade social, política e, por alcance, econômica à República. Membro do Partido Liberal, não esteve a serviço da campanha republicana, como depõe Hermes Lima (1978, p. 23, acréscimo nosso): "Não participara da propaganda [republicana], mas tinha fé abolicionista". Peculiaridades das posturas políticas no Brasil Império, dispostas a atenuar divergências para preservar a "harmonia do conjunto". Certa contemporização dos primeiros republicanos sobre a mudança das instituições, notada por Sérgio Buarque de Holanda (2008, p. 301), e que se estenderia por longo tempo, contribuiu para reduzir distinções entre as convicções

políticas em curso: "[…] era então muito difícil traçar uma linha de separação entre republicanos e liberais, mesmo quando estes não pertencessem à ala mais radical do partido". Instalada a República, ofícios ao governo da Bahia demonstravam a sua assimilação aos interesses políticos do novo regime:

> Junta ifícil do alistamento militar da Comarca de Caeteté, 15 de Novembro de 1890.
>
> Nesta ifícili data que assignala o primeiro anniversario da proclamação da Republica Brasileira, é-nos grato dirigir-vos nosso voto ifícilirório pelo **modo pacifico porque se operou nos Estados da União a transformação do systhema de governo**, e pela **maneira brilhante porque no estrangeiro se tem firmado nosso credito de nação futurosa e digna**. Ao dirigirmo-vos nossas felicitações, pedimos que vos digneis de ifícilir ao Governo Supremo da Republica os votos d'esta Camara que, envolta na bandeira da União, almeja viver á sombra da paz e do trabalho, elementos da ordem e do progresso.
>
> Saude e fraternidade
>
> Ao Ex.mo Senr. D.r Governador d'este Estado da Bahia [Virgílio Clímaco Damásio]
>
> O Juiz de Direito – Filinto Justiniano Ferr.a Bastos
>
> O Vice-Intendente Deocleciano Pires Teixeira
>
> O Delegado Aprigio Antéro Chaves[108]

Política autoritária para conter ameaças de radicalização do movimento em curso, ordem social urbana para suplantar o caos nas cidades, estabilização das finanças e credibilidade externa – para atrair capitais imperialistas ao investimento interno na economia –, sobressaíram entre os atos contínuos do governo central nas décadas de início da República, seguidos por governos estaduais e municipais: "Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade

era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, do conforto e da prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado" (Sevcenko, 2003, p. 41).

Estudo de Lielva Aguiar (2011, p. 18) sobre a política no alto sertão do final do Império e primeiras décadas da República revela que "Arranjos matrimoniais, apadrinhamentos, alianças políticas, inserção em redes sociais influentes, entre outras estratégias […]", possibilitaram a Deocleciano P. Teixeira tornar-se protagonista da trama política que se desenrolaria naquele período.

Aos filhos das ricas famílias do alto sertão, formados nas melhores faculdades do país, a exemplo da Faculdade de Medicina da Bahia e da Faculdade de Direito do Recife, ou em institutos no exterior – no de Liverpool (Inglaterra), Rogociano Pires Teixeira iniciou estudos de contabilidade –, o ingresso na política conferia um *status* na sociedade essencial à preservação e ampliação de suas fortunas. "Sem prestigio a nossa vida vai se tornar ifícil e como ter prestigio sem posição?", respondia Oscar Spínola Teixeira ao irmão, Jayme Spínola Teixeira, sobre o seu desprendimento em candidatar-se para o cargo de deputado estadual.[109]

Não apenas um caminho promissor para ascensão socioeconômica, a política serviria, noutra medida, para "[…] dirigir e orientar essa população sertaneja primitiva e pobre que ahi viceja […]". Assim asseverou Anísio Spínola Teixeira, também irmão de Orcar S. Teixeira (o candidato à legislatura), acerca da responsabilidade dos que detinham instrução para colocar-se à frente dos interesses coletivos. Induz-nos a crer, essa assertiva, que aos herdeiros instruídos com as fortunas de suas famílias, e dispostos a permanecer no solo paterno, a atividade política era um legado que seguia uma ordem regular: "Onde há gente, produção, interesses, há matéria que só o poder preserva" (Lima, 1978, p. 24).

Conclusão à qual chegaram os irmãos em suas missivas: "Nesse ponto a abstenção é um crime". Ao escrever a seu irmão, Anísio S. Teixeira residia em Salvador (BA), no exercício do cargo

de inspetor geral de ensino da Bahia. Saudava a escolha do irmão em manter-se no alto sertão, apesar do interesse do governador do Estado em levá-lo para a capital, provavelmente para colocação em cargo público.[110]

O fazendeiro e negociante Deocleciano P. Teixeira representou uma geração que se enriqueceu com a política econômica do Império e que ampliou exponencialmente a sua fortuna com a inversão de suas economias em atividades do capitalismo industrial e financeiro que emergiu na República. Este capítulo analisa, portanto, as relações desses fazendeiros e negociantes do alto sertão com a economia agroexportadora e a industrialização têxtil em expansão. Evidencia, ainda, relações sociais que se moviam no interesse por manter padrões de riqueza e ampliar opções de investimentos econômicos, que também ressoavam na política e nas funções e cargos públicos exercidos por muitos desses ricos fazendeiros e seus descendentes.

Assinalei, anteriormente, que o montante dos bens inventariados dos negociantes mais abastados e dos grandes fazendeiros indicava, para o período pesquisado, uma evolução gradativa dos seus patrimônios, acumulada em 696,6%. Associado a essa evolução patrimonial dos mais ricos, verifica-se o aumento da desigualdade social com acentuada concentração de renda – 9,2% dos inventariados detinham a propriedade de 65,1% das fortunas. O crescimento da riqueza desse grupo social e a composição das suas fortunas acenam para a inversão de suas economias em atividades ligadas ao capitalismo industrial e financeiro: 28,3% das fortunas foram investidos em imóveis urbanos e rurais; 16,3% em semoventes; 36% em valores mobiliários – dinheiro, ouro e joias, ações, apólices e cadernetas de poupança; 11,8% em empréstimos a juros que variavam entre seis e doze por cento ao ano. Um padrão econômico elevado e formado por uma agricultura e pecuária para exportação e para abastecimento de mercados internos que se articularam à economia agroexportadora e ao mercado mundial. A Tabela 6 evidencia a distribuição dos bens inventariados do grupo social com maior faixa de riqueza e a inversão de suas economias em atividades ligadas ao capital financeiro.

Tabela 6 - Distribuição dos bens inventariados por faixa e período, 1890-1930

Grupo 5: acima de Rs. 20:000$

Bens em réis	Período												Total para o período		
	1890-1899			1900-1909			1910-1919			1920-1930			1890-1930		
	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.	Réis	%	n. inv.
Imóvel	87:809$000	21,6	6	109:836$600	37,1	4	97:364$000	28,5	5	781:811$747	28,3	28	1.076:821$347	**28,3**	43
Móvel	1:784$000	0,4	4	5:300$830	1,8	4	60$000	0,02	1	19:698$400	0,7	21	26:843$230	**0,7**	30
Semovente	113:237$000	27,8	6	50:795$000	17,1	4	64:520$000	18,9	5	392:872$000	14,2	26	621:424$000	**16,3**	41
Mercadoria	9:481$810	2,3	1							14:575$764	0,5	2	24:057$574	**0,6**	3
Ouro, prata e joias	7:518$850	1,9	4	13:063$000	4,4	4				14:831$000	0,6	6	35:412$850	**0,9**	14
Dinheiro	40:430$130	9,9	4	35:562$220	12,0	2	40:947$840	11,98	1	36:533$820	1,3	5	153:474$010	**4,0**	12
Ações e apólices	30:600$000	7,5	1	11:385$000	3,9	1	47:500$000	13,9	2	1.011:141$822	36,6	8	1.100:626$822	**28,9**	12
Poupança				29:125$160	9,8	1	19:344$990	5,6	2	33:434$972	1,2	2	81:905$122	**2,2**	5
Dote	16:000$000	3,9	1	1:560$000	0,5	2				221:521$644	8,0	5	239:081$644	**6,3**	8
Dívida ativa	100:556$128	24,7	6	39:732$920	13,4	3	72:256$726	21,1	4	238:383$405	8,6	15	450:929$179	**11,8**	28
Dívida passiva	(27:699$201)	(6,8)	2	(32:662$335)	(11,0)	3	(3:925$000)	(1,1)	1	(49:625$355)	(1,8)	5	(113:911$891)	**(2,9)**	11
Total	**407:416$918 (379:717$717)**		**6**	**296:360$730 (263:698$395)**		**4**	**341:993$556 (338:068$556)**		**5**	**2.764:804$574 (2.715:179$219)**		**28**	**3.810:575$778 (3.696:663$887)**		**43**

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

Nota-se uma evolução do patrimônio em bens urbanos e atividades do mercado de apólices e ações. A atividade criatória, em sua maioria de gado vacum e cavalar, que, na década de 1890, participava de 27,8% dos bens inventariados, configurando-se como principal investimento econômico, foi substituída por investimentos em imóveis e, preferencialmente, em ações e apólices. A participação de semoventes nos bens inventariados para a década de 1920 reduziu-se a 14,2%, com média de 16,3% para as quatro décadas; também para as quatro décadas, as ações e apólices representaram 28,9% do total de bens inventariados, seguidas pelos imóveis.

Situação de mudança na forma de riqueza ocorreu em São Paulo na segunda metade do século XIX. O estudo de Zélia Cardoso de Mello (1990, p. 26) sobre as transformações da riqueza em São Paulo entre o escravismo e a emergência do capitalismo aponta "[…] a constituição e fortalecimento de um grupo social que personifica interesses diversificados, financeiros, comerciais, industriais, agrários". Dessa forma, a autora sugere que:

> […] *o declínio dos escravos* vis-à-vis *o aumento dos imóveis, o aparecimento de formas avançadas de riqueza, especificamente as ações e secundariamente as contas e letras bancárias, o declínio dos animais e a presença constante das dívidas ativas constituem indicadores, no nível dos elementos constitutivos da riqueza pessoal, das transformações processadas nos cinqüenta últimos anos do século passado, e portanto ligadas à expansão da economia cafeeira em São Paulo.* Entende-se aqui a mudança dos ativos como reflexo dos movimentos da sociedade da qual seus possuidores fazem parte (Mello, 1990, p. 99, grifo nosso).

Os inventários desses ricos proprietários evidenciam uma mudança nas formas de distribuição da riqueza que se relacionam às alterações socioeconômicas que ocorriam no país e no mundo no período de 1890 a 1930.

Negócios financeiros: inversão do capital fundiário em valores mobiliários

Essa inversão de investimentos encontraria morada mais duradoura em um ambiente avesso ao esforço do trabalho manual. Para Sérgio Buarque de Holanda, havia nessa aptidão dos intelectuais para o social uma sobreposição dos valores da personalidade às contingências da vida material:

> Comparsas desatentos do mundo que habitávamos, quisemos recriar outro mundo mais dócil aos nossos desejos ou devaneios. Era o modo de não nos rebaixarmos, de não sacrificarmos nossa personalidade no contato de coisas mesquinhas e desprezíveis (Holanda, 2002, p. 157).

No contexto nacional da Primeira República, a assunção a cargos nos serviços públicos encerrava, com efeito, predicados menos coletivos:

> Num país de frágil estrutura econômica, a condição de político era sinônimo de regalias e dinheiro fácil […] O conjunto do sistema político, oligárquico e clientelístico se compunha de facções agremiadas, aglutinadas desde a aliança de coronéis do interior até a rede de cabos eleitorais e capangas urbanos, todos reunidos sob o fito de se empossar legalmente dos cargos […] públicos (Sevcenko, 2003, p. 202).

Congratulações ensejadas por amigos e aliados políticos, no momento da nomeação do engenheiro civil Nelson Spínola Teixeira, também filho de Deocleciano P. Teixeira, para o cargo de Secretário da Agricultura e Viação da Bahia, no governo de Francisco Marques de Góis Calmon, denotavam a valoração dos cargos públicos no cenário das relações interpessoais durante a Primeira República:

> Livramento [Bahia], abr. 1927
>
> Ultimo acto [do] preclaro Governador escolhendo Dr. Nelson Teixeira [para] **alto posto** [da] sua administração **bem evidencia [o] justo prestigio [que] goza [o] prezado amigo** congratulações sinceras.
>
> Hygino

> Camara Rio [de Janeiro], 20 abr. 1927
>
> Felicito pela escolha [de] Nelson [para] prestar serviços [em] nossa terra como Secretario Agricultura. Abr.s
>
> Francisco Rocha
>
> Bahia, 19 abr. 1927
>
> Acceite **nossos effusivos parabens** [pela] indicação [de] Nelson [para] **alto cargo** [de] Secretario Agricultura a quem formulamos melhores votos felicidades.
>
> Celso Torres Insp[etor de] Viação
>
> Bahia, 19 abr. 1927
>
> Cordeaes parabens [pela] **brilhante collocação** [de] Nelson, já empossado [como] Secretario Agricultura. Abr.s
>
> Braulio [Xavier] Secretario Interior[111]

A nomeação a postos nos serviços públicos representava tanto o observatório da movimentação das alianças no complexo e altercado tabuleiro da política nacional, quanto o termômetro da força política das facções regionais:

> No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal (Holanda, 2002, p. 146).

Com a experiência de quem ainda moço conviveu com chefes políticos do alto sertão da Bahia, Hermes Lima (1978, p. 23-24)

escreveu, muitos anos mais tarde, sobre o mando que os grandes fazendeiros exerceram na política regional:

> […] os fazendeiros controlavam e manipulavam o poder político na região […] O que contava era o mando, o prestígio, a influência, a coordenação de nomes significativos na preservação da ordem tradicional, conservadora. Investir-se no poder significava segurar o fiel da balança, deter a autoridade no uso legal de suas atribuições (Lima, 1978, p. 23-24).

No alto sertão, os filhos pareciam inclinar-se às orientações de seus pais: "É tempo de vocês tres irem cuidando de uma profissão de trabalho, procurando se collocarem na sociedade". Nesse trecho de carta remetida por Deocleciano P. Teixeira ao filho Jayme S. Teixeira, a propósito de ter este citado a inquietação do pai sobre um feliz êxito profissional dos filhos, vicejava o modo peculiar das ricas famílias do alto sertão para encaminhar os filhos na sociedade e conservar o seu prestígio social. Jayme S. Teixeira cursava engenharia civil no Rio de Janeiro, mas declinava da carreira pública para tocar as fazendas: "[…] aqui no Rio […] a única cousa que poderei ser é empregado publico […]". Não é de estranhar que a um dos herdeiros incumbiria a tarefa de levar adiante os meios que encerravam os ganhos da família: "[as fazendas] estão quasi abandonadas, so nos dando de lucro o numero de bois, quando melhor tratados e aproveitados darão o triplo senão mais lucro", este era talvez o modo de Deocleciano P. Teixeira manter, por meio dos seus descendentes, a sua própria perseverança sobre o poder econômico da terra.[112] Naquele tempo, a propriedade da terra ainda precedia a posição privilegiada do indivíduo na escala social: "Na antiga feição das chefias sertanejas, a estabilidade da posição econômica assentada na posse da terra constituía a primeira fonte de prestígio" (Lima, 1978, p. 23). Mas Jayme S. Teixeira permaneceu no Rio de Janeiro para exercer a profissão de engenheiro civil. Coube a Celso Spínola Teixeira, coletor

federal em Caetité e um dos irmãos mais velhos, a administração das fazendas (Lima, 1978, p. 24). As trajetórias dos irmãos Teixeira se assemelharam, em muitos aspectos, àquelas seguidas por gerações passadas. Hermes Lima (1978, p. 22, grifo nosso) descreve breve saga dos Teixeira nos sertões da Bahia. São notícias que dão conta da tradição paterna no destino de sua descendência:

> Dedicado ao comércio de pedras preciosas, agenciador de negócios inclusive para o exterior numa atividade comissária e por conta própria que o levou à Europa, Antonio José Teixeira retorna empobrecido pela súbita queda do preço de diamantes em razão da guerra franco-prussiana de 1870. Os filhos trilhariam caminhos diversos. O primeiro, Antonio, tentou a sorte no São Francisco, administrador de fazendas de criação […] A Rogociano destinava o pai a carreira comercial. Envia-o a estudar inglês e contabilidade em Liverpool, mas, irrompida a guerra franco-prussiana, teve de regressar. O desastre dos diamantes lhe modificaria o destino, sem lhe quebrar a fibra. Empreendeu, então, com o pai a **extraordinária façanha de comprar em Sorocaba, maior mercado de animais gaúchos no sul do país, nutrida ponta de bestas de sela, mulas e burros que conduziu, vendendo-os, através de Minas, Bahia até Sergipe**. Ganhou dinheiro bastante para adquirir a chácara do Cabral, no bairro de Nazaré, na capital baiana. Mudou-se para o Rio, onde logrou a nomeação de conferente da Alfândega, cargo em que se aposentou […] Unindo ao seu o desejo do pai, Deocleciano estudou medicina, diplomando-se em 1870 […] De seu primeiro e único cargo oficial, nomeado em 1873, o de segundo Cirurgião do Corpo de Saúde da Marinha, exonerou-se quase em seguida. Estabeleceu-se em Grão Mogol, zona tradicional de mineração, onde clinicou e participou da política. Era já decadente por essa época a mineração naquela área como na do Tijuco. Permaneceu ali pouco tempo, transferindo-se para Lençóis nas Lavras Diamantinas e, depois, para Monte Alto, até que, em

> 1885, fixou-se em Caetité onde viveu 45 anos (Lima, 1978, p. 22, grifo nosso).

O comércio com a feira de muares em Sorocaba, na província de São Paulo, foi bastante intenso, como demonstrou Pires (2009), também mencionado anteriormente. Deocleciano P. Teixeira, a exemplo do pai, Antonio José Teixeira, tornou-se negociante de monta e agente de firmas comissárias, além de possuir fazendas com criação numerosa de gado vacum.

Os bens da família excediam às propriedades rurais e criações. Deocleciano P. Teixeira investiu alta soma do seu patrimônio em valores mobiliários. Cabia aproveitar as novas oportunidades de riqueza advindas com a República e diversificar ainda mais os investimentos em atividades que o capital imperialista proporcionava ao embrenhar-se de Norte ao Sul do país:

> […] veremos as próprias classes e os mesmos indivíduos mais representativos da monarquia, dantes ocupados unicamente com política e funções similares, e no máximo com uma longínqua e sobranceira direção de suas propriedades rurais, mudados subitamente em ativos especuladores e negocistas (Prado Júnior, 2008, p. 208).

Por intermédio da firma Antonio de Seixas Salles & Filhos, Deocleciano P. Teixeira concedeu ao seu irmão Rogociano Pires Teixeira, residente na cidade do Rio de Janeiro, autorização para a aplicação em apólices federais de quantia disponível em conta corrente no London & Brazilian Bank L.D:

> Rogociano Teixeira, Catete 160, Rio5
>
> Bahia, 18 jul. 1917, Hora: 12.00
>
> Apresente telegramma [ao] London Brazilian Bank [para] **receber vinte quatro contos [e] comprar 29 apolices** [para] Deocleciano.
>
> Antonio Seixas Salles Filhos[113]

Essa instituição bancária e creditícia, de capital inglês, iniciou as suas operações no Brasil em 1863, atraída pelas oportunidades de negócios mais rentáveis e especulação financeira, ligados às exportações. O banco possuía sucursais em outras cidades do país; a de Salvador foi instalada em 1864:

> O estabelecimento bancário mais antigo da cidade da Bahia é a sucursal do London & Brazilian Bank, Ltd., que aí foi estabelecida em 1864. Como em outros centros em que opera o banco, a sucursal da Bahia goza da confiança e respeito do comércio baiano e as suas transações têm sido sempre realizadas com o maior êxito […] A sucursal na Bahia fica num ponto central da cidade, à Rua das Princesas, 10, e emprega um pessoal de 19 empregados. O gerente é o sr. John J. Wilson, que está ao serviço do banco há já 21 anos. Durante 12 anos, esteve o sr. Wilson na sucursal em São Paulo e durante seis anos no Rio, havendo ainda sido durante algum tempo, anteriormente à sua vinda para a Bahia, gerente da sucursal em Pernambuco. O sr. Wilson é natural de Dundee (Lloyd, 1913, p. 878-885).

Para Prado Júnior (2008, p. 273), "O principal negócio dos bancos estrangeiros no Brasil será operar com as disponibilidades do país no exterior e provenientes das exportações". Em São Paulo, os bancos estrangeiros exploraram parcela significativa do capital cafeeiro: "Tomando-se as informações para 1910, quando a situação bancária já está plenamente recuperada, nota-se que, dos 14 bancos existentes em São Paulo, 7 eram de propriedade estrangeira, detendo 70% dos ativos, e 70% dos empréstimos e descontos bancários" (Cano, 1975, p. 73).

Em um país de dimensão continental com economia e moeda instáveis, como no Brasil, os novos meios de comunicação contribuíram para agilizar transações de crédito de grande soma. Mensagens telegrafadas por operadores das estações de transmissão no Rio de

Janeiro, em Salvador e em Caetité, e de retorno ao Rio de Janeiro, para a Pensão Schray, no Catete, onde residia Rogociano P. Teixeira, permitiram o remate da transação no decurso do dia 18 de julho de 1917. A linha telegráfica de Caetité foi construída no governo estadual de Joaquim Manoel Rodrigues Lima e inaugurada em 29 de março de 1896, com solenidade festiva e aplausos calorosos de uma entusiasmada multidão e "[…] ao estrugir de innumeras girandolas de foguetes" (Silva, 1932, p. 176). Data que se tornou referência para lembrar outro importante símbolo do "melhoramento" que se promovia em toda a região:

> Nunca mais deixará de fulgurar nos annaes do sertão, como marco rutillante, a data de 14 de Abril. Foi n'esse dia, em 1896, **logo após a inauguração do telegrapho n'esta terra**, que o actual gerente d'A Penna conseguiu imprimir poucas linhas, as primeiras que estampava a imprensa em toda essa vasta zona.[114]

Do patrimônio de Deocleciano P. Teixeira, Rs. 412:065$000 foram investidos em apólices e ações, valores que equivaleram a 43,34% de toda a sua fortuna, e dos quais 62% aplicados em apólices federais.[115] A rentabilidade e grande liquidez do capital investido em apólices foram certamente alguns dos motivos que o atraíram para o mercado especulativo. Lamentou-se quando outros compromissos financeiros, a exemplo das onerosas despesas com a educação dos filhos, impossibilitaram a inversão de suas economias em valores mobiliários mais rentáveis: "[…] Ha annos não tenho podido empregar economias em apolices. As despezas c[om] a educação dos meninos absorverão as economias […]".[116] Investimento em compasso com a corrida especulativa financeira que se viu no novo regime e contido na ideia, segundo Francisco Foot Hardman (2001, p. 300), "[da] multiplicação do dinheiro-máquina, matriz augural, diga-se de passagem, de todos os fetiches da modernidade". Considera ainda esse autor que a especulação financeira era mais um dos impasses

da modernidade que se vivenciou no novo regime e não escapou às críticas da literatura romântica de sua época:

> A propósito, vale lembrar do romance histórico *O Encilhamento* (1894), do visconde de Taunay, desequilibrado como realização estética ou como estrutura romanesca, mas significativo na esteira da crítica romântica à recém-nascida República brasileira, desenhando em pormenor visão dantesca sobre os rumos da febre especulativa financeira que marcou a expansão capitalista do início do novo regime (Hardman, 2001, p. 300, grifo nosso).

Esse frenesi por investimentos em apólices e ações do mercado financeiro circulou entre o segmento social com maior fortuna. Os dados da Tabela 7 demonstram que 28% dos grandes fazendeiros e negociantes, o equivalente a 12 dos 43 inventariados, viram no mercado especulativo a oportunidade de inversão dos recursos gerados em atividades da pecuária e agricultura de exportação e alimentos.

Tabela 7 - Composição da riqueza dos investidores em valores mobiliários, 1890-1930

Proprietário Qualificação	Imóvel urbano e Móveis		Imóvel rural		Semovente		Ouro, prata e joias		Dinheiro
	$	%	$	%	$	%	$	%	$
José Antonio Gomes Neto Doutor/Fazendeiro	6:800$000	4,0	27:455$000	16,2	17:570$000	10,4	6:285$750	3,7	32:317$630
Joaquim Manoel Rodrigues Lima Médico/Fazendeiro	10:531$830	6,2	31:000$000	18,2	33:905$000	19,9	12:109$000	7,1	10:562$220
Authymio dos Santos Guimarães Fazendeiro	6:300$000	6,4	2:700$000	2,7	1:630$000	1,7			40:947$840
Antonio Rodrigues Gomes Ladeia Engenheiro/ Fazendeiro	7:600$000	6,9	20:850$000	19,1	37:360$000	34,1			
Manoel Belmiro de Britto Costa Sitiante/Lavrador			13:453$000	52,1	5:060$000	19,6			
Maria Rosa de Mello Henriques Proprietária	9:000$000	12,6							19:800$000
José Antonio Rodrigues Lima Negociante/ Fazendeiro	20:416$000	19,1	31:000$000	28,9	30:110$000	28,1	1:015$000	0,9	
Maria Balbina Cajahyba Gomes Ladeia Proprietária	7:600$000	6,1	20:850$000	16,8	36:880$000	29,6			
José Antonio Gomes Ladeia Farmacêutico/ Fazendeiro	10:000$000	11,6	21:230$000	24,7	25:360$000	29,4			

(Continua)

	Ações, apólices e poupança		Dote		Dívida ativa		(Dívida passiva)		Total	
%	$	%	$	%	$	%	$	%	$	%
19,1	30:600$000	18,1	16:000$000	9,5	32:203$694	19,0			169:232$074	6,6
6,2	40:510$160	23,8			31:587$250	18,6			170:205$460	6,7
41,5	12:500$000	12,7	16:800$000	17,0	17:765$817	18,0			98:643$657	3,9
	43:624$080	39,9							109:434$080	4,3
	1:000$000	3,9			6:309$006	24,4			25:822$006	1,0
27,6	42:889$950	59,8					(788$655)	(1,1)	71:689$950	2,8
	6:200$000	5,8			18:400$000	17,2	(542$700)	(0,5)	107:141$000	4,2
	59:138$344	47,5							124:468$344	4,9
	29:500$000	34,3							86:090$000	3,4

Proprietário Qualificação	Imóvel urbano e Móveis		Imóvel rural		Semovente		Ouro, prata e joias		Dinheiro
	$	%	$	%	$	%	$	%	$
Eugenia Rocha Rodrigues Lima Proprietária	47:183$000	7,8	39:550$000	6,5	21:760$000	3,6	4:730$000	0,8	
Francisco Manoel de Britto Costa Lavrador			11:043$000	43,9	9:659$000	38,4			
Deocleciano Pires Teixeira Agente de casa comercial/ Fazendeiro	42:200$000	4,4	99:246$600	10,4	113:040$000	11,9	1:000$000	0,1	1:860$000
Total	**167:630$830**	**6,6**	**318:377$600**	**12,5**	**332:334$000**	**13,1**	**25:139$750**	**1,0**	**105:487$690**

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

Esse grupo de investidores em valores mobiliários representava 2,5% do total de inventariados para o período de 1890 a 1930 e concentrava 43,5% da riqueza inventariada. Os seus investimentos em ações, apólices e poupança significaram o equivalente a 20% do total de bens patrimoniais que compuseram a riqueza dos inventários pesquisados nas quatro décadas. Esses índices reafirmam a alta concentração de renda e a desigualdade social que documentamos anteriormente.

(Coclusão)

	Ações, apólices e poupança		Dote		Dívida ativa		(Dívida passiva)		Total	
%	$	%	$	%	$	%	$	%	$	%
	492:783$500	81,3							606:006$500	23,8
	1:000$000	4,0			3:435$281	13,7			25:137$281	1,0
0,2	412:065$000	43,4	139:844$644	14,7	141:470$678	14,9	(45:357$100)	(4,8)	950:726$922	37,4
4,1	**1.171:811$034**	**46,0**	**172:644$644**	**6,8**	**251:171$726**	**9,9**	**(46:688$455)**	**(1,8)**	**2.544:597$274**	**100**

Os registros de proprietários com investimentos em apólices, ações e depósitos em cadernetas de poupança foram os seguintes (período 1890-1930): dois registros para a década de 1890, um na década de 1900, dois para a década de 1910 e nove registros na de 1920. A concentração de investidores em valores mobiliários na década de 1920 poderia relacionar-se com o maior número de inventários existentes no Arquivo Público da Bahia para essa década. A maior participação em valor nominal das ações, apólices e poupanças nos patrimônios pessoais de cinco das oito maiores fortunas

inventariadas na década de 1920 sugere, entretanto, uma diversidade de investimentos e sua mudança para ativos ligados à expansão do capital internacional. Demonstraremos, com as informações nos inventários de alguns desses ricos proprietários, e também no cruzamento com outras fontes e a literatura regional, a constituição da riqueza de alguns membros desse grupo social.

A proprietária Maria Rosa de Mello Henriques, viúva do Coronel Raymundo Ezequiel Henriques, possuía um patrimônio avaliado em Rs. 71:689$950, dos quais 59,8% eram provenientes de apólices da dívida pública (24 apólices) e de uma caderneta da Caixa Econômica Federal. A casa que possuía na Praça da Cathedral era bem edificada e bastante ampla, avaliada por nove contos de réis: com uma porta de frente e cinco janelas, mais uma segunda frente na Rua Barão de Caetité, "[…] tendo nesta uma porta para serventia de camaradas". Esse ambiente reservado à passagem, uso ou atendimento a camaradas sugere que a casa foi comprada a rico fazendeiro com a chegada da família à cidade de Caetité, em abril de 1915. Maria Rosa de M. Henriques já era viúva quando se mudou para Caetité, com toda a sua família, a fim de acompanhar o filho Dom Manoel Raymundo de Mello, ordenado bispo da Diocese (Santos, 1997).[117] A viúva era natural da Freguesia da Capella, no Estado de Sergipe, filha do Tenente Coronel João Gonçalves Dias Coelho e Mello e Emerenciana Rosa Sophia de Menezes Mello, e faleceu aos 68 anos de idade. Os demais bens de Maria Henriques eram constituídos em dinheiro: doze contos de réis em poder da Casa Comercial dos Senhores Salles e Companhia; cinco contos e quinhentos mil réis que se achavam com a Empreza Industrial Sertaneja; e dois contos e trezentos mil réis em mãos do seu filho e inventariante, Dom Manoel Raymundo de Mello. Os seus rendimentos provinham dos dividendos das apólices, dos juros da caderneta de poupança e, possivelmente, dos juros do dinheiro em poder de terceiros.[118]

O engenheiro Antonio Rodrigues Gomes Ladeia, que faleceu aos 39 anos de idade, três anos após o seu casamento com Maria Balbina de Araujo Cajahyba Gomes Ladeia, também investiu em valores mobiliários a maior parte do seu rico patrimônio, que montava em Rs. 109:434$080. Os bens investidos em ações, apólices e cadernetas de poupança representaram 39,9% da sua riqueza pessoal: dez ações da Companhia de Força e Luz de Caetité; quarenta apólices federais; cadernetas na Caixa Econômica do Estado, Caixa Econômica Federal e no *The British Bank South Rio*. Em semoventes, que correspondiam a 34,1% dos bens, o casal possuía 600 cabeças de gado vacum, na fazenda Santa Helena das Campinas (antiga fazenda Campos), em Palmas de Monte Alto. Bens em imóveis, avaliados com o mobiliário e benfeitorias dos imóveis urbanos e rurais, correspondiam a 26% do patrimônio do casal. As fazendas e terras herdadas e adquiridas por compra representaram 19,1% dos bens, localizadas nas comarcas e termos de: Caetité (metade da fazenda Santa Bárbara), Palmas de Monte Alto (a fazenda Santa Helena das Campinas), Carinhanha (parte de terrenos na fazenda do Formoso), Ituaçu (partes de terras nas fazendas Malhada Grande, Água Verde, Vereda, Urtigas, Barro Vermelho, "Sucurihy") e Lençóis (partes de terras na fazenda Santo Antônio) – os dois últimos municípios situam-se na Chapada Diamantina. Os imóveis urbanos corresponderam a 6,9% e foram adquiridos nas cidades de Caetité e Andaraí (esse município também se situa na Chapada Diamantina). Os rendimentos do casal provinham da pecuária, aluguéis de imóveis urbanos e dividendos das ações, apólices e juros da poupança.[119]

Herdeiro de José Antonio Gomes Neto e de Elvira Benedicta de Albuquerque Soares (Barão e Baronesa de Caetité), de quem era neto (o segundo filho de Sophia Elvira Gomes Ladeia), o engenheiro ampliou o patrimônio que lhe coube na partilha do inventário dos avós maternos. Fortuna que o avô adquirira e que o neto possivelmente manteve também com o abastecimento de gado vacum

nos mercados das Lavras Diamantinas. A demanda por alimentos nessa região de mineração cresceu fortemente com o adensamento populacional provocado pela exploração de diamantes nos Lençóis e demais povoados da Chapada Diamantina. Aguiar (1979) testemunhou o que restara do crescimento da mineração naquela região:

> Até o ano de 1871 as *lavras diamantinas* floresceram de uma maneira espantosa. Uma grande afluência de emigrantes atulhava a cidade dos Lençóis e todos os demais pontos comerciais espalhados no termo; especulando, cada qual com bons resultados, no gênero do negócio que escolhia. O movimento, a atividade, a abastança, o luxo, a ostentação davam à cidade um grande merecimento comercial (Aguiar, 1979, p. 136-137, grifo nosso).

Em 29 de junho de 1923, quatro anos após a morte do engenheiro Antonio Ladeia, a sua viúva, Maria Balbina de Araujo Cajahyba Gomes Ladeia, faleceu de "afecção pulmonar", aos 25 anos de idade. Filha do Coronel Balbino Gabriel de Araujo Cajahyba e Maria Fausta Tanajura de Araujo Cajahyba, morreu após visita aos pais, que residiam em Areia (atual município de Ubaíra, no Nordeste da Bahia). O falecimento ocorreu na Vila de Queimadas (antiga Vila Bela de Santo Antonio das Queimadas e atual município de Queimadas, no Recôncavo-Sul da Bahia), onde se encontrava para tratamento da saúde. O seu inventário permite-nos acompanhar a evolução do patrimônio do casal, apesar do curto tempo decorrido entre as duas mortes. Os bens em imóveis e semoventes foram praticamente mantidos, mas o patrimônio em cadernetas de poupança aumentou em Rs. 15:314$264. Esse aumento decorreu menos dos rendimentos dos juros da poupança (estimados em 6% ao ano) e mais das rendas provenientes dos outros bens pessoais, que foram transferidas para duas novas poupanças: uma Caderneta da Caixa Econômica do Estado e outra da Caixa Econômica Federal.[120]

O seu pai, o Coronel Balbino Cajahyba, era negociante em Caetité e proprietário da loja Balbino Araujo & C., localizada na Praça Rodrigues Lima. Foi o primeiro intendente de Guanambi (antiga Vila de Beija-Flor ou Bela Flor, como também era conhecida), entre 1920 e 1921, e era genro do coronel José Antonio de Castro Tanajura, um dos opositores dos Teixeira. Mudou-se para Areia após desentendimentos políticos com a família de Deocleciano P. Teixeira, que resultaram na sua renúncia (Santos, 1997). Aguiar (2011) relata episódios anteriores de disputas políticas que envolveram Balbino Cajahyba e Mário S. Teixeira, filho de Deocleciano P. Teixeira, durante a nomeação de cargo para delegado regional.

A composição da riqueza do farmacêutico José Antonio Gomes Ladeia era semelhante à do seu irmão, o engenheiro Antonio Ladeia, mas distribuída desigualmente: imóveis (36,3%), ações e apólices (34,3%) e semoventes (29,4%). Casado com Celsina Spínola Teixeira Gomes Ladeia, filha de Deocleciano P. Teixeira, morreu de "paralysia geral", aos quarenta e sete anos de idade. Apólices federais da dívida pública (20), estaduais do empréstimo unificado (18) e ações da Empresa Industrial Sertaneja (5) formavam o investimento do casal em títulos financeiros. O gado vacum era criado na fazenda Campos, em Palmas de Monte Alto, e constituído por 500 cabeças, mais seis cavalos de campo; em outra fazenda, cinco bois mansos novos, que serviam ao transporte de mercadorias, encerravam os bens em semoventes.[121]

Os bens arrolados no inventário do casal indicam que a sua riqueza era proveniente da pecuária, da produção de rapadura e dividendos das apólices. No entanto, uma relação de compra de medicamentos que foi entregue a um "positivo" de Caculé, a pedido do tenente coronel José Alves Martins, indica que Gomes Ladeia era proprietário da Pharmacia Lima, no ano de 1910.

Correspondências trocadas entre José Ladeia (conhecido como Juca), Celsina Ladeia e administradores das suas fazendas

revelam que os rendimentos provinham também de outras atividades: lã de carneiros, penas de emas, produção de requeijões. O estudo de Ribeiro (2012) sobre os papéis sociais femininos no alto sertão da Bahia acompanha a trajetória de Celsina Ladeia, no período de 1901 a 1927, por meio do cruzamento de farta missiva com demais fontes. Ao reconstituir momentos em que Celsina Ladeia conduziu os negócios com o marido e após o seu precoce falecimento, a sua pesquisa fornece-nos outros indícios dos rendimentos de fazendeiros com a produção agropastoril:

> Carta de Juca à Celsina, da fazenda Campos (Monte Alto) para Caetité:
>
> […] Mandei fazer a junta de bois p.a entregar ao Mario; e tenho vendido alguns a dinheiro. Encontrei somente 14 requeijões tirando o Ladislao e a meia, sahindo, portanto, do contracto […]
>
> E portador desta o Elpidio que vae buscar farinha e levar 24 requeijões d'aqui e do Espinheiro […][122]
>
> Resposta de Celsina a Juca, de Caetité à fazenda Campos (Monte Alto):
>
> […] Achei os requeijões muito poucos, mas, parecem não estarem malfeitos; seriam feitos com asseio?[123]
>
> Carta de Celsina a Jesuíno, administrador da fazenda Campos (M. Alto):
>
> […] Se for possível, tosquie os carneiros e mande a lã. Não sei porém, se agora é tempo próprio. Não se esqueça das pennas de **êma** […].[124]

A lã servia à fiação, um trabalho doméstico e mercantil muito comum na região; os requeijões completavam a dieta alimentar do dia a dia dos sertanejos, por isso eram produzidos para o mercado interno de alimentos; as penas de emas eram utilizadas como adorno do vestuário e foram muito comercializadas no século XIX. A exportação de penas de emas para a França foi documentada por

Junia Rego (2013) em pesquisa sobre o comércio internacional do porto de Parnaíba (Piauí), no Oitocentos.

Os títulos financeiros não foram, para José Antonio Gomes Neto, avô do farmacêutico José Ladeia e do engenheiro Antonio Ladeia, investimento da maior importância. Líder do Partido Liberal na região, falecera pouco mais de três meses após a Proclamação da República, aos 68 anos de idade. Gomes Neto exerceu os cargos de juiz municipal dos órfãos em Monte Alto (1860), intendente municipal de Caetité (1880-1884) e juiz de direito em Caetité (1884). Foi agraciado com o grau de Comendador da Imperial Ordem da Rosa e obteve o título de Barão de Caetité em 1880. A sua riqueza era composta de imóveis (20,2%), quase todos em fazendas e terras; dívidas ativas (19%); dinheiro (18,1%), que, somados ao ouro, prata e joias, correspondiam a 22,7%; ações, apólices e poupança (18,1%); semoventes (10,4%); e, dote (9,5%). Possuía apólices da dívida pública (16) e ações no Banco da Bahia (20), "Sociedade Commercio, banco na Bahia" (100), Banco União da Bahia (primeira parcela de capital sobrescrito). Dos negócios que realizou com firmas de Salvador, tinha em conta corrente de Antonio Francisco Brandão e Companhia a quantia de Rs. 32: 317$630. A pecuária era o seu maior negócio e fonte de rendimentos: criava 1.000 cabeças de gado vacum, mais cem bois bravos e sete de brocha; em gado cavalar, criava vinte e um cavalos de campo e cinco de sela, dez burros sendeiros e um macho pampa, nove burros de carga, dez jumentos e oito éguas "solteiras", que formavam a sua própria tropa. Os animais eram criados nas fazendas Santa Bárbara (em Caetité) e do Espinho (em Palmas de Monte Alto). Os bens em imóveis foram concentrados em fazendas, terras e mangas, situados em Caetité e Palmas de Monte Alto. Dos imóveis urbanos, a casa de morada localizada na Rua Quinze de Novembro, na cidade de Caetité, era o bem de maior valor. Possuía casas, mangas, currais e chácara na fazenda Santa Bárbara, herdada do Doutor João Duncan. O barão ampliou essa fazenda, anexando

terras compradas na fazenda da Cachoeirinha a diversos fazendeiros e lavradores: Em Palmas de Monte Alto, onde possuía uma casa de morada na vila, a fazenda do Espinho era o seu maior patrimônio rural. O seu monte-mor montava em Rs. 169:232$074, proveniente dos rendimentos com a pecuária, serviços públicos na Justiça e Intendência, dividendos das apólices e ações, juros das dívidas ativas e, possivelmente, de aluguéis dos demais imóveis urbanos.[125]

O patrimônio pessoal do sobrinho e genro de Gomes Neto, o médico Joaquim Manoel Rodrigues Lima, que faleceu aos 58 anos de idade, era composto de imóveis (24,4%), títulos financeiros (23,8%), semoventes (19,9%), dívida ativa (18,6%), dinheiro, ouro, prata e joias (13,3%), de um monte-mor de Rs. 170:205$460. O período em que exerceu o cargo de governador do Estado da Bahia (1892-1896) pode ter influenciado Rodrigues Lima a distribuir os seus investimentos em várias instituições bancárias sediadas na capital: possuía, no Banco da Bahia 4 letras e 30 ações, 30 ações do Banco Comercial da Bahia, 39 do Banco Progresso Industrial da Bahia e 96 do Banco Auxiliar das Classes.[126] O ex-governador poupou as suas economias em uma Caderneta da Caixa Econômica Federal e em duas da Caixa Econômica do Estado. Da riqueza distribuída em outros itens, destacam-se: a criação de 850 cabeças de gado vacum; 85 bois mansos para carro, gordos para manga e bravos; 135 cavalos, éguas, mulas, burros, jumentos e poldros; as fazendas Pau de Espinho (em P. de Monte Alto), São João da Serra e metade da Santa Bárbara; o sítio da Taperinha; a casa de morada herdada da Baronesa de Caetité, situada na Rua Quinze de Novembro; um jogo de baixela de prata dourada (Rs. 6:500$000) e móveis (Rs. 3:289$300, incluindo mobiliário austríaco e francês); empréstimos ao tenente coronel Cincinato Araujo (Rs. 5:600$000), tenente coronel Balbino Cajahyba (Rs. 6:621$000), coronel João Antero Ladeia Lima (Rs. 2:850$000), a herdeiros (Rs. 13:760$000) e outros tantos pequenos devedores (Rs. 2:756$250). Os seus rendimentos advinham da pecuária, dos cargos públicos, dividendos dos títulos financeiros, juros das

cadernetas e empréstimos, também de aluguéis de suas propriedades imobiliárias na cidade de Caetité.[127]

José Antonio Rodrigues Lima, irmão do ex-governador e também sobrinho e genro do barão, foi negociante na cidade de Caetité. O coronel Cazuzinha, como era conhecido o negociante José Lima, era proprietário da firma Rodrigues Lima & Araujo, em sociedade com Cincinato Araujo (irmão de Balbino Cajahyba, também negociante) e a firma Antonio Francisco Brandão & Cia., de Salvador. Exerceu por duas vezes o cargo de intendente em Caetité, entre 1896-1903 e 1912-1915 (Santos, 1997, p. 226). Faleceu de "molestia urinaria", aos 74 anos de idade. Os seus bens montavam em Rs. 107:141$000 e se concentraram em imóveis, o equivalente a 48%. Investiu pouco no mercado de ações e optou por concentrá-las em empreendimentos da região: 26 ações da Empresa Industrial Sertaneja e 18 ações do Empréstimo Municipal. Além do comércio, a pecuária foi uma das suas principais atividades de rendimentos, representando 28,1% do total de bens: 680 cabeças de gado vacum, 17 cavalos, 18 burros, 22 éguas, 8 jumentos, 2 poldros e 120 ovelhas. As bestas deveriam compor a tropa que servia o seu negócio. Entre os ricos fazendeiros, o inventário de José Lima foi o único a arrolar gado de pequeno porte. A quantidade de cabeças de gado era ainda maior, já que a sua dívida ativa de maior valor era proveniente da venda de bois a Mario S. Teixeira (Rs. 11:200$000). Os imóveis rurais representaram 28,9% dos bens arrolados, sendo os de maior valor as fazendas Lameirão e Varzea-Grande, em Palmas de Monte Alto. Dos imóveis urbanos, que compuseram 19,1% do patrimônio, destacam-se: a casa de morada na Rua General Osório, com serviço de água encanada e esgoto, e a casa com cômodo para negócio, situada na Praça da Catedral, ao fundo da Igreja. O arrolamento de duas "balancinhas" para diamantes faz-nos inferir que também enriqueceu com o comércio de pedras preciosas. Os seus rendimentos, portanto,

provieram de várias atividades ligadas à pecuária, mineração, comércio, dividendos de ações e juros de empréstimos.[128]

Eugenia Rocha Rodrigues Lima, cunhada do coronel Cazuzinha e do ex-governador, herdou de Carlota Joaquina de Moura Mattos (baronesa da Villa Velha, atual município de Livramento de Nossa Senhora) uma fortuna apólices e ações depositadas no *The British Bank of South America, Limited,* na agência do Rio de Janeiro: apólices da Dívida Pública Brasileira (460); do Estado do Rio Grande do Sul (80); da Prefeitura do Distrito Federal (462); ações, mais uma fração de ação, no Banco do Comércio (207) e no Banco Comercial do Rio de Janeiro (25). Com o seu marido, que foi comerciante e intendente em Caetité, adquiriu mais apólices da Dívida Pública Federal (26), do Município de Caetité (23) e Companhia Força & Luz de Caetité (10). Os títulos financeiros representaram 81,3% dos bens do casal, seguidos por imóveis (14,3%) e semoventes (3,6%). Os bens foram avaliados por Rs. 606:006$500. O casal criava 300 cabeças de gado vacum, cavalos e burros na fazenda Lameirão, em P. de Monte Alto. O inventário do casal apresentou o maior valor nominal entre os imóveis urbanos arrolados para esse grupo de proprietários. As propriedades urbanas e rurais situavam-se nas cidades de Caetité, Rio de Contas, Guanambi e Palmas de Monte Alto. Os rendimentos do casal eram provenientes de pecuária, comércio, dividendos dos títulos financeiros e aluguéis de casas.[129]

A composição dos bens desses fazendeiros, negociantes e proprietários revela uma mudança da riqueza para formas mais modernas de ativos. Comparando os nossos dados com os registrados por Pires (2009, p. 132), para o período de 1860 a 1889, confirmam-se as evidências sobre mudanças na composição da riqueza. Nos registros de inventários pesquisados pela autora, a riqueza era distribuída em escravos (24,7%), dívidas ativas (24,6%), dotes (13,6%), semoventes (12%), mercadorias (10,4%), imóveis (9,2%), dinheiro (3,9%), móveis e ouro (0,8%, cada item). Não há, nos inventários pesquisados pela

autora, registros de investimentos em valores mobiliários para esse período. Os investimentos concentraram-se, portanto, em escravos, dívidas ativas, semoventes, mercadorias e imóveis.[130]

Os nossos registros apresentam, para o período de 1890-1930, a seguinte composição da riqueza: imóveis (35,8%), valores mobiliários (20,3%, inclusive poupança), semoventes (20,1%), dívidas ativas (10,9%), dote (4,5%), dinheiro (3,5%), móveis (2,1%), mercadorias (2%), ouro, prata e joias (0,8%). Verifica-se a concentração de investimentos em imóveis, valores mobiliários, semoventes e dívidas ativas (Tabela 8). Para a década final do período pesquisado (1920), os imóveis mantiveram praticamente a mesma representação na composição da riqueza (36%), os valores mobiliários (29,1%, inclusive poupança) absorveram proporção significativa dos investimentos em semoventes (15%) e em dívidas ativas (8,4%). Os dados da Tabela 9 demonstram essa inversão.

Tabela 8 - Distribuição dos bens inventariados por período, 1890-1930

Bens em réis	Total para o período 1890-1930		
	Réis	%	n. inv.
Imóvel	2.096:411$763	35,8	460
Móvel	123:066$698	2,1	351
Semovente	1.176:233$560	20,1	372
Mercadoria	116:353$593	2,0	29
Ouro, prata e joias	45:080$360	0,8	66
Dinheiro	204:724$665	3,5	57
Ações e apólices	1.106:748$662	18,9	14
Poupança	82:355$122	1,4	6
Dote	264:838$462	4,5	40
Dívida ativa	636:815$547	10,9	137
Doação	265$000	0,0	1
(Dívida passiva)	(304:691$064)	(5,2)	103
Total	**5.852:893$432 (5.548:202$368)**		**467**

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

Tabela 9 - Distribuição dos bens inventariados por período, 1920-1930

Bens em réis	Total para o período 1920-1930		
	Réis	%	n. inv.
Imóvel	1.294:876$323	36,0	178
Móvel	63:984$860	1,8	130
Semovente	539:869$000	15,0	132
Mercadoria	52:602$439	1,5	10
Ouro, prata e joias	18:172$000	0,5	16
Dinheiro	47:691$520	1,3	15
Ações e apólices	1.011:613$662	28,2	9
Poupança	33:434$972	0,9	2
Dote	228:179$644	6,4	9
Dívida ativa	301:049$056	8,4	42
(Dívida passiva)	(139:692$178)	(3,9)	39
Total	**3.591:473$476 (3.451:781$298)**		**180**

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1920-1930.

Como a categoria escravos desaparece dos inventários após a Abolição, era de se esperar a inversão econômica para ativos mais conservadores, a exemplo dos semoventes, e ativos preferenciais, como as dívidas ativas. Os dados indicam, no entanto, que a inversão econômica ocorreu em ativos ligados à valorização imobiliária (rural e urbana) e à expansão do capital financeiro (valores mobiliários). Parece-nos evidente, portanto, que o grupo social com maior fortuna encontrou, na economia do novo regime, alternativas de aumento dos seus rendimentos. Outras questões, no entanto, envolvem as inferências apontadas acima: os possíveis efeitos da Lei de Terras de 1850 sobre a propriedade fundiária no alto sertão; o parcelamento e a fragmentação das terras; a especulação imobiliária como efeito da urbanização que se processou no país no início da República; e a expansão do serviço bancário e sistema creditício e de seus efeitos sobre a redução das dívidas ativas na composição das fortunas – declínio dos empréstimos particulares, que foram essenciais à circulação monetária em regiões do interior do país na Colônia e no Império.

A compra de títulos públicos não foi uma oportunidade de diversificação de investimento exclusiva à República, mas intensificou-se com a ampliação da oferta monetária que a política econômica do novo regime empreendeu: estímulo aos empréstimos externos e ao crédito livre, este na esteira da Lei de Reforma Bancária do Visconde de Ouro Preto (1888). Essas medidas levaram a uma excessiva expansão monetária e a uma desmedida especulação financeira, *boom* conhecido como Encilhamento (1889-1891): "[…] investimentos especulativos, companhias organizadas para renderem emolumentos de incorporação e promoção, enchurrada [*sic*] de ações […]" (Stein, 1979, p. 96). Associada aos estorvos dos imperialismos financeiros, a política econômica implementada pelo Estado nacional brasileiro provocou a crise do

Encilhamento.[131] Felipe Amin Filomeno (2010) insere a crise do Encilhamento, bem como a crise Baring, na Argentina, à dinâmica da economia-mundo capitalista, em especial às oscilações dos fluxos mundiais de capital e ciclos mundiais de endividamento. Para além da especulação monetária, a economia desse período de fim do Império e início da República definiu-se, segundo Stanley Stein (1979), pela presença do Estado no crescimento industrial:

> A despeito da euforia especulativa, as fábricas têxteis sobreviveram, novas fábricas foram fundadas e a indústria de tecidos de algodão assegurou para si um futuro promissor. Ao tornar mais liberais os critérios para a formação de sociedades por ações, ao ampliar o campo de atuação econômica dos bancos e ao intensificar a emissão de papel-moeda, o governo republicano acelerou o processo de formação de capital. A inflação de papel-moeda proporcionou à indústria têxtil um volume de capital líquido que, em outras circunstâncias, exigiria um período de tempo muito mais longo para ser acumulado. A assistência financeira obtida em 1892 deveu-se à habilidade dos industriais, que perceberam a importância de unir esforços para pressionar o governo republicano (Stein, 1979, p. 105).

Esse crescimento da indústria têxtil, em particular no Centro-Sul do país, beneficiaria a produção do algodão no alto sertão da Bahia: ampliava-se o mercado de consumo interno para a manufatura de tecidos grossos, fabricados para o consumo das populações de baixa renda de áreas rurais e urbanas; para a sacaria do açúcar, do café e da embalagem de outras mercadorias, a exemplo da aniagem, um pano grosseiro empregado no enfardamento do algodão em pluma. Contudo, entre as décadas de 1840 e 1860, a província da Bahia concentrou a indústria de fiação e tecelagem do país. Veem-se em Stanley Stein (1979) as circunstâncias conjunturais que

possibilitaram a instalação de fábricas de tecidos grossos nessa província. Cito algumas dessas circunstâncias:

> Em 1866, a cidade da Bahia e seus arredores abrigavam 5 das 9 fábricas existentes no Brasil. A concentração inicial da indústria nessa região pode ser atribuída à presença de matéria-prima, fontes de energia e mercados rurais e urbanos. **Desde o fim do século XVIII, a Bahia exportava algodão bruto, cultivado no interior do Estado** […] T**anto a cidade como o interior contavam com uma enorme população escrava e um grande contingente de trabalhadores livres para consumir tecidos grossos** […] Dois outros fatores contribuíram para impulsionar a industrialização da Bahia nas décadas de 1840 e 1850: as taxas suplementares impostas pelo legislativo a todos os produtos de exportação ensacados com panos importados, e as dificuldades enfrentadas pelos ineficientes senhores de engenho e os exportadores de açúcar, alguns dos quais estavam prontos a aproveitar novas oportunidades de investimentos. Por todas essas razões, a Bahia foi o primeiro núcleo da indústria têxtil algodoeira, desde 1844 até o fim da década de 1860 (Stein, 1979, p. 35-36, grifo nosso).

Referindo-se à produção do algodão e à indústria têxtil no complexo da economia do Nordeste do país, Wilson Cano (1975, p. 94) destaca a importância dessa atividade econômica para a urbanização da região no século XIX:

> Operando também com trabalho livre e induzindo uma importante atividade industrial de beneficiamento, parece ter sido o algodão, guardadas as proporções relativas, uma atividade mais dinâmica, em termos de urbanização, comércio e industrialização, do que o açúcar. Acrescente-se a isso, o fato de que a baixa de preços do algodão, seu alto custo de transporte, e o tipo de embalagem requerida (tela de enfardamento), terem estimulado a instalação local das primeiras

> fábricas têxteis de algodão, que produziam sacos e tecidos grossos, já a partir de meados da década de 1850 (Cano, 1975, p. 94).

Tal situação se alterou em benefício das províncias do Centro-Sul devido, grosso modo, ao seu crescimento em importância política e econômica; expansão da atividade comercial e agrícola, em particular do complexo cafeeiro; crescimento populacional, resultado dos movimentos migratórios e imigratórios, com consequente aumento do mercado de consumo; barateamento dos custos dos transportes, com a construção de redes de estradas de ferro; e aplicação de novas tecnologias no beneficiamento e na manufatura do algodão, como a substituição, nas fábricas do Rio de Janeiro, da força hidráulica pelas turbinas a vapor, fonte de energia que movia teares e fusos. Os portos do Rio de Janeiro e de Santos, que abasteciam o interior de Minas Gerais, as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, receberam 78% das máquinas têxteis importadas no período de 1913 a 1921 (Stein, 1979).

Registros nos livros de razão de Rogociano P. Teixeira revelam que as fábricas do Centro-Sul do país tornaram-se fornecedoras, na década de 1920, dos insumos para a Empresa Industrial Sertaneja, uma exportadora de algodão e fábrica de sabão e óleo localizada em Bela Flor (atual município de Guanambi). Em 23 de abril de 1923, uma transação no valor de Rs. 6:250$000, para a compra de aniagem, foi realizada com a Cia. Mechanica e Importadora de São Paulo, indústria que produzia e importava equipamentos para vários setores produtivos e que ocupava a quinta posição entre as maiores indústrias paulistas, com capital de cinco mil contos de réis (Cano, 1975, p. 80): "Cinco mil metros (5.000.m) – aniagens comprados a C.ia Mechanica e Importadora de S. Paulo a 1$250 o/metro – embarcados em fardos p.a Pirapora a Nascim.to & Irmão".[132] O caminho por Pirapora (MG) era o mais usado tanto para o escoamento do algodão, quanto para a importação de insumos, como se verá mais adiante.

Na esteira da industrialização e da especulação monetária, grandes fazendeiros, negociantes e proprietários do alto sertão buscaram diversificar os seus investimentos em atividades econômicas que surgiam com a expansão do capital financeiro internacional.

Estudos de Maia e Saraiva (2012) sobre a paradiplomacia financeira entre os anos de 1890 e 1930 revelam que a descentralização federativa proporcionada pela política republicana permitiu aos entes subnacionais (governos estaduais) liberdade de acesso aos créditos internacionais. Os empréstimos captados em instituições estrangeiras destinaram-se ao financiamento de infraestrutura em obras portuárias, ferroviárias, rodoviárias e hidráulicas, em obras de saneamento e eletrificação, em outras obras públicas ou para o resgate de dívidas externas não saldadas.[133] O volume de empréstimos captados no exterior, entre 1894 e 1913, alcançou a cifra de 732,5 mil contos de réis, o que equivaleu a 11% do Produto Interno Bruto (PIB) do país para o ano de 1913; os capitais eram oriundos de bancos franceses (correspondendo a 53,5% do valor dos créditos), ingleses (35,5%) e alemães (11%). De 1919 a 1931, o valor líquido dos empréstimos atingiu cerca de 2,584 milhões de contos de réis, equivalente a 21,5% da receita arrecadada pelos Estados no mesmo período: 68,32 milhões de francos franceses, 18 milhões de florins holandeses, 42,784 milhões de libras esterlinas e 178,06 milhões de dólares. Destaca-se a "[…] rápida transição da Grã-Bretanha para os EUA como principal provedor de capitais ao Brasil no período pós-Primeira Guerra Mundial" (Maia; Saraiva, 2012, p. 115).

No alto sertão, o investimento em apólices da dívida pública deveria representar aos que possuíam bens liquidáveis à mão uma oportunidade de ganho de capital sem os riscos dos "serviços perdidos" com as secas ou dos empréstimos insolventes. Rogociano P. Teixeira, que possivelmente orientou o irmão Deocleciano P. Teixeira sobre as vantagens do investimento em títulos públicos,

também investiu somas consideráveis de suas economias em valores mobiliários. Instrumentos de cobranças de rendas emitidos pelo Banco Comercial do Rio de Janeiro informavam sobre créditos em sua conta corrente na ordem de Rs. 15:500$000, provenientes de juros do primeiro semestre de 1929 sobre Rs. 620:000$000 aplicados em apólices da dívida pública.[134] Na função de conferente da Alfândega do Rio de Janeiro desde 1895, por certo tinha acesso facilitado a informações em primeira hora sobre flutuações das cotações de preços, valores e demandas do mercado nacional e internacional.[135] Arranjo de ocasião em um contexto econômico que exigia fluidos e distintos contatos sociais em proveito do bom negócio, da transação mais rentável e da melhor liquidez. Morou por mais de trinta anos na Pensão Schray, localizada na Rua do Catete e "em frente ao Palacio do Presidente",[136] período em que circulou entre a rede de políticos influentes:

> Conheci e freqüentei em 22, no Rio de Janeiro do centenário, o velho Rogociano. Bonita estampa de homem, ar grave e acolhedor, **presença acatada nos círculos políticos e sociais baianos do Rio**, espírito de formação liberal, cujo republicanismo ainda se tingia de intransigências antimonarquicas, e só chamava Pedro segundo de Pedro dois […] Cumprindo o prometido, **por sua mão visitei Rui Barbosa em São Clemente**, onde a acolhida que lhe reservaram, desde a entrada pelo mordomo Antonio, até Da. Maria Augusta e o Conselheiro, foi espontânea e afetuosa (Lima, 1978, p. 22, grifo nosso).

Contatos e alianças políticas ultrapassaram os limites do município de Caetité e as divisas do Estado da Bahia. Visto que transações de compra e venda de mercadorias e de produtos agropastoris foram realizadas para além da silhueta geográfica do alto sertão, as agremiações políticas locais igualmente mantiveram relações em âmbito nacional. Articulação política também documentada por

Dantas (2007, p. 374) para Itapicuru e Soure: "O Barão de Jeremoabo [Cícero Dantas Martins] era uma das figuras de maior riqueza e poder político na região, seus contatos e propriedades ultrapassavam, e muito, os limites da comarca de Itapicuru". Essas alianças sociopolíticas, que ampliavam o poder de decisão e agiam nos negócios cotidianos, formaram uma rede complexa de trocas de favores em benefício pessoal.[137]

A EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO: ARTICULAÇÕES COM A INDÚSTRIA TÊXTIL NACIONAL E COM O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Cel. Rogociano Teixeira, Catete 160, Rio [de Janeiro]

B[ela] Flor, 6 nov. 1918

Favor conversar [com] algum corrector [sobre] mercadoria **possibilidade [de] collocação ahi ou Minas [temos] 358 fardos [de] algodao**. Pirapora nos consultando antes [de] fechar negocio.

Sertaneja

Sertaneja, B. Flor

Rio, 9 nov. 1918

Mercado frouxo. Fabricas maioria paralisadas [em] **consequencia [da] epidemia** gr.e stock [com] cerca [de] 40 mil fardos. Preços incertos. Abraços.

Rogociano[138]

Cel. Rogociano, Cattete 160, Rio

Bellaflor, 14 [nov. 1918]

Depois [de] permissao [da] exportaçao preços devera ter modificado quanto regula preço primeira sorte?

Peça corrector [para] fazer consulta [às] fabricas mineiras **temos [em] Pirapora seissentos fardos**.

Sertaneja

Mario, B. Flor

Rio, 18 nov. 1918

Estado [do] Algodão continua anormal. Preço [1º 10k.os 371$]. **Fabricas quasi paralisadas**. **Firmas importantes interrompem encommendas**. **Espera brevem.te recomeçar [a] exportação [à] europa**. Não consegui informações [das] fabricas mineiras. Abraços.

Rogociano[139]

Mensagens telegrafadas por Rogociano P. Teixeira aos seus sobrinhos, que eram proprietários da Empresa Industrial Sertaneja, colocavam-nos a par das flutuações do mercado nacional e internacional do algodão. O posto de conferente que ocupava na Alfândega do Rio de Janeiro favoreceria os inúmeros negócios da família.

O algodão em pluma produzido no alto sertão era vendido a corretores do Rio de Janeiro para abastecimento das indústrias têxteis nacionais ou destinado ao mercado internacional. Segundo Stanley Stein (1979, p. 61), as fábricas de tecidos do Rio de Janeiro compravam algodão tanto de firmas corretoras quanto de regiões de produção: "Os fabricantes do Rio, por exemplo, adquiriam algodão dos corretores estabelecidos nessa cidade, com exceção de algumas fábricas que mantinham contato direto com Pernambuco".

Registros de exportação da Collectoria de Caetité, Directoria da Fazenda e Thesouro do Estado da Bahia indicam uma variação entre 50, 52 e 55 quilos do volume para o fardo do algodão, o que evidencia uma negociação de quase 53 toneladas dessa mercadoria. Breve nota do correspondente do *Correio Paulistano* no Rio de Janeiro corrobora as informações do conferente da Alfândega e ainda revela um volume de entrada do algodão no porto do Rio de Janeiro muito inferior ao estoque da Empresa Industrial Sertaneja:

> O mercado de algodão funccionou calmo, regulando os seguintes preços, por 10 kilos, para os vendedores: sertão e primeira sorte, nominal. Entraram 132 fardos; sahiram 1.402 fardos e existem em stock 37.238 fardos.[140]

Efeito da epidemia da gripe espanhola que se difundiu no mundo todo, a suspensão da importação de algodão por países da Europa atingiu o mercado desse produto no alto sertão. Com fábricas têxteis paralisadas e um volume considerável do estoque de algodão no porto da capital do país, firmas comissárias de exportação interromperam a compra do produto no mercado interno. Desde o início do mês de outubro de 1918, a gripe espanhola grassava no Rio de Janeiro, infectando cerca de 66% da sua população, algo em torno de seiscentas mil pessoas, das quais quase quinze mil morreriam. Do porto do Rio de Janeiro, a gripe possivelmente se disseminou na cidade pro meio do contato da população com a tripulação e os passageiros do paquete inglês Demerara, que, partindo de Liverpool, teria atracado em portos de Portugal, Recife e Salvador, antes da sua ancoragem no porto da capital federal. Essa embarcação, que atracou no porto de Salvador no mês de setembro, trazia a bordo passageiros infectados pela influenza espanhola. Nessa cidade, a gripe espanhola atingiu um terço da população, em especial, portuários, operários têxteis, dentre outros trabalhadores de fábricas.[141]

No mês de novembro, a gripe chegaria ao alto sertão. Os primeiros casos ocorreram em Bom Jesus da Lapa e no Boqueirão do Riacho de Sant'Anna, distantes a trinta e doze léguas, respectivamente, da cidade de Caetité, mas logo atingiria toda a região: "Pelos arraiaes, fazendas, roças e situações agricolas a terrivel molestia vae grassando, os serviços paralysam-se, o commercio perde a sua actividade, as feiras despovoam-se […]".[142] Notícias de moradores nos distritos de Santa Luzia, Rio do Antônio, Lagoa Real, Santa Bárbara, São Sebastião e Caculé, que corriam nas conversas entre feirantes,

bruaqueiros, nos armazéns, tabernas e botecos, agravavam o temor ao terrível mal que havia ceifado milhares de vidas no Sul do país: "Informa-nos um amigo fidedigno de Caculé que mais de 2000 pessoas adoeceram em 8 dias, havendo residencias onde cahíram 8 e 10 pessoas, não havendo quem ministrasse ao menos um caldo aos doentes". [143] Por carta, também chegavam notícias tanto ou mais aterradoras, para maior desespero da população e aumento do bulício: "Vimos cartas de Umburanas [atual município de Urandi] informando que em Piedade (antigo Furados) a população toda cahiu ao ponto de não ficar de pé quem fizesse um chá para os doentes". [144]Na cidade de Caetité, contava-se que, em um só dia, quinhentas pessoas foram contaminadas: "[…] entre os restabelecidos, os convalescentes e aquelles que ultimamente vão sendo atacados, pode-se avaliar o numero por milhares".[145] A gripe se dissipou em fevereiro de 1919, deixando dois ou três mortos na cidade.[146] Mutação do vírus da influenza e extensão do burburinho excitado pelo medo talvez nos auxiliem a compreender os casos reduzidos de vítimas fatais.

As consequências da epidemia da influenza espanhola sobre a economia do alto sertão, no entanto, foram menos desiguais: estrangulou temporariamente a exportação do algodão para o Rio de Janeiro. As fontes evidenciam que a produção do algodão manteve-se ativa até os anos iniciais da década de 1930. Na Tabela 10, verifica-se que o município de Caetité exportou, nos anos de 1925, 1931 e 1932, mais de 186 toneladas desse produto.[147]

Tabela 10 - Exportação de algodão em Caetité, nos anos de 1925, 1931 e 1932

Mês	Ano			Total no mês
	Tonelada			Tonelada
	1925	1931	1932*	
Jan	1,6	19,91		**21,51**
Fev	0,44	29,975		**30,415**
Mar	3,82	25,3		**29,12**
Abr	4,4	14,63	10,45	**29,48**
Maio	8,58		11,44	**20,02**
Jun	4,51	1,1	1,76	**7,37**
Jul	4,73	9,13		**13,86**
Ago		12,65		**12,65**
Set		5,06		**5,06**
Out			5,28	**5,28**
Nov			1,1	**1,1**
Dez	8,25		2,31	**10,56**
Total no ano	**36,33**	**117,755**	**32,34**	**186,425**

Fonte: APEB. Collectoria dos Municipios. Directoria da Fazenda e Thesouro do Estado da Bahia. Collectoria de Caetité. Registro de Exportação. 1925, 1931 e 1932.

* Destino para o Estado de Minas Gerais.

Os meses de janeiro a maio apresentaram maior volume exportado, período subsequente à colheita, que se iniciava no mês de junho. O plantio era realizado entre dezembro e janeiro, durante a estação chuvosa, nas "[…] pequenas, mas numerosas lavouras […]" (Santos Filho, 1956). A vulnerabilidade da fibra do algodão à fermentação e contaminação, quando armazenada em condições inadequadas, pode ter exigido dos plantadores a comercialização

da fibra logo após a sua colheita e descaroçamento (beneficiamento). Necessidade de rápida conversão do ativo em dinheiro, quase sempre associada à falta de disponibilidade de reservas de bens liquidáveis e a compromissos financeiros assumidos em curtos prazos, foi outro fator que agiu sobre a venda da fibra do algodão produzida nas pequenas e médias lavouras. As fontes indicam que esse rendoso comércio era realizado por fazendeiros que também atuavam como negociantes intermediários para firmas comissárias e de exportação, até mesmo como financiadores do manejo da cultura do algodão – plantio, colheita, beneficiamento e transporte. Antônio Pinheiro Pinto, proprietário da fazenda do Brejo do Campo Sêco, já exercia essas atividades nas primeiras décadas do Oitocentos, como evidenciam as notações que fizera em seus livros de razão, pesquisados por Lycurgo dos Santos Filho (1956, p. 270 - 289, grifo nosso):

> […] Pequeno plantador, como a maioria dos fazendeiros vizinhos, o proprietário do Campo Sêco foi, no entanto, um forte comerciante de algodão. Comprou e revendeu em grande quantidade. **Só num ano de boas transações, como o de 1818, adquiriu para mais de 1.200 arrôbas [19,2 toneladas] em pluma, negociando-as no Salvador**. Capitalista e intermediário, adiantou dinheiro aos lavradores da região, adquirindo-lhes de antemão a colheita. Já naquela época – e assim sempre foi – mais valia comprar do produtor para armazenar e revender em ocasião oportuna, do que abalançar-se aos riscos imprevistos do plantio e colheita […] financiava o plantio e ditava o preço.[148]

Era um investimento de risco, que dependia da cotação do produto nos mercados nacional e internacional, mas que afiançava bons lucros. Muitos dos pequenos e médios lavradores, no entanto, suscetíveis aos caprichos do tempo – meteorológico e dos prazos para liquidação de créditos –, viram suas economias arruinadas pelas longas estiagens e pesadas dívidas contraídas para financiamento da

lavoura. Esse sistema de crédito, comum às atividades agrícolas do interior do país, será tratado mais adiante.

Convém assinalar que esse plantio do algodão em pequenas e médias lavouras não se subordinou aos imperativos dos produtos de exportação das *plantations,* como o açúcar e o café. A economia do alto sertão da Bahia, notadamente agropastoril e constituída por unidades produtivas de dimensões e de atividades diversificadas, não se assemelha à de regiões em que a grande lavoura comercial de exportação definiu a ocupação das terras férteis e sua produção. Antes, a criação dos gados vacum e cavalar direcionou a ocupação e distribuição de terras no alto sertão, situação assinalada em capítulo anterior e que será abordada adiante. Assim, considerações da historiografia brasileira sobre a agricultura mercantil e relações com o sistema de propriedade de terras são insuficientes quando se penetra na economia e sociedade dos sertões da Bahia e, possivelmente, do interior de outras regiões do país, aspectos que tematizam esta pesquisa, apontados na introdução deste trabalho e que percorrem todos os capítulos.

Os fatores que Stein (1979, p. 60) considera como direcionadores do sistema de plantio do algodão em regiões de grande lavoura mercantil não nos permitem, portanto, compreender a produção algodoeira no alto sertão:

> 'A lavoura de pobre' – esta referência ao papel do pequeno lavrador no cultivo do algodão sugere uma das razões da estagnação tanto da quantidade como da qualidade do produto brasileiro. O açúcar no norte e o café no sul eram os principais produtos de exportação das *plantations*; em ambas as regiões, o algodão ficou entregue aos pequenos lavradores que o cultivavam 'em pequenas nesgas de terras nas franjas das grandes plantações de cana-de-açúcar', com técnicas primitivas, pois não dispunham nem de capital nem de tecnologia (Stein, 1979, p. 60).

O algodão produzido no alto sertão foi plantado predominantemente nas pequenas e médias lavouras, mas o seu beneficiamento e exportação eram realizados por fazendeiros, negociantes e empresas que atuavam nesse lucrativo ramo de atividade econômica. A Empresa Industrial Sertaneja, na qual Deocleciano P. Teixeira possuía um lote de trinta e sete ações no valor de Rs. 3:700$000, era uma grande beneficiadora e exportadora do algodão plantado no alto sertão.[149] Essa empresa beneficiava e exportava o algodão cultivado, especialmente nas terras do atual Vale do Iuiú, região extensa que se localiza no município de Iuiú e abrange ou mantém divisas com outros municípios: Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras (antigo Boqueirão das Palmeiras), Carinhanha, Malhada, Urandi (antigo termo das Umburanas) e Pindaí (antiga Vila da Gameleira). Além de acionista, Deocleciano P. Teixeira foi agente da empresa e movimentou em consignação, durante os anos de 1924 a 1930, negócios que somaram Rs. 388:955$340. Esses negócios envolveram diversas firmas comissárias, companhias, bancos e negociantes: Salles & Cia., Companhia Luz e Força, Teixeira & Filho, Cezar Garcez, Octacilio Brandão, Beltrão Faria, Rodolpho Abreu, Banco do Brazil, Banco Mercantil, dentre outros.[150]

Os ativos dessa fábrica, para o ano de 1924, montavam em Rs. 329:082$820, dos quais Rs. 167:450$000 em algodão, seus derivados e manufaturas; Rs. 148:199$870 em máquinas e equipamentos; Rs. 5:000$000 em tropa de burros. O capital da empresa era constituído de Rs. 80:000$000 (Quadro 4).

Quadro 4 - Balanço da Empresa Industrial Sertaneja, situada em Bela Flor (atual Guanambi), na Bahia, ano de 1924

ACTIVO

Item	Descrição	Valor	Valor por item
ALGODÃO	150 fardos [8,25 toneladas] em Pirapora a liquidar	57:000$000	
	274 fardos [15,07 toneladas] em stock e em caminho	86:000$000	
	22 fardos [1,21 toneladas] de aniagem	5:200$000	**148:200$000**
CAROÇOS	100 fardos [5,5 toneladas] de linter	6:000$000	
	15 toneladas de caroços	600$000	**6:600$000**
FARINHA	7 toneladas de farinha		**350$000**
ÓLEO	3000 kilos de oleo	1:500$000	
	500 pannos para prensa	2:500$000	**4:000$000**
SABÃO	75 latas de soda	6:000$000	
	46 caixas de sabão	2:300$000	**8:300$000**
BOIS	1 de saldo		**80$000**
TROPA	25 burros e 2 cavallos		**5:000$000**
CAIXA	Dinheiro em caixa		**8:352$950**
FÁBRICA	Fabrica, etc.		**148:199$870**
Total			**329:082$820**

Fonte: APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Faturas. Cx. 1, mç. 2, 31 mar. 1924.

Para chegar aos Estados do Centro-Sul do país, nos mercados compradores do algodão em pluma exportado pela Empresa Industrial Sertaneja, os fardos eram transportados em lombos de burros cargueiros até Carinhanha. Dessa cidade, seguiam a Pirapora (MG) nos vapores que realizavam viagens semanais pelo sistema de navegação fluvial do rio São Francisco. Nesse ancoradouro, os fardos

eram finalmente carregados nos vagões da Estrada de Ferro Central do Brasil, com destino final a portos de exportação e fábricas têxteis dos Estados do Centro-Sul do país.

É possível que a manutenção de uma tropa de burros agregasse ao custo final do algodão uma economia nos gastos com os transportes. No alto sertão, a carga transportada por animal equivalia a seis arrobas (96 quilos), dividida em dois costais de três arrobas cada um. O termo costal é usualmente empregado para designar a carga conduzida pelo animal:

> Um "costal" equivalia a meia "carga", ou a três arrôbas. O têrmo, que persiste em uso até hoje no linguajar do Nordeste, deriva da maneira de se transportar fardos em lombo ou 'costas' de burro. Um fardo de cada lado, sôbre as cangalhas, constitui um 'costal', cada um. Dois costais perfazem uma 'carga', ou a quantidade total de mercadoria transportada pelo animal (Santos Filho, 1956, p. 273).

Especificidades regionais determinavam a carga transportada pelo animal, como indica Santos Filho (1956, p. 255): "Noutras regiões, como em Minas Gerais, a carga era maior. Compreende-se. A travessia da caatinga exigia maior esforço dos animais, daí ser menor a carga"; o autor ainda esclarece o motivo dessa variação regional para o volume do transporte por animais cargueiros: "Dadas as condições climáticas reinantes no Nordeste, um animal ali suportaria menor pêso em comparação com um outro em regiões de clima ameno ou menos quente" (Santos Filho, 1956, p. 273). Com vinte e cinco burros, o carregamento da tropa da Empresa Industrial Sertaneja variava entre 2,4 e 2,75 toneladas, considerando o peso de 96 a 110 quilos da carga por animal.[151] Assim, para o transporte do algodão estocado em novembro de 1918 foram realizadas mais de vinte e duas viagens de Bela Flor a Carinhanha, e outras dez para o transporte dos fardos exportados em março de 1924. São indícios

que confirmam os depoimentos de viajantes e memorialistas sobre um trânsito intenso de tropas cargueiras nas estradas do alto sertão.

O escoamento das mercadorias exigiu inúmeras viagens para vencer as veredas de légua e meia que separavam o sertão dos mercados exportadores. Contudo, as distâncias dos mercados de exportação e consumo não obstaculizaram a economia da região. Os produtores sertanejos aprenderam a conviver com as intempéries das condições climáticas e da localização geográfica do lugar. Sampaio notou nos moradores de Juazeiro, cidade situada no trecho navegável do médio São Francisco, no Norte da Bahia, semelhante aproveitamento do meio ambiente ao desenvolvimento da produção, consumo e distribuição de bens:

> […] Por essa razão é aqui comumente designada a *praça* entre os sertanejos, mantendo com o porto da Bahia um grosso trato, **servido por cerca de 2 mil muares**, que de ordinário fazem a grande travessia para o litoral em quinze dias de marcha regular. Entretanto, **apesar das distâncias e dos meios de transporte e das dificuldades vencidas, chegam aqui as mercadorias européias por preços bem razoáveis, e ainda suportam com vantagem o frete adicional para lugares mais distantes** (Sampaio, 2002, p. 103-104, grifo nosso).

A construção das linhas férreas, no entanto, viria reduzir os gastos com os transportes: o ramal de Cachoeira a Feira de Santana, da Estrada de Ferro Central da Bahia, foi aberto em 1875 e a linha principal, que ligava São Félix a Machado Portela, foi construída entre 1881 e 1888; a Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco foi construída entre 1860 e 1896, ligava o bairro da Calçada (linha aberta em 1860), em Salvador, a Juazeiro (linha aberta em 1896), na margem direita do rio São Francisco; o ramal de Corinto a Pirapora, da Estrada de Ferro Central do Brasil, foi aberto em 1910, e ligava a margem direita do rio São Francisco ao Rio de Janeiro,

integrando a região a uma ampla rede nacional de artérias férreas. Na década de 1850, antes da construção das ferrovias, os produtores do vale do São Francisco pagavam preços elevados para o embarque do algodão ao porto de Salvador (Stein, 1979, p. 221). Na província de São Paulo, as ferrovias diminuíram os gastos com o transporte do café e rebaixaram os custos da produção cafeeira:

> Pelas informações contidas em alguns estudos, os gastos com o transporte do café [feito por tropas muares] montariam, antes de 1867 entre Jundiaí e Santos, em cerca de 33% do preço de exportação; por volta de 1863, de Campinas a Santos, aquele montante seria pouco superior a 40% e, para a região de Rio Claro a Santos, por volta de 1857, esse custo teria sido de aproximadamente 50%. Com a ferrovia, os custos de transporte do café caíram sensivelmente, situando-se em média, em torno de 20% do preço da saca de café exportada (Cano, 1975, p. 34).

As fontes arroladas não nos permitem recompor índices quantificáveis dos custos dos transportes no alto sertão da Bahia. No entanto, a manutenção do comércio de exportação do algodão em pluma e o crescimento do mercado interno de consumo, este proporcionado pela expansão da indústria têxtil, incentivaram os plantadores de algodão da região a aquinhoarem-se dos ganhos auferidos por esse ramo da agricultura, a despeito de os gastos com os transportes comprometerem parte dos lucros. Compras regulares de aniagem e outros insumos indicavam investimentos da Empresa Industrial Sertaneja na produção e um provável aumento na capacidade produtiva, estimulada por um plantio de algodão que se mantivera em atividade:

Rogociano Teixeira Catte[te] 150 Rio

Guanamby, 12 dez 1923

Peço comprar [e] remetter **oito mil metros [de] aniagem** igual [a] anterior diga [o] total [da] factura [para] ondenar pagamento.

Sertaneja

Rogociano Teixeira Catete 160 Rio

Guanamby, 14 dez 1923

Compre **cinco mil metros [de aniagem]**.

Sertaneja[152]

Pagam.to a M. Lafayette & C.a pela compra de sua encommenda de **seis mil (6.000) k.los de soda caustica** e de **seiscentos (600) k.los de arame liso** e desp.as conf.e fact[ura] q. mando.[153]

A M. Lafayette & Co., firma importadora de óleos e seus derivados com sede no Rio de Janeiro, era fornecedora regular de insumos para a fábrica da Empresa Industrial Sertaneja, e com essa fábrica de Bela Flor manteve relações comerciais duradouras que envolveram grandes somas. Em 30 de janeiro de 1918, mais de dez mil quilos de soda cáustica foram faturados para a Empresa Industrial Sertaneja, embarcados em trinta e dois tambores para Pirapora, ao custo total de Rs. 18:140$000, incluindo as despesas com carreto, seguro e despacho.

Insumos que foram comprados nos Estados do Centro-Sul do país e transportados pelos vapores de Pirapora. Ao singrar as águas do rio, esses vapores (ou gaiolas, como eram comumente conhecidas essas embarcações) despertavam a admiração de ribeirinhos, atentos ao apito rouco e estridente, como o do Saldanha Marinho, embarcação que possuía a capacidade de carga para seis toneladas e lotação para doze passageiros; o Mata Machado, escolha predileta das famílias mais abastadas para suas viagens ao Sul do país, era o

mais possante e veloz dos gaiolas, com capacidade para setenta e cinco toneladas. No verão, aguardada estação de férias dos jovens que cursavam escolas e faculdades do Sul, essas embarcações deveriam completar a sua lotação com passageiros que regressavam ao ambiente familiar.

Entre os registros nos livros de razão de Rogociano P. Teixeira, para controle da movimentação da conta corrente de Deocleciano P. Teixeira, há um lançamento de quantia recebida no *London River Plate Bank, Limited* sucursal do Rio de Janeiro, destinada ao pagamento das despesas com a viagem de três dos seus sobrinhos, no valor de um conto de réis: *"Dr.*o recebido no River Plate Bank enviado p.r Salles & C.a a requisição de Anisio p.a desp. de viagem sua e dos irmãos".[154] Os irmãos embarcaram na Estrada de Ferro Central do Brasil, na linha férrea que ligava o Rio de Janeiro a Pirapora. O destino final era Caetité, por meio dos vapores do rio São Francisco: "Dr.o q. dei a s/ f.o Nelson p.a s/ viagem inclusive a passagem na E. de F. até Pirapora"; "Para viagem de Jayme e Nelson p.a Caetité, via Pirapora, dei como pediram"; "Id[em] id. p.a viagem de Anisio".[155] Os três filhos de Deocleciano P. Teixeira desceram o leito do rio São Francisco em 20 de dezembro de 1920.

Havia quatro décadas, a expedição da qual participou Teodoro Sampaio (1879) subiu o leito do rio São Francisco a bordo do pequeno vapor Presidente Dantas, no trecho fluvial de Juazeiro a Pirapora. A expedição passou por Carinhanha e novamente desceu a esse ancoradouro, depois seguiu para a Chapada Diamantina pelas estradas do sertão da Bahia, no lombo de animais de montaria. Ancoradouros de povoados e cidades sobressaíram da viagem através do rio São Francisco, no trecho navegável entre Juazeiro e Pirapora: Santana, Casa Nova, Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, Xiquexique, Barra, Urubu (atual Paratinga), Bom Jardim (atual Ibotirama), Mangal, Sítio do Mato, Lapa (atual Bom Jesus da Lapa) e Carinhanha; em Minas Gerais, Manga do Amador (atual Manga), Januária (antigo

Brejo do Salgado) e São Francisco. Destaco suas impressões em relação aos moradores ribeirinhos do sítio do Faustino, pequena localidade situada entre as cidades de São Francisco e Pirapora, no Estado de Minas Gerais: "Dos moradores afáveis e hospitaleiros colhemos então boas notícias da região interior, das terras altas, distantes, que de nenhum lugar conseguíamos avistar, e tomamos conhecimento dos seus hábitos, costumes e abusões" (Sampaio, 2002, p. 172-173).[156] Guardavam as populações do interior do país peculiaridades dos seus modos de viver que se distanciavam das experiências de quem se acostumou à vida nas grandes cidades.

Quando esteve em Caetité, Teodoro Sampaio observou que a cultura do algodão tivera, em passado recente, maior prosperidade. Era o ano de 1880, momento em que a exportação do algodão brasileiro voltou a sofrer com a queda de preços no mercado internacional, provocada, principalmente, pela concorrência no comércio exterior com o algodão plantado no Sul dos Estados Unidos da América. Uma primeira queda acentuada da cotação do algodão no mercado internacional ocorreu na década de 1820, com o aumento das exportações nos Estados Unidos e também no Egito. Durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América (1861-1865), o algodão brasileiro recuperou os seus mercados, mas voltaria a perder competitividade na década de 1870 (Barickman, 2003, p. 59-60). Além da Bahia, outras províncias do Norte sofreram com os efeitos da queda na exportação: Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Piauí. (Dantas, 2007, p. 198).

Na província do Maranhão, que se tornou o segundo maior mercado de exportação do algodão produzido no Brasil, as alterações no comércio transatlântico afetaram a economia local, mas não exclusivamente. Para Matthias Assunção (2000, p. 35-36), a análise das crises da economia daquela província deve considerar os fatores internos que agiram sobre o seu conjunto, constituído pela articulação entre a exportação, a produção para a subsistência e para o mercado interno. Assim, a crise na exportação do algodão maranhense

definiu-se através das estruturas de consumo, investimentos na agricultura, ação do Estado e relação entre fazendeiros e negociantes:

> A falta de inovações técnicas teve como resultado uma produtividade estagnante. Nos Estados Unidos, pelo contrário, investimentos produtivos resultaram numa queda de custos e numa melhora da qualidade do algodão. Assim, o algodão norte-americano, já a partir de 1800, substituía gradualmente o algodão maranhense no mercado inglês. Só em períodos de guerra nos Estados Unidos (como 1812-14, 1861-65), logrou o algodão maranhense recuperar temporariamente a sua posição no mercado […] No entanto, a queda dos preços do algodão e a crescente competição com outras regiões produtoras não levaram, de imediato, a uma reorientação ou mesmo a uma queda significativa da produção […] As crises maranhenses podiam resultar de queda de preços no mercado mundial, coincidindo com os ciclos descendentes da economia mundial […] As crises podiam ainda ser o resultado de uma política cambial desfavorável do governo imperial […] Não há, porém, uma correlação direta entre o volume da produção maranhense e o preço do algodão no mercado mundial, o que leva à conclusão que o volume de produção era sobretudo o resultado de fatores internos (Assunção, 2000, p. 42-43).

Embora o algodão tenha se tornado o segundo maior produto da pauta de exportação do Brasil, depois do açúcar (e, posteriormente, do café), o seu plantio na Bahia ainda era inferior ao de outras regiões do país. Segundo Barickman (2003, p. 59), as exportações do algodão na Bahia "Passaram de menos de cem arrobas [1,6t] por ano na década de 1770 para uma média anual de quase quarenta mil arrobas [640 t] na segunda metade da década de 1790. As exportações continuaram a crescer durante as três décadas seguintes […]".[157] O mercado internacional criado pela industrialização na Europa,

inicialmente com a supremacia da Inglaterra, estimulou a lavoura algodoeira em todo o país, que viveu momentos de preeminência no comércio exterior entre os fins do século XVIII até a década de 1820 e na década de 1860.

Observa-se, na Tabela 11, que o porto de Salvador manteve, entre 1888 e 1896, um fornecimento regular de algodão em pluma para mercados internacionais. A Alemanha assumiu o papel de principal centro importador do algodão em pluma produzido na Bahia: para os portos de Hamburgo e Bremen foram remetidos quase 48% de todo o algodão exportado no período; seguidos pela Inglaterra, Repúblicas do Prata, França e Portugal.

Tabela 11 - Exportação de algodão no porto de Salvador (BA) e países de destino (1888-1911)

(Continua)

Ano	Fardo ou saca	Tonelada	País importador	Porto de saída
1888	500	45	Inglaterra	Liverpool
1889	685	61,65		
	38	3,42	Inglaterra	Londres
1890	481	43,29	Republicas do Prata	Montevideu e Buenos Ayres
	150	13,5	Portugal	Lisboa e Porto
1891	294	26,46		
1892	27	2,43		
	2.439	219,51	Alemanha	Hamburgo
	451	40,59	Alemanha	Bremen
	819	73,71	Inglaterra	Liverpool
1893	500	45	França	Havre
	199	17,91	Rio da Prata	Buenos Ayres e Montevideu
	112	10,08	Portugal	Lisboa e Porto

(Coclusão)

Ano	Fardo ou saca	Tonelada	País importador	Porto de saída
1894	1.690	152,1	Alemanha	Bremen
	350	31,5	Inglaterra	Liverpool
	852	76,68	Rio da Prata	Buenos Ayres e Montevideu
1896	20	1,8	Alemanha	Bremen
1905	26	0,234		
Total	**9.633**	**864,864**		

Fonte: Relatorio da Junta Directora da Associação Commercial da Bahia. Secretaria da Junta Directora. Mappa da exportação mensal dos principaes generos desta provincia para o estrangeiro; Mappa da exportação dos principaes generos desta provincia para os paizes abaixo mencionados. Bahia, Imprensa Popular e Typ. Bahiana, 1889-1912.

* Adaptação dos mapas das exportações dos principais gêneros. Não obtive informações dos países importadores e portos de destino para os anos de 1889, 1891, 1892 e 1905. A partir do ano de 1897, e também no ano de 1895, o porto de Salvador não exportou o algodão. O porto voltaria a exportar em 1916.

Para a queda nas exportações do algodão produzido no país, durante todo o período da Primeira República, Paul Singer (2006) destaca outros fatores relacionados ao imperialismo econômico. A expectativa de industrialização dos Estados Unidos da América, com a vitória do Norte na Guerra de Secessão, levou as potências imperialistas da Europa a encetar o plantio de algodão em suas colônias. Essa era uma estratégia para romper com a dependência do algodão proveniente dos Estados Unidos e, em especial, para preservar mercados consumidores dos produtos industrializados pelas maiores potências europeias:

> A Alemanha promoveu o plantio de algodoais, em suas colônias do Camerum e do Togo. A Inglaterra conquistou o Egito e o Sudão, tendo em vista desenvolver ali a cotonicultura. Em 1902 foi fundada a Cotton

> Growing Association, em Manchester, que iniciou em todo o mundo pesquisas de novas terras para o cultivo do algodão […] Deste modo a Grã-Bretanha (e em menor grau a Alemanha e a França) conseguiram se livrar da dependência do algodão americano, promovendo seu plantio *dentro* do Império. Nosso algodão foi derrotado, portanto, não apenas pelo produto americano, mas também pelos esforços da Cotton Growing Association britânica, do Comitê Colonial Econômico alemão (fundado em 1896 com apoio de Bismarck) e da Association Cottonière Coloniale Française. Sem acesso ao mercado externo, nossa cotonicultura passou a ser estimulada pela expansão de nossa própria indústria de fiação e tecelagem, que se dá de modo firme a partir da Abolição até o fim da Primeira Guerra Mundial (Singer, 2006, p. 392, grifo nosso).

Além de exportar a sua produção de algodão por meio do porto do Rio de Janeiro, o alto sertão da Bahia forneceu algodão em pluma a indústrias têxteis nacionais, como se nota na transação que a Empresa Industrial Sertaneja realizou com a Companhia Industrial Itaunense, de Itaúna (MG), no montante de Rs. 50:352$500: "Dr.º hoje recebido no Banco Mercantil do Rio de Janr.o enviado por sua ordem pela Comp.a Industrial Itaunense, da cid.e de Itauna, Minas".[158] No final do século XIX, 60% do algodão produzido no país era consumido pela indústria têxtil nacional "[…] e sua acelerada expansão entre 1900-1920 faria com que o algodão nordestino passasse agora a ter, no mercado interno a fonte para sua expansão" (Cano, 1975, p. 94). Em pouco mais de quatro décadas, os tecidos de algodão produzidos no país já haviam ocupado o mercado de consumo interno e competiam, em larga vantagem, com os tecidos importados, em particular com os tecidos ingleses: de 20,5 milhões de metros produzidos em 1885, a produção brasileira de tecidos aumentou para 256,9 em 1908, 378,6 em 1911, 548,1 milhões de metros em 1917 e manteve esse volume de produção até 1929:

> Ao fim da Primeira Guerra, a indústria têxtil nacional fornecia de 75% a 85% dos tecidos de algodão consumidos no país. Em 1920, ao contrário do que ocorria em outros países latino-americanos, os tecidos importados de consumo corrente já haviam sido praticamente excluídos do mercado brasileiro, e 'só os produtos de melhor qualidade' [importados de algodão, linho, seda, lã] podiam competir com os tecidos de fabricação nacional (Stein, 1979, p. 109, acréscimo nosso).

Os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a industrialização têxtil no Brasil geraram controvérsias entre especialistas que se dedicaram (e se dedicam) ao estudo do tema.[159] Consideramos esclarecedoras as considerações de Stanley Stein (1979, p. 116) sobre o comportamento dos empresários têxteis nacionais diante da desorganização do comércio internacional com a Primeira Guerra Mundial:

> A principal conseqüência da guerra para as fábricas de tecidos brasileiras não foi o crédito fácil e sim o monopólio do mercado interno. Era uma oportunidade de ouro para os empresários têxteis que já dispunham, nessa época, de *know-how* técnico, mercado para os tecidos grossos produzidos pela maioria das fábricas e um sistema bem consolidado de distribuição. Eralhes oferecida a chance de abastecer os consumidores de um largo cinturão ao longo de toda a costa do Brasil, de Belém, no norte, ao Rio Grande, no sul. Os trabalhadores rurais, os operários fabris, os empregados domésticos, os artesãos e inúmeras outras categorias de trabalhadores urbanos mal remunerados – todos precisavam dos brins, casimiras de algodão, cassinetas, zefires, panos brancos para camisas e outros tecidos de algodão para a confecção de calças e paletós para os homens, saias, blusas, jaquetas e roupas íntimas para as mulheres […] De um índice de 100 em 1912, as importações de produtos de algodão, excluindo os fios, caíram para 32 (1914), mantendo-se

> durante toda a guerra e até 1920 em torno do índice médio de 37. Embora a classe mais duramente atingida fosse a do grupo dos tecidos não-especificados – os mais pesados – a importação de tecidos tingidos, branqueados, estampados e crus reduziu-se também drasticamente(Stein, 1979, p. 116).

Os dados da Tabela 12 demonstram que o alto sertão produziu mais de sete mil toneladas de algodão em caroço no ano agrícola de 1919-1920, superando a produção dos Estados do Pará (4.036,2t), Paraná (1.781,6t) e Piauhy (5.315,1t), e aproximando-se da produção do Estado de Minas Geraes (8.666,6t). O Estado da Bahia produziu quase 16 mil toneladas, ocupando a sexta posição entre os vinte e um Estados brasileiros e o Distrito Federal, somente superado pelos estados de São Paulo (104.584,2t), Pernambuco (61.977,6t), Parahyba (35.796,5t), Ceará (29.426t) e Rio Grande do Norte (18.343,8t).

Tabela 12 - Produção de algodão nos estabelecimentos rurais recenseados em 1 de setembro de 1920 (Ano agrícola de 1919-1920)

(Continua)

MUNICÍPIOS	Número total de estabelecimentos rurais recenseados	ALGODÃO (em caroço)	
		Número de estabelecimentos produtores	Produção - Toneladas
Bom Jesus da Lapa	122	9	92,0
Bom Jesus dos Meiras	181	95	1.993,2
Caculé	204	85	396,3
Caetité	551	59	283,5
Carinhanha	339	167	1.125,6
Condeúba	583	30	38,6
Guanamby	187	170	393,0
Ituassú	291	93	461,3
Jacaracy	145	1	0,8

(Coclusão)

MUNICÍPIOS	Número total de estabelecimentos rurais recenseados	ALGODÃO (em caroço)	
		Número de estabelecimentos produtores	Produção - Toneladas
Macahubas	745	68	27,7
Minas do Rio de Contas	372	44	376,2
Monte Alto	185	92	351,5
Paramirim	834	467	690,9
Riacho de Sant'Anna	325	202	350,4
Urandy	495	212	440,3
Total para a região	**5.559**	**1.794**	**7.021,3**
Total na Bahia	**65.181**	**3.886**	**15.909,9**
Total no Brasil	**648.153**	**91.785**	**332.338,2**

Fonte: IBGE. Ministerio da Agricultura, Industria e Comercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Agricultura. v. III (2a parte). Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1924.

* Da tabela original do IBGE, foram selecionados os municípios do alto sertão.

Nesse ano agrícola, a produção do algodão em caroço do alto sertão representou 44,13% de toda a produção algodoeira baiana e 2,11% da produção nacional. Os maiores municípios produtores foram Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado), com 1.993,2 t de algodão em caroço, Carinhanha (1.125,6 t), Paramirim (690,9 t) e Ituaçu (461,3 t). A região manteve, portanto, a sua condição de maior centro produtor e exportador do algodão produzido no Estado.

Os dados apresentados anteriormente e as evidências em demais fontes não confirmam a afirmação de Erivaldo F. Neves (1998, p. 183) sobre a queda na produção e na exportação do algodão plantado no alto sertão da Bahia devido à precariedade e ao consequente alto custo do transporte:

> Ao iniciar o século XX, a produção algodoeira baiana não supria nem a indústria têxtil do Estado. **'O grande fator negativo' seria o transporte do sertão**. Entre 1916 e 1924, Caetité exportou para Salvador a insignificância 31.519 malas de 70 quilos de algodão, **somando pouco mais de duas toneladas**.
>
> A precariedade e lentidão do transporte terrestre de cargas, antes do advento da ferrovia, evidencia-se no fato do porto fluvial de Cachoeira, no Recôncavo, corresponder à metade da viagem do algodão de Caetité para Liverpool ou Manchester: um mês ou pouco mais conduzido por tropas de bestas e igual período de percurso náutico".[160]

A quantidade exportada de toneladas de algodão, que o autor transcreve de Silva (1932), não está correta. Cito a passagem em que Silva (1932, p. 284) se refere à exportação de algodão no alto sertão: "A sua exportação para a capital, de 1916 a 1924, foi de 31.519 malas, de 70 klgr., cada, num total de 2.206.330 klgrs.". Caetité exportou, portanto, 2.206,33 toneladas de algodão nesse período, segundo informação de Pedro C. da Silva. É, sobretudo, com base nesse dado, que Silva (1932, p. 165) apontou a cultura do algodão como a mais próspera da região e diagnosticou a necessidade de introdução de técnicas e métodos mais avançados de cultivo e beneficiamento: "O algodão é uma das maiores riquesas actuaes e o seu plantio encontra no municipio terreno apropriado no valle do rio S. João; mas é preciso que sejam os seus cultivadores instruidos no melhor meio de preparar o terreno, expurgar a semente e beneficial-a".

A importância do algodão para a economia do alto sertão e da Bahia, no período que antecedeu a extensão dos ramais ferroviários, foi destacada em relatos de viajantes, memorialistas e estudiosos da região.[161] Para o período subsequente, esses relatos e a evidência em demais fontes documentam uma produtividade ativa para a cultura

do algodão. A localização geograficamente periférica do alto sertão em relação aos centros de exportação do país não impediu que ali se desenvolvesse uma economia de exportação e de alimentos articulada ao comércio nacional e internacional.

Essa produção elevada do algodão no alto sertão, que acompanhava o crescimento da indústria têxtil nacional, possivelmente estimulou Rogociano Pires de Oliveira, exportador de algodão em Ituaçu, município do alto sertão, a adquirir um descaroçador Eagle e um conjunto de caldeira e motor a vapor, com seus devidos acessórios. O negócio foi realizado com a importadora Richard Whinchello & C.a, sediada no Rio de Janeiro, por Rs. 4:794$000, mais os custos com transporte e seguro no valor de Rs. 665$500. A transação foi lançada nos livros de contas correntes de Rogociano P. Teixeira, tio do negociante e engenhoso exportador de Ituaçu (Quadro 5).

Quadro 5 - Conta corrente de Rogociano Pires de Oliveira

1919	Rogociano Pires d'Oliveira a Rogociano Pires Teixeira	
7br.º, 1	Import. paga a Richard Whinchello & C.a, desta praça, conf.e conta e recibos remettidos, pela compra de um descaroçador "Eagle" de 30 serras de 10 poleg. conf.e s/ordem	1:850$000
	Um conjuncto de caldeira e motor a vapôr de 5HP montado sobre base	2:860$000
	Dez (10) met. de correa especial de 3 ½	84$000
	Frete, capatazia, caretos agencia de desp.e estampilhas, sellos e seguro	468$000
10br.º, 16	Import. hoje paga a Richard Whinchello & C.a pelo transporte dos machinismos da Bahia a Machado Portella, como avisei	197$500

Fonte: APMC. Fundo: Rogociano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 12, 1 set. e 16 dez. 1921.

Na Bahia, o descaroçador e o conjunto a vapor foram consignados a Sebastião de Souza para despacho no barco Clementino, que os transportaria de Salvador a Cachoeira, em 29 de setembro de 1919. Em Cachoeira, os maquinismos foram consignados a Manoel do Nascimento Corrêa para despacho até Machado Portela, através da Estrada de Ferro Central da Bahia, em 15 de outubro de 1919. Da compra no Rio de Janeiro até a chegada em Cachoeira, transcorreram 45 dias para faturamento, despacho e viagem.[162] O exportador de algodão Rogociano Pires de Oliveira aguardaria por mais algum tempo para ter o seu mais novo descaroçador funcionando a pleno vapor. Para instalação do maquinismo, a região dispunha de serviço especializado em equipamentos para agricultura e indústria – descaroçadores, engenhos e alambiques –, como se evidencia na Figura 5.

Figura 5 - Anúncio de officina mechanica para installações agricolas e industriaes

Fonte*: A Penna*, Caiteté, Anno XI, n. 265, p. 4, 30 mar. 1922.

Encerrada, todavia, a conta corrente do seu sobrinho, Rogociano P. Teixeira, generosamente, reservou aos sobrinhos-netos o saldo que ainda restara a seu favor, no valor de Rs. 197$500: "Saldo a meo favôr q. peço dividir entre seos filhinhos, como presente meo, ficando de modo liquidada estas nossas contas".[163]

A compra do descaroçador foi, para os padrões de riqueza da região, um investimento vultoso em capital constante, mas no compasso da expansão do mercado nacional e internacional do algodão, cujas expectativas prometiam lucros vantajosos. A industrialização dos Estados do Centro-Sul do país ampliou o mercado interno para comercialização do algodão produzido no Nordeste: "[…] o algodão produzido em São Paulo, até 1915, mal atingia a cerca de 30% do consumo das fiações paulistas, e os restantes 70% eram supridos pela produção nordestina" (Cano, 1975, p. 66). Esse mercado se altera, sempre vulnerável às mudanças nas conjunturas econômicas locais, nacional e internacional:

> A partir de 1916/17, os preços externos atingem níveis elevadíssimos, o que obviamente implicaria em aumento dos preços do algodão nordestino e, eventualmente, dos custos da indústria têxtil paulista. É exatamente a partir desse período que a produção paulista de algodão cresce, passando da média de 6 mil toneladas entre 1913/15 para 30 mil toneladas em média, nos anos de 1919 a 1921. A partir desse momento, a produção paulista atendia cerca de 70% do consumo industrial de São Paulo. Entretanto, com a queda dos preços internacionais a partir de 1926 e com a crise têxtil paulista que ocorre no mesmo período, os preços internos do algodão em São Paulo sofrem acentuada baixa, desestimulando fortemente a sua produção, que cai para menos de 10 mil toneladas, a partir de 1927 (Cano, 1975, p. 66).

Analisando os componentes do complexo cafeeiro capitalista de São Paulo, Wilson Cano (1975, p. 79) realça o papel desempenhado pela indústria manufatureira no crescimento da economia do Estado e sua predominância frente às demais regiões do país. Na análise que o autor dispensa à manufatura industrial, interessa-nos o setor de fabricação de máquinas e implementos para o beneficiamento tanto do café como de outras atividades

agrícolas. Sugere o autor que esse segmento da indústria reduziu os custos de produção do café, aumentou a sua produtividade, diminuiu a mão de obra empregada, melhorou a qualidade do produto e do seu preço de venda: "Ao reduzir os custos e ampliar os lucros da atividade nuclear, este compartimento também ampliava o excedente do complexo, introduzia nova tecnologia, ao mesmo tempo em que proporcionava novas oportunidades de inversão"(Cano, 1975, p. 79).

Visto que esse segmento da indústria manufatureira também fabricava máquinas e implementos para outras atividades agrícolas, é possível inferir que os investimentos de exportadores do alto sertão em novas tecnologias de beneficiamento do algodão em caroço tenham possibilitado: o aumento da produção do algodão em pluma; melhoria da qualidade das fibras; e maior aceitação do produto nos mercados nacional e internacional. Se essa melhoria ocorreu, ainda podemos considerar que ela provocaria uma redução dos custos, aumento dos lucros, ampliação do excedente acumulado e oportunidade de inversão econômica. De todo modo, os negociantes do algodão beneficiado representaram, para a estrutura do comércio de exportação, que envolvia o plantio, o beneficiamento, a consignação, a corretagem e a exportação, papel de importância singular:

> O advento das máquinas de descaroçar, que requeriam dispêndios de capital para a sua aquisição, instalação e manutenção, transformou o seu proprietário em uma figura de grande importância. Como intermediário entre o cultivador e o exportador das cidades portuárias, o comerciante de algodão local era a pessoa mais indicada para instalar as descaroçadoras (Stein, 1979, p. 61).

Em carta enviada pelo negociante de algodão Rogociano Pires de Oliveira ao coronel Antonio Salles, amigo e proprietário da firma Antonio de Seixas Salles & Filhos, revelam-se traços das relações entre os negociantes de algodão e firmas comissárias, estratégias para

obtenção de melhores preços no mercado exportador e dificuldades com os custos da produção. A carta foi escrita em 17 de setembro de 1925, seis anos após a compra do descaroçador a vapor, e traz também indícios das relações interpessoais que acolheram muito das demandas locais de poder. Tais relações foram apresentadas no início deste capítulo. Vejamos o tratamento dispensado aos negócios:

> Frio de Ituassú, 17 de Setembro de 1925.
>
> Prezado amigo Cel. Antonio Salles.
>
> Bahia.
>
> […] Hoje remetti 30 malas [2,1t] algodão e, tenho a remetter umas 200 [14t]. Escrevi a vossa casa para lhe ouvir sobre as vendas destas; e as que hão de seguir.
>
> Razão o seguinte. As que tenho vendido de 45$ acima, não houve lucro, porém, preparei dinheiro para ir mantendo em pequeno negocio. Não devo a pessôa alguma que possa prejudicar-me. Portanto estas malas de hora em diante eu peço esperar vender por algum tempo, anno etc.
>
> Por este preço de 45$000 a menos, o prejuízo é extraordinario; - mais do meio do capital empregado. Este genero c/espaço de anno pode subir, as lavouras estão abandonadas, a vida cada dia mais cara, mais difficil.
>
> Confio extraordinariamente em Vmcê., portanto, faça o juizo e, delibere o que fôr justo […][164]

O algodão produzido em Ituaçu[165] era transportado por tropas cargueiras, possivelmente até Machado Portela, para embarque na Estrada de Ferro Central da Bahia, com destino a Cachoeira e Salvador. Os gastos com o transporte do algodão em pluma, que incluíam as despesas de aluguel ou manutenção de tropa e tarifas dos fretes ferroviários, ainda oneravam os custos com o beneficiamento e comprometiam os lucros da produção. Somente em 1928 seria

inaugurado no pequeno povoado de Contendas – antiga fazenda Riachão, localizada em Ituaçu, e atual município de Contendas do Sincorá – o trecho de prolongamento da Estrada de Ferro Central da Bahia, que provavelmente reduziria os gastos com transportes e ampliaria as taxas de lucros.

Escrita em meados de setembro, o derradeiro mês do período de estiagem no alto sertão, a carta anunciava as dificuldades econômicas e sociais que assolavam a região: "as lavouras estão abandonadas, a vida cada dia mais cara, mais difficil". Provido de um ativo corrente em dinheiro, que acumulou com os ganhos dos negócios de exportação do algodão, Rogociano P. de Oliveira poderia joeirar, no entanto, a estocagem da sua mercadoria nos armazéns da firma comissária de Salvador, à espera de um aumento da cotação da pluma nos mercados nacional e internacional. Com o capital de giro que reservou dos investimentos no algodão descaroçado, suficiente para mantê-lo "em pequeno negocio" por ano ou mais, lançou-se à sorte para lograr uma margem de lucro satisfatória ao seu negócio de exportação do algodão.

A confiança que Rogociano P. de Oliveira depositava no comissário Antonio Salles assemelhava-se às relações comumente estabelecidas entre fazendeiros, negociantes e comissários de outras regiões do país. Por ser uma relação que envolvia o resultado do trabalho de meses ou anos, manutenção do negócio, expectativa de lucros e possibilidade de inversões, a confiabilidade e a fidelidade frequentemente envolviam os contratos firmados nas transações mercantis:

> O aliciamento de clientes para as casas comissárias deu-se pela via das relações pessoais, de vizinhança, amizade e parentesco […] Os vínculos de parentesco e amizade, firmemente integrados como penhor do próprio interesse econômico, muito pesavam nas opções, ocorrendo a realização preferencial de negócios entre indivíduos ligados por relações pessoais. Por essa via, determinava-se 'naturalmente'

> o círculo de clientes de uma firma, cujos limites não estavam muito sujeitos a flutuações. Contudo, esses padrões foram incorporados por uma ordem competitiva e dentro dela adquiriram o sentido de um meio eficaz das firmas comerciais expandirem suas operações, mantendo ou alargando sua freguesia. Nessa luz, os propalados liames de confiança, solidariedade e auxílio que uniam fazendeiro e comissário aparecem como uma técnica em que esses componentes da ordem 'tradicional' foram reelaborados e transferidos para o plano dos negócios, tendo aí eficientemente se adequado aos propósitos de lucro (Franco, 1974, p. 160 - 163).[166]

Relações de compadrio igualmente envolveram os negócios entre fazendeiros e comissários. O fazendeiro e negociante Deocleciano P. Teixeira, tio de Rogociano P. de Oliveira, era padrinho de uma filha de Antonio Salles, como registra este trecho de carta: "Padrinho Doutor: Aceite minhas saudades e lance a bênção em sua afilhada do coração. Dorinha Salles".[167] Com laços de compadrio, parentesco e amizade, comissários de Salvador formaram a sua freguesia para amanhar credibilidade e prestígio na competitiva e complexa atividade mercantil do interior do Estado e do comércio de exportação internacional. Penetrar no amplo e lucrativo comércio do interior da Bahia, de gêneros e produtos de exportação e importação, significava partilhar dessas redes socioeconômicas, sustentadas por aproximações pessoais. Anúncios de firmas comissárias interessadas na expansão de suas operações e no aumento de sua freguesia sobejavam nas páginas do jornal *A Penna* (Figura 6).

Figura 6 - Anúncio do armazém e casa comissária de Manoel Nascimento Correia, em Machado Portella

Fonte: *A Penna*, Caeteté, Anno III, n. 70, p. 14, 31 out. 1914.

Entre os apelos lançados por comissários à conquista da clientela, destacam-se a oferta de mercadorias e serviços a preços reduzidos, o oferecimento variado de gêneros, a garantia de qualidade dos produtos e a divulgação do raio de atuação comercial da firma nas principais praças do Estado e do país. As propagandas embarravam-se, todavia, nas relações de concessões e privilégios que tradicionalmente conferiam credibilidade às transações comerciais e financeiras e que protegiam os negócios.

Nota-se que o algodão era, como a borracha, couros e peles, gênero de destaque nos anúncios dos serviços que intermediavam a produção e o comércio de exportação. A partir de 1916, talvez favorecido pela desorganização do comércio europeu na Primeira Guerra Mundial, o porto de Salvador voltaria a exportar o algodão em pluma para o mercado internacional, como revelam os dados da Tabela 13.

Tabela 13 - Exportação de algodão em rama na Bahia (1912-1921) e no Brasil (1908-1923)

Ano	Bahia		Brasil	
	Tonelada	Mil Réis Papel	Tonelada	Mil Réis Papel
1908	-	-	3.564,715	3.295:092$
1909	-	-	9.968,114	9.435:087$
1910	-	-	[≅ 14.000][1]	13.455:674$
1911	-	-	14.646,909	14.704:146$
1912	-	-	16.773,942	15.560:935$
1913	-	-	37.423,616	34.615:201$
1914	-	-	30.434,157	28.246:820$
1915	-	-	5.227,569	5.496:637$
1916	24.488,78	4.877:560$	1.070,947	2.399:963$
1917	1.321,674	2.643:348$	5.941,116	15.090:621$
1918	1.553,482	3.106:904$	2.594,206	9.699:601$
1919	1.900,735	3.801:470$	12.153,055	36.708:387$
1920	1.039,020	2.078:040$	24.696	80.697:000$
1921	1.124,16	2.248:330$	19.606	45.944:000$
1922	-	-	33.947	103.663:000$
1923	-	-	19.170	119.139:000$
Total	**31.427,851[2]**	**18.755:652$[2]**	**251.217,346[3]**	**538.151:164$**

Fontes: Aspectos da Economia Rural Brasileira. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria do Serviço de Inspecção e Fomento Agricolas. Rio de Janeiro, Officinas Graphicas Villas Boas & C., 1922; Commercio de Exportação do Brasil para a França, Inglaterra e Allemanha. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Serviço de Informações. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925.

* Adaptação das tabelas sobre as exportações de produtos vegetais do Brasil e da Bahia. A Bahia não exportou algodão nos anos de 1908 a 1915.

1 O documento está danificado, mas estima-se um volume aproximado de 14 mil toneladas, considerando o preço médio do quilo do algodão em rama para os anos de 1909 e 1911, que se encontrava em torno de $ 974.

2 Valores totais para os anos de 1916 a 1921.

3 Valor total aproximado para os anos de 1908 a 1923.

As fontes pesquisadas revelam que a produção e o comércio de exportação do algodão mantiveram-se ativos, constituindo-se uma das maiores fontes de rendas para os indivíduos que se envolveram nessa atividade agrícola, no período de 1890 a 1930. Essa atividade econômica ampliou o seu mercado com a expansão da indústria têxtil nacional nos Estados do Centro-Sul do Brasil, proporcionando lucros vantajosos, particularmente, a negociantes, comissários e firmas consignatárias. Dessa maneira, negociantes de algodão do alto sertão, que formaram grandes fortunas com o comércio de exportação, também perceberam no deslocamento para os Estados do Centro-Sul a possibilidade de expandir os seus grossos negócios.

O coronel Sizinio Alves de Carvalho, que era natural e antigo morador no distrito das Umburanas (atual Urandi), havia se instalado em Rio Preto (atual município de São José do Rio Preto, SP), quando escreveu à redação do jornal A Penna para informar dos prósperos negócios que havia desenvolvido naquele município do Centro-Sul do Brasil, com o cunhado Aprígio Guimarães e um engenheiro por ele conhecido. Sizinio Carvalho foi negociante de algodão no alto sertão, que possivelmente exportou para Belo Horizonte, onde possuiu oito casas e sobrados. Os bons lucros advindos com os aluguéis desses imóveis urbanos estimularam o negociante a construir outros imóveis na nova capital do Estado de Minas Gerais. Apesar da mudança definitiva para Rio Preto, o negociante não se desfez das propriedades que possuiu em Umburanas, a sua terra natal.

Com o capital que acumulou do negócio de algodão no alto sertão, Sizinio Carvalho tornou-se, em Rio Preto, sócio-proprietário de uma fábrica de cerâmica e de beneficiamento de arroz, com capital inicial de Rs. 400:000$000. O negociante pretendeu expandir os seus investimentos para a capital do Estado de São Paulo, com a aquisição de um "rendoso cartório". O coronel esperava lucrar anualmente, com os seus novos investimentos, a quantia de Rs. 120:000$000. Transcrevo trechos da matéria publicada no jornal A Penna

> Da Cidade de Rio Preto, Estado de S. Paulo, recebemos carta do nosso conterraneo e amigo o Coronel Sizinio Alves de Carvalho, que ultimamente removeu sua residencia para S. Paulo, **levando consigo todos os capitaes que aqui conseguiu no commercio de algodão, em poucos annos da actividade incançavel**, muito elevados e bastantes para que elle podesse dedicar-se a grandes empresas. Informa-nos que na Cidade de B. Horizonte adqueriu 8 boas casas e sobrados e está construindo outras que lhe deixam grandes lucros. Na zona de Rio Preto, associado a seu cunhado o Dr. Aprigio Guimarães e um cunhado deste, que é engenheiro, fundou uma fabrica de ceramica, que se dedica a produzir telhas, tijolos, manilhas e mosaicos e tem machinas de beneficiar arroz e outros serviços rendosos, sendo empregados 400:000$000. A usina acha-se assentada no Planalto S. Jeronymo, a 70 kilometros da Cidade. Alem disso, na Capital de S. Paulo vae adquerir um rendoso cartorio. De tudo isso se resultará, como nos informa, um lucro annual de cerca de 120:000$000.
>
> O Coronel ainda possue boas propriedades em Umburanas, desta Comarca, onde nasceu, casou-se e sempre residiu, colhendo grandes proveitos […].[168]

Registra-se que a editoria do jornal A Penna pretendeu, com a publicação da missiva de Sizinio Carvalho nas folhas do jornal, chamar a atenção dos leitores do periódico para as vantagens que a produção e o comércio de algodão ofereceram aos moradores do alto sertão. Longe de estimular os sertanejos para as oportunidades econômicas descerradas em áreas do Centro-Sul do Brasil, a editoria do jornal teceu severa crítica à transferência da renda gerada nas atividades agrícolas da região para economias de outras partes do país:

> […] alem do exodo na nossa população pobre e laboriosa que vae concorrer para o progresso do grande Estado [São Paulo], tambem emigram os nossos

> capitaes em detrimento da nossa futura prosperidade […] Porque não se empregou os capitaes que possuimos em melhorar a cultura e beneficiamento do algodão, que é uma segura fonte de riqueza?[169]

O comércio internacional do algodão movimentava, no período, milhares de contos de réis. Participar desse mercado, que conferia lucros desmedidos a beneficiadores, comissários, exportadores e industriais, apesar dos reveses na produção e cotação de mercado por mudanças conjunturais internas e externas, exigia conquistar a reputação comercial por meio de alianças e acordos solidários, relações sociais que moviam os interesses econômicos. A produção e o comércio de algodão no alto sertão envolveram pequenos lavradores, fazendeiros, beneficiadores, negociantes e comissários. Nessa cadeia de produção, beneficiamento e comércio, alguns driblaram a intermediação e exerceram funções diversas para auferir maiores ganhos da atividade agrícola.

CRIAÇÃO E COMÉRCIO DE GADO: DINÂMICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

> Fazendas de pouca despesa e renda rotineira, os donos abstinham-se de aplicações inovadoras, atentos no correr dos trabalhos aos caprichos do tempo, secas e enchentes, poupando nos "serviços perdidos", como o dr. Deocleciano gostava de chamar as novidades que mais consumiam que ajudavam. (Lima, 1978, p. 23).

As fazendas de criação e os fazendeiros pecuaristas do alto sertão da Bahia, e talvez do Nordeste do país, assemelharam-se parcialmente à descrição feita pelo autor da epígrafe. Decerto as intempéries da natureza, com estiagens prolongadas, secas e períodos de alagamentos causados por chuvas intermitentes, comuns ao clima do alto sertão, foram um dos fatores a contribuir para que fazendeiros mantivessem a criação extensiva de gado vacum como principal atividade fundiária de renda e a reservar a agricultura de alimentos e exportação a médios e pequenos lavradores.[170] Muito embora as secas e aguaceiros atingissem tanto a pecuária quanto a agricultura, os lavradores e as suas pequenas plantações eram indubitavelmente os maiores prejudicados.

Nos capítulos anteriores, assinalamos que as populações do sertão da Bahia estavam acostumadas a conviver com as dificuldades

climáticas, mas não resta dúvida sobre os efeitos danosos das secas prolongadas para lavradores e agregados que dependiam exclusivamente da boa colheita para o sustento da família. João Gumes oferece-nos um testemunho, em matéria do seu jornal *A Penna,* dessa maior vulnerabilidade da lavoura nos períodos de crise: "Só os fazendeiros [criadores] têm podido arrostar as grandes difficuldades da presente crise […] A despeito das seccas e mortandades periodicas […] os gados multiplicam prodigiosamente e são patentes as vantagens que aufere a criação".[171]

O absenteísmo, prática costumeira de grandes proprietários de exploração e uso da terra por intermédio de administradores – em terras para criação de gado esse papel coube, comumente, ao vaqueiro –, não foi uma realidade, em absoluto, para fazendeiros e fazendas do alto sertão da Bahia entre as décadas de 1890 e 1930. Essa visão de Hermes Lima, a respeito da "ausência habitual" de fazendeiros de suas propriedades, que se generalizou para a falta de cuidados, meios e técnicas agrícolas de aumento da produtividade, harmoniza-se com interpretações da historiografia brasileira sobre a sociedade e a economia que se formaram no interior do país, interpretação controversa quando confrontada com a nova historiografia do sertão baiano.[172]

Para Prado Júnior (2004, p. 61), a ocupação extensiva e irregular de terras, a reduzida densidade demográfica, o emprego de pequena mão de obra e um comércio pouco intenso, com insignificantes aglomerações urbanas, caracterizaram a pecuária que se expandiu para além da faixa litorânea do Brasil, portanto, distante da agricultura mercantil, fatores que geraram, segundo esse autor, uma atividade econômica de importância para o conjunto da produção, mas subsidiária à atividade de exportação, não só por sua relação de dependência (expansão determinada pela agricultura mercantil), mas por uma produtividade baixa, resultante da aplicação de técnicas agrícolas incipientes:

> […] realizada extensivamente, sem estabulação, silagem e outros processos de criação intensiva […] nem o mais simples preparo ou melhoria dos pastos, salvo o grosseiro sistema de *queimada* […] A contingência da falta de recursos [tinha] de resultar num tipo de pecuária simplista e de requisitos mínimos; pouco mais que uma rudimentar indústria extrativa. O gado é mais ou menos deixado à lei da Natureza, são-lhe dispensadas muito poucas atenções, e o maior cuidado consiste em evitar o seu extravio e reuni-lo para ser utilizado (Prado Júnior, 2004, p. 186, grifo nosso).

A disponibilidade de terras foi, para Furtado (2007, p. 99), fator tanto de expansão da atividade criatória quanto de desestímulo em investimentos que possibilitassem o aumento da rentabilidade do sistema. Considera ainda esse autor que a baixa densidade econômica e a rentabilidade da pecuária não permitiram que fazendeiros pecuaristas realizassem inversões em outras atividades econômicas. Dessa maneira, a inferioridade do estágio de especialização e comercialização da atividade criatória, quando comparada à economia agroexportadora, gerou um mercado de ínfimas dimensões, situação que se agravou com a redução da produtividade à medida que aumentaram as distâncias dos mercados de consumo e exportação:

> A expansão pecuária consiste simplesmente no aumento dos rebanhos e na incorporação – em escala reduzida – de mão-de-obra. A possibilidade de crescimento extensivo exclui qualquer preocupação de melhora de rendimentos(Furtado, 2007, p. 99).

As fontes revelam, contudo, outras dinâmicas sociais e econômicas para a pecuária no alto sertão da Bahia. Vários segmentos sociais sobreviviam da criação e do comércio de gado e seus derivados (leite, requeijão, couro): fazendeiros, administradores, vaqueiros, curraleiros, amansadores, passadores, tropeiros, rancheiros, agregados, seleiros, artífices, comissários, marchantes, negociantes.

Nas fazendas de criação, muitos fazendeiros desenvolveram outras atividades econômicas ligadas ao mercado de alimentos e exportação, diversificando os seus investimentos: plantio da cana-de-açúcar, mamona, algodão, café; criação de carneiros para produção de lã; criação de emas e caça às garças para exportação de plumas; produção de algodão, aguardente, rapadura, requeijão. A circulação intensa de pessoas e mercadorias moldou a criação de gado vacum no alto sertão da Bahia, com formação de núcleos urbanos que se articularam aos demais mercados do país e ao mercado internacional.

A Figura 7 retrata o maquinismo utilizado na lavoura de arroz da fazenda Nova Estância, de propriedade do coronel Caetano Mascarenhas, em Pirapora (MG). Esse coronel instalou, em 1872, com os irmãos Bernardo e Antônio Cândido Mascarenhas, a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, uma indústria têxtil que produziu para o mercado nacional. A identificação das máquinas sugere que a fotografia da lavoura de arroz destinava-se a expor para fazendeiros do alto sertão os instrumentos e métodos modernos usados na agricultura daquela região do Centro-Sul do país, possivelmente pelos benefícios com o aumento da produtividade na lavoura. As máquinas eram puxadas por burros e juntas de bois, inclusive o locomóvel (2), uma máquina a vapor alimentada com as palhas do arroz para gerar a energia que movia a batedeira (1). O locomóvel, com sua energia a vapor, revolucionou a agricultura da grande lavoura entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX. Destaca-se na fotografia o registro dos trabalhadores operando o mecanismo, o que indica certo conhecimento adquirido para o manejo técnico dos equipamentos agrários que surgiram com a Revolução Industrial. Muitos desses trabalhadores eram, possivelmente, negros libertos da escravidão e empregados nos serviços das lavouras, em condições de trabalho que se mantiveram aviltantes. Para sobreviver em uma sociedade de extrema desigualdade social, tiveram que se adaptar às novas técnicas de produção nas lavouras e

de expor o corpo aos perigos de acidentes que muitas dessas primeiras máquinas provocaram.

Figura 7 - Lavoura mechanica de arroz da fazenda Nova Estancia, Pirapora (MG)

Fonte: APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira.
Série: Fotografias. Cx. 1, mç. 1, autor desconhecido.

Eduardo Magalhães Ribeiro, em seu estudo sobre a pecuária nos vales do Mucuri e Jequitinhonha, região situada no nordeste de Minas Gerais e povoada também por migrantes baianos em busca de melhores condições de sobrevivência, considera que:

> […] a pecuária criou relações sociais e comerciais muito próprias, que ficaram historicamente ofuscadas pela exuberância da *plantation* […] Certo, mesmo, é que a pecuária exigiu muito trabalho: nem sempre são corretas as associações entre criação e ócio,

> pecuária e fazendeiro absenteísta, gado e estagnação técnica. (Ribeiro, 1998, p. 136, grifo nosso).[173]

Afora a dinâmica das relações sociais na pecuária do alto sertão, inovações técnicas para melhoramento genético do rebanho e aumento da sua produtividade também são localizadas nas fontes. Uma circular expedida às regiões pecuaristas do país, em 21 de julho de 1905, por uma comissão composta de três engenheiros da Sociedade Nacional de Agricultura, com sede na Rua da Alfândega, no Rio de Janeiro, nos informa sobre a adoção de técnicas de manejo dos rebanhos. Essa comissão deveria realizar um estudo das vantagens e desvantagens do cruzamento da raça indiana zebu com as demais raças de gado existentes no país, com o objetivo de elucidar temas de interesse para a economia rural brasileira. Para a coleta dos dados (respostas aos quesitos) necessários ao estudo do tema, a comissão sugeriu a consulta **"aos mais habeis criadores"** das regiões pecuaristas.[174] Selecionamos adiante alguns quesitos da circular expedida pela comissão:

> II. Essa raça ou raças, mantêm-se no seu estado de pureza, com todos os caracteres e predicados proprios, ou existe mescla com outras raças, e quaes são ellas?
>
> III. Será possivel descrever o gado ahi existente nas fazendas de criar, e os fins visados pelos criadores quanto ao destino desse gado, isto é, no que diz respeito á producção da carne, leite, manteiga e queijos ou trabalhos?
>
> VI. Como é tratado e lidado o gado em geral […]?
>
> VIII. O gado –Zebú– tem sido introduzido nessa região?

Na Bahia, coube à Associação Comercial, com sede em Salvador, empreender a tarefa de intermediação da coleta dos dados, que se julgava de "apello patriotico". Em 4 de agosto de 1905,

a presidência da Associação Comercial da Bahia expediu ofício aos **"mais importantes criadores"** de gado vacum do sertão do Estado, solicitando as respostas aos quesitos elaborados pela comissão nacional. Entre os pecuaristas selecionados pela Associação Comercial da Bahia, achava-se Deocleciano Pires Teixeira, qualificado como um "abastado fazendeiro". A sua indicação, como a dos demais fazendeiros, espelha o mapeamento das principais regiões criadoras de gado, com destaque para os respectivos pecuaristas no Estado da Bahia: de Bomfim (atual município de Senhor do Bonfim), o "doutor" José Gonçalves da Silva, que foi governador do Estado entre 1890 e 1891; da Barra, o conselheiro Pedro Mariani; do Urubú (atual Paratinga), o coronel Flávio da Rocha Magalhães; e de Macahubas, o coronel Pedro José Souza. Dos cinco municípios selecionados, três localizavam-se no alto sertão.[175]

O relatório de Deocleciano P. Teixeira foi enviado à presidência da Associação Comercial da Bahia em 10 de outubro de 1905. As suas respostas aos quesitos da comissão nacional nos fornecem indícios sobre a criação e o comércio de gado no alto sertão baiano:

> R. ao 2.º – A raça aqui existente – a indigena, na ausencia dos processos de selecção e dos cuidados indispensaveis á bôa alimentação dos reproductores, não conserva a sua pureza primitiva, todavia não perdeu os caracteres e predicados proprios, como a conformação do corpo, habito e modo de vida, cor da pelle e extraordinaria resistencia ás vicissitudes climatericas; e quanto á – mescla – com outras raças, **agora vão introduzindo em algumas fazendas reproductores do gado Zebú e tourino, com lentidão e em escala diminutissima**.
>
> R. ao 3.º – […] Quanto aos fins visados pelos criadores, encerram-se sómente na **venda dos bois para o açougue, que são levados por caminhos longos e escabrosos, annualmente, aos grandes mercados do littoral, afóra o consumo**, tendo por base para a

> exportação desse gado a idade de tres annos acima. Com referencia á producção da carne, é esta de excellente qualidade e a média de seu peso é de dez arrobas para cada rez. O leite, apezar de sua excellente qualidade, é aproveitado em pequena quantidade e apenas nas estações chuvosas de Novembro a Março, **não havendo fabrico de manteiga e diminuto de queijos e requeijões no seio das proprias fazendas, sendo, portanto, o seu commercio pequeno e muito limitado**. Para o trabalho o gado desta zona é forte e resistente, consistindo este em **mover machinismos e carros para conducção de generos e madeiras**.
>
> R. ao 6.º – O gado é, geralmente, tratado nos campos e prados naturaes, onde ha sempre pastagens boas e sadias […]
>
> R. ao 8.º – Já se tem introduzido em algumas fazendas o – Zebú e tourino –, em diminutissima proporção.

O gado introduzido no alto sertão era de origem portuguesa, das raças alentejana, maronesa, mirandesa e barrosão, dentre outras. Cruzamentos sucessivos criaram várias subespécies e, talvez, Deocleciano P. Teixeira tenha denominado de "indígena" ao gado mestiço que resultou desses cruzamentos: gado também conhecido como crioula, curraleiro ou pé-duro. Lycurgo Santos Filho (1956, p. 207-208) identificou, no *Livro do Gado,* da fazenda do Brejo do Campo Seco, em anotações de Inocêncio Canguçu, a raça "Mouronos", referência aos animais que esse proprietário criava na fazenda de Santo Amaro: "Eram animais 'maronos', da sub-raça 'Maronesa', derivada da 'Barrosã', esta originária da serra do Marão, em Portugal". Como se tratava da única raça mencionada nos livros de registros das contas das fazendas de Inocêncio Canguçu, o autor considerou: "Deviam êsses animais conservar ainda característicos próprios para merecerem citação especial […] e serem criados separadamente numa das fazendas do proprietário do Brejo do Campo Sêco". Esse manejo do gado, realizado por Inocêncio Canguçu em

1828, era uma técnica que visava ao melhoramento dos rebanhos para possível aumento de sua produtividade e rentabilidade.

A raça zebu foi introduzida no Brasil na segunda metade do século XIX com o objetivo de melhorar as qualidades do gado mestiço nacional. O relatório de Deocleciano Teixeira nos sugere que o zebu chegou ao alto sertão entre a última década do século XIX e os anos iniciais do século XX. Nos vales do Mucuri e Jequitinhonha, a raça zebu foi introduzida a partir de 1920. Para Eduardo Ribeiro (1998, p. 152-153), o melhoramento dos rebanhos foi a mais importante transformação técnica no manejo do gado daquela região.

As fontes não nos permitem identificar o aumento da produtividade da pecuária no alto sertão com a introdução da raça zebu. No entanto, comparando as informações do relatório apresentado por Deocleciano P. Teixeira com os dados fornecidos por Ribeiro (1998, p. 150), para Mucuri e Jequitinhonha, nota-se que o gado criado no alto sertão, o "indígena", alcançava no abate um peso superior ao do gado pé-duro daquela região. No alto sertão, a rês alcançava 10 arrobas em três anos (ou acima), antes do manejo do "indígena" com o zebu. Em Mucuri e Jequitinhonha, o boi pé-duro alcançava a sua maturidade em sete anos, pesando sete arrobas; após o cruzamento com o zebu, os bois chegavam ao abate aos quatro anos, pesando 16 ou 18 arrobas. Para aquela região do Nordeste de Minas Gerais, o manejo do rebanho levou a um aumento exponencial da produtividade das fazendas de criação.

Fazendeiros pecuaristas do alto sertão tinham conhecimento das qualidades genéticas que o bovino da raça zebu poderia transmitir no cruzamento com os rebanhos "indígenas" da região. José Antônio de Castro Tanajura, rico fazendeiro pecuarista, realizou transações comerciais com o comissário Deocleciano P. Teixeira. Entre as inúmeras transações anotadas em sua conta-corrente, há o registro da assinatura do *Jornal do Agricultor*, periódico semanal publicado no Rio de Janeiro: deve por "Sua assignatura do Jornal dos Agricultores – 20$".[176]

Esse jornal teve seu primeiro número publicado em 1879 e pretendeu ser um instrumento de informação sobre as práticas agropastoris e da economia rural e doméstica. Há em suas várias edições artigos sobre o zebu, que descrevem as qualidades desta raça e as vantagens do seu cruzamento com o gado mestiço brasileiro.

Leitor do *Jornal do Agricultor*, o coronel José Antoninho, como era conhecido na região (Santos, 1997), pode ter sido um dos precursores do melhoramento genético na pecuária do alto sertão. Ao desfiar minuciosamente as diversas qualificações da raça zebu, os autores dos artigos do jornal facilmente estimulariam um experiente pecuarista, acostumado desde tenra idade a lidar com a criação e o comércio de gado, a investir no manejo do seu rebanho. Entre as mais de 1.000 cabeças de gado que José Antoninho possuía em suas diversas fazendas, localizadas nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Guanambi e Caetité, foram arrolados dois marruás "raçados" (por Rs. 300$000, cada um), um marruá "raçado" (Rs. 150$000, por ser mais inferior) e quatro garrotes de ano, também "raçados" (Rs. 100$000, cada um). O valor de avaliação dos animais indica que se tratava de gado de melhor qualidade, mas a referência ao termo "raçado", pouco comum em inventários da região, também sugere que esses animais se diferenciavam do gado "indígena".[177]

É possível que alguns dos melhores animais de raça do coronel José Antoninho tenham sido exibidos na primeira exposição agropecuária realizada no alto sertão, organizada pela Sociedade Evolutiva e Protectora da Lavoura. A exposição ocorreu em 12 de maio de 1918, pouco mais de duas décadas após a introdução do zebu em fazendas daquela região, e expressava, segundo relato de Silva, a opulência e diversidade agropastoril da região:

> Na praça do Mercado, que apresentava bonito aspecto, presente numerosa assistencia, varias autoridades e elementos de escolhida representação social, via-se, no meio de desusado movimento, **touros de raça, animaes de differentes especies, attestando todos**

> **os recursos naturaes do municipio** e as suas possibilidades no desenvolvimento da industria pastoril como opulenta fonte de riquezas (Silva, 1932, p. 169, grifo nosso).[178]

O coronel José Antoninho era membro do corpo de jurados responsável pela premiação dos melhores trabalhos, serviços e produtos da pecuári seu tempo e lugar social. Para o historiador, são indícios que permitem acompanhar a vida social do trabalho e as dinâmicas das relações sociais.

Expostos ou não os seus animais de raça na feira agropecuária, o coronel José Antoninho eticamente não poderia ser premiado, por ter sido membro do corpo de jurados. Coube a um dos seus filhos, o coronel João Evangelista de Castro Tanajura, o reconhecimento e a recompensa pelo touro de raça exibido. Outros criadores também receberam prêmios pela qualidade dos seus animais:

> Coronel Antônio David de Souza Costa, pela exposição de 1 touro, arraçado, 1 mula feita, outra recem-nascida filha de jumenta; **Coronel João Evangelista de Castro Tanajura**, Coronel Manoel Fernandes da Cunha e Cap. José Ivo, que expozeram tambem touros de raça; – Paulo Fructuozo, por uma **vacca leiteira, cruzamento de caracú e hollandeza**; – **2 lindos bois caracús gordos** de Salustiano Manoel Ledo.[179]

No manejo do caracu, os criadores visavam aumentar a produtividade da carne, uma das principais características desse gado bovino. Essa raça, que descende da alentejana e remonta ao Brasil colônia, possuía boas qualidades para o corte e trabalho no campo. No entanto, a vaca leiteira de Paulo Fructuozo, resultado do cruzamento do caracu com a raça holandesa, raça muito conhecida por pecuaristas de várias regiões do país, revela outros manejos genéticos que decorreram de práticas dos criadores de gado do alto sertão para melhoramento da produtividade do leite e seus derivados.

A referência de Deocleciano P. Teixeira ao pequeno aproveitamento do leite e baixa produção de requeijão, em seu relatório à comissão da Sociedade Nacional de Agricultura, apoiou-se em sua própria experiência como grande fazendeiro pecuarista. O requeijão foi produzido predominantemente por pequenos criadores e agregados para comercialização nas feiras locais e mercados da região. Entre os agregados e os grandes proprietários de gado vacum, esse derivado do leite foi produzido pelo regime de meação: "Encontrei somente 14 requeijões tirando o Ladislao e a meia, sahindo, portanto, do contracto".[180] A produção do requeijão completava a renda dos segmentos sociais que sobreviveram do mercado de alimentos: "Os requeijões de Caetité, baratos e de primeira qualidade, são consumidos quase que pela própria população" (Aguiar, 1979, p. 184).

Para alguns fazendeiros, o requeijão obtido na meação com os agregados de suas propriedades servia tanto ao consumo da família quanto como regalo a parentes, amigos e negociantes pelos seus bons préstimos. Esses indícios estão presentes nos livros de razão de fazendeiros e nas suas correspondências pessoais. Na missiva, por exemplo, do coronel José Antônio Rodrigues Lima ao seu sobrinho, Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior, que informa sobre a viagem do negociante Cincinato Araújo e de Deocleciano P. Teixeira a Salvador, à época do exercício do governo do Estado da Bahia por Joaquim Manoel Rodrigues Lima, irmão do missivista: "É a melhor opportunide de faseres remessa de requeijões a teu pai […]".[181] Em outra missiva, do negociante Antônio de Seixas Salles, residente em Salvador, para o seu compadre e agente Deocleciano Pires Teixeira: "Permita que lhe lembre, o bom presente de requeijões que me costuma mandar todos os annos, em cerca de 60 kilos, o que poderá fazer por intermedio dos Srs. Antenor Castro e Cia., de Triumpho".[182] Nas anotações do livro de razão de Deocleciano Pires Teixeira que registram a sua encomenda de requeijões à Empresa Industrial Sertaneja (administrada por seu filho Oscar S. Teixeira) possivelmente para

remessa, como de costume, ao amigo Antônio Salles: "56 kilos de requeijão de minha encommenda – Rs. 112$000".[183]

O gado do alto sertão era, em geral, criado à solta nos campos e nas matas naturais. A formação de extensas pastagens nas terras da região, que Deocleciano P. Teixeira adjetivou como boas e sadias, em seu relatório para a comissão nacional, foi também documentada por viajantes que percorreram o sertão da Bahia. Em Carinhanha, a ocupação regular das margens do rio São Francisco por fazendas de criação extensiva de gado vacum impressionou Aguiar (1979, p. 22, grifo nosso):

> O gado progride naquela região de uma maneira espantosa; e se muito emagrece durante a *seca*, em compensação engorda rapidamente na época do *verde*, porque tal é a força e rapidez do crescimento do capim que, em poucos dias de chuva, chega a encobrir as estradas.

Nas matas das caatingas de Caetité, a admiração de Aguiar (1979, p. 183, grifo nosso) pela pecuária desse município se assemelhou às ótimas impressões que lhe causaram as fazendas de criação de Carinhanha: "[…] existem vastas e soberbas caatingas para a criação do gado, que se faz em importantíssimas *fazendas*, entre as quais se destaca a de Santa Bárbara pertencente ao Barão de Caetité, um dos cidadãos mais conceituados do lugar". Para Silva (1932, p. 168-169), a extensão territorial do município de Caetité associada à pouca utilização da terra para a agricultura contribuíram para a expansão da criação de gado na região: "A criação, como uma tradição antiga, nestes sertões, muito prospera, contribuindo para isso os terrenos sobremodo apropriados, com as suas grandes pastagens e extensas campinas". Não faltou ao engenheiro Teodoro Sampaio, ao chegar a Caetité, descrição em pormenor dos vastos campos para pastagens de gados:

> No município de Caetité como em quase todos os outros situados nas terras altas da chapada, onde o terreno é mais variado e mais abundantes os mananciais para a rega, a agricultura se desenvolve como querendo sobrelevar as outras indústrias, a criação, ou antes a indústria pecuária, todavia, prevalece, não só como uma tradição antiga, como porque os terrenos extensos são-lhe sobremaneira propícios. Os campos de cima da serra, os denominados *gerais*, largos a perder de vista, cobertos de gramíneas que constituem excelentes pastagens, com boas aguadas perenes […]; as extensas várzeas da região baixa com as *veredas* cobertas de capim; os belos campos ou *gerais* dos Veados, na fazenda do Umbuzeiro, com muitas léguas de extensão […]; os da *Cachoeirinha* […]; os campos de S. João com muitas léguas […], as belas várzeas do rio do *Antônio* […] estendendo-se ainda pelo município do *Bom Jesus dos Meiras*; os não menos belos campos da *Tapera* […], e tantos outros estão aqui povoados de infinito gado, constituindo a maior riqueza destas paragens. Manadas de gado bovino, criadas nestes campos, ou aqui estacionadas quando procedentes das várzeas do rio São Francisco, descem de contínuo para a região do beira-mar, e se compram nos currais a 25 e 30$ por cabeça (Sampaio, 2002, p. 215-216, grifo nosso).

Na ausência de indícios sobre a espécie de gramínea que alimentava o gado do alto sertão, e sobre o emprego de técnicas de melhoramento das pastagens, parece-nos que os extensos campos naturais sofreram poucas intervenções dos criadores.

O aluguel de pasto foi uma fonte de renda para muitos moradores da cidade. Lúcia Maria de Jesus, a exemplo, possuía um quintal com pasto próximo à cidade de Caetité que arrendou e vendeu a "folha do capim" a Vicente Custódio de Souza. O arrendamento foi negociado por tempo determinado, a preço de 30$000: "[…] devendo vencer-se o arrendamento em Abril proximo vindouro;

pelo que, disto scientes os avaliadores, no acto da avaliação, avaliaram somente o arrendamento na proporção do tempo em que ainda perdurará". O herdeiro Augusto de Souza, filho do casal Maria Anísia de Souza e Vicente Custódio de Souza, recebeu na partilha dos bens, entre outros pagamentos, "[…] o pasto arrendado a Lucia Maria de Jesus, até o fim do arrendamento […]". O casal possuía em semoventes dezenove cabeças de gado vacum e seis cabeças de gado cavalar, no valor de Rs. 2:680$000. Para alimentar a sua criação, o casal dispunha, além da manga alugada, de outras duas mangas empastadas: uma no quintal da casa localizada na Rua General Câmara, com oitão para a Rua Uruguayanna, avaliada por Rs. 3:000$000; a outra manga situava-se no sítio do Chorrochó, próximo da cidade de Caetité, com uma casinha ordinária (Rs. 7:000$000). Uma casa de morada na Praça da Câmara, com quintal murado e portão para a Rua Sete de Setembro, que foi avaliada por Rs. 4:000$000, indica que o casal deveria comercializar alimentos (carne verde, leite e requeijão) na feira da cidade e os vendesse a feirantes, atravessadores, marchantes ou a seus próprios fregueses.[184] Os produtores diretos mantiveram, até os dias atuais, o velho costume de vender os seus produtos da pecuária e lavoura nas feiras locais.

Antigo cavouqueiro nas Lavras Diamantinas, Paulo Fructuoso da Silva possuía no Lameirão, subúrbio da cidade de Caetité, duas mangas com pastagens que possivelmente alugava a pecuaristas para a invernada de boiadas que partiam do rio São Francisco aos mercados de gado de Mundo Novo e Feira de Santana. "De origem muito humilde, porem laborioso proprietario e agricultor", como o definiu João Gumes no anúncio de sua morte,[185] amealhou, com o aluguel de pastagens, um bom patrimônio, avaliado em Rs. 22:005$000. Era proprietário do Sítio Peixoto, de duas casas na cidade e outras duas casas situadas sagazmente na beira da estrada do Lameirão. Entre os seus poucos semoventes, destacaram-se três vacas paridas, dentre essas a vaca leiteira premiada na exposição agropecuária da Sociedade Evolutiva e Protectora da Lavoura (citada anteriormente),

que deveriam fornecer diariamente leite fresco a residentes no perímetro urbano de Caetité. Celsina Teixeira Ladeia registrou, nos livros de lançamentos das despesas da sua casa, o consumo de Rs. 27$600 de leite entre os dias 18 novembro e 20 de dezembro de 1930.[186] Seria natural que os antigos fregueses de Paulo Fructuoso sentissem a falta do leite produzido por suas vacas híbridas, cruzadas com a raça holandesa. O arrolamento de uma balança de latão com pesos, entre os seus bens móveis, sugere que talvez vivesse de outros pequenos negócios.[187]

No Lameirão, segundo Helena Lima Santos (1997, p. 169), o capitão Francisco Pinto Montenegro possuía uma rancharia para pernoite de tropeiros e uma manga de pastos que alugava para os animais dos seus hóspedes. O Lameirão localizava-se no caminho de acesso das boiadas exportadas para os mercados do litoral e de tropas com mercadorias. No inventário da esposa de Francisco Pinto foram arroladas: uma casa na Rua Dois de Julho, com diversos cômodos, quintal e pátio murado; e uma manga, com aguada e casa de enchimento, situada na fazenda do Caetité Velho. No lançamento dos contribuintes sujeitos aos impostos municipais (ano de 1928-1929), Francisco Pinto recolheu aos cofres públicos impostos sobre a propriedade de um engenho (para a produção de rapadura, Rs. 6$000), de seleiro (Rs. 5$000), além dos impostos sobre as suas mangas de aluguel (Rs. 10$000).[188] O capitão viveu, ainda, da confecção de selas e, talvez, do conserto de artefatos e vestimentas de couro para seus hóspedes e moradores da região: possuía máquina de pedal para coser couro. Os bens do casal montavam em Rs. 2:335$000.[189]

Comitivas para viagem arranchavam em cômodos de Francisco Pinto, em pousos à margem das estradas, ou hospedavam-se em residências de parentes, amigos e conhecidos que residiam em pequenos lugarejos, vilas e cidades. Os muares, por sua resistência, eram os animais prediletos para longas viagens.

Notas de uma viagem de Caetité a São Paulo foram publicadas por João Neves, um dos viajantes, nas folhas do jornal *A Penna*. O cronista destinou-se a descrever os locais de pouso para descanso até a chegada da comitiva a Malhada e, assim, fornece-nos informações sobre agregados que amealharam alguns réis com os serviços para pernoites de viajantes. A comitiva pousou na residência de amigos em Bela Flor; debaixo de um juazeiro nas imediações da casa pequena e tosca de um agregado da fazenda Pau de Espinho, de propriedade do coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior; também debaixo de um juazeiro à frente da casa do capitão Prudêncio, no Curralinho:

> Chegamos á Bella Flor […] Alli nos esperavam distinctos amigos. Acolheu-nos em sua casa o bom amigo Levindo, que, como sempre, se esmerou em nos tratar com fidalga bondade e delicadeza […] Á noite, ao suavissimo clarão da lua que esplendia na vastidão infinita de um céu limpo e azul, fizemos agradavel serão, sentados á porta da casa, embebidos na empolgante palestra que travamos sobre assumptos diversos.
>
> [Na fazenda Pao d'Espinho] Chegamos á noite e arranchámos com um agregado da Fazenda, numa casa pequenina e tosca. Promptamente o bom homem nos forneceu redes que foram armadas sob a copa de frondoso juazeiro. Offereceu-se a mandar a Dona preparar uma ceia frugal e ligeira. Bello lugar o Espinho.[190]

Entre julho e dezembro de 1912, o capitão José Ivo (funcionário público e proprietário) recebeu de Deocleciano Pires Teixeira Rs. 48$832 do aluguel de pastagem na manga do Lameiro, lugar situado nas imediações da cidade de Caetité. O capitão foi procurador de herdeiros de espólios em diversos autos de inventários; em outros, foi testamenteiro de inventariados. Nos lançamentos dos impostos sobre serviços e profissões, há registros de que contribuíra com

impostos sobre o exercício da advocacia (no valor de Rs. 30$000) e sobre a propriedade de fazenda (Rs. 10$000), um engenho (produção de rapadura, Rs. 6$000), uma roda movida à mão (produção da farinha, Rs. 1$500), manga de aluguel (Rs. 10$000) e manga de engorda (Rs. 20$000). O aluguel de pastagens parece ter gerado ganhos satisfatórios a José Ivo, uma vez que resolveu expandir esse negócio com a compra de outra manga no sítio do Lameirão. A escritura de compra e venda foi registrada em cartório no ano 1915 e a manga comprada a Joaquim Liberato Gomes e sua esposa, por Rs. 200$000.[191] Mangas como as do capitão José Ivo, que se situavam nas proximidades do perímetro urbano, serviram também para pastagens dos animais de sela de moradores da cidade de Caetité que os utilizavam como meio de transporte regular.

Ao discriminar as receitas com o aluguel dos pastos pela quantidade de animais e o respectivo número de dias que estes pastaram na manga do Lameiro, José Ivo possibilita-nos acompanhar a frequência de visitas à casa de morada de Deocleciano P. Teixeira (ou de trabalhadores a serviço do fazendeiro): parentes, amigos, aliados políticos, seus camaradas e demais empregados das fazendas. Durante a primeira quinzena do mês de dezembro, e talvez dias depois, Deocleciano P. Teixeira parecia estar na sua casa de morada em numerosa companhia. Foi o que possivelmente ocorreu quando hospedou em sua residência o governador do Estado da Bahia, Francisco Marques de Góis Calmon (1924-1928), e o deputado estadual Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1927-1930), que estavam em campanha eleitoral para a sucessão do governo do Estado. O governador e sua comitiva chegaram a Caetité em 9 de março de 1928 e partiram no dia 11 com destino a Macaúbas, momento que ficou registrado nas páginas do jornal *A Penna:*

> Terminado o Te Deum, S. Exa. foi a pé para a casa do Dr. Deocleciano Teixeira, onde se hospedou. Momentos depois realizava-se o almoço, em que alem

> da familia Spinola Teixeira, tomaram parte amigos intimos do Dr. Deocleciano Teixeira e os Intendentes dos municipios visinhos, os quaes aqui vieram para cumprimentar o preclaro chefe do Estado.[192]

Ao chegar a Macaúbas, Góis Calmon telegrafou ao anfitrião em Caetité, agradecendo sua boa acolhida e da população do município e região. Apesar das chuvas de inverno que caíram sobre as estradas do alto sertão, provocando barrancos e atoleiros, a viagem não incomodou o governador – não era prudente criticar, em final de mandato, o seu secretário de Viação. Além disso, a campanha para a eleição do seu sucessor se estenderia por mais dias:

> Dr. Deocleciano Teixeira, Caetité
>
> Macahubas, 11 mar. 1928, às 18:35h
>
> Acabamos [de] chegar em Macahubas apos seis horas de **magnifica viagem**. Queremos mais uma vez transmitir [ao] querido amigo nossos vivos reconhecimentos pela inolvidavel hospitalidade [em] sua casa e [do] povo [de] Caetité. aff.s cumprimentos extensivos Exma. Familia.
>
> Goes Calmon[193]

As alianças partidárias do pecuarista foram essenciais à preservação do seu prestígio político e à expansão dos seus grossos negócios. Após alguns anos de "ostracismo" na política baiana, como revela o estudo de Aguiar (2011), Deocleciano Pires Teixeira manteria por mais tempo a sua influência no cenário público do alto sertão e região afora. Além de favorecerem os negócios econômicos, essas redes de alianças políticas e apadrinhamentos beneficiavam a participação em cargos públicos e ampliavam o poder de decisão política.

Outro morador da cidade de Caetité cujo inventário sugere que as rendas provinham também do aluguel de pastos, foi o capitão Sabino Vieira da Costa. Os seus rendimentos advinham do cargo

de escrivão dos feitos cíveis e criminais, da produção de aguardente, rapadura, açúcar, farinha e do aluguel das mangas. A produção realizava-se no perímetro urbano de Caetité. Sabino Vieira era proprietário de cinco casas contíguas, todas situadas na Rua Sete de Setembro, com lavouras de cana de açúcar e cereais, hortas, engenho, fornalhas, perobas, formas de açúcar e rapadura, alambique, tachos de cobre, bolandeira, prensa e fornos. Constavam entre os bens móveis várias ferramentas para as lavouras, como cavador, foice, enxada, machado e pá. É possível, portanto, que os serviços de lavoura tenham sido realizados por mão de obra a jornal. As três mangas empastadas eram localizadas nos sítios do Sambambaya e Ouriçangas, duas vizinhas à manga de Paulo Fructuoso da Silva (no Lameirão), com regos de água e cercadas de madeira, valos e faxinas. De semoventes, o casal possuía somente dois cavalos e dois bois mansos para carro. As mangas deveriam alimentar, portanto, os gados que seguiam exportados para o abate e animais de moradores da cidade. Os bens do inventário aberto com a morte da sua primeira esposa somaram Rs. 4:380$500, mas foram abatidas as dívidas passivas no valor de Rs. 1:974$990, restando Rs. 2:405:510 para a partilha entre os herdeiros.[194] O parcelamento de suas propriedades, entre os seis filhos herdeiros, reduziu significativamente o seu patrimônio pessoal: no inventário da sua morte, aos 74 anos de idade, os bens somaram Rs. 1:932$000.[195]

Os registros de lançamentos dos impostos municipais cobrados sobre os serviços e as profissões da cidade de Caetité revelam a existência, no ano de 1928, de três contribuintes com impostos sobre a propriedade de mangas de engorda, dezoito com a de mangas de aluguel e seis com a de quintais também para aluguel. No Quadro 6, estão relacionados os nomes dos proprietários e os serviços com o aluguel de mangas de pastos.

Quadro 6 - Lançamento dos contribuintes sujeitos aos impostos municipaes, no anno de 1928

(Continua)

MANGAS DE ENGORDA (Rs. 20$000)
Claudio Baptista Neves
José Ivo
Manoel Fernandes da Cunha
MANGAS DE ALUGUEL (Rs. 10$000)
Salustiano Manoel Lédo
Francisco Pinto Montenegro
Regulo Gustavao da Silva
Francisco Rodrigues Caldas
Herdeiros de Agrario Antunes de Britto Teixeira
Viuva de Aprigio G. de Azevedo
Antonio Marcellino das Neves
Josephina Tanajura de Castro
Honorata da Veiga Neves
Tobias Ladeia
Fidelcino Lédo (Lagoinha)
Frederico Dantas de Castro
Manoel Fernandes da Cunha
Jorge Francisco de Souza
José Ivo
Argeu Publio da Silva
Antonio de Britto Villasboas
Theobaldo de Araujo Cotrim

(Coclusão)

QUINTAES PARA ALUGUEL (Rs. 5$000)
Amelia de Britto Gondim
Maria da Gloria Gondim
João da Silveira Lima
João de Oliveira Lédo
José Pereira de Carvalho
Honorato de Moraes Pinto

Fonte: Lançamento dos contribuintes sujeitos aos impostos municipaes, no anno de 1928. *A Penna*, Caetité, Anno XVII, n. 435, p. 2, 21 abr. 1928.

Esse arrolamento de contribuintes, no entanto, pode não corresponder ao número existente de fato de moradores envolvidos nos serviços de aluguel de pastagem. O quintal com pasto de Lúcia Maria de Jesus, alugado a Vicente Custódio de Souza e que consta dos bens arrolados no inventário da sua mulher, não foi tributado pelo município. Era prática comum ocultar da fiscalização da fazenda pública serviços e atividades passíveis de tributação. No auto de inventário de Gaudêncio Gonçalves de Aguiar, o procurador fiscal da Fazenda Municipal, Juvêncio Lacerda, recolheu aos cofres públicos a quantia de Rs. 43$000 provenientes de impostos não pagos sobre a exportação de gêneros alimentícios, burros, cavalos e vacas; imposto sobre a criação de gado, dentre outros. A cobrança de um imposto escolar sugere que Gaudêncio Aguiar era professor em São Sebastião, o que se reforça com a troca de correspondências entre os seus credores e/ou representantes destes, dos quais três eram professores. [196] Acredita-se que muitos moradores no perímetro urbano e adjacências viveram do aluguel de pastagens, mas sem registros nas fontes.

Os inventários e os registros de lançamento dos impostos sobre as profissões revelam, portanto, a presença de moradores da cidade nas atividades e serviços de criação extensiva de gado vacum no alto sertão da Bahia. Homens e mulheres distribuídos em várias

faixas de rendas sobreviveram do investimento e do trabalho em diversas atividades econômicas, inclusive a de fornecimento de forragem para os animais de criação extensiva e destinados à exportação.

Convém assinalar que o caule de gramíneas, a exemplo do milho, era um complemento alimentar para o gado ou um substitutivo em períodos de escassez do capim. Essas lavouras ou roças, denominações comuns às plantações agrícolas nos arrolamentos de bens imóveis rurais, eram geralmente cercadas por madeiras ou sebes vivas. Há nos inventários inúmeras denominações aos cercamentos de roças e mangas para pastagens de animais: "[…] duas roças cercadas de gravatás, com posse e algum matto, estando em aberto […]";[197] "[…] plantações de arvores fructiferas, mangas, lavoura, tapagem, cercas de arame e madeira, e vallo […]";[198] "[…] manga empastada, cercada de madeira e vallo […]";[199] "[…] pequena manga cercada com madeiras velhas […]";[200] "[…] uma manga sem pasto, cercada de vallos […] com terreno para meio alqueire de milho […]";[201] "[…] sitio com cerca de cem cafeeiros, arvores fructiferas, agua de rega e mangas de pasto cultivadas – cercado de vallos e quiabentos […]".[202]

As grandes faixas de terras para pastagens dos gados – as fazendas – parecem ter mantido, no entanto, o velho costume de criação dos animais em campos abertos. O manejo de muitas léguas de pasto talvez onerasse sobremodo os custos da produção, com sensível redução da rentabilidade do sistema criatório. É possível que essa prática tenha sido confundida com o particular abandono, ou ausência habitual de fazendeiros de suas propriedades de criação de gado, assinalado no início deste capítulo. O cercamento de pastos em grandes fazendas ocorreu em mangas próprias para o trato de bezerros, amansamentos de animais, seleção de reprodutores, engorda de gado para o abate.

Há em Santos Filho (1956, p. 209) descrição sobre o tratamento dispensado aos bezerros após o nascimento: "Pouco tempo

permaneciam os bezerros no curral. Com três meses já eram conduzidos juntamente com os animais adultos para as pastagens distantes. Chamava-se 'encerrar' ao ato de fechar os bezerros no curral".

Nas fazendas de criação, certos terrenos de manejos de pastagens para o tratamento dos bezerros eram identificados como retiros: "*Retiro é* uma certa porção de terras contíguas à mesma fazenda onde há currais e os necessários preparativos para tratar as crias nas ocasiões em que é preciso separá-las das mães" (Machado, 1854, p. 58 *apud* Mott 1976a, p. 361, grifo nosso). Esse tipo de terreno é descrito nos arrolamentos dos inventários de grandes pecuaristas: "[…] mais uma casa, curral, manga e cisterna, no retiro 'Umburanas' encravado na mesma Fazenda 'Carnahybas' […]; casa, curral e manga no retiro 'Mulungú' […]; todos estes retiros encravados na mesma fazenda" (avaliados por Rs. 30:000$000).[203]

Para assegurar, portanto, a rentabilidade do investimento na pecuária, os proprietários acompanharam com regularidade os serviços da fazenda, como observa Ribeiro (1998, p. 139):

> A proximidade era a condição para o controle do trabalho, pois em ofícios artesanais [de vaqueiros], apenas as relações hierárquicas e domésticas ou o controle do produto do trabalho permite administrar convenientemente o trabalhador. O fazendeiro que não podia gerir o trabalho artesanal, geria o trabalhador que a fazenda moldava.

Grandes extensões de terras estremadas (com divisas) ainda marcavam o cenário rural da pecuária na região. Os limites eram definidos, quase sempre, pelos acidentes geográficos e outros aspectos físicos da natureza local. Topônimos e nomes de fazendeiros vizinhos também serviram como marcos divisórios para demarcações das propriedades. Como as dimensões das terras em unidades de medidas agrárias eram quase sempre desconhecidas (tarefa, hectare, alqueire etc.), os avaliadores referiram-se a unidades de medidas

itinerárias (légua) ou de comprimento (braça) para aferição do valor das propriedades:

> […] uma manga grande denominada Lameirão […] **dividida em trez mangas por mil e seiscentas braças de vallo**, com um poço dentro e servidão em um rego d'agua **que partindo do Sitio Sambambaya e atravessando a manga do mesmo Capitão José Bernardo**, abastecendo o dito poço de agua para os animaes.[204]

> […] a fazenda denominada "Hospicio", composta de quatro sitios, todos extremados, assim distribuidos: o sitio do "Hospicio", propriamente dito, **limitando-se com o sitio da "Gameleira", do Major Castro, o Riacho fundo, a serra e rumo direito** á **passagem do "João Velho"**, - comprehendendo quatro casas, dous corraes, duas mangas, um moinho, uma engenhoca de moer cannas, fornos de farinha, e uma capellasinha, - com **uma legua aproximadamente de terra**, em parte regadia [Rs. 5:000$000].[205]

Na região de Itapicuru e Soure, os registros de terras e inventários pesquisados por Mônica Dantas, ao longo do século XIX, revelam conteúdos muito próximos aos dos arrolamentos em inventários do alto sertão da Bahia:

> A extensão, quando declarada, era apresentada em braças ou léguas e, às vezes, referia-se a apenas uma das dimensões do terreno […] Quanto aos limites […], podiam referir-se a marcos naturais, a vizinhança de outros proprietários ou a nomes de outras fazendas, sítios ou logradouros; o mais comum, no entanto, era ou bem a ausência de referências, ou a declaração de que o terreno era indiviso em comum com outros (Dantas, 2007, p. 263).

Partilhas sucessivas de heranças fragmentaram grandes propriedades rurais. No entanto, parcelamento e concentração de terras

ainda caracterizavam o regime fundiário no alto sertão. Fazendas, sítios, terras, partes de terras, terrenos, porções, posses, capoeiras e retiros foram os diversos termos empregados para identificar a propriedade fundiária: "[…] uma **capoeira com uma pequena roça de mandioca, no lugar denominado lagôa nova […]";**[206] "[…] uma **parte de terras em commum na fazenda da Tapéra […]";**[207] "[…] **terras em commum na Fazenda da Cannabrava […]";**[208] "[…] uma outra **posse com dous tanques e cercas velhas no lugar denominado Salina, havida por herança […]";**[209] "[…] um **trexo de terreno coberto de mattos no lugar denominado Joazeirinho […]";**[210] "[…] **Tres partes de terra na dita fazenda 'São Francisco' deste Termo […]";**[211] "[…] **fazenda 'Cubiculo', com casa, curral, manga cercada de Aroeiras, e um tanque, com as seguintes posses […]".**[212]

Os limites deste livro não permitem acompanhar os efeitos do parcelamento no conjunto da economia, mas sabe-se que a partilha sucessória atingia diretamente o patrimônio pessoal. Os grupos sociais com menor patrimônio e constituídos por famílias mais numerosas, eram os mais atingidos pelo parcelamento de propriedades rurais. A redução dos bens patrimoniais do capitão Sabino Vieira da Costa, por decorrência da partilha entre os seis herdeiros, evidencia essa contingência do parcelamento de terras. Descrevi o patrimônio pessoal do capitão em outro momento deste capítulo, para tratar do aluguel de pastagens.

A extrema fragmentação de terras torna difícil identificar componentes referenciais dos diversos termos empregados na descrição da propriedade fundiária. Para as propriedades paulistas da segunda metade do século XIX, Zélia Cardoso de Mello tipificou os imóveis (rurais e urbanos) quanto à sua distribuição espacial:

> As casas se apresentam como a propriedade mais urbana, seguida de terrenos e chácaras; os terrenos poderiam ou não equivaler em tamanho às chácaras, porém estas possuíam, na maioria das vezes, edificações, árvores frutíferas e às vezes currais. Sítios, terras

> e fazendas, em ordem crescente relativamente à área, designavam propriedades rurais (Mello, 1990, p. 72).

Essa tipificação dos imóveis paulistas aplica-se parcialmente às propriedades fundiárias do alto sertão da Bahia. Os termos de identificação dos imóveis rurais na região de Itapicuru e do Soure (Dantas, 2007, p. 262-263), de regime fundiário também marcado por extrema subdivisão das propriedades, são mais semelhantes aos do alto sertão. Considerando a forma de aquisição (herdada ou comprada), base produtiva, extensão e limites das propriedades, os termos podem ser, em linhas gerais, assim identificados: as fazendas, localizadas em áreas rurais, possuíam grandes extensões de terras, tanto para a pecuária como para a lavoura; situados em áreas rurais e urbanas, os sítios tinham dimensões diversas e eram geralmente compostos por chácaras com árvores frutíferas e hortas, currais, mangas e lavouras; terrenos, terras e partes de terras, beneficiados ou não, eram encravados em sítios e fazendas e possuíam dimensões inferiores a estes; porções e posses de terras, quase sempre comuns e indivisas, eram propriedades de pequenas dimensões, resultantes majoritariamente da partilha de bens de herança (fazendas, sítios, terrenos e terras); capoeiras e retiros eram terras beneficiadas, com trato regular, que serviam a lavouras e pastagens.

Os valores dessas propriedades rurais variavam de acordo com as suas dimensões, localização, benfeitorias, estado de conservação, suprimento de água e oscilações da conjuntura econômica: o trecho de terreno do coronel José Antônio Rodrigues Lima foi avaliado por Rs. 3:000$000; a capoeira de Manoel Marçal de Carvalho valeu Rs. 80$000; as terras em comum de Elisa de Oliveira e Silva valeram 1$666; a posse com dois tanques e cercas velhas, de José da Silva Pereira, foi avaliada por Rs. 250$000; as três partes de terras de Maria Angélica de Oliveira foram avaliadas por Rs. 60$000.

Os avaliadores eram moradores do distrito ou do termo e nomeados pela Justiça, por indicação desta e/ou por louvação das partes

interessadas nos autos, qualificados por sua idoneidade, experiência e conhecimento adquirido. Valores de bens declarados pelos próprios inventariantes eram, muitas vezes, seguidos pelos avaliadores: "[…] os quaes segundo declaração do senhor Theolino Gomes de Oliveira, inventariante, tem o valor de sessenta mil reis […] e a que dêmos [os avaliadores] o mesmo valor […]".[213] Em outras situações, quando a avaliação fugia ao valor de mercado, a promotoria pública solicitava a revisão parcial ou total de valores: "Concordamos com a avaliação, mas na parte tocante aos semoventes pedimos que sejam os preços alterados para mais, de accordo com o que é de praxe, actualmente […]".[214] Ocorriam ainda, entre os avaliadores nomeados e louvados pela Justiça e partes interessadas, divergências sobre os valores dos bens arrolados:

> Declaro, eu abaixo assignado, avaliador juramentado, que tendo discordado das avaliações procedidas no inventario dos bens do casal do fallecido Coronel Gasparino Pereira de Castro, pelo avaliador privativo do Juizo, por achal-as exageradas, apresento aqui os meus laudos, proferidos de consciencia […].[215]

Nessas situações, a Justiça procedia à substituição integral da comissão de avaliadores, nomeava outro cidadão para compor a comissão ou acatava a avaliação mais atinente à legislação. Para o auto de inventário do coronel Gasparino P. de Castro, que faleceu de "miocárdite aguda" aos 41 anos de idade, a promotoria pública aceitou o laudo do avaliador escolhido por César Augusto Pereira de Castro, procurador da viúva inventariante, Josephina Idalina Tanajura de Castro, filha do coronel José Antônio de Castro Tanajura (José Antoninho):

> Em virtude de se me affigurarem exageradas as avaliações feitas pelo avaliador do Juizo, Sr. Clemente José Soares Teixeira, pronuncío-me pela acceitação do laudo divergente do avaliador louvado e juramentado,

> Sr. José Elysio da Silva. Esse laudo, ao meu ver, está de accordo com os preços em que são estimados, actualmente por todos, na forma do artigo 1423 do Codigo do Processo do Estado, os bens descriptos, nos laudos de fls.
> De accordo com as declarações finaes.
> Caetité, 19 de Dezembro de 1921.
> Antonio Abilio Bensabath[216]

Para salvaguardar o patrimônio que construiu com o marido dos exorbitantes impostos de herança e demais custas judiciais, a viúva inventariante agiu prontamente: impetrou a contestação à avaliação feita pelo representante da Justiça no mesmo dia em que foi lavrado o termo de declaração dos avaliadores. Semelhantes arranjos para furtar-se aos impostos cobrados pela Justiça sobre os bens patrimoniais foram registrados no primeiro capítulo deste livro.

Quanto à água, que muito contribuiu para a valorização de terras e, fundamentalmente, para definição da ocupação e do povoamento, expressões como riachos, açudes, regos, lagoas, poços, aguadas, cacimbas, barreiros, tapagens, tanques, olhos d'água, dentre outras, auxiliaram os avaliadores de bens arrolados em inventários a atribuir valor venal às propriedades rurais. Muitas vezes partilhada, devido à sua escassez no sertão, a água recebeu expressões semelhantes às das demais regiões do Nordeste do país para designar a sua partilha e uso em comum:

> […] uma parte do sitio, que fica do lado direito do rio, do extremo do herdeiro Julio Couto para cima, entre o rio e o rego que beira o alto, **com uma semana d'agua**, no rego das bicas […] uma outra parte do mesmo sitio, com terras regadias e seccas, que ficam entre o rego que beira o alto e o rego da aguada, comprehendendo o alto, **com quatro dias d'agua** n'este ultimo rego […].[217]

Na fazenda do Brejo do Campo Seco, em Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado), Lycurgo Santos Filho (1956, p. 55, grifo nosso) localizou, na partilha do inventário de um dos seus proprietários, o uso da unidade "hora" para determinar o direito à água em comum:

> Quando do inventário das terras deixadas por Exupério Canguçu, e que se processou em 1913, na comarca de Caetité, os herdeiros receberam, entre outros bens, 'uma parte no sítio estremado (isto é, delimitado) denominado Brejo, com *dezoito horas de água* do Açúde do Riacho do Brejo'.

O acesso à água, apesar de partilhado por muitos fazendeiros e lavradores, também gerou inúmeras disputas e conflitos. No médio São Francisco, a criação de animais de pequeno porte provocou disputas entre fazendeiros e pequenos criadores pelo acesso às cacimbas: "A concorrência pelas cacimbas – ao lado da prática dos porcos em 'sujar' a água – vai gerar uma permanente tensão entre criadores de gado de grande e de pequeno porte, muito especialmente no sertão semi-árido" (Silva, 1997, p. 127). No alto sertão, o parcelamento e o declínio da atividade de mineração (esta lançou uma população de desapossados na agricultura e criação de animais) teriam provocado tensões por terras e aguadas:

> Aqui e acolá se documenta rixas em 'terrenos comuns' e querelas por aguadas. Isto porque a terra se tornou essencial à sobrevivência de toda uma gente antes envolvida com a exploração de ouro e de pedras preciosas e semipreciosas (Pires, 2009, p. 115).

O Coronel Gasparino Pereira de Castro era um pequeno criador de gado: possuía cinquenta cabeças de gado vacum e oito animais cavalares, entre os quais, um cavalo de campo e dois de sela, todos avaliados por Rs. 3:040$000. Parece-nos que viveu da renda com a criação dos animais e de outras atividades fundiárias que

possivelmente eram realizadas em seu sítio Caratinga, com várias benfeitorias, por isso avaliado em Rs. 5:100$000.[218]

Nos inventários *post mortem* localizamos 372 inventariados, dos 467 inventários existentes no APEB para o período de 1890 a 1930, que criavam gado de várias espécies: vacum, cavalar e de pequeno porte (caprino, ovino e suíno); para a produção de leite e abate, para o campo (trabalho ou tiro) e para a montaria. A ocupação com a atividade criatória envolvia 79,6% dos inventariados e foi somente superada pelo investimento imobiliário, em que 98,5% dos inventariados possuíam propriedades urbanas e rurais. Os bens em semoventes representaram, em numerário, 20,1% do patrimônio total inventariado e corresponderam a Rs. 1.176:233$560. Essa representação de semoventes na composição da riqueza foi superada pelos investimentos imobiliários (Rs. 2.096:411$763) e em valores mobiliários (Rs. 1.189:103$784). Os dados da Tabela 9, apresentados no segundo capítulo deste livro, demonstram essa participação da atividade criatória na composição da riqueza.

Outras informações em inventários são reveladoras da distribuição da atividade criatória entre as faixas sociais de riqueza e de aspectos socioeconômicos dessa atividade fundiária, que podem ser acompanhadas com os dados apresentados na Tabela 14 e no Gráfico 1. Os grupos de maior fortuna (faixas de montes-mores 4 e 5, acima de Rs. 10:000$), que representavam 23,4% dos inventariados com bens em semoventes, eram possuidores de 70,9% do total de animais para o período 1890 a 1930, o equivalente a Rs. 833:857$000. Para a década de 1920, essa concentração foi ainda maior: esses criadores aumentaram para 34,9% a sua participação entre os inventariados com bens semoventes e eram proprietários de 82,6% dos animais. Os grupos sociais que compuseram as menores faixas de montes-mores (faixas 1, 2 e 3, até Rs. 10:000$) representavam 76,6% dos

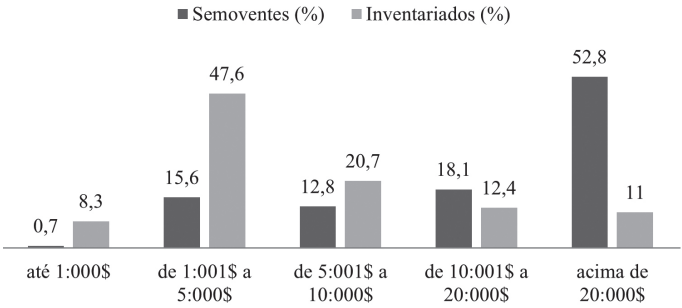
inventariados com bens em semoventes, no entanto, eram possuidores de 29,1% dos animais inventariados para o período de 1890 a 1930, que em réis corresponderam a Rs. 342:376$560, uma exorbitância para os padrões da época. Na última década (1920), houve redução para 17,4% da participação dos inventariados dessas três faixas de montes-mores na criação de animais, redução que foi acompanhada também da queda do item semoventes na composição dos bens dessas três menores faixas de rendas. Ao potencial aumento dos rebanhos dos maiores criadores, seguiu-se sensível redução das criações dos pequenos lavradores.

Tabela 14 - Distribuição dos semoventes por faixa e período, 1890-1930

Faixa de monte-mor em contos de réis	Período 1890-1899				1900-1909				1910-1919				1920-1930				Total para o período 1890-1930			
	Réis	%	n.	%	Réis	%	n.	%	Réis	%	n.	%	Réis	%	n.	%	Réis	%	n.	%
até 1:000$	2:726$000	1,3	7	10,9	1:965$000	0,8	8	8,5	2:240$000	1,2	10	12,2	1:525$000	0,3	6	4,5	8:456$000	**0,7**	31	**8,3**
de 1:001$ a 5:000$	35:192$900	16,4	29	45,3	56:029$660	23,7	47	50,0	52:023$000	28,0	50	61,0	39:942$000	7,4	51	38,6	183:187$560	**15,6**	177	**47,6**
de 5:001$ a 10:000$	32:673$000	15,3	14	21,9	32:773$000	13,8	20	21,3	32:978$000	17,8	14	17,1	52:309$000	9,7	29	22,0	150:733$000	**12,8**	77	**20,7**
de 10:001$ a 20:000$	30:226$000	14,1	8	12,5	95:128$000	40,2	15	16,0	33:858$000	18,2	3	3,6	53:221$000	9,8	20	15,2	212:433$000	**18,1**	46	**12,4**
acima de 20:000$	113:237$000	52,9	6	9,4	50:795$000	21,5	4	4,2	64:520$000	34,8	5	6,1	392:872$000	72,8	26	19,7	621:424$000	**52,8**	41	**11,0**
Total	214:054$900		64		236:690$660		94		185:619$000		82		539:869$000		132		1.176:233$560		372	

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

Gráfico 1 - Distribuição de semoventes por faixa de monte-mor (1890-1930)



Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

Entre os fatores que levaram ao declínio da criação de animais nos grupos sociais com menor patrimônio, as longas estiagens e as constantes secas foram as maiores vilãs. Em região majoritariamente rural e com acentuada concentração fundiária, e de renda, em que as opções de sobrevivência muito se restringiram aos serviços diretos ou indiretos na lavoura, as intempéries contribuíram para lançar no empobrecimento segmentos sociais que viviam em condições mínimas de subsistência.

Propriedades de dimensões distintas compuseram o cenário da pecuária no alto sertão, que criaram gado de corte para a exportação e para o abastecimento de mercados regionais. Essas distintas propriedades e seus diversos criadores serão tratados nas páginas adiante, os quais evidenciam uma economia muito diversificada, resultante de circunstâncias próprias ao lugar.

Exportação de gados: redes sociais e econômicas

> Mucambo, 18 de 9b.ro de 1885
>
> Ilm.o S.r D.o Deocleciano Teix.a
>
> Participo V.S. q. o M.el Garapa morreo ontem, matado pello M.el do Roque, brigaro na Parateca o M.el do Roque sahio com 5 ou 6 facada e o Garapa com 1 q. morreo logo. A cauza foi uma mulher q. mechia entre elles dois. Assim q. me veio a noticia fui o Riacho-Seco ver si pegava o M.el porem não o achei, e hoje me veio o avizo q. está no pao-Preto m.to mal. Amanha vou ao Bom-Ritiro q. fui chamado p.a dar alg.m deliberação athe chegar as ordens de V.S. Elle tinha vendido umas Matolotajem não sei se estava com o d.ro ou se está no Bom Ritiro. Por ca tudo vai bem ja tem xuvido ja tem agoa. Morreo sempre alg.m gado.
>
> […] Antonio Jovino Per.a de [Mag.][219]

Ainda não se sabe o que foi feito de Manoel do Roque, tampouco sobre a sua situação e/ou relação de trabalho com o fazendeiro Deocleciano Pires Teixeira. Talvez tenha sido mais um agregado em sua fazenda do Rio das Rãs, situada no termo de Bom Jesus da Lapa.[220] O destino do dinheiro com a venda da matalotagem também é desconhecido, mas a transação foi autorizada, como de costume, pelo encarregado da fazenda do Rio das Rãs, Antônio Jovino Pereira de Magalhães, e por ordem do seu patrão, o fazendeiro Deocleciano P. Teixeira. Fartos registros de vendas de matalotagens com autorização do fazendeiro são encontrados nos seus livros de razão:

> Bois e matalotagens vendidos pelos vaqueiros, com minha ordem – Rs. 840$000.
>
> 30 vaccas matalotagens para consumo, que não tendo assentado a tempo, á 50$ – Rs. 1:500$000.

25 matalotagens para consumo – Rs. 1:350$000.

Matalotagens vendidas – Rs. 910$000.[221]

O comércio de matalotagens era mais uma renda que a criação de gado oferecia aos proprietários. Em região de trânsito corrente de boiadas para exportação, foi expressivo o consumo de mantimentos por vaqueiros, passadores, tangedores, guias e também tropeiros. Lycurgo S. Filho (1956) aponta dois usos no Nordeste, Norte e Sul do país para a expressão matalotagem. O termo foi empregado tanto para designar o abate de animais para consumo na viagem como qualquer alimento preparado para o mesmo fim. Nas tropas de condução dos produtos das lavouras e nas boiadas de exportação, a matalotagem chegava a ocupar três animais de cargas:

> 'Vaca de matalotagem' e 'boi de matalotagem' significavam – e ainda significam no Norte e Nordeste do país – o animal abatido para fornecer a carne da alimentação dos indivíduos que estejam em viagem ou afastados de seus penates. Numa junta ou rodeio, numa boiada em trânsito, numa festa..., todo boi abatido chamava-se de 'matalotagem' […] Por "matalotagem' também se entendeu, tanto no Nordeste e no Norte como no Sul do país, qualquer alimento levado por pessoas em viagem, para ser consumido em caminho. Numa tropa, por exemplo, costumava-se carregar um ou mais animais com mantimentos, aplicando-se então à carga alimentícia o nome de 'matalotagem' (Santos Filho, 1956, p. 227).

O encarregado na fazenda do Rio das Rãs, Antônio Jovino, exerceu as funções de administrador, vaqueiro e passador de boiadas: "31 rezes (bois e vaccas) sahidas á 2 de Março, trazidas pelo Sr. Antonio Jovino e vendidas, nos Lençóes, ao Campos, á 22$000, á dinheiro – Rs. 682$000".[222] Outros registros nos livros de razão de Deocleciano P. Teixeira indicam a presença de mais vaqueiros em suas fazendas: "41 bois q. mandei em Fev. d'este anno vender nos Lençóes pelo Sr. Atilio deduzidas as

despesas – de Rs. 918$000"; "Importancia de 60 bois vendidos pelo Néco – Rs. 1:624$000";[223] "Dinheiro que entregou ao meu vaqueiro Ladisláo – Rs. 20$000".[224]

Os vaqueiros eram homens de confiança do fazendeiro e com este estabeleceram uma relação de trabalho comum ao regime de criação extensiva de gado vacum que se difundiu no Nordeste do país e em algumas regiões do Centro-Sul. Eduardo Ribeiro (1998) descreve o trabalho árduo e regular do vaqueiro nas fazendas do nordeste de Minas Gerais:

> O gado nas fazendas exigia um acompanhamento regular, embora inconstante. Solto nos pastos, ficava desacostumado às pessoas, bravo e arisco; era preciso vigiá-lo, e os vaqueiros faziam isto todos os dias, apesar de não acompanharem as mesmas reses. Vigiavam áreas, retiros, pastos, mangas, grotas ou currais – os nomes variavam – onde costumavam ficar certos grupos de gado. Este serviço exigia a viagem até o pasto, às vezes viagens de léguas, e constantemente alguma rês carecia de trato, apartação ou medicação. Mas o gado pastava longe – na solta, alongado, dizia-se – e de tempo em tempo era preciso juntá-lo para apartação, castração, ferra ou venda; então demandava meses, às vezes, de rotina perigosa (Ribeiro, 1998, p. 137).

A forma usual de pagamento desses serviços era por meio do sistema de sorte (ou giz), isto é, da rês paga ao vaqueiro pela lida na fazenda de criação. No alto sertão da Bahia, o vaqueiro recebia por pagamento uma rês a cada quatro ou cinco reses nascidas no ano, conforme o contrato de serviço entre o fazendeiro e o vaqueiro:

> Recebia êle [o vaqueiro] não em dinheiro, mas em crias, pelo sistema de 'sortes'. Pela 'partilha' comprometia-se o fazendeiro a dar ao vaqueiro uma de cada quatro crias nascidas no ano, se o regime de sortes fôsse combinado ao quarto, ou então uma de cada

> cinco crias, caso o regime fôsse ao quinto (Santos Filho, 1956, p. 211, acréscimo nosso).

Além disso, dispunha de uma casa de morada na fazenda e da condição de criar os seus animais em terrenos da propriedade que administrava ou entre os animais do fazendeiro: "[…] uma casa para vaqueiro, no logar Brazileira, na Fazenda mencionada [Rio das Rãs]".[225] Para Francisco Silva (1997, p. 134, grifo nosso), o sistema de "sortes" aproximava-se do arrendamento e possibilitou a muitos vaqueiros uma autonomia pecuniária para tocar a sua própria criação:

> […] o sistema de *sortes* representa quase um arrendamento do gado do fazendeiro, que coloca seus animais (usa-se o termo *entrega*) sob responsabilidade de um vaqueiro. Este deve, de qualquer forma, entregar o plantel com o mesmo número de cabeças que recebeu e o excedente, dividido, pela quarta parte, entre proprietários e vaqueiro. Assim, era como arrendar os animais e o trabalho de criação, contra o direito do arrendador tirar daí sua paga. O gado representava um pecúlio sobre o qual o vaqueiro aplicava seu trabalho, retirando em troca 1/4 do gado excedente e entregando ao criador um rebanho ampliado […] Muitos vaqueiros – mas, não os cabras ou fábricas – conseguiam, desta maneira, arrendar um sítio ou comprar uma situação e, assim, criar seu próprio gado (Silva, 1997, p. 134, grifo nosso).

Em Santo Antonio do Urubu de Cima, às margens do rio São Francisco, o escravo Braz, de 35 anos de idade, qualificado como "bom vaqueiro", conquistou a sua alforria com o pecúlio obtido dos serviços que prestou na fazenda de criação de gado vacum dos seus proprietários:

> Com o seu ofício de vaqueiro, [Braz] participou ativamente dos negócios realizados naquela fazenda [Santo Antônio] e, no desempenho de suas funções, destacou-se dentre os demais companheiros. Através de seus serviços, conquistou certas gratificações, como o direito de participar no sistema de sorte e giz. A partir daí, adquiriu seus próprios rebanhos com os quais conseguiu amealhar o pecúlio necessário à compra de sua alforria (Santana, 2012, p. 186, acréscimo nosso).

Na missiva de Antônio Jovino, o vaqueiro da fazenda do Rio das Rãs, é possível acompanhar um pouco da sua rotina de trabalho: contentamento com a chegada da chuva, preocupação com a morte de gado, diligências a tomar na fazenda do Bom-Retiro, prestação de contas do dinheiro da venda da matalotagem, acompanhamento de agregados, em especial, da querela que levou à morte do Manoel Garapa e ao ferimento grave do Manoel do Roque. Além disso, era preciso ainda cuidar do gado. A importância desses serviços evidenciou-se, para Santos Filho (1956, p. 211), nos registros dos livros de razão dos proprietários da fazenda do Brejo do Campo Seco:

> Dos serviços da fazenda de criação, o vaqueiro era o de maior importância. Cabiam-lhe os principais misteres, as principais obrigações. Ajudavam-no os campeiros, que nos tempos coloniais eram os negros escravos e pertenciam ao proprietário da fazenda. Algumas propriedades empregavam mais de um vaqueiro, de acôrdo com a quantidade de animais (Santos Filho, 1956, p. 211).

Os serviços nas fazendas de criar envolviam muito mais mão de obra do que revelou, por um bom tempo, a historiografia sobre a pecuária do Nordeste. As pesquisas pioneiras realizadas por Luiz Mott (1976a, 1979) sobre a estrutura e a organização das fazendas de gado do Piauí e, especialmente, sobre a composição

social dos residentes nessas propriedades, revelam dinâmicas sociais muito mais ricas e diversidades étnicas, com predomínio do trabalho escravo.

Pesquisas recentes sobre o alto sertão deslindam o cotidiano do trabalho nas fazendas de criação e intricadas redes sociais nas relações entre grupos profissionais diversos (Pires, 2003, 2009; Nogueira, 2011; Santana, 2012). Gabriela Nogueira (2011) trata das experiências de famílias escravas no alto sertão da Bahia, mais especificamente em região à margem do rio São Francisco, durante os setecentos; enfatiza a organização e reorganização da vida familiar, e em comunidade, por meio de relações de compadrio, alianças e solidariedades, mas também em meio às tensões sociais:

> As famílias escravas, enraizadas no interior dessas fazendas, entrelaçaram-se em relações diversas, estabelecidas no convívio comunitário. Cotidianamente, tornavam-se compadres, estreitando, ainda mais, os relacionamentos entre escravos vizinhos ou moradores em outras fazendas. Reforçavam antigas amizades, assim como construíam novas, buscando trocas de solidariedades (Nogueira, 2011, p. 94-95).

Arranjos de sobrevivência das famílias escravas nas fazendas de criação da freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima e a sua inserção na economia local, durante os oitocentos, são tema de pesquisa de Napoliana Santana (2012, p. 198); a historiadora destaca a formação de microeconomia escrava como sobrevivência e fenda para a conquista da alforria:

> As histórias de escravos vaqueiros como Januário, Braz, Ignácio, Manoel, Luiz e Gustavo apontam para o modo como esses homens, em meio às dificuldades inerentes à vida no cativeiro, forjaram arranjos de sobrevivência e galgaram espaços significativos de autonomia em suas vidas […] Muitos deles participaram ativamente dos negócios da fazenda, forjando uma

> microeconomia que lhes garantiu realizar trocas monetárias, adquirir certos bens materiais e, até mesmo, conquistar a carta de alforria. Isso evidencia o quanto estavam inseridos na economia local e regional do sertão do São Francisco (Santana, 2012, p. 198).

As tensões sociais entre os moradores das fazendas – agregados, vaqueiros e proprietários – estiveram presentes no dia a dia do trabalho nas propriedades de criar. O improviso, a bricolagem (Certeau, 1998), dos segmentos sociais pobres e remediados abriu fendas de sobrevivência em uma estrutura socioeconômica que conservava à ampla maioria das populações do alto sertão condições de trabalho e moradia aviltantes, herdados de uma sociedade acostumada à exploração servil da força de trabalho; impedimento de acesso dignamente humano aos meios de subsistência; violenta desigualdade social; e acentuada concentração fundiária e de renda.

Um contrato de trabalho estabelecido por Celsina Teixeira Ladeia para o encarregado e os agregados curraleiros das suas propriedades, a fazenda dos Campos e o retiro do Poço do Saco, da fazenda Água Verde, remete às tentativas de controle do sistema de agrego e aos parcos espaços de sobrevivência oferecidos aos agregados:

> Todos os retiros da Fazenda Campos, inclusive os do Poço do Saco, na Fazenda Água Verde, ficam sujeitos à fiscalização do encarregado da fazenda dos Campos, que providenciará a mudança de curraleiros, conforme a conveniência para a fazenda. Nenhum agregado curraleiro mandará no gado que amansa, prestando conta de bezerros, que só serão ferrados com a presença do encarregado da fazenda Campos. O agregado curraleiro tem apenas direito ao leite, para amansar os burros. Quando estes bezerros excederem de 30, darão um quarto dos requeijões à fazenda. *Ficam revogadas as disposições em contrário*. Caetité, 5 de maio de 1944. Celsina Teixeira Ladeia

> Proprietária da Fazenda dos Campos e retiro do Poço do Saco na Fazenda Água Verde.[226]

Esse regulamento do trabalho nas fazendas, que representa a experiência vivida pela sua proprietária, não pode esclarecer, no entanto, sobre a vida cotidiana dos seus agregados. No amanho da terra concedida por acordos recíprocos entre proprietários e os que viviam da terra alheia, foi possível a estes últimos improvisar disjunções em um sistema que sublinhava a desigualdade. Para driblar os poucos espaços de subsistência concedidos por proprietários, os encarregados das fazendas e agregados retiravam das fendas do sistema meios alternativos de sobrevivência. As distâncias entre as experiências de proprietários e trabalhadores das fazendas insinuam-se na queixa de Celsina Teixeira Ladeia a Jesuíno, administrador de suas propriedades:

> Sr Jesuíno
>
> […] acabo de saber que o Sr. está consentindo que um tal Senhor que anda comprando porcos, pusesse os mesmos dentro da manga, que já está toda fuçada e até arrebentando as cercas.
>
> Isto é o cúmulo do que se chama desleixo com as coisas alheias! Dando prejuízo as fazendas para ser agradável a um sujeito que o Sr. nunca viu tão gordo […]
>
> E com estas, ainda quer o senhor que eu confie na sua administração!
>
> *Da Patroa*
>
> Celsina T. Ladeia.[227]

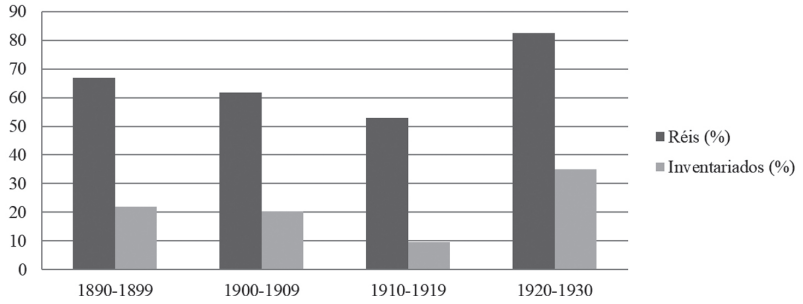
A organização de sobrevivência das gentes pobres do alto sertão contava com as solidariedades mútuas, interesses recíprocos que o acaso reuniu para mitigar a peleja coletiva contra a fome. Era a partilha do sofrimento alheio e comum que, para os proprietários,

resvalavam no conluio, representação autoritária do anverso da realidade cruel vivida pela maioria da população, porém muito distanciada da experiência dos que viviam social e economicamente em situação de conforto.

Os inventários dos criadores de gado vacum revelam uma concentração de terras e animais que gerou uma realidade socioeconômica marcada por um enorme distanciamento entre as rendas dos criadores de gado para exportação e as dos que mantiveram suas crias para abastecimento do mercado regional de consumo da carne verde, do couro, do leite, do requeijão e manteiga.

Os grupos com montes-mores acima de dez contos de réis concentravam, como assinalado anteriormente, quase 71% dos rebanhos no período de 1890-1930. A maior concentração ocorreu na década de 1920, com quase 83% da propriedade dos rebanhos; a menor concentração foi registrada na década de 1910 (53%), mas em valores nominais médios essa década apresentou um maior rendimento pessoal – Rs. 12:297$250 por inventariado. Os dados do Gráfico 2 informam essa maior apropriação da renda gerada na produção pastoril pelos grupos mais afortunados e a sua evolução em quatro décadas. Essa alta concentração da criação de animais para o mercado e para o campo permitiu que esses grupos de proprietários mantivessem o controle do rendoso comércio de exportação de gado para o abate.

Gráfico 2 - Participação dos inventariados com faixa de monte-mor acima de Rs. 10:000$ nos bens em semoventes



Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. 1890-1930.

Os dados do censo agrícola de 1920 possibilitam visualizar a criação de animais no alto sertão. O rebanho de gado bovino na Bahia correspondeu a 7,9% da criação nacional, abaixo somente dos Estados do Rio Grande do Sul (24,7%), Minas Gerais (21,4%), Goiás (8,8%) e Mato Grosso (8,2%). Esses cinco Estados concentravam 71% do rebanho bovino nacional. No alto sertão, a criação de gado bovino em municípios da região correspondeu a 16,9% do rebanho bovino do Estado da Bahia e a 1,3% do rebanho nacional. Nas demais espécies de animais, a Bahia também esteve entre os maiores Estados criadores do país: foi o maior produtor de caprinos (27,9%); o segundo maior produtor de ovinos (12%); o terceiro produtor de asininos e muares (13,4%); e quarto maior produtor de equinos (7,2%) e suínos (4,8%). Os municípios do alto sertão participavam de 21,1% da criação de equinos no Estado da Bahia, 13% de asininos e muares, 18,2% de suínos, 17,6% de caprinos e 16,1% de ovinos. Esses dados são demonstrados na Tabela 15.

O número total de animais criados no alto sertão representava 17,2% da produção do Estado. Os estabelecimentos rurais da região que se ocupavam com a criação de animais corresponderam a 8,5% do total de estabelecimentos recenseados na Bahia. Ressalte-se que

foram recenseados somente os estabelecimentos com renda anual superior a Rs. 500$000, portanto com produção para o mercado. Dessa maneira, uma numerosa população rural que vivia do pequeno comércio de abastecimento das feiras locais foi, possivelmente, excluída do censo agrícola de 1920. Vejamos nos inventários *post mortem* a criação e o comércio de gado vacum no alto sertão, os de proprietários de maiores rebanhos e os ganhos por eles auferidos no rendoso comércio de exportação.

Tabela 15 - Resumo geral do gado existente em 1 de Setembro de 1920

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE ANIMAIS DA ESPÉCIE					
	Bovina	Equina	Asinina e muar	Ovina	Caprina	Suína
Bom Jesus da Lapa	37.095	3.917	962	7.135	7.170	2.430
Bom Jesus dos Meiras	33.020	4.731	1.470	7.663	11.843	3.282
Caculé	21.831	4.373	1.617	4.417	16.310	11.169
Caetité	25.495	5.722	2.149	6.136	10.853	11.773
Carinhanha	48.403	7.119	1.428	7.794	15.570	9.053
Condeúba	51.468	11.314	4.146	9.015	21.879	18.502
Guanamby	14.003	2.744	1.188	9.293	13.955	4.199
Ituassú	27.781	2.644	1.264	7.121	10.171	4.563
Jacaracy	6.736	1.670	718	749	679	2.448
Macahubas	31.129	9.035	2.947	13.641	26.839	10.031
Minas do Rio de Contas	22.961	3.537	2.009	11.141	16.212	8.185
Monte Alto	24.601	2.797	1.064	7.747	13.669	3.824
Paramirim	39.290	10.814	6.252	39.938	49.916	33.769
Riacho de Sant'Anna	40.760	4.495	1.917	13.924	23.422	8.586
Urandy	30.621	5.619	3.540	7.930	11.865	11.330
Total para a região	**455.194**	**80.531**	**32.671**	**153.644**	**250.353**	**143.144**
Total na Bahia	**2.698.106**	**381.127**	**250.314**	**954.617**	**1.419.761**	**784.155**
Total em Goyaz	3.020.769	259.486	45.801	41.574	36.311	485.390
Total em Matto Grosso	2.831.667	168.699	8.907	40.242	9.374	108.448
Total em Minas Geraes	7.333.104	1.145.568	384.862	310.938	203.102	4.870.549
Total no Rio Grande do Sul	8.489.496	1.406.809	214.829	4.485.546	94.413	3.367.098
Total no Brasil	**34.271.324**	**5.253.699**	**1.865.259**	**7.933.437**	**5.086.655**	**16.168.549**

Fonte: IBGE. Ministerio da Agricultura, Industria e Comercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Agricultura. V. III (1a parte). Rio de Janeiro: Typ. Da Estatistica, 1924, p. 59 e 390-394. Da tabela original do IBGE, foram selecionados municípios que se situam no alto sertão.

O fazendeiro Antônio Ferreira das Neves Junior, proprietário da fazenda Espírito Santo, localizada no distrito de São Sebastião, possuía 850 cabeças de gado vacum (avaliadas por Rs. 29:200$000) e mais seis juntas de bois mansos (Rs. 950$000) para os dois carros (Rs. 90$000) utilizados nos serviços de criação dos animais e no transporte de sua produção de milho e mandioca. O gado cavalar era formado por 15 cavalos (Rs. 1:260$000), 13 poldros (Rs. 595$000), 42 éguas (Rs. 2:400$000), 3 mulas (Rs. 460$000), 50 burros e jumentos (Rs. 4:325$000). O fazendeiro possivelmente negociava éguas, burros e jumentos, bem como vivia da renda de tropas (próprias ou para arrendamento). Esse proprietário investiu também na criação de gado de pequeno porte e, provavelmente, no comércio de carne, lã e couro: 70 cabeças de cabras de toda sorte (Rs. 140$000), 100 cabeças de ovelhas (Rs. 105$000) e 6 de gado suíno (Rs. 150$000). O seu monte-mor foi de Rs. 59:593$000, distribuído como segue: 66,4% em semoventes; 19,3% em dívidas ativas; 12,1% em imóveis rurais; 2,2% em dinheiro e móveis. O comércio de animais foi o seu rendimento predileto.[228]

Entre os inventários dos grandes pecuaristas do alto sertão, para o período de 1890 a 1930, são raras as informações sobre a criação de animais de pequeno porte. Essa atividade criatória era comumente reservada a agregados, meeiros e lavradores (médios e pequenos). Partilhada na meação, portanto, dificilmente foi arrolada como bem do proprietário da fazenda de criação.

Em Capivary, município do Estado do Rio de Janeiro, a criação de animais de pequeno porte foi mais frequentemente realizada por lavradores com propriedades rurais mais modestas:

> Animais de pequeno porte, como carneiros e porcos, eram eventualmente arrolados nos inventários. A preferência dos maiores produtores locais pela criação doméstica de carneiro explica-se provavelmente pela possibilidade de sua utilização nas capinas, pois não sendo o carneiro depredador de arbustos, não

> colocava em risco os cafezais. A criação doméstica de porcos cresce em razão inversamente proporcional às dimensões comerciais do empreendimento agrícola […] (Castro, 2009, p. 42).

No inventário de Deocleciano Pires Teixeira, um dos maiores pecuaristas do alto sertão, foram arroladas 2.068 cabeças de gado bovino e cavalar, mas sem informação sobre gado de pequeno porte. No entanto, Maria de Fátima N. Pires (2009, p. 160-161) localizou, em folhas avulsas do acervo de documentos da Casa do Barão de Caetité, registros que informam a parceria agrícola (meação) que o proprietário da fazenda Curralinho mantivera com quatorze agregados – o documento é do ano de 1912. Tratava-se, possivelmente, de Deocleciano Pires Teixeira, que possuía 91/120 partes de terras na fazenda Curralinho, ou seja, quase a totalidade de terras da fazenda. Dos quatorze agregados, doze criavam animais de pequeno porte e todos tinham roça nas terras da fazenda Curralinho.

Quanto ao gado vacum, há, no inventário da sogra e da cunhada de Deocleciano Pires Teixeira, as proprietárias Constança Pereira de Souza Spínola e Prescilla de Souza Spínola, respectivamente, o arrolamento de 520 cabeças criadas nas fazendas do Rio das Rãs e do Curralinho. As partes de terras que essas duas proprietárias possuíam, nas fazendas Rio das Rãs e Curralinho, foram vendidas ao genro e cunhado em 30 de maio de 1910. A venda das terras ocorreu após sete anos da morte de Constança Spínola (26 de janeiro de 1903) e pouco mais de três meses antes da morte de Prescilla Spínola (2 de setembro de 1910). O gado passou a ser criado, portanto, nas terras de Deocleciano Teixeira e as despesas com mão de obra e tratamento do gado foram partilhadas entre os proprietários dos animais: "Despezas na fazenda Rio das Rãns, durante o anno, sua parte – Rs. 135$800; Despezas na fazenda Curralinho, durante o anno, sua parte – Rs. 116$400". Da herança do pai, o coronel Antônio de Souza Spínola, que foi

comerciante de diamantes em Lençóis (nas Lavras Diamantinas), a filha havia herdado partes de terras na fazenda Boa Vista e na antiga Companhia de Mineração Diamantina, situadas na comarca de Lençóis e avaliadas por Rs. 2:166$376. Prescilla de Souza Spínola morava na Praça da Matriz, na cidade de Caetité, em casa com dois andares e janelas com sacadas; era proprietária da metade da casa, cuja parte foi avaliada por Rs. 1:200$000. Os seus bens montavam em Rs. 19:260$250, distribuídos entre semoventes (81%), imóvel urbano (6,4%), móveis, joias e dinheiro (12,6%).[229]

Mulheres do alto sertão estiveram à frente dos negócios, tocando as suas fazendas de criação e lavouras de mantimentos, particularmente quando perderam os seus maridos e não puderam contar com a ajuda dos seus parentes. Estudos sobre a região revelam a presença de mulheres nas atividades econômicas: "Estava ainda jovem [Clidônia Simões Costa Pereira] quando Fernandes Pereira morreu e ficou com a responsabilidade de criar sete filhos, muito pequenos, com idades variando entre um e sete anos" (Pires, 2009, p. 178, acréscimo nosso); "[…] Celsina Teixeira foi impelida a exercer sozinha uma série de atividades, que antes eram feitas em parceria com ele [o marido], como as negociações envolvendo a compra e venda de gado […]" (Ribeiro, 2012, p. 200, acréscimo nosso). Para manter a numerosa família, Clidônia Pereira precisava cuidar do pequeno armazém, da lavoura e criação de gado. Segundo Maria Odila L. da S. Dias (1995, p. 104-105), "A história social das mulheres das classes dominantes está longe de ser uma história de clausura e passividade […]". E acrescenta essa autora, ao comentar a presença das mulheres no ensaio de Antonio Candido de Mello e Souza acerca da família brasileira: "[…] desfilam empresárias ativas, formadoras dos filhos, socializadoras e treinadoras dos escravos, administradoras eficientes de suas lavouras e propriedades".

Na fazenda Gongo, localizada no termo de Caetité, Maria Amélia de Faria e Silva criava 400 cabeças de gado vacum, 15 éguas

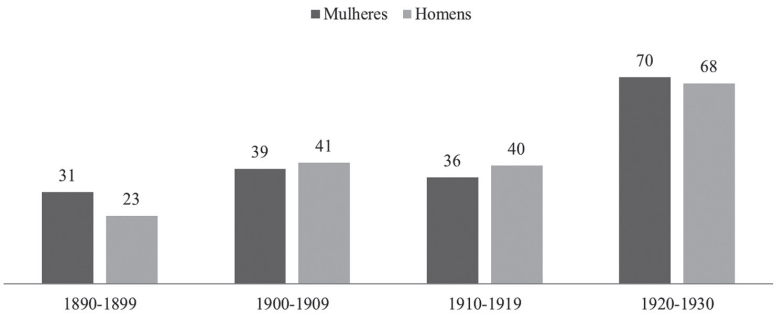
e outros 15 animais cavalares (cavalos, potros e potras), avaliados por Rs. 13:250$000. Viúva e sem filhos, os bens de Maria Amélia Faria foram herdados por sua avó e inventariante, Bernardina de Jesus Fraga, avaliados por Rs. 17:236$667 – 76,9% em semoventes e 23,1% em imóveis rurais. Na ausência do marido, Maria Amélia Faria possivelmente aprendeu a lidar com a criação e o comércio de gado, ingressando em uma atividade mercantil de valores e atitudes tradicionalmente vistos como masculinos, mas não exclusivos.[230]

Moradora na localidade denominada Biserro do distrito de São Sebastião, Ritta Severiana de Britto, com dez filhos, incluindo um menor e outro que migrou para o Estado de São Paulo e se achava em lugar ignorado, criava com o marido 273 cabeças de gado bovino e 68 de gado cavalar (éguas, em sua maioria). O gado era criado nas terras em comum da fazenda do Biserro, onde ainda havia uma manga cercada e casa de morada com duas portas e cinco janelas de frente. Falecido o marido, possuía Rs. 6:800$000 em dinheiro possivelmente de algum negócio realizado próximo à morte dele. O seu monte-mor, no valor de Rs. 30:634$150, era composto de semoventes (58,4%), imóveis rurais (11,4%), dinheiro (22,2%), dívidas ativas (6,5%) e móveis (1,5%). Ritta de Britto deveria contar com o apoio dos filhos mais velhos para tocar a criação e o comércio de animais, inclusive o de tropas.[231]

Inventariantes por sexo e distribuídos por período são informados no Gráfico 3. Foram considerados os autos de inventários que envolviam os bens de casais, em um total de 348: 50,6% foram movidos por mulheres e 49,4% por homens. Os demais autos de inventários (119) não foram aqui considerados: os que envolviam sogros, irmãos, netos, sobrinhos, tios e testamenteiros de homens e mulheres solteiros. Desse modo, muitas mulheres viúvas, quase sempre qualificadas como do "serviço doméstico", "empregada no serviço doméstico", "proprietária", assumiram o sustento da família, tocando as suas lavouras, criações e negócios. Eram mulheres de

diversas faixas de rendas, moradoras no campo ou na cidade, com experiências forjadas tanto nas contingências do mínimo para a subsistência quanto no conforto de lares economicamente estáveis.

Gráfico 3 -Inventariantes por sexo e período



Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. 1890-1930.

Entre os fazendeiros pecuaristas, o Coronel José Antônio de Castro Tanajura, leitor do *Jornal do Agricultor*, foi um dos maiores exportadores de gado vacum do alto sertão da Bahia (morreu de arteriosclerose, aos 69 anos de idade). As suas fazendas e sítios situavam-se em Bom Jesus da Lapa (Carnahybas, no valor de Rs. 30:000$000) e em Guanambi (Pintada e Cubiculo, nos valores de Rs. 8:000$000 e Rs. 10:000$000, respectivamente), que, juntos, somavam 1.011 cabeças de gado bovino e 112 cabeças de gado cavalar. Para os serviços das fazendas, esse proprietário criava trinta cavalos e quatro burros de campo, mais duas juntas de bois mansos para carro. O transporte ficava por conta dos cavalos, das bestas arreadas e dos carros de boi. Além do gado vacum, negociava também com éguas ou era proprietário de tropa, uma vez que possuía sessenta cabeças na fazenda Carnahybas. No Quadro 7, há uma descrição dos animais de José Tanajura por espécie e qualificação: indicação da utilização do animal, condições físicas, manejo de raça.[232]

Quadro 7 - Semoventes do Coronel José Antonio de Castro Tanajura

ESPÉCIE/QUALIFICAÇÃO DO ANIMAL	QT.	RÉIS UNITÁRIO	RÉIS TOTAL
Gado vacum (de toda sorte)	1.000	50$000	50:000$000
Boi (de carro)	4	150$000	600$000
Marruá (de raça)	2	300$000	600$000
Marruá (de raça, mais inferior)	1	150$000	150$000
Garrote (de raça)	4	100$000	400$000
Égua (sem cria)	60	50$000	3:000$000
Besta (de arreio)	1	300$000	300$000
Cavalo (de campo)	30	60$000	1:800$000
Cavalo (de arreio)	1	120$000	120$000
Cavalo garanhão (defeituoso)	3	50$000	150$000
Poldro	10	50$000	500$000
Burro (de campo)	4	110$000	440$000
Burro (de cavalhada)	2	200$000	400$000
Burro (bravo)	1	100$000	100$000
TOTAL	**1.123**		**58:560$000**

Fonte: APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Coronel José Antonio de Castro Tanajura. Est. 8, cx. 3570, doc. 4. 1924-1924, 34 f., f. 4-7.

Observa-se que os animais de raça, de transporte e de montaria foram os que obtiveram maior valor de avaliação. Depreende-se da valorização atribuída aos animais de raça que havia, na atividade pecuária do alto sertão, certo conhecimento coletivo da prática de criadores em melhorar a qualidade dos seus rebanhos, como foi registrado anteriormente. Havia ainda, no manejo da raça, sobretudo, um reconhecimento, entre os proprietários de rebanhos bovinos, do aumento da rentabilidade do sistema criatório, que se disseminou também em outras categorias profissionais, a exemplo dos avaliadores responsáveis pelos arrolamentos dos bens semoventes em

inventários *post mortem* – renomados cidadãos dotados de conhecimento sobre os bens arrolados.

Notícias sobre a possibilidade de auferir maiores ganhos na pecuária, com o manejo da raça, possivelmente circularam entre fazendeiros pecuaristas da região nos encontros para negócios; nas missas de domingo; nas visitas às feiras; nos casamentos e batismos de parentes e amigos; nas festividades da padroeira da cidade de Caetité e da Independência da Bahia (a comemoração do Dois de Julho), em que os proprietários desfilavam com os seus melhores cavalos e éguas de montaria; também nas cavalhadas, que promoviam encontros regulares de grupos de criadores de gado cavalar.

Os casamentos entre membros das famílias mais ricas da região, que favoreciam os negócios, ampliavam as fortunas e consolidavam alianças, eram momentos oportunos para a troca de experiências na lida com o gado.[233] O Caetité, Arrebol, O Commercio e Lux noticiou um desses momentos, que reuniu grandes pecuaristas da região entre os convidados, padrinhos, testemunhas e pais dos nubentes:

> Para a cidade de Ituassú seguiram ante-hontem o Illmo. Sr. Dr. Deocleciano Pires Teixeira, Senador Estadual e uma das mais salientes personalidades do alto sertão, onde goza de muitas sympathias. S. Excia. vae em companhia do Illmo. Sr. Tenente Coronel Francisco Teixeira de Araujo, distincto membro da sociedade de Monte Alto e seu digno filho o Dr. Joaquim Ottilio Teixeira, que vae desposar a filha do Coronel Antonio José Teixeira, digno irmão do Exmo. Sr. Dr. Deocleciano.[234]

Em 28 de dezembro de 1900, às vésperas da passagem para o século XX, Deocleciano Pires Teixeira realizou uma de suas cavalhadas. No livro de conta-corrente das suas fazendas Rio das Rãs e Curralinho, o fazendeiro lançou a crédito o valor de Rs. 900$000 que correspondeu a "6 burros que estão em minha Cavalhada á 150$".[235]

O século das luzes foi título de matéria em que João Gumes, editor do jornal *A Penna*, saudou os seus conterrâneos e leitores: "A Penna felicita os seus assignantes na entrada do novo século". Esperanças, crenças e as melhores expectativas depositavam-se no novo século, visto como o século que levaria a cabo o avanço da ciência, do progresso e da civilização, fruto da Revolução Científico-Tecnológica e das novas inspirações da República no Brasil: "Estudadas e discutidas á luz do seculo, crescem as sciencias, ramificam-se e enriquecem o grande acervo que ultimamente foi inventariado – no cerebro do mundo – para ser entregue ao grande herdeiro, que surge em meio das mais ridentes esperanças".[236] Essas expectativas quanto ao futuro e ao destino da humanidade refletiam o sentimento "[…] de que o país havia se posto em harmonia com as forças inexoráveis da civilização e do progresso" (Sevcenko, 1998, p. 34).

Perspectivas quanto ao progresso do transporte na região materializavam o desejo de civilização. No tempo em que os animais para o transporte foram os únicos meios de escoamento da produção, de locomoção individual e de realização de negócios – bestas de tropas, juntas de bois, cavalos de arreio, serviam ao transporte de cargas e pessoas –, observa-se uma valoração dos seus usos. Aos animais de José Tanajura, que serviram ao transporte de mercadorias e pessoas, foram atribuídos valores mais elevados. Foram esses animais também indispensáveis ao complexo cafeeiro paulista, no século XIX:

> […] a presença de muares e cavalares no sistema econômico era fundamental, aparecendo como o meio de transporte por excelência: permite a circulação dos produtos dos sítios e das fazendas aos centros consumidores, ao porto de exportação, além de se prestar ao transporte individual (Mello, 1990, p. 92).

O mercado de gado cavalar auferiu lucros satisfatórios aos criadores de animais do alto sertão. O fazendeiro Deocleciano Teixeira vendeu e comprou éguas, burros e poldros a criadores da região: "Importancia de 55 egoas de toda sorte compradas ao Ex.mo Snr.

Barão de Caetité – Rs. 1:102$000"; "11 burros vendidos á Armindo Pereira dos Santos – Rs. 1:100$000"; "24 poldros de anno e meio á dous e meio – Rs. 1:065$000"; "19 burros vendidos ao Cel. Juvencio Rizerio, a 200$ – Rs. 3:800$000".[237] Esse mercado abastecia as tropas, supria a demanda de animais para os serviços no campo e atendia às necessidades de transporte individual.

A criação de espécies de gados equinos, asininos e muares no alto sertão difere do regime de criação adotado por proprietários rurais em Capivary, durante o século XIX. Em região especializada na produção de café e mandioca, fazendeiros e sitiantes não criavam esses animais para comercialização:

> Burros e bestas de carga aparecem como a criação mais difundida da região, presente em praticamente todos os inventários analisados, assumindo papel essencial na comercialização da produção local de fazendeiros e sitiantes (Castro, 2009, p. 42).

Para a segunda década do século XX, a criação de animais por produtores rurais de Capivary permaneceu destinada ao consumo alimentar e ao transporte da produção, segundo Hebe Castro (2009, p. 125):

> A criação continuava fundamentalmente doméstica, ligada, preferencialmente, à alimentação dos habitantes dos empreendimentos produtivos e ao transporte da produção, apesar da chegada da estrada de ferro à sede municipal em finais do século anterior […].

No alto sertão, a criação de animais vacum e cavalar teve fins tanto mercantis quanto voltados para o trabalho no campo e transporte (da produção e individual). Morando em Caetité, o coronel José Tanajura utilizava animais de montaria para acompanhamento das suas fazendas, em Bom Jesus da Lapa e Guanambi, e realização de negócios com o gado. Em dez anos, entre 1904 e 1914, movimentou em consignação com Deocleciano Pires Teixeira Rs. 131:139$540.

Dessa quantia, Rs. 11:068$000 corresponderam à compra de 273 bois na fazenda do Curralinho, de propriedade de Deocleciano Teixeira:

> 148 bois comprados no Curr[alinho], inclusive 14 do C.el F. Teixeira – Rs. 5:920$000.
>
> 22 bois do Curr.o q.e, além dos acima, deitou em o[utra] boiada – Rs. 880$000.
>
> 29 bois do Curr.o recebidos p.r Manéco em 8 agosto – Rs. 1:160$000.
>
> 74 ditos id. recebidos p.r si em 14 abril – Rs. 3:108$000.[238]

Transações de grande soma comissionadas por Deocleciano Teixeira parecem indicar que o coronel José Tanajura exportava os seus rebanhos para Salvador, consignados à firma Moraes & Cia. Esse fazendeiro também realizou negócios de gado com Leonel Antônio de Britto, criador de gado no arraial do Caculé, conforme registro realizado por Deocleciano Teixeira em sua conta-corrente: "Importancia recebida de Leonel Britto da lettra passada por Cicero Britto á Valeriano Lacerda – Rs. 1:500$000".[239]

Leonel Antônio de Britto parece ter realizado negócios de gado com José Pereira Magalhães, residente na cidade de Conquista (atual município de Vitória da Conquista, BA). Esse fazendeiro do Caculé possuía uma dívida passiva com José Magalhães, no valor de Rs. 2:161$000, que foi paga com semoventes.[240]

Com a Moraes & Cia., Deocleciano Teixeira agenciou Rs. 1.985:202$942, entre 1906 e 1918. Na movimentação da conta-corrente de José Tanajura, há informações sobre transações agenciadas por Deocleciano Teixeira com a Moraes & Cia.: "Dinheiro entregue á Moraes & Cia. por sua ordem – Rs. 6:818$000; Din.o por carta entregue á 25 de 8br.o, á Moraes & C.ia por Balbino Araújo, para minha conta – Rs. 15:467$000". O coronel Balbino Araújo era genro de José Tanajura.[241]

A firma Moraes & Cia. negociava principalmente com tecidos de algodão, mas também exportava borracha, cacau, café e outros produtos, conforme registramos no segundo capítulo. Além de consignar o gado exportado do coronel José Tanajura, essa firma exportava plumas de garça que esse fazendeiro produzia nas suas propriedades: "Imp.cia de sua partida de plumas que Moraes & C.ia me creditarão por sua conta e ordem em 30/6 – Rs. 2:159$730"; Id. da 2.a remessa de plumas de garça, creditada em 29 julho em minha conta por Moraes & C.ia – Rs. 1:873$200".[242]

Nos mapas de exportação dos produtos nacionais para o exterior, pelo porto de Salvador, há registros da saída de penas diversas: 29 volumes foram exportados no ano de 1903 e 19 volumes em 1904, a exemplo.[243] Para Regina Horta Duarte (2006, p. 3), o ideal de modernidade da capital do Rio de Janeiro, com seu surto de elegância, resultado da penetração do capital estrangeiro no país e enriquecimento das elites do café, cacau e borracha, dentre outros fatores, provocou uma caça às aves cujas penas serviam aos ornamentos do vestuário: "Um desastroso extermínio de pássaros ocorreu no Brasil durante as primeiras décadas do período republicano, quando o comércio de penas atingiu níveis estrondosos". A matança de garças talvez tenha ocorrido também às margens do rio São Francisco, em seus afluentes e lagoas adjacentes. As penas abasteciam o sofisticado mercado de consumo no Brasil e o mercado internacional.

Outro fazendeiro pecuarista que exportava plumas de garça em consignação à firma Moraes & Cia. foi o coronel Francisco Teixeira de Araújo: "Importancia de uma partida de plumas, remettida por seu filho Otilio, á Moraes & Cia – Rs. 308$330".[244] Além das plumas de garça, Francisco Araújo produziu maniçoba em suas fazendas, possivelmente para exportação: "20 litros de sementes de maniçoba á Agrario – Rs. 24$000"; "Metade de um costal de sementes de maniçoba e fréte, conforme a nota – Rs. 43$000"; "20 kilos de maniçoba, comprados por João da Matta 20$, sacco 1$ e frete 2$5

– Rs. 23$500".[245] O comércio internacional da borracha achava-se em plena expansão, como assinalamos na introdução deste livro.

Informações localizadas por Napoliana Santana (2012, p. 122) no inventário de Otília Spínola de Souza Teixeira, esposa de Francisco Araújo, falecida em 1883, revelam que esse coronel possuía em suas fazendas, localizadas na comarca do Urubu (atual Paratinga), 2.400 cabeças de gado vacum e 258 cabeças de gado cavalar. Com Deocleciano Pires Teixeira, adquiriu e comercializou boiadas para os mercados da região e outros mercados da Bahia (Mundo Novo e Feira de Santana), integrando o comércio local a fazendeiros de diversas regiões e firmas consignatárias de Salvador. Os negócios somaram Rs. 228:152$420.

Prática comum entre os fazendeiros da região era o ajuntamento de seus rebanhos para formação da boiada e condução aos grandes mercados de engorda e abate. As despesas das boiadas eram calculadas por animal e divididas entre os proprietários. Deocleciano Teixeira registrou na conta-corrente de Francisco Araújo as despesas e os créditos que foram devidos a esse fazendeiro na exportação dos rebanhos dos dois proprietários: "Despezas com seus 34 bois, conforme conta de Mario na minha boiada de 171 bois deste anno"; "Producto de seus 34 bois, na boiada de 171 bois"; "Sua parte em 633$, liquidos de 13 bois, aproveitados no caminho por meu mano a José Tiburcio".[246] Os fazendeiros visavam, com o ajuntamento dos rebanhos, reduzir os custos do sistema criatório. Na exportação das boiadas, contavam com as despesas da junta à entrega dos animais, que se compuseram de insumos, serviços e salários para mão de obra especializada:

> Os vaqueiros adquiriam produtos, contratavam serviços ou alugavam pastos em seus percursos, que eram registrados em seus cadernos de viagem: toucinho, feijão, arroz, farinha, milho, rapadura, colheres, algodão, latas, cordas para cabresto e arreios, pastos, sabão, sal, mercúrio, carnes, "manga" (pasto), ferragens em

> mula e cavalo. Também constam anotações com despesas relativas às 'pegadas de boi', referência ao gado perdido pelos pastos, e ainda pagamentos de 'pensões' (pousadas) em que se hospedavam (Pires, 2009, p. 152).

Acresciam aos custos da condução das boiadas pelas estradas do sertão os animais que eram perdidos nas matas, os que adoeciam e morriam, ou os que morriam na junta, antes da entrega ao comprador. Nos telegramas enviados a Deocleciano Teixeira pelos seus vaqueiros (em Rio de Contas e Bom Jesus da Lapa) e por seu consignatário em Mundo Novo (praça de engorda e comércio de gado), evidenciam-se os prejuízos ora com a junta dos rebanhos para condução, ora com a demora no recebimento da boiada pelo comprador:

> Minas do Rio de Contas
>
> Aviso gado morrendo vou aproveitar vender. Estou ahi dia 20.
>
> Leolino[247]

> Lapa, 17 abril
>
> De 164 bois juntos ja morreram seis. Aguardo ordens.
>
> Philocre[248]

> Mundo Novo, 4 jul. 1927
>
> Entreguei 144 bois enviando recibo An[tonio] Salles. Além [do] preço barato [a] demora [nos] recebimentos causou prejuizo [de] 1:300$000 devendo exigir indemnisação [o] comprador [foi] unico culpado volto domingo.
>
> Benjamim[249]

Nessas operações do comércio de gado para exportação, os fazendeiros contavam com os serviços dos seus camaradas, positivos, agregados, vaqueiros e passadores. Esses trabalhadores eram

responsáveis, além de cuidar dos serviços nas fazendas, por conduzir, entregar e receber as boiadas; realizar entregas de encomendas; cumprir ordens de cobrança e recebimento de dinheiro: Aristides, Mário, Atílio, Antônio Jovino, Néco, João Nunes, Ladisláo Saldanha, Luís Vermelho, Manéco, Raymundo, Rozindo da Silva Leão, Porphirio, Veríssimo... Eram homens de confiança dos fazendeiros e com experiência adquirida na lida do gado desde tenra idade, que recebiam pelo regime de sorte ou por jornada diária de trabalho, a exemplo de Eusébio, que recebeu Rs. $600 por dia de trabalho no pastoreio dos animais para a junta de bois – o equivalente a uma rapadura, no ano de 1928. Nas relações de trabalho que os encarregados, administradores e vaqueiros mantiveram com os fazendeiros, verificam-se ainda outros acasos da labuta pela sobrevivência, como no episódio da prestação de contas de uma junta realizada por Deocleciano Pires Teixeira ou um de seus familiares: "Houve engano na conta do Eusébio, em vez de 22$200 foram 10$800, isto é 18 dias a $600, ficando o encarregado embolsado do restante".[250] Os pagamentos que receberam ao longo da vida, pelos duros serviços na pecuária, não os retiravam da condição precária de subsistência a que foram obrigados a viver. Exceto alguns vaqueiros que amealhavam um pecúlio no regime de sorte, após anos de trabalho, e cuidavam de sua própria criação. Lycurco Santos Filho (1956, p. 226) expôs as difíceis condições de trabalho dos passadores de gado dos sertões da Bahia; muitos desses passadores, no entanto, eram os próprios vaqueiros que cuidavam dia a dia dos animais conduzidos nas boiadas:

> Os proprietários de animais costumavam contratar os serviços de indivíduos experimentados na condução de boiadas, tarefa difícil naqueles sertões de solo árido, de chuva escassa, vegetação pobre e pouca água. De fato, exigia habilidade a travessia da caatinga, por dias e dias, vencendo quilômetros e léguas, seguindo por caminhos ínvios, péssimas trilhas, petrificadas na estação sêca e repletas de atoleiros na estação das chuvas. Sempre havia perda de animais

> que se desgarravam do lote e fugiam, ou então que morriam por fadiga. Bons condutores eram os que menos animais perdiam (Santos Filho, 1956, p. 226).

Antes da condução e entrega das boiadas nos centros de comércio de gados, os vaqueiros, demais trabalhadores das fazendas (agregados) e os contratados a jornal realizavam a junta dos animais. Tratava-se de reunir o gado solto nos campos de pastagem para a comercialização. No complexo criatório do alto sertão, era prática, entre fazendeiros, do uso de pastagens comuns, a junta, então, servia para separar os animais previamente identificados pelas marcas de ferro dos seus proprietários. Um registro no livro de razão de Deocleciano Pires Teixeira informa sobre o resto de gado pertencente a Francisco Teixeira de Araújo, após a junta dos rebanhos e entrega da boiada dos dois fazendeiros a compradores dos centros de exportação: "Restos de gado, vaccum e cavallar, existente na fazenda 'Curralinho', do seu ferro – Rs. 2:500$000".[251]

Havia situações em que os animais eram também reunidos para tratamento das bicheiras, para serem ferrados ou vacinados, quando essa prática de manejo racional de doenças infecciosas passou a ser introduzida na pecuária do alto sertão. Em telegrama enviado pelo farmacêutico Ovídio Teixeira ao coronel Rogociano Pires Teixeira, no Rio de Janeiro, há evidências do uso da vacinação bovina no final da década de 1920: "Fineza comprar [e] remeter [com] urgencia [pelo] correio quinhentas doses [de] vaccina carbunculo sympomatico [para] bezerros [e] quinhentas doses [da] mesma [para] gado adulto".[252] Outras quinhentas doses de vacinas para o rebanho bovino foram compradas por Rogociano P. Teixeira, a pedido de Mário Spínola Teixeira, e fornecidas pela Sociedade Nacional de Agricultura – o recibo foi emitido em 29 de abril de 1929, no valor de Rs. 50$000.[253] Essa conduta profilática revela a adoção de manejos mais complexos do gado bovino por proprietários de fazendas de criação.

As atividades de junta e condução das boiadas envolviam vários trabalhadores que eram remunerados de acordo com a especialidade do serviço e com o regime de contratação, por empreitada ou jornada diária de trabalho: pastoreio do gado, trato da manga de pasto, conserto do tanque (da água para os animais), serviço do curral, serviços de responsabilidade dos vaqueiros (condução dos animais, apartação e a ferra, quando necessária). Os encarregados pelas juntas e condução das boiadas, ou os administradores e vaqueiros das fazendas, apresentavam aos proprietários a prestação de contas das despesas. Descreviam os pagamentos dos serviços e os gastos com mantimentos destinados aos trabalhadores e aos animais. Na prestação de contas da junta realizada por membros da família Teixeira, foram descritos gastos com sal, com dois cavalos, duas vacas para alimentação dos trabalhadores e com um telegrama, além dos pagamentos da mão de obra pelos serviços prestados.

Os pagamentos dos serviços por empreitada ou jornada diária nos permitem identificar certa estratificação do trabalho na pecuária. Cabe novamente destacar que as relações estabelecidas na produção de bens, mercadorias e serviços, tanto no campo quanto na cidade, caracterizavam-se por uma frágil divisão social do trabalho, o que permitiu aos trabalhadores o exercício de atividades profissionais de diversos matizes. Algumas dessas atividades foram apontadas nos capítulos anteriores.

Nos serviços dos trabalhadores da junta realizada pelo fazendeiro, deduz-se que o mais remunerado deveria ser o do encarregado da junta. Assim, é possível que o vaqueiro Antônio R. de Souza, que recebeu Rs. 100$000 pela tarefa de cerca de trinta dias, tenha sido o encarregado da junta de bois para exportação. Outros três vaqueiros receberam também por empreitada: Manoel João (Rs. 30$000), José R. de Souza (Rs. 22$800) e Francisco Chagas (Rs. 20$000). Para os serviços de pastoreio do gado foram contratados quatorze trabalhadores, dois deles subcontratados por Tião Ladeia. Desses serviços,

onze trabalhadores receberam Rs. 1$200 por jornada diária de trabalho e três por empreitada: Abílio, agregado da fazenda Espinheira, recebeu Rs. 5$600; Martiniano José G.co recebeu Rs. 3$600; outro Martiniano recebeu Rs. 6$000. Um dos trabalhadores do pastoreio do gado prestou dois dias de serviços no trato da manga de pasto, recebendo também Rs 1$200 por diária. O curraleiro da fazenda Espinheira recebeu por empreitada Rs. 4$000. Por fim, Jesuíno recebeu Rs. 8$000 pelo serviço de conserto do tanque. A junta de bois empregou vinte trabalhadores, em serviços diversos e remuneração por especialização de trabalho e regime de contratação.

O comércio de gado e de outros produtos de exportação envolveu desde fazendeiros a agentes, comissários, firmas consignatárias e negociantes, criando uma rede complexa de relações comerciais e de circulação monetária: "Compromissos de dívidas firmados em promissórias – endossadas e postas a circular – uniam fazendeiros, boiadeiros, invernistas e negociantes em laços sólidos de dívidas cruzadas" (Ribeiro, 1998, p. 157). No Quadro 8 estão listadas algumas das firmas, indústrias e companhias da Bahia e Estados do Centro-Sul do país que realizaram negócios com fazendeiros da região. Essas empresas foram localizadas nos registros dos livros de razão, em telegramas e correspondências.

Quadro 8 - Firmas e companhias envolvidas nas transações comerciais

(Continua)

Razão social	Localização	Atividade principal
Rodolpho Hess & C.	Rio de Janeiro	Acessórios para farmácia, drogas e produtos químicos
Richard Whichello & C.	Rio de Janeiro	Importadora de maquinismos para a agricultura
Antonio Francisco Brandão & C.	Salvador	Escritório de fazendas e comissões
Eduardo Fernandes & C.	Salvador	Escritório de ferragens

(Continuação)

Razão social	Localização	Atividade principal
Sociedade *Knowles & Foster* para o Brasil, Ltda.	Rio de Janeiro	Importadores de equipamentos industriais
Paes Vieira & C.	Salvador	Importadores e exportadores de louças, vidros, bebidas e metais em obras
Sotto Maior & Cia.	Rio de Janeiro	
Guilherme de Carvalho & C.	Salvador	Grande estabelecimento de miudezas
Companhia Aliança da Bahia	Rio de Janeiro	Seguros marítimos e terrestres
Souza Teixeira & C.	Salvador	Escritório de miudezas
Moraes & Companhia	Salvador	Escritório e depósitos de fazendas
Fernandes Motta & Cia.	Salvador	Escritório de ferragens
Silva, Moreira Porto & C.	Salvador	Empório de fazendas
Westphalen, Bach & Krohn	Salvador	Empório de miudezas e ferragens
Vieira Cunha & Cia.	Salvador	Escritório de fazendas
Irmãos Costa & Cia.	Caetité	Exportação agrícola
Companhia Mechanica e Importadora	São Paulo	Produção e importação de equipamentos para diversos setores produtivos
M. Lafayette & Co.	Rio de Janeiro	Importação e comércio de óleos e derivados
Manoel Nascimento Correia	Contendas	Remessa de volumes para o centro da Bahia e Norte de Minas

(Coclusão)

Razão social	Localização	Atividade principal
J. O. Neves & Cia.	Contendas	Armazém de arrecadação
Antônio de Seixas Salles & Filhos	Salvador	Escritório de fazendas nacionais e estrangeiras
International Machinery Company	Rio de Janeiro	Engenheiros importadores de todos os tipos de maquinismos
João Correia & Comp.	Salvador	Armazém de secos e molhados
C. Neeser & C.	Salvador	Escritório de fazendas
Companhia Industrial Itaunense	Itaúna	Indústria têxtil

Fonte: APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Séries: Livro Caixa; Correspondências; Faturas; Telegramas. 1890-1930.

A firma Irmãos Costa & Cia., da cidade de Caetité, exportava algodão e mamona para o Estado de Minas Gerais. Entre janeiro e junho de 1925, Godson de Lima Costa e José Vicente da Costa, proprietários da firma, exportaram 1.116 fardos de mamona de 50 kg. cada um, correspondendo a 55.800 kg. ou 55,8 t.[254] Em 2 de abril de 1923, Deocleciano Pires Teixeira recebeu da firma Antônio de Seixas Salles & Filhos, de Salvador, a quantia de cinquenta contos de réis referente à venda de uma boiada ao coronel M. Saback: "Me creditarão por conta de 601 bois vendidos ao Cel. M. Saback – Rs. 50:000$000".[255] A Moraes & Cia. consignava o gado exportado por Deocleciano Pires Teixeira para os mercados de Mundo Novo e Feira de Santana. Vários telegramas passados por essa firma, com o endereço do telégrafo Montalegre, informavam as condições do mercado de gado e também de algodão, fechavam preços das boiadas, prazos de envio, condições de pagamento:

> Bahia, 16 jan. 1916
>
> Preço [de] gados muito firme não conseguimos offerta conveniente [e] nem podemos tomar parte [no] negocio. Ultimas vendas [de] algodão 29$ mercado firme.
>
> Bahia, 20 jan. 1916
>
> Bahia comprará gado [para] entrega [em] Mundo Novo diga arrolação quantidade menor preço [para] pagamento a vista. Ultimas vendas [de] algodão 30$ mercado firme encaminhe quantidades. Nossa casa [compra] a vista.[256]

Os mercados de Mundo Novo e Feira de Santana foram formados no século XIX como consequência da passagem de boiadas dos sertões em direção a feiras de gado que forneciam animais para o abate em Salvador e Recôncavo baiano, a exemplo da feira de gado de Capoame, cuja origem provavelmente remonta às primeiras décadas do século XVIII (Mott, 1976b, p. 85 e 88). O arraial de Mundo Novo foi elevado à vila em 1890 e possuía os recursos naturais necessários à criação de gado vacum: farta mata com vegetação nativa, solos de boa qualidade e mananciais de água potável.[257] Em Mundo Novo constituíram-se campos de invernadas que serviram aos criadores dos sertões e aos negociantes de gado para o talho.[258]

Informações sobre a feira de gado que se desenvolveu em Feira de Santana são fornecidas por Rollie Poppino (1968, p. 57 *apud* Mott, 1976b, p. 91):

> Feira de Santana foi escolhida para a feira de gado por três razões importantes. Primeiro porque estava situada no caminho mais direto entre o recôncavo e as imensas pastagens do Mundo Novo, Jacobina e do Médio São Francisco. Em segundo lugar, porque o povoado estava rodeado de excelentes pastagens naturais. A terceira razão, de vital importância para uma zona sujeita a secas periódicas, é que a região era

> atravessada por dois rios e por numerosos riachos... Em 1828 a feira de gado de Feira de Santana firmara-se como a mais importante da Província. Em volume de negócios era ainda superada pela Conceição da Feira, que se especializara em produtos agrícolas, tal como a feira de Nazaré (Poppino, 1968 *apud* Mott, 1976b, p. 1).

Em Mundo Novo e Feira de Santana, as boiadas eram vendidas aos grandes negociantes de gado para o abate. Nesse comércio de monta, os negociantes visavam extrair lucros exorbitantes do fornecimento de carne verde para o mercado. Para tanto, muitos deles mantiveram extensas pastagens para engorda de animais nas regiões de comércio do gado ou nos caminhos entre os centros de comércio e os de consumo. Nessas invernadas para engorda do gado, os animais eram mantidos por meses ou até anos e alcançavam um preço superior ao pago pelos negociantes na compra aos criadores dos sertões. Mas também serviram as invernadas à manipulação do preço do animal para o mercado: ao reter o gado nesses campos, os negociantes exerciam o controle do fornecimento de animais para os matadouros. Contavam os negociantes de gado, ainda, com a inoperância do poder público.[259]

No livro de conta-corrente das fazendas Rio das Rãs e Curralinho, Deocleciano Pires Teixeira informou em seus registros a venda de quatro boiadas para os mercados de Mundo Novo e Feira de Santana, no período de 1881 a 1904: as quatro boiadas somaram 999 bois, com média de aproximadamente 250 animais por boiada (a maior boiada foi formada por 358 bois e a menor por 105 bois); as vendas dessas boiadas renderam Rs. 60:915$489.[260] No ano de 1894, há registro de uma grande boiada consignada à firma Moraes & Cia., possivelmente com destino aos mercados de Mundo Novo e Feira de Santana para abastecimento dos mercados de consumo da carne verde em Salvador e no Recôncavo baiano:

> Importancia que coube aos meus 216 bois vendidos á Catharino, a 60$, na quantia de 43:500$000, sendo o total de bois sahidos das fazendas 815 e só entregue ao Comprador 725, pelo que ficou cada boi em 53$374 com a despeza, que foi de 5$820 por cada boi – Rs. 11:528$784.[261]

Nesse assentamento no livro de contas das fazendas, evidencia-se a junta de rebanhos de outros criadores, bem como as despesas da boiada e os prejuízos na condução dos animais até os centros de comércio.

Há vários registros nos livros de contas-correntes de Deocleciano Teixeira que informam o nome do comprador da boiada, mas sem referência da localidade de destino, por isso estima-se que o comércio de gado deste fazendeiro com os mercados de Mundo Novo e Feira de Santana foi muito maior. Contribui também para essa estimativa a pesquisa por amostragem realizada nos livros de contas-correntes que integram o fundo do acervo de Deocleciano Pires Teixeira no APMC. Outra ressalva diz respeito ao modo de registro nos livros de razão das inúmeras contas-correntes que Deocleciano P. Teixeira manteve com os demais fazendeiros, com médios e pequenos clientes de suas agências e com firmas de Salvador e outros municípios da região: várias contas correntes foram abertas em um mesmo livro e, quando não eram encerradas, essas contas foram transferidas para novos livros com informações dos restos (saldos a favor do agente ou do seu cliente) e o lançamento de outras transações. Desatar essas enleadas informações exigiria dispor de maior tempo para a pesquisa em fonte documental, que não foi eleita como preferencial, embora essencial para cruzar indícios dispersos em fontes diversas. No entanto, novas pesquisas poderão melhor quantificar os negócios de gado que esse fazendeiro realizou com mercados da Bahia e demais regiões do Brasil, bem como revelar outros indícios da sociedade e da economia que se desenvolveram no alto sertão.

Por ora, registra-se que Deocleciano Teixeira informou, em um de seus livros de razão, o número de boiadas que exportou no ano de 1895 em consignação à firma Moraes & Cia.: "Importancia de bois vendidos, dos ficados em caminho das **6 boiadas d'este anno, em que forão vendidos á Catharino, parte que cabe aos meus 349 bois – Rs. 915$170".**[262] Considerando que o fazendeiro comercializou, nesse ano de 1895, outras boiadas com criadores da região, é possível afirmar que houve uma movimentação intensa de homens e animais nas estradas do alto sertão da Bahia.

Além de exportar o gado para os mercados de Mundo Novo e Feira de Santana, Deocleciano Teixeira realizou a venda de gado diretamente a regiões de consumo, como Lençóis, Maracás e Jequié: "80 bois vendidos nos Lençóes ao Sr. Antonio Alfredo Teixeira á 29$000 á dinheiro – Rs. 2:320$000"; "73 bois que mandei para Maracas pelo Sr. Antonio Jovino – Rs. 2:320$000"; "Importancia de 60 bois meus vendidos no Giquie em maio d'este – Rs. 2:130$000".[263] O comércio de gado com Lençóis foi mais ativo e responsável pelo abastecimento dos mercados de consumo da carne verde em municípios de mineração da Chapada Diamantina. No censo agrícola de 1920, o município de Lençóis possuía apenas 1.230 cabeças de gado bovino; o município de Andaraí 3.345; o de Mucugê 5.089.[264]

O comércio de boiadas entre fazendeiros da região também era comum na atividade pecuária e movimentou a economia local: "O gado era o bem mais negociável e passava de um para outro fazendeiro; circulavam documentos que os uniam em redes de interesses e dinheiro" (Ribeiro, 1998, p. 156). Entre a boiada vendida por Deocleciano Pires Teixeira a Joaquim José Cardoso Pereira, havia um boi pertencente ao coronel José Antônio de Castro Tanajura, cujo valor foi lançado a crédito na conta-corrente do coronel: "Um boi seo vendido com os meus á Joaquim Fagundes e Joaquim José Pereira Cardoso – Rs. 45$000".[265] Negociante, no distrito de Bonito (atual município de Igaporã), de fazendas, artigos para costura,

ferragens e miudezas, Joaquim Pereira era também criador de 400 cabeças de gado vacum na fazenda Itaberaba, localizada no município de Bom Jesus da Lapa. Os bens desse negociante foram avaliados por Rs. 18:468$500 e distribuídos entre semoventes (Rs. 12:975$000), uma casa de morada com armação para negócio (Rs. 2:125$000), mercadorias (Rs. 2:300$000), móveis e metade de um adiantamento de legítima (Rs. 1:068$500). Sem registro de propriedades rurais, Joaquim Pereira talvez atuasse como boiadeiro no comércio de gado na região do rio São Francisco, em parceria com Joaquim Fagundes. Os seus rendimentos certamente provinham do comércio de gado vacum e da casa de negócios.[266]

Informações nos inventários revelam que as criações de gado bovino e cavalar – esta em menor número e voltada para o comércio de tropas, para o transporte e de animais para o trabalho no campo – foram uma das atividades econômicas da região. No entanto, essas atividades econômicas conviveram com outras, revelando uma diversidade socioeconômica que assegurou, por décadas, a inserção da região nos mercados nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alto sertão da Bahia estabeleceu, entre os anos de 1890 e 1930, estreitas relações socioeconômicas com mercados de exportação no Brasil e com o comércio internacional. Essa articulação se intensificou com a maior penetração do capital financeiro no país, no alvorecer da República. O estímulo à industrialização, que se fez notar no setor têxtil do Centro-Sul do país, ampliou as opções de mercados para regiões do interior do território brasileiro. Dessa maneira, a produção de algodão local viveu, em particular, momentos de crescimento, cuja rentabilidade beneficiou a inversão em outras atividades agropastoris e em atividades rentistas.

Fazendeiros, negociantes, comissários e proprietários de companhias mercantis enriqueceram com a produção e o comércio de gêneros de exportação e de alimentos; inversão de suas economias em valores mobiliários. Médios e pequenos lavradores, comerciantes e trabalhadores em ofícios urbanos integraram-se à economia local de variadas maneiras. O comércio entre arraiais, freguesias, vilas e cidades daquela região deu à economia local uma dinâmica própria e inseriu lavradores, que cultivavam roças e criavam animais, ao mercado regional, senão alhures. A forte concentração da renda e a desigualdade social, que caracterizaram a economia e a sociedade da região, impuseram a populações pobres o mínimo necessário à subsistência.

O comércio da pecuária e da agricultura de exportação, com vilas da região, a capital da Bahia e os estados do Centro-Sul, enriqueceu muitos fazendeiros e negociantes. A rentabilidade de algumas

atividades econômicas minimizou os custos com os transportes para os centros de exportação, as perdas com as secas e estiagens prolongadas. Concentração de terras e mão de obra barata permitiram que ricos fazendeiros mantivessem padrões de riqueza exorbitantes após a extinção do trabalho escravo.

Essas dinâmicas e diversidades socioeconômicas distanciam a realidade daquela região de uma visão historiográfica que acentuou a agricultura mercantil de plantation, reservando a regiões do interior sua condição periférica (geográfica e socioeconômica), abastecedoras de alimentos para o mercado de consumo interno. A nova historiografia do sertão baiano muito tem contribuído para revelar essas dinâmicas sociais. Proprietários do alto sertão criaram e produziram em terras de distintas dimensões, para o mercado interno e de exportação. A vida social no sertão baiano apresentou dinâmicas muito ricas.

Muitos proprietários de lojas, armazéns e tropas enriqueceram com a exportação de mercadorias e importação de manufaturados. Em relatos de viajantes, inventários e demais fontes, foi possível documentar a movimentação de tropas, o comércio, as intempéries e outras tantas dificuldades das viagens pelas veredas do sertão. A pesquisa de Lycurgo Santos Filho (1956) nos livros de Razão do Brejo do Campo Seco é reveladora de aspectos da vida social e econômica de fazendas de criar, há rica dinâmica de movimentação de tropas e mercadorias.

Negociantes transitaram pelas estradas do sertão, com seus animais cargueiros, para tocar os seus negócios. Tropeiros conduziram tropas com mercadorias importadas e gêneros da terra; abasteceram vendas, lojas e armazéns espalhados por povoados, arraiais, freguesias, vilas e cidades; fizeram entrega de encomendas ansiosamente aguardadas. As viagens, em estradas de difícil acesso, duravam dias ou meses. Mas a sabedoria, o conhecimento do lugar, muito ajudou a diminuir os perigos que o meio físico oferecia.

Os negociantes mais prósperos diversificaram as atividades de investimento, para aumento das rendas. Assim, estavam menos vulneráveis aos custos dos transportes e às habituais estiagens. Parcela substancial dos investimentos foi concentrada na atividade agropastoril, distribuída entre o cultivo de alimentos e a criação de gado.

O comércio com o Recôncavo baiano, a capital da Bahia, estados do Centro-Sul e municípios da região foi intenso: gado, peles, borracha, algodão, farinha de mandioca, rapadura, plumas de garça, mamona, cachaça... Produtos importados supriam a demanda por manufaturados e artigos de luxo: tecidos, enlatados, bebidas, maquinismos e insumos agrícolas, ferragens, papel, luvas, chapéus etc.

Inventários *post mortem*, quando confrontados com demais fontes, permitiram recompor a vida social de homens e mulheres em suas moradias, viagens, ambientes de trabalho, nas ruas de arraiais, vilas, freguesias e cidades. O mercado de alimentos foi suprido pela agricultura em médias e pequenas lavouras.

Nesse sentido, médios e pequenos lavradores constituíram meios de vida diversos para a sobrevivência – produção e comércio de alimentos. O carro de boi, meio essencial para o trabalho no campo e transporte de mercadorias, circulou (e ainda circula) nas roças, povoados e nas cidades do sertão. Nos dias de feiras, os carros de boi conduziam lavradores e suas famílias, produtos dos sítios e das roças; possibilitavam a socialização de notícias e a partilha de experiências.

Grandes proprietários da região buscaram alternativas econômicas para reduzir os prejuízos causados em suas rendas com a extinção do trabalho escravo. Proprietários mais abastados, que se enriquecerem com a política econômica do Império, ampliaram as fortunas com a inversão de suas economias em atividades do capital financeiro que emergiu na República. O investimento em valores imobiliários e na agroexportação do algodão para indústrias têxteis nacionais e internacionais gerou rendas excepcionais; também a

diversificação dos investimentos, manteve padrões de riqueza. Esses proprietários associaram os negócios a relações sociais que se moviam por alianças e acordos, que visavam manter padrões de riqueza e ampliar as opções de investimentos econômicos. As alianças se estenderam às funções e aos cargos públicos para benefícios pessoais.

Particularidades nas relações sociais de trabalho ficam visíveis na diversidade das ocupações, muitas delas exercidas simultaneamente. São práticas informais de sobrevivência que expressam modos distintos de suprimento do necessário à subsistência.

As fontes revelaram carpinteiro que produziu cachaça; seleiro que foi carpinar e produziu farinha; funcionário público que alugou mangas de pastos; fiandeira que criou animais e plantou mandioca; alfaiate que trabalhou como enfermeiro. Singularidades dos ofícios em região com alta concentração, que reservou a moradores pobres poucos espaços de sobrevivência. Em região onde as fronteiras entre os espaços urbanos e rurais são movediças, o trabalho em ofícios distintos, e muitas vezes simultâneos, revela frágil divisão social do trabalho. O serviço temporário foi um arranjo para acesso às necessidades sociais.

Astúcias da sobrevivência de moradores pobres também residiram nas fugas às taxas e aos emolumentos cobrados pela Justiça, quase sempre onerosos para os que possuíam muito pouco: omissão de bens em arrolamentos ou omissão de óbito. Esse foi o caso do meeiro Antônio Couto, que omitiu bens para salvar o parco patrimônio.

Expectativas frustradas com as secas provocaram deslocamentos para regiões vizinhas e áreas mais distantes. Os poucos espaços de sobrevivência e acesso ao mínimo necessário à subsistência contribuíram para esses deslocamentos. A infixidez dos sertanejos pobres estava inscrita nos parcos bens, nas moradias provisórias, no manejo da terra.

Os inventários informam a vida material de moradores do sertão e, sobremodo, revelam indícios de relações sociais que se estabelecem em circunstâncias de sobrevivência singulares. O que se espera, deste livro, que se articula com a nova historiografia do sertão baiano, é a contribuição de muitos modos para outros trabalhos sobre o tema.

NOTAS FINAIS

[1] O livro resulta da minha tese de doutorado realizada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

[2] Cf. Pires (2009): "O alto sertão, ou 'sertoins de sima', constituíam-se historicamente da criação de gado vacum, os denominados "currais da Bahia", na extensão do São Francisco ao rio das Velhas e, posteriormente, com a mineração, na Chapada Diamantina. As fazendas de criar se expandiram pelo sertão desde o século XVII e a exportação do gado da zona do São Francisco para a capital se fazia através do planalto baiano" (Pires, 2009, p. 104). O alto sertão é também identificado pelas suas altitudes elevadas e pela sua posição frente à bacia do rio São Francisco, na Bahia (Neves, 1998, p. 22).

[3] GUMES, João Antonio dos Santos. A lavoura: causas do seu atrazo. *A Penna*, Caetité, anno II, n. 29, p. 1, 19 fev. 1913. O jornal *A Penna*, editado no município de Caetité, circulou entre os anos de 1897 e 1943. Era impresso na Typographia d'A Penna, de propriedade de João Antonio dos Santos Gumes, jornalista, romancista e dramaturgo, que exerceu os cargos de escrivão, coletor estadual e federal, secretário e tesoureiro da Intendência Municipal. Após a sua morte, em 1930, o jornal continuou a circular sob a direção do seu filho Sadi Gumes. Foi possível localizar outros jornais que circularam à época desse estudo: "O Caetité", um "quinzenário independente, apolítico e a serviço do sertanejo", que tinha como redatores dois bacharéis, Vanni Silveira e Eutrópio Neves; "O Commercio", de propriedade do comerciante Durval Públio de Castro, crítico atuante da política hegemônica dos coronéis da região; o "Arrebol" e "Lux", este último de cunho religioso.

[4] O pequeno povoado de Machado Portela situava-se no distrito de Tamburi, que pertencia ao município de Maracás. Tamburi foi elevado à categoria de município em 1962, e o seu topônimo foi modificado para Marcionílio Souza. No ano de 1888, foi inaugurada a estação ferroviária de Machado Portela, que ligava o sertão ao Recôncavo baiano.

[5] A *The Lafayette Rubber Estates, Limited* foi autorizada a funcionar no Brasil por decreto da presidência da República, n. 8.687 de 26 de abril de 1911. Por procuração passada em 12 de janeiro de 1911, na cidade de Londres, a sociedade nomeava como seu procurador Gervase Notcutt Green, negociante, morador na cidade de Salvador, para requerer o seu funcionamento, os direitos de negociar no Brasil e realizar a cessão e transferência da fazenda Lafayette, de propriedade da firma Ferreira Guimarães & Comp. (Brasil, 1911). Relatório da *Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd.* (1913) apontava a companhia entre as

mais importantes indústrias da Bahia: "Esta importante companhia de borracha foi fundada em Londres em 1910, com escritórios em 535 Salisbury House, London Wall, tendo como fim a exploração de valiosas plantações de borracha no Estado da Bahia. As plantações ficam situadas em Machado Portella, a dois dias de viagem da capital e a cerca de 15 minutos da estação da estrada de ferro. Há nas plantações mais de 500.000 pés já com seis anos (1911), e foi já feita uma instalação para iniciar a exploração".

[6] A freguesia de Caetité pertenceu à Vila de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas (atual município de Rio de Contas), da qual foi desmembrada no ano de 1810. A cidade localiza-se na zona fisiográfica da Serra Geral da Bahia e situa-se na encosta da Serra do Espinhaço. Ver, também, Pires (2009, p. 107).

[7] O monte-mor do fazendeiro foi avaliado em Rs. 98:643$657. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Coronel Authymio dos Santos Guimarães. Estante 1, caixa 319, maço 611, documento 11. 1910-1914, 61 f., f. 6-11, grifo nosso.

[8] Refiro-me a quatro importantes e conhecidos estudos sobre a economia e sociedade brasileiras: *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior, publicados, respectivamente, em 1942 e 1945; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicado em 1959; e, de Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, publicação lançada em 1979.

[9] Encontram-se em Pires (2009) aspectos fundiários da região. Sobre o povoamento do sertão da Bahia, ver também Neves (1998), Santos Filho (1956) e Silva (1997).

[10] Ver, ainda: Novais (2006); Furtado (2007); Prado Jr. (2008).

[11] O autor analisa nesta obra, sob os conceitos de "experiência" e "consciência", as especificidades do "fazer-se" da classe operária na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Essa passagem de *A formação da classe operária inglesa* trata, particularmente, da emergência do movimento luddita, fenômeno marcado por lutas construídas no terreno da clandestinidade, cujos vestígios guardam esse contexto movido por ações silenciosas ou mesmo por ações forjadas para legitimar a repressão ao movimento operário.

[12] Foram pesquisados os 483 inventários existentes no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) para o período de 1890 a 1930: 75 inventários para o período de 1890 a 1899; 112 para 1900 a 1909; 106 entre 1910 e 1919; e, 190 para 1920 a 1930. O total de inventários pesquisados permite, portanto, uma maior aproximação da dinâmica das condições econômicas em Caetité.

[13] A autora situa em circunstâncias históricas concretas os limites dos regulamentos do trabalho nas fábricas: elaborados pelos patrões para impor uma ordem e racionalidade ao trabalho industrial na França do século XIX, esses recursos à lei esbarravam-se nas formas variadas de resistência subrepticiamente tecidas pelos grupos sociais excluídos.

[14] Há dois livros de atas de vereanças no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), que compreendem o período de 1892 a 1922.

[15] Além do A Penna, como informado no início desta introdução, outros jornais foram localizados: O Caetité, Arrebol, O Commercio e Lux.

[16] Para o período, há 117 processos criminais no APMC, dos quais foram selecionados, por amostragem, trinta processos criminais.

[17] Missivas do fundo Deocleciano Pires Teixeira foram gentilmente cedidas pelos historiadores Lielva Azevedo Aguiar e Marcos Profeta Ribeiro, e se encontram publicadas, respectivamente, em dissertação de mestrado e livro. Selecionamos, por amostragem, documentos dos fundos Deocleciano Pires Teixeira e Rogociano Pires Teixeira: cartas, cartões postais, telegramas, faturas, fotografias, livros de razão e documentos diversos que registram transações de compra e venda.

[18] Há seis livros de registros contábeis que informam sobre receitas e despesas públicas entre 1890 e 1930.

[19] Atas da Junta de Qualificação (1836-1893), eleitorais da Paróquia (1881-1897), do Colégio Eleitoral (1897-1920), eleições federais (1915-1927; 1927-1930), do "Districto de Paz" (1896-1915), 1ª secção eleitoral (1906).

[20] Os livros de casamento dos cartórios sede e distritais da Comarca de Caetité foram transferidos para o APMC e disponibilizados à pesquisa: quinze livros do cartório do distrito-sede, um do distrito do Bonito, três de Brejinho das Ametistas, quatro de Lagoa Real e um livro de proclamas de Caldeiras.

[21] Ver estudos de Pires (2003,2009), Ribeiro (2012, 2019), Dutra (2015), Nogueira (2011), Santana (2012, 2022), Aguiar (2011, 2019), Guimarães (2012, 2019), Ramos (2016), Lima (2017), Miranda (2018), Silva (2018), Cotrim (2019), Silva (2021).

[22] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Major Joaquim Gondim. Est. 1, cx. 313, mç. 598, doc. 8. 1898-1901, 141 f., f. 57.

[23] O arraial de "Brejinho das Ametystas" pertencia ao termo da "Villa Bella das Umburanas" (atual município de Urandi) e foi anexado a Caetité, como distrito, em 1925.

[24] Embruacar significa pôr as bruacas nas bestas. A bruaca é uma mala ou bolsa de couro que se coloca no lombo das bestas para o transporte de objetos e mercadorias.

[25] Dos termos empregados para a identificação do gado cavalar, suas características, peculiaridades, cor e andadura, encontramos algumas definições em Lycurgo Santos Filho (1956): Joaquim Gondim possuía poucos bens semoventes, mas bem avaliados em Rs. 1:250$000. O seu monte-mor foi avaliado em Rs. 18:635$063. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Major Joaquim Gondim. Est. 1, cx. 313, mç. 598, doc. 8. 1898-1901, 141 f., f. 21-22 e 30.

[26] Ver a respeito do negócio de Joaquim Gondim com ametistas, Cotrim (2019).

[27] O testamento de Joaquim Gondim, trasladado para o seu inventário, data de 29 nov. 1897. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Major Joaquim Gondim. Est. 1, cx. 313, mç. 598, doc. 8. 1898-1901, 141 f. f. 3-7, grifo nosso.

[28] Os bastos são as partes acolchoadas que assentam no lombo da cavalgadura. O monte--mor do seleiro foi avaliado em Rs. 2:206$000. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: José Marques Alves. Est. 1, cx. 395, mç. 764, doc. 8. 1912-1930, 48 f. f. 9-10.

[29] Os seus bens montavam em Rs. 1:016$000 e possuía uma dívida passiva de Rs. 1:990$046. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Capitão Hermelino Gomes de Azevedo. Est. 1, cx. 317, mç. 607, doc. 3. 1906-1907, 45 f. f. 29-30.

[30] Procuração, substabelecimento e representação são ações que comumente acompanham os requerimentos de direitos sobre os bens do espólio de negociantes, para liquidação de dívidas com mercadorias.

[31] No acervo particular da Casa do Barão de Caetité, Pires (2009) localiza negócios realizados por Joaquim Manoel Rodrigues Lima com a firma João Correia e Companhia:

[32] Registros de negócios realizados por Deocleciano Pires Teixeira, rico negociante de Caetité, com firmas comissárias são localizados por Pires (2009, p. 175-176) nos livros de contas correntes da Casa do Barão de Caetité: "Uma idéia aproximada dos envios de valores para essas firmas da capital, por Deocleciano Pires Teixeira a João da Matta Pires, é possibilitada pelos registros de um desses livros: 'Rs. 18:474$842 para a firma 'Moraes e Companhia', em 13 de junho de 1905; '[...] saldo hoje que envio pelo Camarada 'Pio' á João da Matta Pires, em Machado [Portella], para remettê-lo para a Bahia, 15:263$680, em 2 lacrados [...]'"

[33] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Major Joaquim Gondim. Est. 1, cx. 313, mç. 598, doc. 8. 1898-1901, 141 f., f. 73 e 92.

[34] Informei, na introdução deste livro, que essa sociedade anônima era proprietária, em Machado Portela, da fazenda Lafayette, que produzia maniçoba para exportação. Bemvinda Zeferina de Brito Guimarães, viúva do Coronel Authymio dos Santos Guimarães, recebeu de capital e lucros referentes a sua sociedade com a fazenda quantia volumosa de contos de réis; possuía outros investimentos na Companhia, que serão tratados mais adiante. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Coronel Authymio dos Santos Guimarães. Est. 1, cx.. 319, mç. 611, doc. 11. 1910-1914, 61 f., f. 6.

[35] "A estação de Machado Portela foi aberta pela E. F. Central da Bahia como estação terminal no prolongamento de sua linha principal, em 1888. Somente em 1921 a linha seria prolongada. Porém, em 1912 já se falava do prolongamento a partir dessa estação, ainda terminal da linha, para Minas Gerais [...] essa ligação até Montes Claros realmente se concretizou... quase 40 anos depois, em 1950." (Estações Ferroviárias do Brasil, 2011).

[36] Um exemplar da edição de 1913 encontra-se no acervo de documentos históricos da Biblioteca Municipal Prof. João Rangel Simões, em Cubatão (SP) e foi digitalizado pelo Jornal Eletrônico Novo Milênio.

[37] GUMES, João. Situação angustiosa. Falta-nos tudo. Achamo-nos assediados. Habeas corpus. A Penna, Caetité, Anno III, n. 62, p. 1, 25 jun. 1914.

[38] A petição foi incluída nos autos em 15 dez. 1920. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Maria da Gloria Faria Couto. Est. 2, cx. 597, mç. 1051, doc. 4. 1919-1928, 71 f., f. 11.

[39] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Maria da Gloria Faria Couto. Est. 2, cx. 597, mç. 1051, doc. 4. 1919-1928, 71 f., f. 34-35, grifo nosso.

[40] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Maria da Gloria Faria Couto. Est. 2, cx. 597, mç. 1051, doc. 4. 1919-1928, 71 f., f. 26-32, grifo nosso.

[41] A audiência estava prevista para as 11 horas de 11 fev. 1916; a certidão foi passada em 15 fev. 1916. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Faustina Amelia Lopes. Est. 3, cx. 889, mç. 1358, doc. 5. 1916-1921, 16 f., f. 3-4.

[42] Certidão passada pelo escrivão. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Faustina Amelia Lopes. Est. 3, cx. 889, mç. 1358, doc. 5. 1916-1921, 16 f., f. 5-6.

[43] Os cinco grupos estão distribuídos da seguinte maneira: grupo 1 até Rs. 1:000$; grupo 2 de Rs. 1:001$ a 5:000$; grupo 3 de Rs. 5:001$ a 10:000$; grupo 4 de Rs. 10:001$ a 20:000$; e grupo 5 acima de Rs. 20:000$. Esses grupos se aproximam às faixas de concentração de riqueza selecionadas por Pires (2009) em seu estudo sobre o alto sertão da Bahia, as vilas de Rio de Contas e Caetité: A autora adotou um recorte que se aproxima do realizado por Mônica Dantas (2007), em seu estudo sobre a vila de Itapicuru, ao norte da Bahia.

[44] A autora pesquisou 127 inventários de Caetité para o período de 1860-1914, dos quais 40 para 1890-1914, e pontua: "A amostra parcial dos inventários de Caetité não permite traçar maiores considerações sobre a dinâmica de sua economia no período" (Pires, 2009, p. 129).

[45] A autora localizou em correspondências da Casa do Barão de Caetité os efeitos calamitosos da seca de 1890, mais conhecida como "noventinha" (Pires, 2009, p. 144-146).

[46] As distâncias conjunturais devem, no entanto, ser preservadas porque a acumulação gerada na circulação de bens se situa no contexto social da escravidão. As abordagens dos autores tentam romper com os clássicos modelos explicativos da economia colonial.

[47] Distritos pertencentes a Caetité, à época: Caculé, São Sebastião, Bonito, Lagoa Real, Rio do Antonio, Santa Luzia, Cannabrava, Passagem da Areia e Aroeiras.

[48] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Custodia Maria de Sousa Oliveira. Est. 1, cx. 317, mç. 607, doc. 6. 1906-1908, 119 f., f. 17-18.

[49] O monte-mor do casal foi avaliado por Rs. 1:997$700. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: João Caldeira da Silva. Est. 2, cx. 865, mç. 1334, doc. 20. 1891-1891, 11 f.

[50] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Antonio Joaquim da Rocha. Est. 1, cx. 316, mç. 603, doc. 14. 1903-1903, 30 f.

[51] Monte-mor avaliado em Rs. 8:732$198. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Tenente Alvino Pinheiro de Azevedo. Est. 1, cx. 314, mç. 600, doc. 3. 1900-1900, 65 f, f. 7-13.

[52] O seu monte-mor foi avaliado em Rs. 67:455$348. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: João de Britto Barros. Est. 2, cx. 860, mç. 1329, doc. 15. 1897-1904, 145 f., f. 6-7.

[53] Os seus bens semoventes foram avaliados em Rs. 18:332$000.APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: João de Britto Barros. Est. 2, cx. 860, mç. 1329, doc. 15. 1897-1904, 145 f., f. 7-11.

[54] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: João de Britto Barros. Est. 2, cx. 860, mç. 1329, doc. 15. 1897-1904, 145 f., f. 43-44.

[55] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: João de Britto Barros. Est. 2, cx. 860, mç. 1329, doc. 15. 1897-1904, 145 f., f. 45-56.

[56] Carta de Anisia para Celsina. APMC, Grupo: Celsina Teixeira, Série: correspondências, cx. 2, mç. 1, doc. 662, 11 jul. 1906 *apud* Ribeiro (2012, p. 53).

[57] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: João de Britto Barros. Est. 2, cx. 860, mç. 1329, doc. 15. 1897-1904, 145 f., f. 54-55.

[58] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: João de Britto Barros. Est. 2, cx. 860, mç. 1329, doc. 15. 1897-1904, 145 f., f. 7-9.

[59] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: João de Britto Barros. Est. 2, cx. 860, mç. 1329, doc. 15. 1897-1904, 145 f., f. 9-11.

[60] Sobre as dívidas passivas, além daquelas contraídas nos contratos com firmas de Salvador, devia a outros possíveis fornecedores: a José Antonio Rodrigues Lima Rs. 2:200$000, a Octacilio Rodrigues Lima Rs. 1:080$000, ao Doutor Joaquim Manuel Rodrigues Lima Rs. 650$000, a Clemente Alves de Carvalho Rs. 2:637$730, a Elgino Gustavo da Silva Rs. 500$000, a Ovidio Xavier Cotrim Rs. 600$000, a Octaviano Octavio Gomes d'Oliveira Rs. 420$000 e ao Doutor Cleophano Meirelles Rs. 400$000, este em visitas médicas. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: João de Britto Barros. Est. 2, cx. 860, mç. 1329, doc. 15. 1897-1904, 145 f., f. 28 e 43-44.

[61] Assunto que foge às pretensões deste livro.

[62] Os seus bens montavam em Rs. 37:092$996. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Tenente Coronel Theotonio Alexandrino de Carvalho. Est. 1, cx. 320, mç. 615, doc. 8. 1899-1905, 56 f., f. 5-10.

[63] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Tenente Coronel Juvencio Teixeira Guimarães. Est. 1, cx. 393, mç. 758, doc. 14. 1912-1913, 62 f., f. 13-17 e 21-22.

[64] Pedro Celestino visitou o município de Caetité nos anos de 1889 e 1926-1927. O seu artigo é fruto das "informações de pessoas competentes" e da consulta a documentos.

[65] Estudo de Erivaldo Neves (2005, p. 222) sobre o alto sertão confirma a impressão dos viajantes: "Os administradores de fazendas [...] nem sempre residiam nas unidades agrárias que zelavam. Os rendimentos proporcionados pelos 20% que recebiam dos bezerros nascidos anualmente lhes possibilitavam arrendar ou comprar terras e estabelecerem criatórios próprios, com o emprego, nos latifúndios que administravam, de escravos do senhorio que, sem a presença de feitores, se autodeterminavam nas suas ausências".

[66] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Gregorio de Oliveira Ledo. Est. 3, cx. 1214, mç. 1683, doc. 25. 1894-1894, f. 5-9.

[67] Os bens montavam em Rs. 12:048$742. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Adolpho Conegundes de Souza. Est. 1, cx. 314, mç. 600, doc. 2. 1900-1900, 37 f., f. 6-9.

[68] Os bens do casal montavam em Rs. 6:733$320. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariados: Tenente Crescencio Antunes de Brito Teixeira e Antonia Bernarda de Oliveira Antunes. Est. 1, cx. 316A, mç. 605, doc. 2. 1904-1912, 124 f., f. 7-9 e 68.

[69] A viúva perdeu a tutoria dos filhos "por ter cahido em prostituição", conforme processo aberto em 1895. O seu monte-mor foi avaliado por Rs. 697$000. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Clemente Francisco da Costa. Est. 3, cx. 1181, mç. 650, doc. 6. 1891-1895, 39 f.

[70] Rs. 641$000 foi o valor de avaliação do seu monte-mor. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Maria dos Anjos. Est. 3 cx. 1214, mç. 1683, doc. 20. 1893-1893, 10 f.

[71] Monte-mor avaliado por Rs. 343$000. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Idalina Rosa de Azevedo. Est. 1 cx. 393, mç. 759, doc. 8. 1914-1914, 10 f., f. 5.

[72] Monte-mor avaliado por Rs. 625$000. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Joaquim Caetano do Nascimento. Est. 1 cx. 316, mç. 604, doc. 6. 1903-1903, 21 f.

[73] O seu monte-mor foi avaliado por Rs. 706$000. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Tiburcia Maria de Jesus. Est. 3 cx. 1184, mç. 1653, doc. 1. 1894-1894, 10 f.

[74] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Firmino Dias Moreira. Est. 1, cx. 317, mç. 606, doc. 11. 1905-1905, 6 f, f. 4. Inventário também pesquisado e citado por Pires (2009).

[75] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: José Máximo de Carvalho. Est. 3, cx. 1184, mç. 1653, doc. 6. 1894-1894, 4 f, f.4.

[76] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Anna Joaquina de Azevedo. Est. 1, cx. 393, mç. 759, doc. 9. 1914-1914, 10 f, f. 5.

[77] Dantas (2007) pesquisou 27 inventários para o período de 1828 a 1850, correspondentes a pouco mais de 25% do total, que conferem possibilidade de verificação da dinâmica econômica daquela região.

[78] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Antonio Ferreira das Neves Junior. Est. 3, cx. 1293, mç. 1762, doc. 8. 1896-1901, 77 f., f. 9-17.

[79] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Coronel João Antero Ladeia Lima. Est. 1, cx. 316, mç. 604, doc. 8. 1903-1914, 127 f., f. 3-7, 15-19, 50 e 71-74, grifo do original.

[80] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Tenente Emiliano Pereira de Araújo. Est. 3, cx. 1181, mç. 1650, doc. 4. 1891-1892, 200 f., f. 86, grifo nosso.

[81] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Tenente Emiliano Pereira de Araújo. Est. 3, cx. 1181, mç. 1650, doc. 4. 1891-1892, 200 f., f. 86-96.

[82] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Tenente Emiliano Pereira de Araújo. Est. 3, cx. 1181, mç. 1650, doc. 4. 1891-1892, 200 f., f. 12-19.

[83] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Coronel José Antônio Rodrigues Lima. Est. 8, cx. 3570, doc. 5. 1923-1926, 108 f., f. 2-5 e 54.

[84] A PENNA, Caetité, Anno XVII, n. 434, p. 3, 5 abr. 1928; A Penna, Caetité, Anno XVII, n. 435, p. 2-3, 12 abr. 1928; A Penna, Caetité, Anno XVII, n. 436, p. 4, 19 abr. 1928; A Penna, Caetité, Anno XVIII, n. 463, p. 2, 18 abr. 1929.

[85] Iria Maria era natural do distrito sede de Caetité. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Iria Maria Luzia. Est. 1, cx. 317, mç. 606, doc. 5. 1905-1913, 42 f., f. 2-6.

[86] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Iria Maria Luzia. Est. 1, cx. 317, mç. 606, doc. 5. 1905-1913, 42 f., f. 6.

[87] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Iria Maria Luzia. Est. 1, cx. 317, mç. 606, doc. 5. 1905-1913, 42 f., f. 25-27.

[88] Valor do monte-mor: Rs. 3:729$658. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Capitão de polícia Pedro Pereira da Silva Castro. Est. 1, cx. 317, mç. 606, doc. 5. 1905-1913, 42 f., f. 25-27.

[89] Monte-mor: Rs. 2:541$000. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Vigário Manoel Bemvindo de Salles. Est. 1, cx. 396, mç. 763, doc. 4. 1910-1911, 50 f., f. 16-25.

[90] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Francisco Pinto Montenegro. Est. 1, cx. 399, mç. 772, doc. 9. 1908-1920, 36 f.

[91] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Gaudêncio Gonçalves de Aguiar. Est. 1, cx. 315, mç. 602, doc. 12. 1902-1903, 6 f., f. 31-61.

[92] GUMES, João Antônio dos Santos. Meios de Transporte. A Penna, Caetité, Anno III, n. 59, p. 1, 10 abr. 1914.

[93] Surto de Progresso. O Dever, Caetité, Ano III, n. 63, p. 1, 27 jun. 1958. O jornal O Dever, editado por Maurício Bonard dos Santos Gumes, neto de João Gumes, circulou entre os anos de 1955 e 1958, era impresso em Caetité e tinha por lema ser um "orgam de interesses gerais".

[94] GUMES, João Antônio dos Santos. As Estradas. São ellas o elemento do qual depende em primeiro lugar o nosso progresso. Somos um povo desconhecido. A Penna, Caetité, Anno III, n. 63, p. 1, 25 jun. 1914.

[95] Ver em Pires (2009) excelente abordagem sobre o tráfico interprovincial no alto sertão da Bahia e relação com a dinâmica da economia.

[96] A migração, muito documentada nos jornais caetiteenses, em petições à presidência da província da Bahia e seus despachos, será tratada com maior acento no último capítulo deste livro.

[97] Livro caixa de registro dos movimentos da "Agência" que Deocleciano Pires Teixeira mantivera, em Caetité, com a firma Moraes & Comp.ia, sediada em Salvador (BA). APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 1, mç. 6, 1911-1924.

[98] Carta destinada ao irmão, Rogociano Pires Teixeira, no Rio de Janeiro. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Rogociano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Cx. 3, mç. 2, 26 jan. 1923 *apud* Aguiar (2011, p. 93).

[99] Refere-se ao filho Anísio Spínola Teixeira, que atuou no setor de educação em instâncias governamentais na Bahia e nacionais. A carta foi escrita para Rogociano P. Teixeira, no Rio de Janeiro. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Rogociano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Cx. 3, mç. 2, 22 fev. 1924 *apud* Aguiar (2011, p. 122).

[100] Eleito Senador Estadual para o mandato de 1893 a 1898, Deputado Provincial em 1888 a 1889, membro do Conselho Municipal nos dois primeiros anos da República e Intendente Municipal entre 1892 e 1895 (Aguiar, 2011, p. 76-77).

[101] SAHIDA. A Penna, Caetité, Anno III, n. 56, p. 3, 25 abr. 1899; Chegada. A Penna, Caetité, Anno III, n. 59, p. 4, 10 jun. 1899.

[102] "Esta firma de negociantes de fazendas por atacado foi estabelecida em 1866 [...] A firma tem um grande comércio de fazendas com Manchester e importa também da Alemanha, França e Itália. Tem dois grandes armazéns à Rua Conselheiro Dantas e em um destes fornece cômodos a seus empregados. Além de importar gêneros estrangeiros, a firma negocia também em fazendas de algodão de manufatura local, que exporta para o Norte e Sul da República, por onde traz 8 viajantes. Exporta também borracha, cacau, café e outros produtos recebidos em consignação, mas estes últimos em pequena escala [...]" (Lloyd, 1913, p. 885 e 893, grifo nosso).

[103] "A casa foi fundada em 1860 [...] O estabelecimento, que fica situado á Rua Conselheiro Dantas, 4 e 6, tem 35 empregados e ocupa um edifício de quatro andares, com duas lojas adjacentes. Negocia a firma em miudezas, incluindo artigos para escritório, sanitários e de fantasia, cutelaria etc., que são importados de Paris, Hamburgo, Berlim, Manchester e Nova York e vendidos por todo o estado. " (Lloyd, 1913, p. 885, grifo nosso).

[104] Livro caixa de registro dos movimentos da Agência, em Caetité, da firma Antonio de Seixas Salles & Filhos, com sede em Salvador. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 1, mç. 6, 1911-1924.

[105] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 1, mç. 5, 1906-1912; mç. 6, 1911-1924.

[106] Deduzidas as dívidas passivas no valor de Rs. 45:357$100 a sua riqueza montava em Rs. 905:369$822. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Deocleciano Pires Teixeira. Est. 8, cx. 3550, doc. 2. 1931-1992, 229 f.

[107] Municipio de Caiteté. Lançamento dos contribuintes sujeitos aos impostos municipaes, no anno de 1928. A Penna, Caetité, Anno XVII, n. 435, p. 2, 12 abr. 1928.

[108] APEB. Seção: Republicano Doc. Administrativa. Fundo: Secretaria do Governo. Série: Ofícios recebidos do interior do Estado. Cx. 1826, mç. 1961. 1890-1927 (grifo nosso).

[109] Carta em resposta à missiva do irmão, que possivelmente acolhia a sua candidatura. Oscar Teixeira foi eleito em 1925, certamente com o apoio do pai, Deocleciano P. Teixeira. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Filhos de Deocleciano Teixeira. Série: Correspondências recebidas. Cx. 1, mç. 1, s.d. *apud* Aguiar (2011, p. 121).

[110] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Filhos de Deocleciano Teixeira. Série: Correspondências recebidas. Cx. 1, mç. 1, 6 jul. 1924 *apud* Aguiar (2011, p. 120-121).

[111] Telegramas a Deocleciano P. Teixeira. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Diversos destinatários/remetentes. Série: Telegramas diversos. Cx. 2, mços. 1 e 2, 19-20 abr. 1927, grifo nosso.

[112] Referência dos trechos citados neste parágrafo: APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Filhos de Deocleciano Teixeira. Série: Correspondências recebidas. Cx. 4, mç. 4, 20 nov. 1922 *apud* Aguiar (2011, p. 113).

[113] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Diversos destinatários/remetente. Série: Telegramas diversos. Cx. 1, 18 jul. 1917, grifo nosso.

[114] GUMES, João. 14 de Abril. A Penna, Caeteté, Anno IV, n. 82, p. 1, 22 abr. 1915, grifo nosso.

[115] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Deocleciano Pires Teixeira. Est. 8, cx. 3550, doc. 2. 1931-1992, 229 f., f. 13-30.

[116] Carta destinada ao irmão, Rogociano P. Teixeira, no Rio de Janeiro. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Rogociano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Cx. 3, mç. 2, 10 mar. 1925 *apud* Aguiar (2011, p. 111).

[117] O inventariante Dom Manoel Raymundo de Mello foi bispo da Diocese de Caetité entre 1915 e 1925. No ano de 1918, opôs-se à editoria do jornal A Penna demonstrando sua intolerância ao protestantismo, crítica ao imperialismo norte-americano e receio de perder seus fiéis. A carta endereçada a João Gumes, editor do jornal, foi registrada no cartório de Tabelionato de Notas da cidade de Caetité APMC. Série: Tabelionato de Notas e Protestos da Sede. Subsérie: Escrituras de compra e venda, doações, permutas, testamentos, atas. Livro 34, mç. 1, f. 115v e 116f, 25 out. 1918.

[118] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Maria Rosa de Mello Henriques. Est. 8, cx. 3594, doc. 11. 1921-1922, 142 f., f. 7-18 e 64.

[119] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Engenheiro Antonio Rodrigues Gomes Ladeia. Est. 2, cx. 597, mç. 1051, doc. 18. 1919-1924, 16 f., f. 3.

[120] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Maria Balbina de Araujo Cajahyba Gomes Ladeia. Est. 2, cx. 559, mç. 1010, doc. 1. 1923-1930, 34 f., f. 5-7 e 12-15.

[121] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: José Antonio Gomes Ladeia. Est. 8, cx. 3571, doc. 11. 1924-1944, 109 f., f. 4-20 e 31-50.

[122] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Celsina Teixeira Ladeia. Série: Correspondências. Cx. 1, mç. 3, 1 abr. 1913 *apud* Ribeiro (2012, p. 140).

[123] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: José Antonio Gomes Ladeia. Série: Correspondências. Cx. 1, mç. 1, 5 abr. 1913 *apud* Ribeiro (2012, p. 141).

[124] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Celsina Teixeira Ladeia. Série: Correspondências. Cx. 1, mç. 1, 18 ago. 1924 *apud* Ribeiro (2012, p. 154).

[125] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: José Antonio Gomes Neto (Barão de Caetité) e Elvira Benedicta de Albuquerque Soares (Baroneza de Caetité). Est. 2, cx. 722, mç. 1187, doc. 1. 1890-1903, 157 f., f. 3-24 e 32-34.

[126] O Banco Auxiliar das Classes foi fundado em maio de 1891, com capital de três mil contos de réis. As transações financeiras e creditícias foram realizadas preferencialmente com empregados públicos federais, estaduais e municipais, com taxas de dividendos de 8% ao ano. O banco foi presidido pelo conselheiro Antonio Carneiro da Rocha, formado em direito pela Faculdade do Recife (1865). Antonio Rocha era membro do Partido Liberal e exerceu diversos cargos e funções, muitos simultaneamente: chefe de Polícia da Bahia (1878); deputado federal; gestor da pasta da Marinha e da Agricultura no Gabinete de Martinho de Campos; regente da cadeira de Teoria e Prática do Processo na Escola Livre de Direito da Bahia (1891), e depois seu diretor (1902); intendente municipal da Bahia; presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Lloyd, 1913, p. 878-885).

[127] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Est. 1, cx. 317, mç. 606, doc. 4. 1904-1907, 80 f., f. 15-49.

[128] APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: José Antonio Rodrigues Lima. Est. 8, cx. 3570, doc. 5. 1923-1923, 108 f., f. 3-12 e 29-54.

[129] Eugenia Lima morreu de uremia, aos 63 anos de idade, no Sanatorio Manoel Victorino, distrito de Nazaré (Salvador), e foi sepultada no cemitério do Campo Santo. A baronesa Carlota Joaquina Mattos, que morreu no Rio de Janeiro, deixou a herança para usufruto de Eugenia Lima e, após a sua morte, para usufruto dos seus filhos. Dessa forma, não coube ao viúvo Octacilio Rodrigues Lima a partilha das apólices e ações herdadas da baronesa. APEB. Seção Judiciário. Série Inventários. Inventariado: Eugenia Rocha Rodrigues Lima. Est. 8, cx. 3552, doc. 13. 1927-1931, 165 f., f. 7-15, 33-39 e 61-104.

[130] A autora pesquisou 127 inventários da comarca de Caetité, no período de 1860 a 1914. Os dados aqui apresentados referem-se somente ao período de 1860-1899 e foram extraídos da Tabela 12. Os gados vacum e cavalar foram distribuídos separadamente na tabela que a autora apresenta, aqui preferimos reuni-los no item semovente.

[131] Ver a respeito do Encilhamento: Prado Jr. (2008), Fausto (2006), Sevcenko (2003), Furtado (2007), Cano (1975) e Mello (1987).

[132] APMC. Fundo: Rogociano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 12, 23 abr. 1923. Sobre a Cia. Mechanica e Importadora de São Paulo, ver Cano (1975, p. 80).

[133] O conceito de paradiplomacia financeira adotado pelos autores remete às definições de Noé C. Pietro, em "O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico", artigo da coletânea organizada por Tullo Vigevani, A dimensão subnacional e as relações internacionais, publicada pela Unesp em 2004: "[...] a iniciativa própria e autônoma de um governo subnacional no sentido de negociar diretamente a captação de créditos de médio e longo prazo ofertados por fontes internacionais e/ou estrangeiras com vistas a complementar suas necessidades de financiamento" (Maia; Saraiva, 2012, p. 107-108).

[134] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Faturas. Cx. 1, mç. 1, 12 e 26 jul. 1929.

[135] Função na Alfândega publicada em Annuario Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial do Districto Federal e Indicador para 1910. Almanak Laemmert para 1910. 67º Anno. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1910, p. 529. Breve currículo que escreveu de próprio punho, aos 48 anos de idade, revela traços da sua trajetória como funcionário público APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Diversos. Cx. 1, s.d.

[136] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Faturas. Cx. 1, mç. 1, 31 maio 1917.

[137] Ver a respeito artigo de Martins (2007) sobre as redes familiares entre elites no Brasil Colônia e Império para permanência no poder.

[138] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Diversos destinatários/remetentes. Série: Telegramas diversos. Cx. 1, 6 nov. 1918, grifo nosso.

[139] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Diversos destinatários/remetentes. Série: Telegramas diversos. Cx. 1, 14 nov. 1918, grifo nosso.

[140] Correio Paulistano, São Paulo, n. 19.887, p. 3, 14 nov. 1918.

[141] Os dados e informações foram extraídos de Goulart (2005) e Souza (2009). Ver ainda sobre a gripe espanhola: Bertucci (2009) e Silveira (2005).

[142] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Faturas. Cx. 1, mç. 1, 31 maio 1917.

[143] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Faturas. Cx. 1, mç. 1, 31 maio 1917.

[144] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Faturas. Cx. 1, mç. 1, 31 maio 1917.

[145] A PANDEMIA. A Penna Caetité, Anno VIII, n. 182, p. 1, 18 jan. 1919.

[146] Demais informações do parágrafo estão em: A "influenza hespanhola" ou grippe. A Penna, Caetité, Anno VII, n. 178, p. 3, 28 nov. 1918; Grippe. A Penna, Caetité, Anno VIII, n. 183, p. 1, 30 jan. 1919; e Grippe. A Penna, Caetité, Anno VIII, n. 184, p. 1, 13 fev. 1919.

[147] Valores obtidos nos livros da Collectoria dos Municipios, que se encontram no APEB. No entanto, com a colaboração generosa de funcionários do APEB, foi possível localizar três livros da Collectoria de Caetité, dos anos de 1925, 1931 e 1932.

[148] A arroba sertaneja equivalia a 32 libras ou 16 quilos (Silva, 1932, p. 285).

[149] Outros acionistas foram localizados nos inventários, já citados anteriormente: José Antonio Gomes Ladeia (5 ações) e José Antonio Rodrigues Lima (26).

[150] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 1, mç. 2, 1857-1930, f. 209-286.

[151] Variação entre as seis arrobas identificadas por Santos Filho (1956) e o volume localizado nos Registros de Exportação da Collectoria de Caetité (APEB), para os anos de 1925, 1931 e 1932, referido acima.

[152] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Telegramas diversos. Cx. 1, 12 e 14 dez. 1923, grifo nosso.

[153] Compra realizada em 13 de abril de 1923, no valor de Rs. 7:922$000. APMC. Fundo: Rogociano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 12, 1887-1927, grifo nosso.

[154] APMC. Fundo: Rogociano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 12, 30 dez. 1920.

[155] APMC. Fundo: Rogociano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 12, 20 dez. 1920.

[156] Cito o trecho completo dos relatos dos ribeirinhos sobre os sumiços de pescadores nas lagoas da pequena povoação, chamadas de Mãe da Pobreza, porque muito piscosa, e do Paracatu, denominação semelhante a um dos afluentes do rio São Francisco: "Contavam-nos coisas

maravilhosas, passadas sobre as águas das lagoas, os encantamentos e assombrações delas, as mortes numerosas de pescadores cujos cadáveres sumiam-se misteriosamente, o modo como se procedia para, em certa hora da noite, se descobrir o corpo dos que pareciam afogados, para o que, diziam-nos, era mister tomar uma cuia ou cabaça nova e dentro dela acender uma vela que se deita a flutuar o mais perto do lugar onde é provável que a morte ocorresse. E então, aquela luz benta que o vento não apagará e que uma força misteriosa faz deslizar sobre as águas, irá parar exatamente, como se uma âncora a detivesse no ponto em que se há de encontrar no fundo o corpo do mísero cuja luz se apagou para sempre. Não vá lá dizer-lhes, a esses pobres pescadores, que o seu processo aliás tão engenhoso e tão fácil pode falhar. Isso os escandalizaria. Não faltam testemunhas oculares e sérias para vo-lo afirmar, sob palavra de honra" (Sampaio, 2002, p. 173).

[157] Na safra de 2010/2011 a produtividade média do algodão do cerrado baiano (Oeste da Bahia) foi a segunda maior do mundo, superada somente pela Austrália: "No algodão, [a produtividade] também despontava com 270 arrobas por hectare, só ultrapassado, em âmbito global, um pouco pela Austrália, que tem todo o seu plantio irrigado. Mas o Oeste já respondia por quase 30% da fibra no País e por mais de 2% da mundial" (Anuário da Região Oeste da Bahia, 2012, p. 10).

[158] Registro no livro de razão de Rogociano P. Teixeira para controle da conta de seu sobrinho Mário S. Teixeira, administrador da Empresa Industrial Sertaneja. APMC. Fundo: Rogociano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 12, 11 abr. 1923.

[159] Cf., a exemplo, Stein (1979), Cano (1975), Mello (1987), Dean (1971).

[160] Sobre as dificuldades do transporte no alto sertão, o autor baseou-se na análise de Rômulo Barreto de Almeida (2009, p. 90, grifo nosso), artigo originalmente publicado pela Revista de Economia e Finanças (IV (4), p. 70-78, Salvador, 1952) e reeditado pela CPE na revista Planejamento (Salvador, 5(4), p. 19-54, out./dez. 1977): "No começo dêste século, o algodão bahiano havia declinado a ponto de não chegar a suprir as próprias fábricas no Estado. O transporte para o sertão devia ter sido o grande fator negativo".

[161] Essa literatura foi citada no primeiro capítulo livro e também por Barickman (2003), Pires (2003,2009) e Neves (1998).

[162] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Faturas. Cx. 1, mç. 4, 29 set. e 15 out. 1919.

[163] APMC. Fundo: Rogociano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 12, 30 ago. 1921.

[164] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências diversas. Cx. 1, 17 set. 1925.

[165] Antigo distrito do Brejo Grande, pertencente a Mucugê. Tornou-se município em 1867, com o topônimo de Vila Agrícola de Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958).

[166] Ver sobre as várias atividades na estrutura do comércio de exportação: Stein (1979), Cano (1975), Mello (1990), Dean (1971).

[167] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Cx. 4, mç. 4 *apud* Aguiar (2011, p. 69).

[168] A PENNA, Caetité, Anno XIII, n. 317, p. 1, 1 maio 1924, grifo nosso.

[169] A PENNA, Caetité, Anno XIII, n. 317, p. 2, 1 maio 1924.

[170] Referências à ocupação da região, distribuição secular de terras e expansão da criação de gado vacum foram citadas no primeiro capítulo deste livro. Ver a respeito: d'O rbigny (1976), Spix e Martius (1938,1981), Aguiar (1979), Sampaio (2002), Gumes (1916), Silva (1932), Santos Filho (1956), Neves (1998,2005), Pires (2003,2009), Silva (1997), Santos (2010), Nogueira (2011), Santana (2012).

[171] GUMES, João Antonio dos Santos. Industria pastoril. A Penna, Caetité, Anno V, n. 115, p. 1, 29 nov. 1901.

[172] Hermes Lima foi um conhecido estadista, jurista e escritor. Nasceu no ano de 1902 em Livramento de Nossa Senhora, no alto sertão, e formou-se na Faculdade de Direito da Bahia. Lecionou nas Faculdades de Direito da Bahia, São Paulo e do Brasil e foi diretor de importantes faculdades de direito. Autor de diversos livros, Lima foi membro da Academia Brasileira de Letras (1968-1978).

[173] O município de Minas Novas, que se localiza na região do Alto Jequitinhonha, manteve estreitas relações comerciais com o alto sertão da Bahia, desde, pelo menos, o Oitocentos.

[174] Ver a respeito da Sociedade Nacional de Agricultura e dos debates sobre a introdução da raça zebu no Brasil o estudo de Joana Medrado (2013).

[175] A Associação Comercial da Bahia (ACB) preserva em sua biblioteca excelente e rico acervo dos séculos XIX e XX (documentos manuscritos e impressos) que se encontra disponível à pesquisa: livros de leis, decretos, atas, anais, boletins, informativos, revistas

[176] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 17 ago. 1905.

[177] Possuía em bens Rs. 198:809$000. APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Coronel José Antônio de Castro Tanajura. Est. 8, cx. 3570, doc. 4. 1924-1924, 34 f., f. 4-19.

[178] Essa exposição foi citada no primeiro capítulo deste livro para documentar tanto a diversidade quanto a produtividade da economia de exportação e de alimentos do alto sertão.

[179] Gumes, João Antonio dos Santos. A nossa Exposição. A Penna, Caetité, Anno VII, n. 164, p. 1, 17 maio 1918, grifo nosso.

[180] Carta do fazendeiro José Antônio G. Ladeia à sua esposa. Ladislao era um dos empregados da fazenda, possivelmente administrador ou vaqueiro. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Celsina Teixeira Ladeia. Série: Correspondências. Cx. 1, mç. 3, 1 abr. 1913 *apud* Ribeiro (2012, p. 140).

[181] APMC. Fundo: Joaquim Manoel Rodrigues Lima Junior (Quincas). Série: Correspondências. Cx. 1, mç. 3, 6 mar. 1895 *apud* Aguiar (2011, p. 65).

[182] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Correspondências. Cx. 4, mç. 4, 1926 *apud* Aguiar (2011, p. 69).

[183] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 19 jun. 1905.

[184] Os bens do casal montavam em Rs. 15:960$000. APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Maria Anísia de Souza. Est. 8, cx. 3595, doc. 3. 1925-1951, 54 f., f. 26-34.

[185] GUMES, João Antonio dos Santos. Paulo Fructuoso. A Penna, Caetité, Anno IX, n. 217, p. 2, 13 maio 1920.

[186] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 18 nov.-20 dez. 1930.

[187] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Paulo Fructuoso da Silva. Est. 2, cx. 559, mç. 1010, doc. 5. 1920-1928, 111 f., f. 24-25.

[188] Lançamento dos contribuintes sujeitos aos impostos municipaes, no anno de 1928. A Penna

, Caetité, Anno XVII, n. 435, p. 2, 21 abr. 1928.

[189] APB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Maria da Silva Montenegro. Est. 1, cx. 399, mç. 772, doc. 9. 1908-1920, 36 f., f. 8-10.

[190] EVES, João. Notas de uma viagem de Caeteté à S. Paulo. A Penna, Caetité, Anno II, n. 26, p. 2, 3 jan. 1913; Id., Anno II, n. 27, p. 2, 17 jan. 1913.

[191] APMC. Série: Tabelionato de Notas e Protestos da Sede. Subsérie: Escrituras de compra e venda, doações, permutas, testamentos, atas. Livro 34, mç. 1, f. 1-2, 30 mar. 1915.

[192] GUMES, João Antonio dos Santos. Caiteté hospeda o benemerito governador do estado. A cidade está em festa. O povo regosija-se com este acontecimento. A Penna, Caetité, Anno XVII, n. 431, p. 1 e 4, 10 mar. 1928.

[193] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Telegramas. Cx. 2, mç. 1, 10 mar. 1928, grifo nosso.

[194] Havia entre os bens móveis um aparelho para ferrar animais e livros de direito, medicina e dicionário. APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Anna Joaquina de Moura. Est. 3, cx. 887, mç. 1356, doc. 22. 1891-1893, 78 f., f. 9-10.

[195] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Capitão Sabino Vieira da Costa. Est. 1, cx. 398, mç. 770, doc. 6. 1905-1910, 70 f.

[196] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Gaudêncio Gonçalves de Aguiar. Est. 1, cx. 315, mç. 602, doc. 12. 1902-1903, 66 f., f. 16 e 49-50.

[197] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Adelina Maria da Conceição Britto. Est. 2, cx. 721, mç. 1186, doc. 15. 1919-1919, 23 f., f. 6-8.

[198] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Marcos Pinto Montenegro. Est. 1, cx. 395, mç. 763, doc. 6. 1910-1913, 41 f., f. 9-12.

[199] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Ana Joaquina de Moura. Est. 3, cx. 887, mç. 1356, doc. 22. 1891-1893, 78 f., f. 9-10.

[200] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: José da Silva Pereira. Est. 3, cx. 887, mç. 1356, doc. 12. 1892-1895, 32 f., f. 10.

[201] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Gaudêncio Gonçalves de Aguiar. Est. 1, cx. 315, mç. 602, doc. 12. 1902-1903, 66 f., f. 31-32.

[202] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Marcolino Pinheiro Junqueira. Est. 1, cx. 396, mç. 767, doc. 15. 1914-1921, 36 f., f. 9-11.

[203] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Coronel José Antônio de Casro Tanajura. Est. 8, cx. 3570, doc. 4. 1924-1924, 34 f., f. 4-19.

[204] APB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Anna Joaquina de Moura. Est. 3, cx. 887, mç. 1356, doc. 22. 1891-1893, 78 f., f. 10, grifo nosso.

[205] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Coronel João Antero Ladeia Lima. Est. 1, cx. 316, mç. 604, doc. 8. 1903-1914, 127 f., f. 15-19, grifo nosso.

[206] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Manoel Marçal de Carvalho. Est. 2, cx. 567, mç. 1019A, doc. 4. 1891-1892, 42 f., f. 12-13, grifo nosso.

[207] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Leopoldino José Soares. Est. 2, cx. 567, mç. 1019A, doc. 9. 1891-1904, 75 f., f. 9, grifo nosso.

[208] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Elisa de Oliveira e Silva. Est. 3, cx. 887, mç. 1356, doc. 10. 1892-1893, 17 f., f. 5, grifo nosso.

[209] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: José da Silva Pereira. Est. 3, cx. 887, mç. 1356, doc. 12. 1892-1895, 32 f., f. 11-12, grifo nosso.

[210] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Coronel José Antônio Rodrigues Lima. Est. 8, cx. 3570, doc. 5. 1923-1926, 108 f., f. 48, grifo nosso.

[211] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Maria Angélica de Oliveira. Est. 8, cx. 3594, doc. 4. 1921-1922, 104 f., f. 58-59, grifo nosso.

[212] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Coronel José Antônio de Castro Tanajura. Est. 8, cx. 3570, doc. 4. 1924-1924, 34 f., f. 4-7, grifo nosso.

[213] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Maria Angelica de Oliveira. Est. 8, cx. 3594, doc. 4. 1921-1922, 104 f., f. 59.

[214] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: José Honório da Silva. Est. 8, cx. 3569, doc. 10. 1921-1922, 62 f., f. 24.

[215] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Coronel Gasparino Pereira de Castro. Est. 8, cx. 3564, doc. 4. 1921-1921, 41 f., f. 22.

[216] Os bens do casal foram avaliados por Rs. 8:140$000. O represente da Justiça avaliou os bens em Rs. 13:730$000; a diferença a maior foi de Rs. 5:590$000. APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Coronel Gasparino Pereira de Castro. Est. 8, cx. 3564, doc. 4. 1921-1921, 41 f., f. 25.

[217] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Professor Joaquim Antônio do Couto. Est. 1, cx. 319, mç. 611, doc. 10. 1910-1911, 43 f., f. 12-14, grifo nosso.

[218] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Coronel Gasparino Pereira de Castro. Est. 8, cx. 3564, doc. 4. 1921-1921, 41 f., f. 22.

[219] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 18 set. 1885. Essa missiva do encarregado da fazenda Rio das Rãs para Deocleciano P. Teixeira também é citada por Napoliana Santana (2012, p. 164).

[220] Informações sobre Manoel do Roque talvez estejam entre os autos criminais dos Fóruns de Paratinga e de Bom Jesus da Lapa. Os acervos judiciais do Fórum de Paratinga (subordinado atualmente à comarca de Ibotirama, na Bahia) estão em fase de organização por equipe do Polo Judiciário de Caetité. Trata-se de um convênio do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus de Caetité, intermediado pelo Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL/CNPq), para a identificação, a preservação e a disponibilização à pesquisa dos acervos judiciais de vinte e oito comarcas do interior do Estado da Bahia. Esse trabalho de monta, que fornecerá um valioso acervo judicial à pesquisa científica (e esperamos que seja com brevidade), certamente nos revelará outras tantas trajetórias, como a de Manoel do Roque, que deve ter vivido em condições mínimas de subsistência.

[221] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 28 dez. 1900 e 16 jun. 1904.

[222] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 11 jun. 1885.

[223] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 20 dez. 1879 e 14 jun. 1891.

[224] Registro das contas correntes do Coronel José Antônio de Castro Tanajura. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 9 jul. 1904.

[225] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Deocleciano Pires Teixeira. Est. 8, cx. 3550, doc. 2. 1931-1992, 229 f., f. 58-59.

[226] APMC. Fundo: Celsina Teixeira Ladeia. Documento avulso. Cx. 1, mç. 1, 5 maio 1944 *apud* Ribeiro (2012, p. 178-179, grifos do autor).

[227] APMC. Fundo: Celsina Teixeira Ladeia. Série: Correspondências. Cx. 1, mç. 1, 7 fev. 1926 *apud* Ribeiro (2012, p. 177, grifos do autor).

[228] Processo também citado no primeiro capítulo deste livro. APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Antônio Ferreira das Neves Junior. Est. 3, cx. 1293, mç. 1762, doc. 8. 1896-1901, 77 f., f. 9-17.

[229] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Constança Pereira de Souza Spínola e Prescilla de Souza Spínola. Est. 1, cx. 319, mç. 612, doc. 9. 1911-1928, 44 f., f. 21-24.

[230] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Maria Amélia de Faria e Silva. Est. 1, cx. 398, mç. 770, doc. 1. 1905-11905, 11 f., f. 2-11.

[231] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Justino Pereira da Costa. Est. 3, cx. 1183, mç. 1652, doc. 22. 1895-1895, 43 f., f. 7-16.

[232] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Coronel José Antonio de Castro Tanajura. Est. 8, cx. 3570, doc. 4. 1924-1924, 34 f., f. 4-19.

[233] Ver a respeito dos casamentos como estratégia das elites brasileiras para manutenção dos padrões de riqueza e/ou permanência no poder: Oliveira (1989), Kuznesof (1989), Martins (2007), Cancela (2006), Aguiar (2011), Freire (2009), Farinatti (2007), Ribeiro (2012), Oliveira (2005).

[234] GUMES, João Antonio dos Santos. Viagem. A Penna, Caetité, Anno V, n. 9, p. 3, 15 jan. 1901.

[235] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 28 dez. 1900.

[236] GUMES, João Antonio dos Santos. O seculo das luzes. A Penna

, Caetité, Anno IV, n. 95, p. 1, 31 dez. 1900.

[237] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 1 set. 1887, 8 set. 1893 e 20 dez. 1900.

[238] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 9 e 15 jul. 1909, 10 set. 1909 e 6 maio 1910.

[239] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 8 ago. 1904.

[240] Os bens montaram em Rs. 12:995$000. APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Anna Maria de Britto. Est. 1, cx. 392, mç. 756, doc. 7. 1909-1909, 40 f.

[241] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 18 maio 1906 e 5 nov. 1907.

[242] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 1 e 8 ago. 1904.

[243] Relatorio da Junta Directora da Associação Commercial da Bahia. Secretaria da Junta Directora. Mappa da exportação mensal dos principaes generos desta provincia para o estrangeiro; Mappa da exportação dos principaes generos desta provincia para os paizes abaixo mencionados. Bahia, Imprensa Popular e Typ. Bahiana, 1903-1904.

[244] Notações realizadas por Deocleciano P. Teixeira na conta corrente de Francisco Araújo. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 1 ago. 1905.

[245] Registros feitos por Deocleciano P. Teixeira na conta corrente de Francisco Araújo. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 28 out., 4 e 6 nov. 1905.

[246] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 5 e 13 maio 1906.

[247] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Telegramas. Cx. 2, mç. 1, s.d.

[248] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Telegramas. Cx. 2, mç. 1, s.d.

[249] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Telegramas. Cx. 2, mç. 2, 4 jul. 1927.

[250] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Gastos com animais. Cx. 1, mç. 9, s.d.

[251] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 8 ago. 1910.

[252] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Telegramas. Cx. 2, mç. 3, 15 maio 1927.

[253] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Faturas. Cx. 1, mç. 2, 29 abr. 1929.

[254] APEB. Collectoria dos Municipios. Directoria da Fazenda e Thesouro do Estado da Bahia. Collectoria de Caetité. Registro de Exportação. 1925, 12 f.

[255] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 1, mç. 6, 2 abr. 1923.

[256] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Telegramas. Cx. 2, mç. 2, 16 e 20 jan. 1916.

[257] "Sendo a pecuária a base principal da economia do município, encontram-se no seu território importantes fazendas, nas quais se desenvolve a criação selecionada e engorda de gado bovino [...] O gado é exportado para Salvador e Feira de Santana" (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958, p. 61).

[258] Ver estudo de Lopes (2009) que trata do fornecimento de animais para os matadouros públicos de Salvador e do abastecimento de carne verde nessa cidade.

[259] Sobre o monopólio do fornecimento de carne verde para o mercado do Rio de Janeiro, ver Linhares (1979); para o mercado de Salvador, ver Mattoso (1978) e Lopes (2009).

[260] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 31 out. 1881, 20 dez. 1900, 28 dez. 1902 e 1 ago. 1903.

[261] Bernardo Martins Catharino tornou-se gerente e sócio principal da Moraes & Cia. em 1891. APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 18 ago. 1894.

[262] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 15 dez. 1895, grifo nosso.

[263] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 1, 4 jun. 1884 e 11 maio 1890.

[264] Martins (2013) tratou de estreitas relações comerciais, especialmente de gado, entre o alto sertão da Bahia e a região da Chapada Diamantina.

[265] APMC. Fundo: Deocleciano Pires Teixeira. Série: Livro Caixa. Cx. 3, mç. 2, 17 ago. 1905.

[266] APEB. Seção Judiciário. Série: Inventários. Inventariado: Joaquim José Cardoso Pereira. Est. 1, cx. 319A, mç. 613, doc. 5. 1911-1920, 100 f.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições práticas da Província da Bahia:* com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília, DF: INL, 1979.

AGUIAR, Lielva Azevedo. *"Agora um pouco da política sertaneja"*: a trajetória da família Teixeira no alto sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2011.

AGUIAR, Lielva Azevedo. *Entre a política e a magistratura*. O barão de Caetité e suas articulações no Império (Alto sertão da Bahia e além, 1840-1880). 2019. 354 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

ALMEIDA, Rômulo Barreto. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)*, Salvador, v. 11, n. 19, p. 82-101, 2009.

ANNUARIO Administrativo, Agricola, Profissional, Mercantil e Industrial do Districto Federal e Indicador para 1910. Almanak Laemmert para 1910. 67o Anno. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1910, p. 529.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. Salvador. Disponível em: http://www.acbahia.com.br. Acesso em: 14 mar. 2013.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 32-71, 2000.

ASPECTOS da Economia Rural Brasileira. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria do Serviço de Inspecção e Fomento Agricolas. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas Villas Boas & C., 1922.

AZEVEDO, Paulo O. D. (coord.). Monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural.* Salvador: IPAC, Secretaria da Indústria e Comércio, 1980. v. 4.

BACIA do Rio São Francisco. [S.d.], 1 fotografia. *In*: *Administração da Hidrovia do São Francisco (AHSFRA)*. Pirapora. Disponível em: http://www.ahsfra.gov.br. Acesso em: 06 mar. 2013.

*B*ARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERTUCCI, Liane Maria. A onipresença do medo na influenza de 1918. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 457-475, 2009.

BRASIL. *Decreto n. 8.687, de 26 de abril de 1911. Concede autorização a The Lafayette Rubber Estates, Limited, para funcionar na Republica.* Rio de Janeiro: Diario Official [dos] Estados Unidos do Brasil, 1911. Disponível em: http://www.in.gov.br/Mp_leis/leis_

texto. asp?Id-LEI%209887. Acesso em: 18 nov. 2011.

CAIXA d'água em Queimadas/Machado Portela - Maracás (BA), em 1944, 1 fotografia, p&b. *Centro-Oeste*, Brasília. Disponível em: http://www.vfco.brazilia.jor.br. Acesso em: 22 nov. 2011.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870-1920).* 2006. 343 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* São Paulo: DIFEL, 1975.

CARRARA, Angelo Alves (org.). *À vista ou a prazo*: comércio e crédito nas Minas setecentistas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da história:* lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV: FAPERJ, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:* artes de fazer. Petrópolis: Vozes,1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história cultural:* entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

COMMERCIO de Exportação do Brasil para a França, Inglaterra e Allemanha. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Serviço de Informações. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 19.873-19.894, 1 nov. 1918-21 nov. 1918.

COTRIM, Carla Graciela Chaves de Castro. *"As bellas amethystas":* negócios, garimpos e alemães em Brejinho das Ametistas (alto sertão da Bahia, 1888-1930). 2019. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2019.

DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras movediças:* relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos). São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo.* São Paulo: Difel, 1971.

DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. *In:* FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006, p. 277-313. t. 3. v. 8.

DEAN, Warren. *Rio Claro:* um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*: revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. nº 17. São Paulo: Educ, 1998. p. 223-258.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881. *In:* FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva. 5.* ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 57-72.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, Austin, v. 41, n. 1, p. 3-26, 2006.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. *Retalhos da memória:* os negros de Mangal/Barro Vermelho comunidade quilombola do Médio São Francisco-Bahia. 2015. 208 f. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. *Lista das estações ferroviárias do Brasil.* São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br. Acesso em: 22 nov. 2011.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. v. XX. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. v. XXI. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros:* cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas: Fapesp: Educ, 2003.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais*: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 2007. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. *In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 215-276. t. 3. v. 8.

FILOMENO, Felipe Amin. A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista. *In*: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 135-171, 2010.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura:* acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (org.). *Conquistadores e negociantes:* histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *Na trama das redes*: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). *O Antigo Regime nos trópicos*: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES JÚNIOR, Oswaldo. Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 49-68, 2011.

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto. Légua Tirana. *Baião.* Rio de Janeiro: RCA Victor, 1949.

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 101-142, 2005.

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. *Um painel com cangalhas e bicicletas:* os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia (Caetité, 1910-1930). 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. *A caatinga como destino:* imaginação geográfica, fotografias e paisagens de sertões baianos (1946-1960). 2019. 260 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Franca, 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUMES, João. *Municipio de Caeteté*: notas e noticias. Caeteté: Publicação Official, 1916.

GUMES, João. *O Sampauleiro.* Caetité: Typographia d'A Penna, 1926.

GUMES, Mariêta Lobão. *Caetité e o "clã" dos Neves. Salvador:* Mensageiro da Fé, 1975.

HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. *In*: *Tempo e História*. Companhia das Letras, 2001. p. 289-305.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico: do Império à República. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. t. 2. v. 7.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministerio da Agricultura, Industria e Comercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Agricultura. v. III (1a parte). Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1924.

IBGE. Ministerio da Agricultura, Industria e Comercio. Directoria Geral de Estatistica. Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Agricultura. v. III (2a parte). Rio de Janeiro: Typ. da Estatistica, 1924.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse Estatística do Município de Caetité. Estado da Bahia.* Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho:* trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

JORNAL DO AGRICULTOR. Rio de Janeiro, Anno I, Tomo I-Anno XIV, Tomo XXVII, jul. 1879-jun. 1893.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 37-63, 1989.

LEANDRO, José Augusto. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 27, n. 54, p. 261-278, 2007.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira*: estadista da educação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, Simony Oliveira. *"O ardente desejo de ser livre"*: escravidão e liberdade no sertão do São Francisco (Carinhanha, 1800-1871). 2017. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2017.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento:* uma problemática em questão (1530-1918). Brasília, DF: BINAGRI, 1979.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII E XVIII). *Tempo,* Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 132-150, 1996.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pesquisas em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 104-112, 1999.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. *História da agricultura brasileira*: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do matadouro público*: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873). 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

LLOYD, Reginald. *Impressões do Brazil no Seculo Vinte.* Sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos. Londres e Rio de Janeiro: Lloyd's Greater. Londres: Britain Publishing Company, 1913. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g00.htm. Acesso em: 18 dez. 2012.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MAIA, José Nelson Bessa e SARAIVA, José Flávio Sombra. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 55, n. 1, p. 106-134, 2012.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. *In: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil:* República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-421, v. 3.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). *Conquistadores e negociantes:* Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 403-434.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia, século XIX. *Uma província no Império.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEDRADO, Joana. *Do pastoreio à pecuária:* a invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. (2013). 255 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros:* relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

MELLO, Elomar Figueira. O Pidido. *Das Barrancas do Rio Gavião.* Salvador: J. S. Gravações, 1972.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio:* contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza:* São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1990.

MERCADO MODELO. Portal do Mercado Modelo, Salvador, ago. 2011. Disponível em: http://www.portalmercadomodelo.com.br. Acesso em: 29 out. 2011.

MIRANDA, Rosângela Figueiredo. *"Em diligência de se libertar":* alforria, família escrava e tráfico interprovincial no alto sertão da Bahia - termo de Monte Alto (1810-1888). 2018. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

MORAES, José Geraldo Vinci; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH. Aracaju, set. 1975. *Revista de História,* São Paulo, p. 343-369, 1976a.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 22, 1979.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, v. 53, p. 81-106, 1976b.

MOVIMENTO no Cais do Pedroso e no Cais das Amarras, com a Alfândega no fundo. [s.d.], 1 fotografia, p&b. *In: Mercado Modelo.* Salvador. Disponível em: http://www.portalmercadomodelo.com.br. Acesso em: 29 out. 2011.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil:* Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja:* da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: UFBA: UEFS, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.

NEVES, Marcelino José. *Lavras Diamantinas.* Salvador: Fundação Gonçalo Moniz, 1967.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. *"Viver por si", viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no "Certam de Sima do Sam Francisco" (1730-1790)*. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. *A norma dos "bons costumes" e as resistências femininas nas obras de João Gumes (alto sertão baiano, 1897-1930)*. 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 65-85, 1988.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias*: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870). Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PAULA, João Antonio. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. *História Econômica & História de Empresas, São Paulo, v.1, p. 7-39, 2002.*

PEREIRA, Alexandra Maria. Uma loja em Vila Rica. *In:* CARRARA, Angelo Alves (org.). *À vista ou a prazo:* comércio e crédito nas Minas setecentistas. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. p. 33-52.

PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada*: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle (org.). *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida:* tráfico interprovincial e alforrias nos sertoins de sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor:* escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAMOS, Danielle da Silva. *"O mundo aqui é largo demais":* produção e comércio no termo de Monte Alto – alto sertão da Bahia (1890-1920). 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão. O Piauí na rota do comércio internacional: a presença dos comerciantes franceses no Sertão oitocentista. *Revista Informe Econômico*, Piauí, v. 1, n. 1, p. 119-126, 2013.

RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. *As estradas da vida:* história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais. 1997. 303 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura,* Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 393-433, 2010.

RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. *Estudos Sociedade e Agricultura,* Rio de Janeiro, n. 10, p. 135-164, 1998.

RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres e poder no alto sertão da Bahia:* a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927). São Paulo: Alameda, 2012.

RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres sertanistas:* transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838). 2019. 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão:* veredas. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-91, 1996.

SAMPAIO, Teodoro. *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTANA, Napoliana Pereira. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 a 1880)*. 2012. 218 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2012.

SANTANA, Napoliana Pereira. *Raízes negras em terras dos sertões da Bahia: famílias e comunidades de africanos a quilombolas (Urubu, 1870-1930).* 2022. 246 f. Tese (Doutorado) – Programa Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *Uma comunidade rural do Brasil antigo:* aspectos da vida patriarcal nos sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, Helena Lima. Caetité, *"Pequenina e Ilustre"*. Brumado: Tribuna do Sertão, 1997.

SANTOS, Márcio Roberto Alves. *Fronteiras do sertão baiano:* 1640-1750. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Cidade e memória: dimensões da vida urbana – Caetité, 1940-1960.* 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

SERRA, José (coord.). *América Latina:* ensaios de interpretação econômica. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Os arquivos cartorários e o trabalho do historiador. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-16, 1987.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 119-156, abr. 1997.

SILVA, Laiane Fraga da. *"É preciso deixar alguma conversa para testificar que vivemos"*: a trajetória da família Faria Fraga no alto sertão da Bahia (Caetité 1842- 1889). 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2018.

SILVA, Pedro Celestino da. Noticias Historicas e Geographicas do Municipio de Caetité. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. n. 58. Salvador: Secção Graphica da Escola de A. Artífices da Bahia, 1932. p. 93-294.

SILVA, Zezito Rodrigues da. *Uma vila na periferia do Império*: sociedade, território e poder no Alto Sertão da Bahia (Vila Nova do Príncipe e Santa Anna de Caitete, 1810-1821). 2021. 380 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A medicina e a influenza espanhola de 1918. *Tempo.* Rio de Janeiro, n. 19, p. 91-105, 2005.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. 1889-1930. *In:* FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 378-429. t. 3. v. 8.

SOUZA, Christiane Maria Cruz. A "espanhola" em Salvador – o cotidiano da cidade doente. *In*: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 403-427, 2009.

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Através da Bahia* – Excerptos da obra Reise in Brasilien. Trasladados a português pelos Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*: 1817-1820. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979.*

STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. *A herança colonial da América Latina*: ensaios de dependência econômica. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do Solar Lopo Gonçalves. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 81-119, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. *Estudos Econômicos,* São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, 2003.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil:* República: *da Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 49-130, v. 3.

Formato: 150 mm x 210 mm
Tipografia: Minion Pro e Swis 721 Win95BT

Papel: Pólen Soft, 80 g/m² (miolo)
Cartão Supremo, 300 g/m² (capa)

Impressão: Dezembro 2023
Gráfica: ImpressãoBigraf

Paulo H. Duque, historiador e pesquisador nato, participa ativamente de uma renovada produção historiográfica sobre os sertões da Bahia, uma produção que tem custado muitos esforços a todos aqueles que perseguem outros caminhos. Este livro move-se no sentido contrário aos estereótipos de um sertão atavicamente envolto em rudezas, incivilidades, isolamentos. Essa imagem distorcida e preconceituosa, que ainda encontra assentimento em nossos dias, tem suas bases desmontadas diante do atual volume e da qualidade da pesquisa acadêmica. Atividades econômicas de exportação e de abastecimento de mercados internos no alto sertão da Bahia apontam para articulações com variadas regiões do Brasil e com o comércio internacional. Mas aqui não se negligencia um olhar sobre o trabalho de mulheres e homens em suas práticas cotidianas. Do comércio realizado por estratos mais ricos aos pequenos negócios da capangueira Anna Ritta da Conceição, todos recebem tratamento e zelo analítico. Anna, mais conhecida como Anna Capangueira, vivia dos seus negócios de ametistas. Vivia ali por Brejinho, perto de Caetité, mantendo contato direto com garimpeiros para comprar aquelas pedras que garantiam a sua sobrevivência... certo é que com a venda daquelas pedras, Anna pode comprar uma casinha que lhe rendia um pequeno, mas valioso aluguel. Ela e tanta gente mais renascem a cada página neste livro que provém de apurada pesquisa a acervos arquivísticos. Com sucesso, o autor revela experiências de particulares e sociais, cheias de sabores da vida, que hoje se desdobram para nós em suas efêmeras existências.

Maria de Fátima Novaes Pires – DH-FFCH-UFBA

https://eduneb.uneb.br/

ISBN 978-65-88211-83-0

9 786588 211830